

8

CADERNOS
do
Arquivo Municipal



2005

Câmara Municipal de Lisboa

Direcção Municipal da Cultura / Departamento de Bibliotecas e Arquivos / Divisão de Gstão de Arquivos

CADERNOS

do
Arquivo Municipal

CADERNOS

do

Arquivo Municipal

Nº8 - 2006

Propriedade

Câmara Municipal de Lisboa/ Direcção Municipal de Cultura
Departamento de Bibliotecas e Arquivos/ Divisão de Gestão de Arquivos

Direcção

Inês Morais Viegas

Coordenação

Ana Paula Moita/ Cláudia Castelo

Redacção

Adelaide Brochado/ Adriana Ferreira/ Ana Caetano/ Ana Marçal/ Ana
Teresa Brito/ Aurora Almada e Santos/ Carla Antunes/ Cláudia
Castelo/ Helena Elias/ Helena Nunes/ Inês Morais Viegas/ Isabel
Corda/ Irene Catarino/ José Manuel Garcia/ Juliana Ferreira/
Margarida Duarte/ Mónica Marques/ Natália Antónia/ Paula Serafim/
Rita Gago/ Rui Castro Pereira/ Teresa Borrego/ Vasco Brito/ Zita
Escudeiro

Revisão

Clara Anacleto / Isabel Raminhos / Marta Gomes / Susana Cardoso

Design Gráfico

Joana Pinheiro/ Marília Afonso Lopes

Fotografias

José Luis Neto

Capa

Decreto de 4 de Novembro de 1755,; AML-AH, Livro 8.º de Consultas
e Decretos e Avisos. fl. 378

Pré-Impressão

Jacinto Guimarães, Lda

Impressão

António Coelho Dias, S.A.

Tiragem

1500 exemplares

Depósito Legal:

ISSN: 0873-9870

Apresentação	
Rui Mateus Pereira	7
Editorial	
Inês Morais Viegas	9
O Arquivo Municipal de Lisboa: modelos em prática	
Inês Morais Viegas	10
Finanças e religiosidade na Procissão do Corpo de Deus de Lisboa	
Paula Leal Serafim	18
As iluminuras de 1502 do “Livro Carmesim” e a iconologia manuelina	
José Manuel Garcia	38
O terramoto de 1755 nas Consultas, Decretos e Avisos do Senado da Câmara de Lisboa na época de D. José	
Ana Teresa Brito/ Mónica Queiroz	56
O surgimento do conceito de Urbanismo: teorias e práticas na Câmara Municipal de Lisboa	
Rita Gago	80
As instalações do Arquivo Municipal no Arco do Cego: evolução histórica e perspectivas futuras	
Rui Pedro Pereira	96
Acção cultural e política do Espírito em Lisboa: a actividade dos serviços centrais e culturais na encomenda e colocação de Arte Pública (1944-1959)	
Helena Elias/ Vasco Brito	106
Contextos e dinâmicas sociais nas fotografias de uma colecção privada	
Ana Caetano	130
Estudo codicológico do Foral de Lisboa de 1500	
Aurora Almada e Santos	162
A avaliação documental na Câmara Municipal de Lisboa: uma missão arquivística	
Ana Marçal/ Aurora Santos/ Bruno Castro Pereira/ Carla Antunes/ Irene Catarino/ Juliana Ferreira/Maria Teresa Ramalho / Natália Antónia/ Zita Escudeito	172
Roteiro X-Arq: uma jornada pelo caminho do sistema integrado de gestão de documentos do Arquivo Municipal de Lisboa	
Adelaide Brochado	196
O projecto de integração da Base de Dados do Arquivo Fotográfico na Plataforma X-arq/ /Extended Archive	
Isabel Corda	210
Conservação e restauro, desenhos de arquitectura em papel vegetal	
Adriana Ferreira/ Helena Nunes	220
Workshop’s de conservação e restauro: a Colecção Joshua Benoliel	
Margarida Duarte	232
Investigação científica com base nas fontes do Arquivo Municipal de Lisboa Arco do Cego	
Cláudia Castelo	238
Notícias	248

Na presente edição de "Cadernos do Arquivo" está bem patente o trabalho desenvolvido pelos técnicos do Arquivo Municipal para lançar novas perspectivas de estudo, que permitem a preservação da memória e o enriquecimento do conhecimento sobre a cidade de Lisboa.

Do acervo do Arquivo são agora divulgadas importantes fontes primárias, como o Livro Carmesim, os Livros de Consultas, Decretos e Avisos do Senado de D. José I, bem como uma série Avisos sobre a Procissão do Corpo de Deus e a análise de um novo espólio de fotografias de uma colecção privada.

Também nesta edição podemos acompanhar o processo e a história do Arquivo do Arco do Cego e do "Urbanismo Moderno" na cidade de Lisboa, saber da actividade dos serviços na avaliação documental, conhecer o sistema integrado de gestão documental do Arquivo e verificar como se aplicam as técnicas de restauro em documentos gráficos e fotografias.

É tanto mais importante realçar a qualidade dos trabalhos aqui apresentados quanto esta capacidade de investigação corre a par de importantes melhorias dos serviços prestados aos cidadãos pelo Arquivo Municipal, que nos permite estar já bem perto do objectivo definido: um atendimento com satisfação o mais imediata possível do solicitado.

A variedade dos temas agora tornados públicos na presente publicação espelha bem o trabalho de uma equipa dedicada e o rigor científico na preservação da memória da Cidade.

EDITORIAL

O Arquivo Municipal de Lisboa tem tido um papel importante e dinamizador na conservação da memória da Cidade, com o estudo, tratamento e informatização da sua documentação. Também a divulgação do acervo documental, a permanente actualização e rentabilização dos equipamentos culturais traduzem a preocupação da Autarquia na definição das suas políticas culturais.

A nova edição dos Cadernos do Arquivo Municipal revela o empenhamento com que o património cultural de Lisboa, um repositório tão rico e variado, é tratado e divulgado junto de investigadores, estudantes e público em geral.

Transmitimos o nosso apoio e apreço aos investigadores ou técnicos que, atenta e criteriosamente, nos dão a conhecer a documentação, publicam fontes, elaboram novas abordagens históricas e nos põem ao corrente dos novos projectos de modernização do Arquivo Municipal de Lisboa.

**O Arquivo Municipal
de Lisboa: modelos em prática**

Inês Morais Viegas

Introdução: Os Arquivos constituem a memória de uma organização, qualquer que seja a sociedade, empresa ou instituição, a fim de suportar o seu funcionamento e gerir o seu futuro. Não podem ser, meramente, depósitos com quilómetros de documentos, ignorando-se a sua gestão, pois é um processo que tem de servir e adaptar-se às exigências das organizações e dos cidadãos.

Só se aumenta a eficácia de uma gestão interna, pondo em marcha projectos informáticos, actualizando procedimentos, dando formação aos técnicos e adoptando políticas de coordenação.

Ao longo destes últimos anos, o Arquivo Municipal de Lisboa teve como objectivo primordial a modernização dos seus serviços e dar a conhecer o trabalho desenvolvido pelos seus técnicos, apostando na inovação tecnológica, atribuição de novos conceitos e gestão de equipas e procedimentos.

Embora a documentação do Arquivo Histórico e grande parte do espólio do Arquivo Intermédio não estejam acessíveis ao público, por razões sobejamente conhecidas, essa situação não tem sido obstáculo para, internamente, se desenvolverem projectos para uma melhor e mais rápida prestação de serviços ao público.

Memória e Património Histórico/Cultural: O Concelho de Lisboa sempre sentiu a necessidade de guardar os documentos mais importantes relativos à cidade e aos seus habitantes. Este acervo, que compõe o Arquivo Municipal, abrange um período cronológico desde o séc. XII até aos nossos dias. O Arquivo Municipal resulta, assim, do conjunto de documentos produzidos e recebidos pela CML, no exercício das suas competências, garantindo a gestão integrada do seu espólio, seja qual for a data e o tipo de suporte, desde a produção até ao destino final. Este património documental destaca-se pelo volume, pela diversificada tipologia de suportes e tamanhos e, principalmente, pela riqueza de informação que o tornaram num dos mais procurados.

A preservação do acervo documental e a sua divulgação são os grandes objectivos do Arquivo Municipal de Lisboa. O seu cumprimento só é possível através da conservação do documento gráfico e da fotografia, do tratamento arquivístico, da informatização, da digitalização e pela realização de exposições, conferências, *workshops*, visitas guiadas e edições de catálogos.

A complexidade actual da administração municipal tem conduzido a uma produção documental num crescendo diário e à multiplicação anual de utilizadores *on-line* e nas salas de leitura do Arquivo, gerando a necessidade de congregar os vários pólos do Arquivo num único espaço. Presentemente, estão distribuídos pelo Bairro da Liberdade, o Arquivo Histórico e o Arquivo Intermédio, pelo Arco do Cego, o



Depósito do Arquivo Intermédio

Arquivo do Arco do Cego e na Rua da Palma, o Arquivo Fotográfico. Só essa solução permitirá maximizar os recursos técnicos e humanos existentes, para uma política integrada de gestão documental, bem como satisfazer as necessidades de todos os seus utilizadores.

Na actual orgânica camarária, o Arquivo Municipal de Lisboa está integrado na Divisão de Gestão de Arquivos, do Departamento de Bibliotecas e Arquivos, sob a tutela do Pelouro da Cultura.



Arquivo Municipal de Lisboa - Bairro da Liberdade

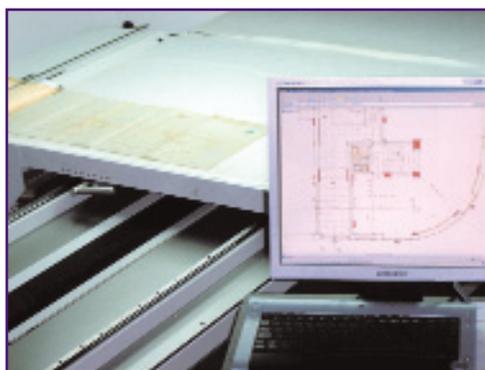
O ARQUIVO MUNICIPAL: PROJECTOS EM DESENVOLVIMENTO

A Gestão da Informação e as Tecnologias para a Inovação: A gestão da informação é um dos grandes desafios que se colocam, hoje, às instituições. Apostar num circuito operacional de dados e disponibilizá-los através de uma resposta

rápida e eficaz é a meta a atingir num serviço que se quer actualizado, com pleno recurso às novas tecnologias para a informação.

O Arquivo implementou um sistema de gestão integrada de documentação, recorrendo à informatização e à digitalização, gerindo a documentação de forma a respeitar os princípios da arquivística e simplificando toda a informação documental na fase activa, semi-activa e definitiva.

Também o incremento dos projectos abaixo mencionados e a continuação da actividade dos gabinetes técnicos têm sido uma das prioridades destes últimos quatro anos à frente do Arquivo Municipal de Lisboa.



Processo de digitalização

A Digitalização – Um Projecto Inédito: O Projecto Digital do Arquivo Municipal de Lisboa, projecto inédito a nível nacional, visa responder às necessidades identificadas no âmbito do controlo, gestão e recuperação da informação, tendo como finalidade o acesso à informação *on-line*. Permite que sejam satisfeitos os pedidos dos municípios e investigadores, pela impressão de um documento já digitalizado ou por uma consulta via Internet ou Intranet da CML, sem necessidade de novo acesso ao original.

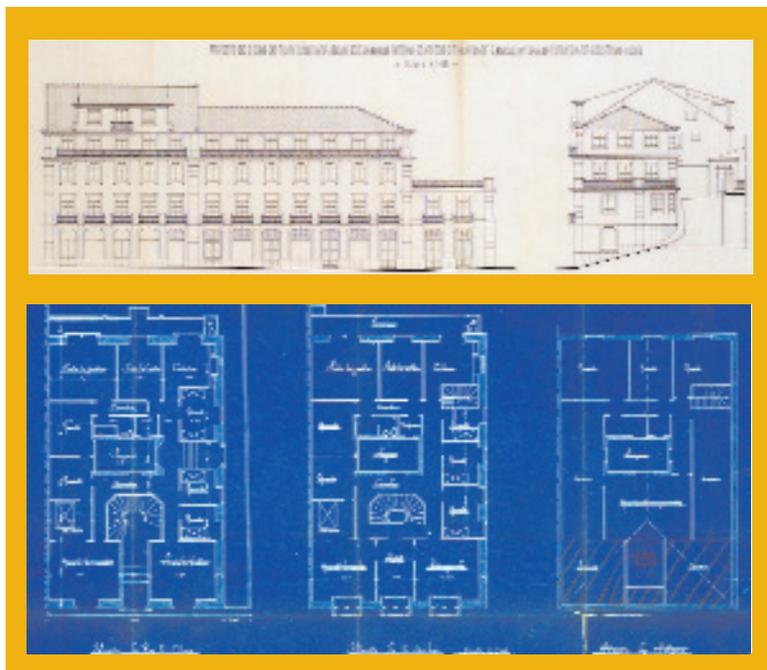
12

Neste momento o Arquivo Municipal de Lisboa disponibiliza cerca de 300.000 conteúdos digitais, não reflectindo este número a totalidade das imagens que irão sendo postas à consulta. As restrições ao acesso prendem-se com o fazeamento do projecto e impedimentos legais.

Este projecto teve início com a série de Processos de Obra, por ser a mais consultada pelos serviços da CML e municípios, pondo, assim, em perigo a sua conservação.

A digitalização é efectuada à medida que os pedidos dos municípios nos vão chegando, digitalizando-se, também, todas as tipologias mais solicitadas inseridas em cada volume.

Os documentos são fotografados uma única vez e ao mesmo tempo só são impressos os documentos solicitados pelos requerentes, ficando as imagens, desde logo, associadas ao documento, na aplicação X-arq, podendo ser partilhadas de imediato pelos diferentes serviços da CML. A digitalização é realizada com cor e à escala, com corte automático e junção das imagens, no caso dos documentos terem dimensões muito grandes.



Documentos digitalizados

O **Portal do Arquivo Municipal de Lisboa** é um exemplo da aplicação das novas tecnologias da informação, no acesso à pesquisa e à consulta da sua documentação.

Passou a ser possível reservar e reproduzir essa documentação com uma ligação *on-line*; consultar o catálogo das publicações disponíveis para venda; estar a par das notícias do Arquivo; aceder às propostas do Serviço Educativo; lançar temas para um debate no espaço FORUM; e recolher informação através de conteúdos temáticos, podendo navegar por meio de links, num ambiente de interactividade apelativa para o utilizador.

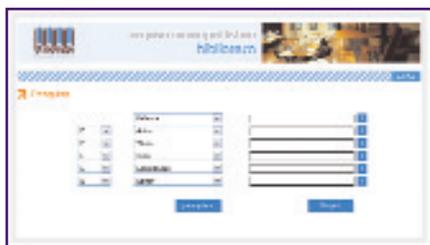


Portal do Arquivo Municipal de Lisboa

Também estão acessíveis inúmeras informações relativas aos gabinetes de trabalho que dizem respeito a diferentes áreas existentes no Arquivo, nomeadamente: Restauro, Microfilmagem, Digitalização, Avaliação, etc.

A interface para consulta da documentação, a partir das bases de dados existentes no Arquivo Municipal de Lisboa, compreende duas componentes distintas:

Interface **WebPesquisa** - consulta *on-line* da documentação tratada e gerida na aplicação X-arq/Extended-Archive, e Interface **WebRequisição** - sistema que permite fazer requisições e respectiva gestão via *Web* com outros serviços da CML



Módulo Sala de Leitura: Pesquisa avançada

Modernização Administração/Arquivos Correntes: Este projecto de implementação de um **Sistema de Gestão Documental** contou com uma equipa de arquivistas do Arquivo Municipal de Lisboa, em parceria com o Departamento de Modernização Administrativa e Gestão de Informação. Elaborou-se um diagnóstico fidedigno da produção documental da CML, no âmbito do projecto da modernização administrativa, que serve, actualmente, de base ao trabalho de equipa dedicada aos arquivos correntes.



Módulo Sala de Leitura: Resultado da pesquisa

Módulo de Gestão de Sala de Leitura: Este módulo constitui uma das funcionalidades integradas na aplicação informática X-arq, acessível *on-line*, podendo o leitor aceder à pesquisa, à consulta, a pedidos de reprodução e à reserva de documentos, nas salas de leitura, dos vários pólos do Arquivo.

Módulo de Gestão de Thesaurus: O Módulo de Gestão de *Thesaurus*, em fase de testes, permite indexar as imagens do Arquivo Fotográfico e da bibliografia de apoio à investigação nas salas de leitura e restante documentação do Arquivo Municipal de Lisboa, para um melhor controlo de linguagem e termos.

PorBase 5 - Sistema Integrado de Informação: Este sistema integrado de informação é um *software* de gestão documental utilizado pelas bibliotecas de apoio à investigação, no Arquivo Municipal, para o tratamento das suas colecções, acessível através do seu *site*. A pesquisa será cruzada com a aplicação X-arq, obtendo-se como resultado não só os documentos pretendidos, como a bibliografia de apoio à investigação disponível nas salas de leitura dos diferentes pólos do Arquivo.

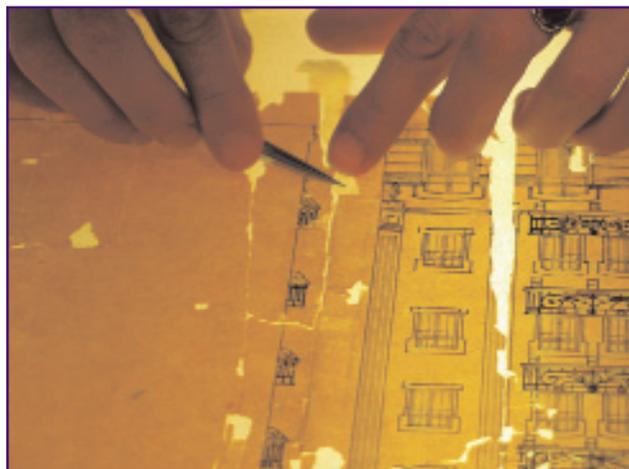
Módulo de Autoridades: O Módulo de Autoridades, em desenvolvimento, também integrado na base de dados X-arq, procede à descrição das entidades associadas à produção e gestão de arquivos. Os principais objectivos deste módulo são: uniformizar as descrições dos produtores de arquivo e de entidades com algum tipo de responsabilidade sobre o(s) documento(s) e facilitar a recuperação da informação.

Avaliação Documental: A fim de se proceder à Avaliação Documental, foi criado um grupo de trabalho cuja competência é orientar no ingresso, na avaliação, na selecção e na

eliminação da documentação à guarda do Arquivo Municipal de Lisboa, intervindo, também, junto dos serviços da CML, na organização e identificação dos documentos que irão ingressar no Arquivo.

Gabinete de Conservação e Restauro de Documentos Gráficos: O Gabinete de Conservação e Restauro de Documentos Gráficos tem continuado a exercer a sua acção na documentação do espólio do Arquivo, a prestar apoio e aconselhamento técnico, a promover acções de formação, *workshops* e a acompanhar estágios realizados no Arquivo Municipal de Lisboa.

Tem como principal função restaurar pergaminhos, telas, marions, papel vegetal, documentos gráficos e alguns tipos de encadernação. Está em preparação um manual e um Módulo onde poderá ser efectuada, na aplicação X-arq, toda a descrição e registo das etapas dum restauro, com imagens associadas.



Restauro: intervenção

Gabinete de Microfilmagem: Este Gabinete dispõe de equipamento adequado à gestão e tratamento de microfímes e está em construção o Módulo de Microfilmagem associado à aplicação X-arq, sendo, neste momento, prioritário transferir todos os microfímes para suporte digital.

Gabinete de Design: O Gabinete de Design tem continuado a desenvolver vários projectos, como o design gráfico de publicações e exposições do Arquivo concepção de material de divulgação do Serviço Educativo, do logotipo do Arquivo Municipal de Lisboa e da sinalética do Bairro da Liberdade.

Gabinete de Conservação e Restauro de Fotografia: O Gabinete de Conservação e Restauro de Fotografia tem mantido a sua constante actividade, promovendo a preservação e conservação das espécies fotográficas à guarda do Arquivo Fotográfico, com a realização de *workshops* e intervenção em diversas colecções.

Edições/Publicações: Outra das actividades do Arquivo Municipal de Lisboa tem sido a divulgação do seu acervo documental através da realização de exposições e catálogos,

destacando-se a publicação dos **Cadernos do Arquivo Municipal de Lisboa**, anual, com artigos elaborados pelos técnicos, abrangendo diversas áreas relacionadas com a sua documentação.

Também à medida que os documentos vão sendo descritos na aplicação X-Arq, com imagens associadas, são editados livros, inventários e catálogos, como os catálogos com os levantamentos topográficos de Silva Pinto e Filipe Folque, o catálogo dos Documentos Medievais, o Foral Manuelino, no Cartulário Pombalino e muitos outros.

UM NOVO ESPAÇO PARA O ARQUIVO MUNICIPAL DE LISBOA

Já há alguns anos que o Arquivo Municipal de Lisboa se debate com o grave problema das suas deficientes instalações que põem em perigo o valioso acervo documental, que constitui a principal fonte e memória da cidade.

A 17 de Novembro de 2000, no Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo celebrou-se um protocolo entre aquela instituição e a CML, no âmbito do programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais (PARAM), para a construção de um edifício destinado à instalação do Arquivo Municipal de Lisboa e da Biblioteca Central Municipal.

Para o **Projecto do Edifício Novo do Arquivo Municipal de Lisboa**, os arquitectos Alberto de Souza Oliveira e Manuel Aires Mateus, ao longo destes últimos quatro anos, desenvolveram a par com os técnicos do Arquivo, Biblioteca e Património Cultural, o projecto preliminar para a construção do edifício, tendo sido definidos, no caso do Arquivo, circuitos de arejamento de depósitos, circulação do público, salas de leitura e exposições. Trata-se de um edifício onde estarão aglutinados três grandes serviços comuns, galerias de exposições, auditório e bar/restaurante.

A necessidade de um edifício concebido para conservar, tratar e difundir todo o acervo já referido, ultrapassando a precaridade das situações existentes, justifica este projecto, sendo, finalmente, solucionados os problemas técnicos e logísticos que nos têm impedido de ser um dos melhores arquivos do país.

16

Em Outubro de 2002, a vereação da Cultura deu seguimento a este projecto de reinstalação do Arquivo Municipal de Lisboa, no Vale de Santo António, respondendo, assim, às necessidades de espaço, conforto, conservação do seu espólio, implementação e aplicação das novas

tecnologias, melhor gestão e uniformização dos serviços e, por último, atender de forma célere e eficaz a todas as solicitações dos serviços da CML, municipais e investigadores.

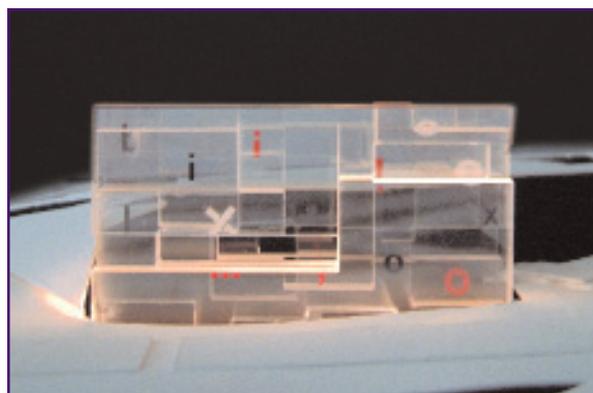
Dotar o Arquivo Municipal de Lisboa de instalações adequadas ao correcto desempenho das suas funções, parece-nos um desejo legítimo e um desafio promissor.

No final de 2005, princípios de 2006 procedeu-se, com a actual vereação, ao início da construção das fundações e muro de suporte do edifício, no Vale de Santo António.

UMA NOVA PERSPECTIVA, UMA NOVA CULTURA

Com o novo edifício para o Arquivo Municipal e Biblioteca Central pretende-se difundir a imagem da cidade, pois a cidade é, sem dúvida, o marco privilegiado para o desenvolvimento da cultura municipal.

Este espaço deverá apresentar à população uma oferta variada de serviços e actividades, com qualidade, alargada ao maior número de expressões culturais, numa programação aberta, envolvendo todo o tipo de público e interesses.



Maqueta do novo edifício para o Arquivo Municipal e Biblioteca Central

A criação do Centro Cívico, espaço único de inter-relação com o Arquivo Municipal e a Biblioteca Central, irá garantir que a política cultural do município abranja toda a cidade, onde o acesso a diferentes produtos culturais será facilitado, usufruindo-se de uma utilização multifacetada e global. É necessário, também, implementar estratégias para atrair mais público e multiplicar os programas informativos, procurando formas de colaboração com o sistema educativo, para que se possam criar hábitos culturais entre os mais jovens.

O contributo activo do Arquivo Municipal passa pela concretização da sua missão enquanto arquivo, isto é, conservar, tratar e difundir o seu rico e único património. Tudo isto, numa nova perspectiva de oferta cultural actualizada e dinâmica, alicerçada numa rede de infraestruturas culturais. Este objectivo será alcançado, congregando e facilitando pontos de encontro entre os cidadãos, revitalizando o conhecimento e proporcionando o estudo da memória da cidade de Lisboa.

**Finanças e religiosidade
na Procissão do Corpo
de Deus de Lisboa**

Paula Leal Serafim

No ano 1000 foi-se afirmando a divindade de Jesus Cristo, como oposição à heresia arianista¹, sendo representado, na pintura e na escultura, com uma coroa real em vez da coroa de espinhos, assumindo-se em pleno a Sua encarnação no Verbo divino. Caminhava-se já para a mudança que iria valorizar os passos terrenos de Cristo, principalmente no período da Páscoa.

A religiosidade popular duma época que renascia, quase sem guerras, com aumento populacional e melhor convivência social, em toda a Europa medieval, encontrou um cenário propício a uma maior participação em festas litúrgicas, convergindo para os episódios da humanidade divina de Jesus, levando a extraordinárias mobilizações populares. Todas as iniciativas neste sentido foram-se fomentando e desenvolvendo ao longo dos séculos, pois elevavam os grandes anseios espirituais dos homens na proximidade com Deus.

Mais tarde, ao surgirem as grandes perturbações europeias dos séculos XIV e XV, pestes, fomes, guerras e ainda o cisma religioso, o povo dividiu-se, na sua espiritualidade, com reformas e contra-reformas sacralizadas. Em Portugal, as reacções e as atitudes foram idênticas, mas uma paciente e sistemática doutrina cristã, com discursos e práticas adequadas aos particularismos das nossas gentes, alcançou grande êxito na condensação de ideias e sentimentos populares.

Durante este processo de doutrinação, ou melhor de redoutrinação, surge a máxima evangélica da devoção e em particular da devoção eucarística, cujo ponto central é a hóstia sagrada, o Corpo de Cristo consubstanciado, que ao ser elevada durante a missa, permitia a adoração e a veneração por parte dos fiéis. A consagração da hóstia sagrada e a índole sacramental de tal gesto faz aparecer o sentimento sofredor da piedade e com ele as Irmandades, dedicadas ao Santíssimo Sacramento, desenvolvendo cada vez mais a prática da devoção piedosa, até que o Concílio de Trento² recomenda, muito oficialmente a todo o mundo cristão, que se faça a procissão em honra do Corpo de Cristo, já habitual num meio ainda restrito da cristandade.

Desta maneira, o culto popular da Eucaristia, iniciado no séc. XI e reforçado pela polémica protestante do séc. XVI, acaba convergido numa das mais sumptuosas festas religiosas cristãs nacionais, sendo um enorme contributo para a reposição da fé e para a popularidade de tudo o que manifestasse a proximidade de Deus, que se visibilizava e revelava no Seu Filho, numa imensa mensagem de amor e misericórdia divina.

¹ **Arianismo:** Doutrina desencadeada por Ario, no séc. IV, na qual Jesus Cristo era reduzido a simples criatura a quem se negava o direito divino, ou seja, Jesus Cristo não é igual ao Pai, nem é Deus, portanto ao ser criado no tempo com forma humana, tem princípio e ao ser morto na cruz, não é eterno. *VERBO: Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Verbo: Lisboa, 1992.

² Este Concílio foi realizado entre 1545 e 1563, no âmbito da reacção da Igreja católica à reforma protestante iniciada por Lutero em 1517.

O alto significado e a importância desta procissão foi tão grande que chegou a atingir foros de festa oficial, em que se incorporavam altas individualidades civis e militares a par das eclesiásticas e do povo, o próprio soberano tinha lugar cativo nestas celebrações.

Tornando-se numa conveniência ambígua, esta proximidade do sensível ao divino, espelhou-se numa religião oficial, numa hierarquia eclesiástica e numa interferência política de mediação, sendo abarcada como um tempo unificado de passado, presente e futuro, convergente nestas cerimónias. O seu sentido, numa avaliação do interesse das coisas por si próprias, mostra que aqui a religiosidade entende, festivamente, um conjunto de símbolos e de rituais reveladores de estabilidade social na relação do homem com o mundo, isto porque a "mística" está precisamente na procura, na descoberta, de tudo o que não é habitual ou quotidiano, aparecendo como um importante fenómeno cultural, exigindo reflexão devido aos valores que integra, desde as atitudes colectivas perante o sagrado até à comunicação individual da fé e do sentimento.

A sociedade portuguesa ao longo dos tempos foi sempre pródiga em captar mensagens evangélicas através de cenários realistas em fortes crenças e de incessantes apelos a forças transcendentais, baseados em encontros de intercâmbios experienciais de fé cujo cariz religioso muito próprio é afirmado na dimensão e na densidade tradicional. Ao mesmo tempo, esta religiosidade popular afeiçoa-se a imagens sagradas e venera-as conforme os gostos, num aproveitamento imaginário dos mistérios da vida, da morte e da ressurreição, com manifestações exteriores de vivências emotivas, tentando a procura de relações com o divino, mais simples, mais directas e mais "rentáveis", quer no seio familiar, quer no espírito da comunidade.

É neste contexto que as procissões surgem como actos de culto realizados no exterior dos templos, actos de súplica em que os fiéis participam, caminhando solenemente de um local sagrado para outro ou para o mesmo, manifestando o seu sentimento religioso e a sua devoção a Deus ou aos santos patronos, mas num clima de festa. Aqui a festa é considerada o expoente máximo da vivência religiosa popular, num espaço e tempo próprios, qual antevisão do Paraíso, onde através de cânticos, música e danças, repertório de gestos e acções imbuídas de sabedoria própria, se celebra a vida, num acesso ao mais profundo das virtudes morais. Atendendo às palavras do padre António Lourenço Fontes, prior de Vilar de Perdizes, "a festa seja qual for o grupo, a família, a paróquia, regional ou nacional é um elemento necessário. A festa é fonte e expressão de liberdade, de alegria, de combate à tristeza, à depressão e à opressão. É um grande elemento terapêutico do povo, medicina barata, eficaz e abrangente. Quem quiser unir, aproximar os homens, contagiar ideias e projectos é na festa".³ Verificamos que tanto hoje como nos séculos XII, XIII e seguintes, o sentido social

³ UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA. Centro de História da Cultura - *A Piedade popular em Portugal da Idade Média aos nossos dias*. Lisboa: UNL-CHC, 1997.

das festas litúrgicas continua a ser o mesmo, o assombro colectivo e maravilhado do sagrado continua a fascinar e a emocionar cada homem, no individual compromisso com Deus, selado pelo meio envolvente de alegria. Esta quebra na rotina e no quotidiano eleva as forças do corpo e da alma ao mesmo tempo que reconhece uma outra forma do viver colectivo onde, olhando todas as variáveis do sagrado e do profano apreende-se o essencial comportamento do fenómeno religioso.

Se entendermos por profano tudo o que são objectos ornamentais, diversões, elementos materiais, então podemos dizer que as festas sagradas são uma mistura estonteante de relações sacro-burlescas, em plena confraternização e tal como as romarias, as procissões religiosas são também receptáculos dos velhos usos e costumes, formas visíveis do invisível tradicional, que se vão agrupando sucessivamente ao longo da história exaltada da aventura cristã. Portanto, a orientação de um modelo tipo sacral, no sentido do reforço do profano, revela-se pelo grau de elaboração das manifestações que lhe são dedicadas, expressas na dimensão lúdica e secular das procissões religiosas, assim como na feição compensatória de todo o cerimonial sagrado e oficial.

Ao ritmo popular, a religião é naturalista, sensorial, emotiva e conservadora dos valores positivos. Ao pensamento mágico do colectivo, a resposta ao maravilhoso é libertadora e individual, por isso o povo não compreende o religioso sem a sua celebração, mesmo que isso implique apenas o regozijo com os andores das procissões, os anjinhos, os altares, as flores, as tochas, os círios e toda uma parafernália de símbolos, usuais nestas cerimónias religiosas, aos quais os fiéis se entregam extasiados na sua contemplação. É desta maneira que o culto se torna o meio mais eficaz de divulgar e fazer conhecer a religião, pois o espectáculo é como um "assalto" aos ânimos e faz elevar o pensamento a Deus feito Homem.

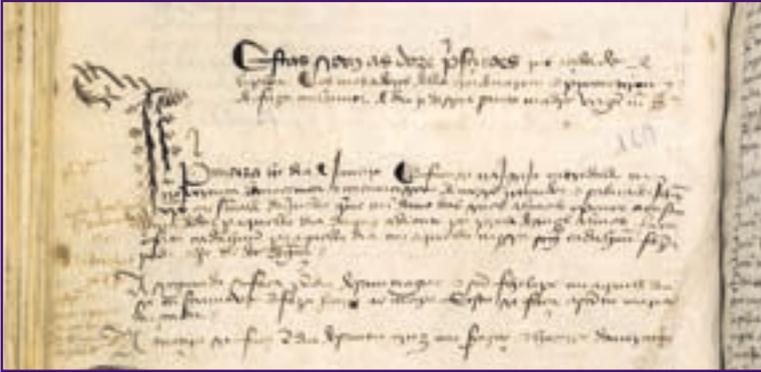
Tal como afirmou D. João Maria Pimentel, Bispo de Angra do Heroísmo, "não há nem pode haver religião sem culto e, quanto mais pomposo e brilhante ele for, maior piedade e devoção inspira no ânimo dos fiéis. Está na índole da natureza do homem que, formada de dois elementos: espírito e corpo, carece deste para cultivar aquele e não pode elevar-se acima da matéria senão por via de representações sensíveis."⁴ Ora é por esta razão que a Igreja, normalmente, cerca os cultos de tanto aparato e magnificência.

No dizer de Júlio de Castilho, procissões são "usanças de muito sabor e poesia, e que serviam para entreter o povo, sem o prejudicarem"⁵ manifestações religiosas com represen-

⁴ ANGRA DO HEROÍSMO. Bispo, 1872- (João Maria Pereira do Amaral e Pimentel) - *O culto catholico: com solemnidade sem ministros sagrados*. Angra do Heroísmo: Typ. Virgem Immaculada, 1885.

⁵ CASTILHO, Júlio de - *Lisboa antiga: bairros orientais*. 2ª ed. rev. e ampl. Lisboa: Of. Gráficas da Câmara Municipal, 1936. vol. III, p. 307.

tações e figurações, adaptadas da antiguidade pagã que, segundo Eduardo Freire de Oliveira "supriam em grande parte, e para algumas classes quási exclusivamente, o teatro, o circo e outras diversões"⁶, constituindo verdadeiros acontecimentos na vida das cidades e vilas.



Pormento da descrição das procissões efectuadas em Lisboa no Séc. XV. "Livro das Posturas Antigas"

De todas as procissões, em todos os tempos que se realizaram em Lisboa, a procissão do Corpo de Deus foi a de maior pompa e ostentação⁷. Dia de cortejo processional era dia de verdadeiro júbilo, de alegria, de espectáculo e divertimento público.

Esta festa surgiu na Igreja em consequência do desenvolvimento da devoção eucarística dos séculos XII e XIII. É o Papa Urbano IV

por bula de 11 de Agosto de 1264, que institui a festa de adoração e fé, como um testemunho espiritual e popular, encarregando São Tomás de Aquino de preparar a singular liturgia para esta celebração que, baseando-se na Bíblia e em outros textos evangélicos, aprontou orações e compôs hinos que marcaram fortemente este dia.⁸

"O verdadeiro corpo e sangue de Cristo que está neste sacramento não pode ser apreendido pelos sentidos mas apenas pela Fé, que se fundamenta na autoridade divina (...)" esta frase da Suma Teológica, suporte da consciência da espiritualidade, escrita por São Tomás de Aquino ainda hoje usada, espelha-se em hinos⁹, que se tornaram numa forte expressão apostólica e teológica, ao longo dos séculos, compartilhada pelas entidades episcopais e pelo povo, anúncio plena da sua fé e incrustada de um arsenal de gestos e acções, que põem em foco a sabedoria que permite a comunicação com Deus.

Sendo um grande ajuntamento e uma outra forma do existir colectivo, a população manifesta o poder e a esperança de aceder a Cristo, numa configuração de elementos profanos, explicados pelo contexto urbano e histórico da formação e evolução desta magnífica procissão, cuja antiguidade tem sido debatida por alguns estudiosos e ainda não foi inteiramente averiguada, e segundo nos diz Eduardo Freire de Oliveira, é possível até que primeiro tenha sido instituída a festa litúrgica e só mais tarde instituída a respectiva procissão.

⁶ OLIVEIRA, Eduardo Freire de - *Elementos para a história do município de Lisboa*. 1ª Reimp. Lisboa: Typographia Universal, 1932. tomo I, p. 453.

⁷ Faziam-se 12 procissões, ordenadas e prometidas pelos moradores da Cidade de Lisboa, em louvor de Deus e da Virgem Maria conforme a descrição feita no *Livro das Posturas Antigas*, fls 41v e 42 Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa [Arquivo Histórico].

⁸ LISBOA. Patriarcado, org. - *Solenidade do Corpo de Deus: guia litúrgico da Missa e Procissão*. Lisboa: Patriarcado, 2001. p. 8.

⁹ VRAI, Suzanne; PINET, André - *Quinze dias com São Tomás de Aquino*. Apelação: Paulus, 1999. ISBN 972-30-0797-5. p. 7.

Segundo A. Meyrelles do Souto, a 17 de Junho de 1389, no reinado de D. João I, as ruas da capital foram percorridas por um longo e pitoresco cortejo "de pompas variadas ao mesmo tempo religiosas e lúdricas que constituem a festividade nacional por excelência do Corpo de Deus".¹¹

Fátima Iglésias informa também que a procissão e festa do Corpus Christi "desde 1276, mas sobretudo a partir do reinado de D. João I, palpita de elementos do imaginário popular onde, estas celebrações, arrebatam concelhos, confrarias, mesteirais e povo em geral."¹²

Eduardo Freire de Oliveira refere ainda que esta solenidade teve o seu começo, em Portugal, num dos últimos anos do reinado de D. Afonso III, conforme comprovam documentos oficiais, no entanto, foi-lhe dado um maior aparato no tempo de D. Manuel, como refere o Senado na sua consulta de 2 de Junho de 1667: "*O senhor rei D. Afonso 3º predecessor de Vossa Majestade, deu princípio n'este reino à procissão de Corpo de Deus, que em seu tempo instituiu o Pontífice que governava a Igreja. Não deu lugar o estado do reino n'aquelle tempo, e muitos annos depois com a perturbação das guerras e pouca opulencia d'elle, a que esta solemnidade se fizesse com a decência e grandezza que convinha, mas a piedade dos senhores reis D. Manuel e D. João 3º, gloriosos avós de Vossa Majestade, com o socego que lograram da paz e riquezas das conquistas, que em seu tempo o reino já possuía, attenderam com tão particular cuidado à solemnidade d'este triumpho do Santíssimo Sacramento, que à sua real clemência e zelo se deve a forma, que hoje se guarda em esta procissão, continuada sem diminuição alguma até o tempo presente*".¹⁴

Embora estas fontes nos dêem informações diferentes para o início da procissão em Portugal, o que é certo é que ela começou como uma forma de expressão cristã, de gratidão e memória dos inefáveis e divinos benefícios, pela qual se faz novamente presente a vitória e triunfo sobre a morte de Nosso Senhor Jesus Cristo.

A solenidade da procissão exigia determinado aparato que a tornava um excepcional encargo para a cidade, além de um sem número de incómodos relativos à gerência dos indispensáveis elementos festivos. O povo, no geral, tinha também de contribuir para esta grandiosa festa com a ornamentação das ruas, cujo embelezamento passava pelo arranjo de portas, janelas e varandas, que os inquilinos ou proprietários obrigatoriamente tinham de ter "armadas de seda, brocado, alcatifas ricas e tapeçarias de ras e outras armações e ornamentos dourado ou dourados, e tudo o mais ornamento que se deve por em acatamento e demonstração de

¹⁰ SOUTO, A. Meyrelles do - *Em redor do Corpus Christi no Porto*. [S.l.: s.n.], 1967. p 6.

¹¹ HERCULANO, Alexandre - *O monge de Cister*. Lisboa: Círculo de Leitores, imp. 1986. vol. 2.

¹² IGLÉSIAS, Fátima - *Corpus Christi*. Lisboa: Quimera, 1992. p 3.

¹³ OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *op. cit.*, p. 428, notas.

¹⁴ *Livro III de Consultas e Decretos d'el-rei D. Afonso VI*, fl 89. Cit. por Idem, *ibidem*.

devoção (...)", sob pena de pagarem multa (aproveitada para as despesas com as "eternas" obras da cidade) ou de serem presos.¹⁵

Para que efectivamente estas disposições legais fossem cumpridas, na véspera do dia da procissão, as ruas eram percorridas por alcaides e homens bons da cidade, a fim de verificarem se estas providências festivas estavam de acordo com o exigido.¹⁶

Uma das normas obrigatórias para o município era o de cobrirem-se as ruas de toldos¹⁷ do principal itinerário do cortejo e este hábito tradicional das coberturas perpetuou-se de tal maneira, que chegou a constituir uma das maiores despesas dos cofres da cidade, tendo mesmo sido reduzida a cobertura das ruas para apenas a cobertura do adro da igreja, donde saía a procissão e praça seguinte, onde havia o "compasso de espera" inerente a todas as procissões.¹⁸

Uma outra contribuição do município, que passou a despesa camarária fixa, foi o tradicional costume de enfeitar o chão das ruas com espadana, alecrim e flores, conforme prova o rol das despesas, do tempo de D. João V, para com materiais e mão de obra:

"-a João Ferreira da Costa, por via de arrematação, pela espadana e alecrim, que trouxe da banda d'além, para se lançar nas ruas das procissões das cidades Occidental e Oriental, com cláusula da a pôr no Cais da Pedra... 61\$000 réis;

-a Agostinho Roiz de Sá, por arrematação, por conduzir o dito alecrim e espadana às ruas das ditas procissões e espalhar tudo por elas... 33\$600 réis;

-por ajuda de custo, na forma costumada, ao vedor das obras, Nicolau Tavares da Silva, pelo trabalho de assistir de noite ao espalho da espadana, alecrim e flores, que se lançaram pelas ruas da procissão da cidade Occidental ... 4\$000 réis;

¹⁵ Do assento de 1592, *Livro I de Assentos*, fl 8. Esta obrigação verificou-se nas mesmas condições até 1792, quando por aviso de 22 de Maio, foi reduzida a simples ornamentação de portas e janelas, *Livro de Registos de Conselho*, nº 14, fl 171v. Cit. por Idem, *ibidem*.

¹⁶ Idem, *ibidem*.

¹⁷ Do traslado de um capítulo de uma carta do rei dirigida aos governadores, in *Livro Carmesim*, fl 101. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa [Arquivo Histórico].

¹⁸ Pelo aviso régio de Maio de 1792, ordenou-se que nas ruas por onde passasse a procissão houvesse uma ornamentação conforme as possibilidades financeiras, sem que a obrigação do "toldamento" do adro da igreja fosse imposto. *Livro III de Registos de Avisos da Rainha D. Maria I*, fl 33v. Em Maio de 1813, o Senado da Câmara pedia para não ser obrigado a colocar, à sua custa, o toldo no adro da Igreja de S. Domingos. Em 1821, o Senado volta a apelar no mesmo sentido e propõe ainda que a procissão passasse o seu cortejo para a parte da tarde justificando que não havia toldos suficientes para resguardar todos os fiéis do sol, *Livro de Registos de Conselho*, nº 3, fl 195v. Só em 1855 é que a procissão saíria de tarde, ordenada por portaria do Ministério do Reino de 30 de Maio desse ano. O ano de 1871 foi o último ano em que o toldo foi armado no Largo da Sé. Cfr. OLIVEIRA, Eduardo Freire, *op. cit.*

-ao contínuo João Fernandes, para pagar o aluguer das bestas, em que foi por duas vezes ao Campo Grande e a Chellas dar recado aos juizes dos hortelões, para trazerem flores para as ruas das procissões, Occidental e Oriental...\$800".¹⁹

Embora estes exemplos sejam do séc. XVIII, esta tradição já vem de um período anterior.

Em 1684, o Senado da Câmara redige um assento justificando porque resolveu fazer restrições a este uso popular que se torna uma contradição, pois se se ordena aos moradores das ruas da passagem da procissão para que, por reverência da solenidade, as mantenham limpas, a espadana "*fazia imundícias, originadas da passagem e continuação do concurso da gente, com que as diligências da limpeza ficavam frustradas com esta causa*".²⁰

A proibição, no entanto, não durou muito tempo, porque nestas coisas o povo mantém o princípio da tradição, mas a evolução dos tempos e das mentalidades trouxe um novo conceito de higiene e séculos mais tarde, passando por uma solução económica, proposta pelo vereador Teófilo Ferreira em sessão de Câmara, esta deixa de incluir no seu orçamento a verba destinada àquela despesa.²¹

Ainda hoje, a presença de velas, círios, tochas ou candeias nas procissões é tão indispensável como qualquer outro ornamento religioso, pode-se mesmo dizer que sem estas luzinhas as procissões não são elevadas ao seu propósito divino. E assim foi ao longo dos tempos.

No séc. XV, a importância da cera e dos círios²² era tão grande que foram feitas posturas municipais próprias a regulamentar o modo como estes "adereços" deviam ser feitos e que qualidades deviam ter, conforme fossem "nas Igrejas pera arder (...)", "pera darem a enteramentos e confrarias (...) pera que as ajam mester pera ssuas cassas (...)" e "per priçisões e solenjdades ordenadas".²⁵

Estas posturas resultaram das queixas do povo, que se considerava enganado pelos cirieiros e alcançando tamanho dano, o corregedor, vereadores, procurador do Conselho, juiz do cível, juiz do crime e homens bons da Cidade "vendo como nos Çírios e tochas que sse faziam em

¹⁹ Livro XIII de Consultas e Decretos d'el-rei D. João V, Occidental, fl 69. Cit. por Idem, *ibidem*.

²⁰ Livro V de Assentos, fl 28. Cit. por Idem, *ibidem*.

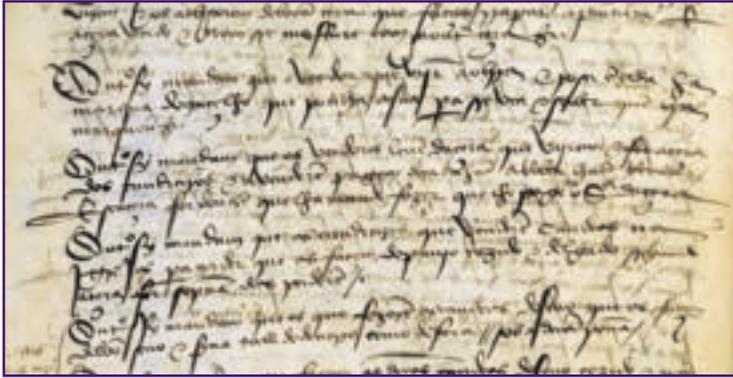
²¹ Actas de Sessão de Câmara. Lisboa: CM, 1878. 23 de Outubro.

²² O sentido original deste vocábulo era "vela de cera" e por metonímia evoluiu para o de "peregrinação", principalmente a santuários marianos, no entanto, aqui referem-se a velas de cera de tamanho grande. In SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo, dir. - *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa: [s.n.], 1994. ISBN 972-96030-0-6. p. 781.

²³ Livro de Posturas Antigas, fl 53v. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa [Arquivo Histórico].

²⁴ Idem, *Ibidem*.

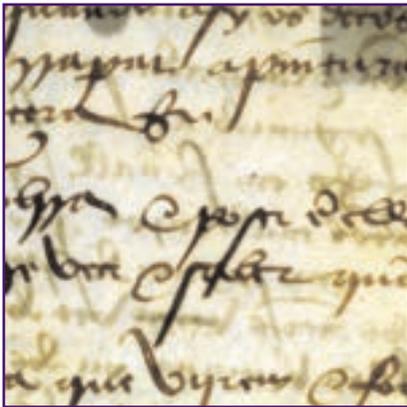
²⁵ Idem, *Ibidem*, fl 54.



Pormenor da postura das obrigações a que os cirieiros da Cidade, estavam sujeitos. "Livro das Posturas Antigas"

esta cidade se faziam em ellas muytas maliças e enganos (...) porque punham nas dictas tochas çirios e candeas de çera os paujos muy grossos mays que Conpria e de fiado muy grosso e cruu E asy laurauam a cera com agoa. E se fazia em ella outras maliças porque no dicto mester nam era posta rrega nem rregimento senam cada huu fazia segumdo sse pagaua Porem os sobre-

dictos por Remediar as maliças e enganos ACordarom hordenarom poserom por pustura que a dicta cera se laure daquy em diamte E sse façom os çirios e tochas e Candeas pêra guissa que sse ssegue (...).²⁶



Pormenor da postura das obrigações a que os cirieiros da Cidade, estavam sujeitos. "Livro das Posturas Antigas"

Juntamente com as regras estipuladas para os cirieiros e candeeiros, dos preceitos que deveriam contemplar para uma correcta feitura das velas, vinham as multas que tinham de pagar e os dias de prisão a que tinham de se submeter e ainda "seja priuado que nam huse do dicto officio de candearia na dicta cidade".²⁷ Este regulamento dos cirieiros e candeeiros ordena também que "pêra se veer se os dictos çirios e tochas som bem feitos e com boons pavios cozidos mandam que todos aquelles que (...) fezerem que ponham cada huu dos dictos candeeiros em cada huua sua marca as quais marcas que cada huu tomar pera poer em ssuas obrras mandam que as ponham e lhes façam poer no liuro da câmara. E sejam postos dous veedores aos quaaes mandam

que vejam todos os çirios e tochas que se fezerem e laurarem na dicta cidade (...) E se acharem que a dicta obrra de cera he booa e laurrada sem agoa. E os paujos cozidos e taaes quaaes deuem de seer segumdo a cera for sem maliça que lhe po-nham a marca do conce-lho em synall que som vistos os dictos çirios e tochas (...).²⁸ Em suma, regras para a aquisição de artigos de qualidade, manifestando a intenção de salvaguardar aquilo a que hoje damos o nome de direitos do consumidor.

Tendo em conta as inúmeras procissões, mais ou menos aparatosas, levadas a efeito e, não obstante, o sentimento religioso que aí animava tanto a edilidade como a população, os encargos com a cera suscitavam alguma relutância. Alguns documentos dão-nos a conhecer as propinas, aplicadas à cera, que os membros do Senado recebiam em determinadas procissões. O presidente, por exemplo, recebia 4\$000 réis por cada uma das dezanove procissões em que

²⁶ Idem, *Ibidem*, fl 52 v.

²⁷ Idem, *Ibidem*.

²⁸ Idem, *Ibidem*, fl 53.

tinha de participar.²⁹ Os desembargadores que serviam de vereadores recebiam, por cada uma das mesmas procissões, 2\$000 réis, cada um. Tal como os ordenados, as propinas também seguiam a hierarquia e aos procuradores da Cidade era dado a cada um, a quantia de 1\$200 réis, para a cera de acompanhamento dos mesmos solenes cortejos.³⁰

Assim, estando a cargo da Cidade uma parte do fornecimento da cera que acompanharia a Procissão do Corpo de Deus, assentou-se em Maio de 1614 que "*se de cera branca a todas as ordens e que se mande fazer logo (...) e será cada círio de cada religioso de trez quartas partes e dos ministros e provincias, a qual se repartira, estando presentes os dois procuradores da cidade, que e a forma em que sempre se deu e que se deem trinta tochas brancas que se repartirão outrosim pela mesma maneira*"³¹(...).

O direito que a Câmara de Lisboa tinha de cobrar impostos sobre a venda de géneros e mantimentos é já muito antigo, como se pode verificar por vários documentos, por exemplo uma sentença dada por D. João I, em 18 de Setembro do ano de 1391,³² por um alvará régio de 3 de Março de 1574 e confirmado por outro de 5 de Março de 1596³³ ou por uma carta régia de 16 de Outubro de 1633³⁴, entre outros testemunhos. Eram tributos, que abrangiam todo o comércio miúdo e graúdo e serviam como um dos meios sempre existentes para melhorar o débil estado da fazenda municipal, neste caso e em consulta do Senado de 26 de Outubro de 1735,³⁵ foram discutidas as receitas e despesas anuais da Câmara, chegando-se à conclusão que os rendimentos, auferidos pela Cidade, mal chegavam para cobrir as despesas ordinárias obrigatórias e era economicamente impossível amortizar as dívidas. Curiosamente, a despesa com as propinas da cera para o cortejo atribuída aos vereadores e restante pessoal do Senado, elevava-se a 1600\$000 réis, juntamente com a despesa da colunata³⁶, que ascendia a 4800\$000 réis, dava uma soma quase astronómica que era equiparada às receitas do arrendamento dos lugares do terreiro, receitas da Chancelaria da Cidade, das condenações da Almotacaria, dos contratos das barcas e da mealharia e dos contratos do verde do Alqueidão, e ainda receitas

²⁹ Relação dos vencimentos e propinas anuais do presidente, vereadores e procuradores da Cidade, feita depois do ano de 1751 e, como refere Eduardo Freire de Oliveira, estas procissões eram feitas nos dias de São Sebastião, de São Vicente, de Nossa Senhora da Saúde, de São Marcos, de Nossa Senhora dos Mártires, nos três dias de Ladainhas, véspera e dia de Santo António, do Corpo de Deus, da Visitação de Santa Isabel, do Anjo Custódio, de Nossa Senhora das Neves, da Batalha de Aljubarrota, da trasladação de São Vicente, dos Santos Mártires, de São Crispim e São Crispiano e da aclamação de D. João IV. Cfr. OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *op. cit.*, p. 25, notas.³⁰ Idem, *ibidem*, p. 27 e 81.

³¹ *Livro II de Assentos*, fl 55. Cit. por Idem, *ibidem*.

³² *Livro dos Pregos*, doc 206, fl 168. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa [Arquivo Histórico].

³³ *Livro II de Consultas e Decretos d'el-rei D. João V, Occidental*, fls 31 e 31v. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa [Arquivo Histórico].

³⁴ *Livro de Leis e Declarações sobre a Confirmação das Regalias do Senado no Reinado de D. João IV*, fl37. Cit. por OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *op. cit.*

³⁵ *Livro dos Pregos*, doc 206, fl 168. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa [Arquivo Histórico].

³⁶ Dava-se o nome de colunata ao conjunto dos mastros e outros apetrechos que sustinham as coberturas das ruas e praças por onde passava a procissão.

do imposto sobre o comércio de determinados géneros, todos juntos. Ou seja, a Cidade estava em tal estado de "aperto" que tinha de fazer grandes contenções, mesmo no que dizia respeito a este tão bento consumo.

Tal questão não era nova e prendia-se com os gastos exagerados ou mal distribuídos e até com a aquisição de artigos de luxo que, praticamente, afectou todos os reinados e alguns dos soberanos chegaram a promulgar leis pragmáticas severas para refrear o luxo e reprimir a aquisição de equipagens dispendiosas. Neste contexto, D. João I, numa carta régia do ano de 1391 e após insistência da Câmara, concedeu autorização aos moradores de Lisboa e seu termo, a poderem usar as suas espadas guarnecidas, roupas, jóias e outros adornos de ouro e prata, apenas durante as festas do Corpo de Deus, de São João e de Pentecostes, "e pasadas as dictas festas que se guardem o que per nos he mandado e que esto seja sempre em cada huum ano he aos tempos das dictas festas".³⁷

Uma outra aquisição que impunha extraordinária despesa era a charola, um andor especial que levava a custódia com a hóstia sagrada, peça central na procissão e, como tal, a sua estudada feitura era muito cuidadosa.

Um primeiro esboço do seu desenho era enviado ao rei para aprovação e, caso agradasse, seria feita em madeira revestida a prata.³⁸ Como mandava a decência e a piedade, este objecto devia ser magnífico e a sua gerência pertencia ao tesoureiro municipal, o negócio, num consenso geral, fazia-se na Câmara "estando em ella os vereadores e procuradores e mesteres, Recebeo o thezoureiro da cidade coremta e seis dobretes, e cinquenta e oyto ballages, e setemta e tres esmeralldas, e sete cruzes, e dez Rosas e seis pedras, que ha cidade comprou por vinte cruzados, para a charolla em que vay o santo sacramento, dia do corpo de deus".³⁹

Uma outra relação de despesas do ano de 1738 indica que o escrivão das obras da Cidade, Francisco Xavier de Mello, despendeu "*doze mil réis com os 8 cavalleiros que levaram as varas do pallio da procissão do Corpo de Deus da cidade oriental, a 1\$500 réis a cada um; mil e duzentos réis ao padre que na dita procissão levou o descanzo, e quatro mil réis que se dão ao mesmo escrivão, por ajuda de custo annualmente, pelo trabalho que tem em assistir ao espalho da espadana, alecrim e flores pelas ruas da mesma cidade oriental*".⁴⁰

Neste mesmo ano, uma consulta do Senado Ocidental, refere as faustosas despesas que se fazem com a colunata que só por si endivida substancialmente o município faltando depois

³⁷ *Livro dos Pregos*, doc. 171, fl 155v. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa [Arquivo Histórico].

³⁸ *Livro Carmesim*, fl 101. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa [Arquivo Histórico].

³⁹ *Livro II de Vereação*, fl 20. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa [Arquivo Histórico].

⁴⁰ Vid. nota 18.

verbas para applicações mais urgentes, "(...) quando a dita columnata se fez de novo, importou em mais de cento e cinquenta mil cruzados, que os senados⁴¹ por ordem de V. Mag. Tomaram de juro sobre as suas rendas e com os concertos, que depois se fizeram, despesas de armar e desarmar nos annos que tem servido, importa mais de trezentos mil cruzados, o que se tem tirado das rendas dos senados, que já n'aquelle tempo não chegavam para os encargos públicos das sua applicações antigas (...) a consternação em que se tem visto os moradores d'estas cidades, com as ruas intransitáveis pelas ruínas das calçadas e falta de limpeza n'ellas e muitas fontes arruinadas chegando a impossibilidade dos senados pelas execuções feitas nas sua rendas (...)"⁴².

A cargo do Senado estava ainda o aluguer dos armazéns, onde se guardava todo este material da colonata que quanto mais longe do Terreiro do Paço ficassem mais dispendioso era o transporte desse mesmo material até ao local da armação. Em consulta do Senado de Julho de 1729 é feito um pedido ao rei para a edificação de um barracão próximo ao chafariz d'El-Rei, da parte do mar, para guardar os ditos materiais, a fim de evitar os gastos inerentes à distância que os carretos percorriam para o seu transporte, ao qual pedido o rei deu a sua real licença.⁴³

Ligados com estas despesas de materiais e mão de obra das colonatas estão ainda outros custos que não são contemplados à partida, mas que se revelam gastos algo dispendiosos para a situação precária da Fazenda, como por exemplo, a "*ajuda de custo ao carpinteiro Martinho da Costa, para os gastos que fez da cura procedida da queda que deu de cima da columnata, de que esteve sangrando.....4\$000*" ou a "*ajuda de custo a Domingos da Silva, marinheiro, que cabio da columnata, de que esteve muito enfermo.....2\$000 (...)*".⁴⁴

As luvas que os ministros e outros cidadãos usavam para acompanhar o cortejo processional é um outro aspecto terreno, considerado dever, e no qual não se podia economizar.

O Senhor não podia aceitar que na veneração pública do Corpo de Seu Filho muito amado, os principais cidadãos da Cidade fossem de mãos descobertas, qual sacrilégio dos ímpios, pois a sua posição social dava-lhes a obrigação de uma compostura e limpeza, acima do comum dos mortais. Sem dúvida era a vontade de Deus.

Um desses exemplos elevado a altas instâncias tinha a ver directamente com o tesoureiro do Conselho que recebia uma ordem de pagamento destinada à aquisição de cem pares de luvas

⁴¹ O arcebispado de Lisboa foi dividido em duas dioceses distintas e, portanto, resultaram duas cidades: Lisboa Oriental e Lisboa Ocidental. Por alvará régio de 15 de Janeiro de 1717, D. João V ordenou que houvesse também dois Senados, cada um com seu presidente e que ambos gozassem das mesmas honras e preeminências. *Livro I de Consultas e Decretos d'el-rei D. João V*, fl 98. Cit. por OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *op. cit.*

⁴² *Livro XIII de Consultas e Decretos d'el-rei D. João V*, fl 65. Cit. por Idem, *ibidem*.

⁴³ *Livro IX de Consultas e Decretos d'el-rei D. João V, Oriental*, fl 74. Idem, *ibidem*.

⁴⁴ Ver nota 18.

que "*ora se compraram, para se repartirem com os cidadãos que hão de acompanhar a procissão do Corpo de Deus d'esta cidade; e assim entregará mais o dito thesoureiro ao dito homem das obras treze mil e seiscentos réis, para se repartirem com os ministros da mesa, pelas luvas que se lhe dão no dito dia*".⁴⁵

O presidente, os desembargadores que servissem de vereadores e os procuradores da Cidade recebiam, à parte do ordenado, uma verba para despesas extraordinárias e, nestas, estavam incluídas as luvas do dia do Corpo de Deus.⁴⁶

Na afirmação de um modelo positivo da realidade social posta em contacto com o divino, estas autoridades não usavam as mesmas luvas nas demais solenidades, nestas coisas do sagrado convém não desiludir a prol celestial, e assim a verba contemplava também outros pares de luvas para o dia de São Sebastião, dia de São Lázaro, dia em que se celebrava o ofício na Igreja de São Vicente por alma de D. João IV, entre outras celebrações.⁴⁷

Descrever aqui todas as despesas que se faziam com a Procissão do Corpo de Deus tornar-se-ia tarefa muito extensa, demasiado extensa para este artigo, ainda mais se se especificasse cada uma delas. Portanto, os exemplos destas peculiares questões descritas já nos permitem uma visão das imensas despesas obrigatórias, também com consequências advenientes na fabricação da imagem de uma cidade eleita pelo poder como lugar e símbolo do seu exercício e aparição. Não obstante a crise financeira instalada que acabava sempre por afectar, igualmente ao longo dos tempos, os dispêndios, com prejuízos para o próprio Estado e sobretudo para a Câmara, e repercutir-se nas vontades individuais dos próprios cidadãos, mesmo com intenção religiosa, coisa que originava descontentamentos e que nem sempre era bem cumprida ou observada, quer por uns, quer por outros.

Era assim que, seladas pelo sagrado envolvente, as procissões atingiam foros de compromisso colectivo, proposto e aceite senão por todos, pelo menos pela maioria popular, não obstante a sua participação não primar pela compostura religiosa.

Em particular, na Procissão do Corpo de Deus mas geralmente nas outras procissões menos, aparatosas e ao longo dos anos, o estilo processional foi caindo num carácter mais profano, onde se cometiam exageros de várias espécies. No ano de 1624, o Senado teve alguma necessidade de legislar sobre o uso e abuso de barretes e chapéus por "*se uer o pouquo respeito, que tem hos juizes, mordomos e ofeciais da cidade, todo ho mais pouo que acompanha a prociçam do corpo de Deus, e vam*

⁴⁵ Cit. por OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *op. cit.*, p. 439.

⁴⁶ Relação dos vencimentos e propinas anuais do presidente, vereadores e procuradores da cidade depois do ano de 1751. Cfr. Idem, *ibidem*.

⁴⁷ Idem, *ibidem*, p 26-27.

*... cubertos nela com os chapéus na cabeça, que doje por diante todos os annos se apregoe por a cidade e logares por honde a prociçam vay, que nhua pera de qualquer calidade que seja, va na dita prociçam com ho chapeo na cabeça, nem esteja parado vendoa com ele, so pena de dous mil reis e dez dias da cadeia, pagos sem remissam (...)*⁴⁸ assim "(...) hiram todos descubertos, sem barretes nem chapéus, accompanhando o Senhor com acatamento e veneraçam deuida da see atee sam dominguos sem se sairem da prociçam".⁴⁹

As normas severas para manter a devoção agravavam-se para os que faltavam ao cortejo, "*havendo se respeito a pouca autoridade com que por este senado se acompanhavam as procissões de sua obrigação, faltando de ordinário a maior parte dos ministros d'elle, e os julgadores do seu provimento, e assim aos cidadãos, tudo em tão grande falta e desautoridade do mesmo senado (...) e os juizes, assim do crime como do civil, orphãos e propriedades, almotacés da limpeza, corretores de mercadorias e câmbios, contador e thesoureiro da cidade e vedor das obras d'ella, que não forem ás ditas procissões (...) serão condemnados e multados em seus ordenados (...)*".⁵⁰

Os cidadãos que faltavam não só tinham de pagar as respectivas multas, como ainda eram riscados do foro de cidadão à terceira falta, o alcaide, o vedor das obras, o tesoureiro e outros oficiais, depois da primeira multa e da segunda multa, á terceira eram suspensos do exercício do seu cargo⁵¹ pelo tempo que o Senado considerasse suficiente para castigar o "pecado da não comparência". O cumprimento destas resoluções, visava corrigir o descuido e para que os ditos cidadãos "*nom poderem ter escusa e allegar ignorancia acerca do que por este assento he determinado, os julgadores da cidade serom notificados pelo escrivam das obras d'ella esse fará saber pelos homes da câmara, a quem se darom repartidamente em roes e para que se saiba os que acodem a esta obrigaçam, o dito escrivam das obras será apontador dos que vem, para se saber os que faltam*"⁵². Desta maneira a Câmara, por jurisdição própria, fazia executar as penalidades dos seus próprios membros, localizando-os no mesmo nível de todos os outros faltosos.

O propósito era louvável, mas a eficácia estava aquém da boa vontade e alguns dos lesados, mesmo notificados das penas a que ficavam sujeitos, declaravam que "*elles eram ocupados e nam podiam assistir nas procissoes e se o senado os quisesse riscar o podia fazer*"⁵³, admitindo pela resposta a sua desobediência e falta de decoro, excedendo o justo respeito que deviam guardar ao Senado e, mais grave ainda, era a afirmação de uma atitude errada de cristão criado na doutrina da Santa Madre Igreja.

⁴⁸ Livro II de Assentos, fl 194v. Cit. por Idem, *ibidem*.

⁴⁹ Livro I de Assentos, fl 9. Cit. por Idem, *ibidem*.

⁵⁰ Livro IV de Assentos, fl 8v. Cit. por Idem, *ibidem*.

⁵¹ Idem, *ibidem*, fl 251v.

⁵² Cit. por Idem, *ibidem*, fl 8.

⁵³ Livro V de Assentos, fl 42v. Cit. por Idem, *ibidem*.

Uma outra vertente desta falta tão ímpia, era aquela em que oficiais mecânicos se faziam substituir por seus criados, no lugar da cerimônia. Em Maio de 1514, D. Manuel ordena que "os officiaes mechanicos vam nas procissois dia do corpo de deus sem embargo de seus priuilegios e nom mandem seus moços (...)",⁵⁴ isto porque não faltavam mas, socorrendo-se dos privilégios, também não estavam presentes e perante este continuado jogo, mais tarde em 1517, o rei volta a fazer saber às autoridades de Lisboa que "ey por beem e seruiço de deus e meu que aquellas pessoas, officiaees macanicos a que sam dados allguus privilegios per que se escusam de hir nas pricissoees do corpo de deus (...) ham dir por ordenança com seus officios, nam sejam escussos pelos ditos priuilegios de hir nas ditas festas".⁵⁵

Anos mais tarde, um assento da Câmara insiste nesta questão acrescentando "que sam obriguados a leuar castelos nella nam os leuauam, sendo a isso obriguados par homrarem a festa do Senhor, que he a mais solemne procisam do anno e que alguns os mandauam leuar per seus moços (...) se asentou em camara que daqui em diante todos os officiaes de officios sam obriguados a leuar castellos no dia que se celebra a dita festa".⁵⁶ Era uma questão social que assumia a transcendência mesmo com a intervenção do poder soberano.

A par da abstracção do princípio religioso predominante, que devia reger as acções dos homens, havia ainda a circunstância e o empenho popular de tornar a solenidade do Corpo de Deus o mais terrena e festiva possível.

Eduardo Freire de Oliveira, na sua importantíssima descrição de valiosos documentos para a história de Lisboa, informa-nos que os mesteres formavam "*a parte mais ridícula e variada e por isso mesmo a que mais entusiasmava e prendia a atenção da frenética turbamulta*".⁵⁷ A adoração do Corpo de Deus acabava por ser assessorada por uma demasiado alegre companhia e levada ruidosamente pelas ruas da Cidade, mesmo depois de circular o aviso do Juiz do povo para que os officios e seus mesteres tivessem toda a decência no percurso desta prestimosa manifestação.

As irreverências das "folias e chacotas", usuais desde tempos remotos em todas as procissões e outras comemorações solenes, ligavam-se à presença de bandeiras, tourinhas⁵⁸, gigantes, carros, castelos e outras invenções que eram conduzidas pelos grupos de artífices presentes na

⁵⁴ *Livro de Festas*, doc 19, fl 24. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa [Arquivo Histórico].

⁵⁵ *Idem, ibidem*, doc 84, fl 95.

⁵⁶ *Livro II de Assentos*, fl 194v. Cit. por OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *op. cit.*

⁵⁷ Cit. por *Idem, ibidem*, p 435.

⁵⁸ Segundo Frei Joaquim de Santa Rosa Viterbo, *tourinhas*, eram fitas ou listões de pergaminho em que estavam escritos os mandamentos da Lei de Deus e, provavelmente, serviriam como afirmação da aceitação e juramento de fidelidade à Lei. SANTA ROSA DE VITERBO, Joaquim de, frei - *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*. Porto: Civilização, 1966. vol. II.

cerimónia. Principalmente as invenções, aprimorados distintivos que faziam par com as bandeiras dos mesteres, que eram obrigatórias na comitiva, tornaram-se demasiado vulgares e isso trazia outros inconvenientes no que respeita ao comportamento das hostes, de tal forma a dita folia era exagerada, em consequência dos diversos carros: dos hortelões, com "*almuinha*" representativa das hortas, dos sapateiros, com um dragão infernal, dos armeiros, com o símbolo do Sagitário, dos "*piliteyros*", com um gato montês, dos calafates, representados pela nau ou galé de igual símbolo para os carpinteiros da Ribeira, entre muitos outros. Tudo numa sintonia espalhafatosa "mui de folgar" e de muito reparo.⁵⁹

Por sua vez, as bandeiras dos ofícios mecânicos e os pendões das irmandades eram indispensáveis ao anúncio do grupo e vibravam "*à maneira de grandes painéis suspensos por cordões de seda e oiro, e varas compridas com remates e pontas de oiro, de que pendiam muitas e grandes borlas do mesmo metal*", e pela descrição sabe-se que eram inúmeras e cada uma melhor fabricada que a outra, de brocado, damasco, bordaduras de oiro, tarjas preciosas circundando as imagens dos santos da devoção e, acrescentando maior fulgor, os homens que levavam estes estandartes iam com roupagens perfiladas a galões de prata e, conta o mesmo autor, que "*algumas bandeiras eram tão grandes e tão pesadas pelo muito oiro de suas guarnições, franjas e bordadura, que para se moverem necessitavam da força de trez ou quatro homens, que de quando em quando se revessavam para tolerar o trabalho que tinham em levar-as*".⁶⁰

Garridos eram também os castelos, espécie de tronco roliço rematado por uma maçaneta ou outro elemento artístico, adornado em volta com bandeirolas, ramalhetes ou fitas coloridas que os oficiais carregavam no cortejo, que os "mui honrados juiz e vinte e quatro do pouo desta Cidade de lizboa" pediram ao senado, em 26 de Junho de 1610, para serem substituídos por tochas "pelo muito proveito que diso se resultaua ao o culto diuino e bem commun do pouo".⁶¹

Esta vontade tão sentida de acabar com a razão de quaisquer atitudes consideradas, pela edibilidade, de zombaria ou chacota perante ocasião tão sagrada, está patente nas medidas tomadas contra a profanação do acto e o iminente risco de perdição da alma. No entanto, o povo, mesmo temeroso a Deus, era brioso no seu entender tradicional e pouco se importava com as oposições quando o seu espírito apontava para aquela forma de veneração.

Como já foi descrito, continuou com a ornamentação floral das ruas aquando da sua proibição e quanto ao arraial também não deixou de actuar de acordo com o folclore, encontrando sempre algum encanto e regozijo nas dissolutas folias de hortelões ou regateiras e momices de dia-

⁵⁹ OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *op. cit.*, p. 436

⁶⁰ Descrição feita sobre a procissão do ano de 1719, por Inácio Barbosa Machado, cit. por Idem, *ibidem*.

⁶¹ *Livro de Festas*, doc. 205, fl 215. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa [Arquivo Histórico].

bos ou feiticeiros e de outras figuras caricatas, que habitualmente passavam na cauda do cortejo e divertiam os ânimos dos que assistiam a esta procissão sacro-estragante.⁶²

Por outro lado, e relevando o grande valor social desta cerimónia religiosa, celebrada e organizada ao mais alto nível, a Procissão do Corpo de Deus instituía a participação obrigatória das individualidades eclesiásticas, nobres, mesteirais, irmandades e outros representantes, na necessidade moralizadora e didáctica de uma "caminhada" evangelizadora perante o povo.

Podemos assim destacar nesta manifestação pública de fé, que assume um carácter devocional na sua obrigatoriedade adaptada ao contexto urbano e às suas dificuldades estruturais, contribuindo para um bom êxito de iniciativa, a séria preocupação do governo central e local em, assegurar um certo número de participações, quer subsidiando entidades quer emitindo diplomas a regular as posições no cortejo.

Uma consulta do Senado de 7 de Maio de 1660, explica como esta festividade implicava um dever, em que todas as pessoas tinham de executar zelosamente o que era ordenado: "*(...) e os senhores reis d'este reino mandaram também ás câmaras das suas cidades e villas que assistissem pessoalmente, e ordenassem o acompanhamento da procissão, obrigando a todos os officios e mesteres a concorrerem com suas festas e invenções. (...) Avantajaram-se os prelados e cabido da sé metropolitana de Lisboa, e o senado da câmara á sua imitação, obedecendo e executando estas ordens pontualmente, procurando sempre crescer na devoção a grandeza da festa*".⁶³

Uma relação de despesas do ano de 1738 mostra-nos a existência de um subsídio dado aos cavaleiros que segurariam o palio durante a procissão⁶⁴ que, como simples cidadãos, não recebiam propinas. Era uma forma de assegurar sempre um certo número de pessoas, para não desqualificar a grandiosidade da festa por falta de quem exercesse a tarefa de levar o palio com o Santíssimo Sacramento.

A localização das altas individualidades no palco da cena processional era estudada conforme mandava a etiqueta da época. Se o rei estivesse na Cidade e quisesse participar seguia à frente, ligeiramente atrás e à sua direita os três vereadores que levavam as varas de abertura da procissão, os outros ministros, imediatos na retaguarda deste grupo inicial, iam quer à direita quer à esquerda, como melhor aprofesse no caso do príncipe também figurar no cortejo logo antes

⁶² Livro IV d'el-rei D. Manuel, fl 48. Cit. por OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *op. cit.*

⁶³ Cit. por Idem, *ibidem.*, p. 428.

⁶⁴ Vid. nota 18.

do seu real pai, seguiam-se os elementos dos tribunais, o clero, a nobreza, as bandeiras dos ofícios, autoridades civis, os militares e por fim a multidão.⁶⁵

Os ofícios, com os eleitos juizes de bandeira, tinham também o seu lugar assegurado e em princípio seguiam por ordem: a bandeira dos sapateiros com 30 castelos; as bandeiras de S. Miguel, dos pedreiros e carpinteiros e a dos ourives de prata e ouro com 24 castelos; a bandeira dos alfaiates com 20 castelos; as bandeiras dos oleiros, dos tecelões e dos tanoeiros com 18 castelos; a bandeira dos espartanos com 17 castelos; a bandeira dos cirieiros com 16 castelos; a bandeira dos curtidores com 14 castelos; as bandeiras dos tosadores e dos correiros com 12 castelos e por fim, a bandeira dos cordoeiros com 10 castelos. Este rol de casteleiros⁶⁶ tinha ainda no seu séquito um sem número de acrescentamentos, como eram os engenhos, os carros alegóricos, as representações teatrais, números de circo e outras tantas adições à revelia do sagrado. Um destaque muito especial era dado à presença do *martyr* São Jorge, com lugar asseguradíssimo e deveras venerado pelas graças concedidas das vitórias em batalhas e conflitos militares, no tempo de D. João I⁶⁷, que o povo e os monarcas faziam questão de não esquecer como grande figura patriota, que muito dignificava a procissão assim realizada, reflectindo a memória da Cidade e a sua ligação à realeza. Esta singular presença do santo guerreiro como herói cívico, ultrapassava em muito os custos e os preparativos para a sua participação no cortejo processional, arreigando a mentalidade e o fervor da época, na dualidade de temor e orgulho daquela relação de domínio entre Deus e os homens, cujo benévolo poder plasma o mundo terreno num característico instantâneo imaginário.

O propósito municipal de estabelecer um padrão para a realização de tão devota festa, demarcar e controlar todas as circunstâncias do evento, levou à feitura de posturas específicas destinadas aos seguidores de outros credos. As ordens eram de vetar a mistura do sentimento e do divertimento entre judeus, mouros e cristãos. Embora a proximidade espacial a que estavam sujeitos deixasse transparecer um ameno convívio entre todos, a questão racial imperava nas santas actividades da Igreja cristã. A Câmara avisava que "nam seja nenhu mouro nem Judeu tam ousado que daqy en dyante vaa a voda nem a festa nem a vegillia nem a pinticostes nem a outras nemhuas festas que os christãos fezerem assy na cidade como nos montes a dançar nem a tamJer nem a baillar nem fazer outros Jogos"⁶⁸ sob pena do pagamento de uma quantia, que triplicava se fosse duplamente reincidente mais os custos da prisão a que se sujeitavam à terceira desobediência.

⁶⁵ *Livro Carmesim*, fl 19v. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa [Arquivo Histórico].

⁶⁶ *Livro de Festas*, doc 206, fl 216. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa [Arquivo Histórico].

⁶⁷ D. João I incluiu este santo na Procissão do Corpo de Deus, do ano de 1387, determinando que a sua imagem fosse montada num cavalo e acompanhada por homens bons da Cidade. LANGHANS, Franz-Paul - *As Corporações dos Ofícios Mecânicos*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1946. vol. 1, p. 172 e 195.

⁶⁸ *Livro das Posturas Antigas*, doc. 88, fl 21. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa [Arquivo Histórico].

O início do dia da Procissão do Corpo de Deus começava com o solene alvoroço do repique dos sinos da Igreja, despertando os fiéis ao romper da manhã. Todos se juntavam no adro da Sé e imediações e conforme chegavam iam-se arrumando, por importância, uns dentro da igreja e outros fora, num aparatoso momento de preparação processional com missas e bênçãos.

Nos primeiros tempos, segundo nos informa Eduardo Freire de Oliveira, a procissão saía da Sé, percorria "a Tanoaria, a Calcetaria, a Rua dos Ourives do Ouro, dos Douradores, Rua dos Escudeiros, entrava nos pórticos do Rossio, passava à Rua das Arcas, dos Torneiros, Rua da Correaria, dos Ourives da Prata e seguindo pela Rua Nova dos Ferros", fazia uma pausa no largo antes de voltar a entrar na Sé⁶⁹ e dar seguimento aos trâmites religiosos destas cerimónias.

Ao longo dos séculos este itinerário foi mudando conforme era ordenada a saída da procissão da Sé, ou da Patriarcal que por sua vez teve contínuas transferências de templo para templo, da Igreja de S. Domingos ou da Igreja de Santa Justa e Rufina,⁷⁰ tornando-se numa procissão cenográfica mais tradicional que simbólica.

Este trabalho teve como objectivo dar a conhecer algumas questões e ideias do esforço financeiro e social a que a municipalidade se submetia na observância e garantia do preceito moral e religioso da Procissão do Corpo de Deus, porque na fronteira entre a salvação, o pecado e a condenação por ele imposta às almas cristãs estava o domínio, a vigilância e as despesas desta festividade devocional e cívica, numa actualização terrena e anual do pacto espiritual entre os lisboetas e o divino, repleta de sentimentos e obrigações.

São assim, em todos os tempos, as festas populares e religiosas que exprimem a cultura e a tradição do povo, tanto na cerimónia como no ritual, numa afirmação sequencial das duas vertentes. São estas as celebrações que no geral da sua essência, reafirmam os laços sociais, aproximam os homens, movimentam e resgatam lembranças e emoções. Com características semelhantes mas enfoques diferenciados, as procissões, tomavam um espírito de troca e fortificação da alma e, hoje, provavelmente, não conseguimos atingir a importância que a Procissão do "Corpus Christi" tinha na época, em que era necessário realçar a presença "real" de Cristo na hóstia e aliá-la ao desejo do homem de "contemplar" as coisas, e a intensa actividade social que envolvia, e as exuberantes despesas obrigatórias a que se sujeitava, a fim de alcançar o objectivo evangélico e salvador a que se propunha, fazendo disso um temente e distinto exemplo para todos.

⁶⁹ Idem, *ibidem*, p. 442

⁷⁰ Idem, *ibidem*, p. 443.

Actualmente, com alguma evolução nos costumes, mas na mesma quinta-feira após a Festa da Santíssima Trindade, logo a seguir ao domingo de Pentecostes, continua-se a fazer a Procissão Eucarística do Corpo de Deus, presidida pelo Cardeal Patriarca de Lisboa, com celebração de missa e bênção solene, com a presença de todos os expoentes máximos da edilidade e outras instituições e à qual acorrem fiéis, crentes ou simplesmente curiosos de todas as etnias e credos que, em apoteose e num sentimento comum de respeito, abrem caminho a andores, bandeiras, velas, tochas, flores, pelas mesmas ruas e com a mesma ânsia religiosa dos nossos antepassados na incidência do objecto sagrado, com outras estratégias conceptuais e metodológicas, mas dentro de um mesmo campo de conjugação de conceitos eternos.

Nota final: Nas transcrições retiradas dos documentos originais, entre aspas, foi respeitada a ortografia, mantiveram-se as maiúsculas e minúsculas e desenvolveram-se as abreviaturas.

As transcrições em itálico, também entre aspas, foram retiradas da obra de Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, edição de 1932, conforme é indicado entre () nas notas, devido à inacessibilidade dos respectivos documentos originais e portanto à falta de confirmação dessas informações.

As Iluminuras de 1502 do
“Livro Carmesim” e a
Iconologia Manuelina

José Manuel Garcia

Em 30 de Agosto de 1502, Frei Gonçalo, frade de missa da Ordem de São Domingos, acabou de escrever o regimento dos vereadores e oficiais da Câmara de Lisboa, num códice em pergaminho iluminado. Este documento constitui uma importante peça da política reformista levada a cabo por D. Manuel, reflectindo por um lado, o empenho que este rei manifestou em intervir na administração da capital e por outro, a consciência de ser aí que assentava grande parte da sua força económica e política, a nível interno e externo. O sucesso da Expansão Portuguesa no Mundo, a opção estratégica que D. Manuel mais privilegiou, era concomitante com o crescimento de Lisboa, que queria transformar numa nova Roma, dotada de um poder de intervenção à escala planetária. Francisco de Holanda, quando evocou a importância de Lisboa, enalteceu o papel que nela teve D. Manuel ao afirmar que: "com o triunfo da Índia quase a renovou de todo (...)"¹.

De entre os actos mais relevantes de D. Manuel relativos a Lisboa, destaca-se a doação do foral de 7 de Agosto de 1500² e do acima mencionado regimento de 1502, constituindo este o instrumento de gestão que completava o foral, no qual se especificava apenas a natureza e os montantes dos direitos reais.

D. Manuel ao mandar preparar o regimento aqui em consideração, realçou a relevância que atribuía a Lisboa nos seus reinos "por ser a cabeça deles; e de que deve sair todo bom exemplo pera todas as cidades e vilas", afirmações que se podem ler no seu preâmbulo, que de seguida divulgamos com a ortografia actualizada:

"Dom Manuel per graça de Deus rei de Portugal e dos Algarves, daquém e dalém mar em África, senhor de Guiné e da conquista, navegação e comércio de Etiópia, Arábia e da Índia; fazemos saber que considerando nós a obrigação em que somos de buscar toda maneira de bons regimentos e ordenanças per onde nossos reinos e senhorios sejam bem regidos e governados, principalmente esta nossa muito nobre e sempre leal cidade de Lisboa e por ser a cabeça deles; e de que deve sair todo bom exemplo pera todas as cidades e vilas dos ditos nossos reinos e senhorios; e vendo, louvores a Nosso Senhor, como a multiplicação de seu povo e rendas vão em grande crescimento e por causa delo na câmara e vereação da dita cidade é mui necessário algumas cousas serem emendadas e corrigidas, além das leis e ordenações per que se regem os ditos nossos reinos e senhorios, e assim mesmo a dita cidade; e portanto ordenamos e mandamos, que na dita vereação e oficiais que pertencerem à dita câmara, e almoçataria, e etcetera, se cumpram e guardem as ordenanças e apontamentos adiante escritos

¹ HOLANDA, Francisco de - *Da fábrica que falece à cidade de Lisboa*. Ed. José Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte, 1984. p. 14 (o manuscrito desta obra data de 1571).

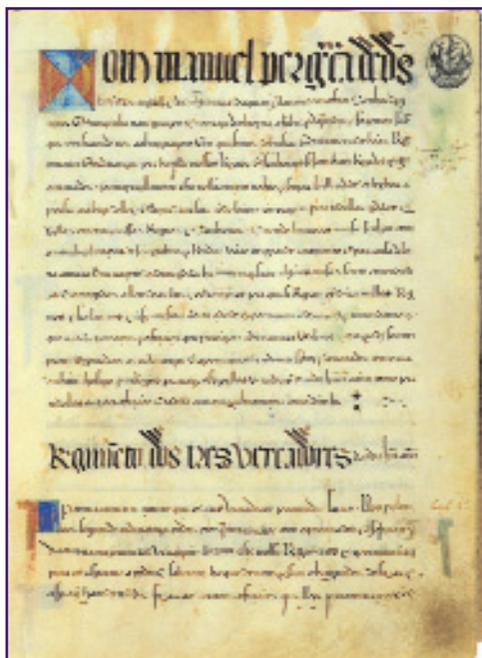
² Sobre este documento cfr. VIEGAS, Inês Morais, coord.; CAMPOS, Nuno, introd. - *Foral Manuelino de Lisboa: estudos, edição fac-similada, transcrições*. Lisboa: Câmara Municipal, 2000. ISBN 972-8517-19-X; VARGAS, José Manuel, introd. - *Foral de Lisboa: 1500*. Lisboa: Amigos de Lisboa, 2000. ISBN 972-638-068-5.

e declarados como a cada um officio e a este reino pertence, assim pelos vereadores de cada um ano, como per todos os outros officiais da dita câmara e almoçataria como dito é¹³.

Este texto é elucidativo da preocupação de D. Manuel em interferir no governo do país, e insere-se no quadro mais amplo das determinações renovadoras que promulgou em Portugal, surgindo após a apresentação em 31 de Maio desse ano do regimento e ordenação dos pesos, que então foi distribuído a todos os concelhos do país, juntamente com as pilhas de pesos decorados com a heráldica régia, que em 1499 o soberano mandara fazer

na Flandres. Estas medidas inseriam-se numa reforma metrológica que visava alcançar a padronização dos pesos e decorria no âmbito da reforma dos forais novos, que então estava em curso, de que o foral de Lisboa havia sido o primeiro a ser apresentado. O regimento dos pesos poderá ter circulado de forma impressa em 1502, ainda que actualmente não se conheça qualquer exemplar de tal obra com essa data.

Antes do final de 1502 poderá ter começado a ser preparado o *Regimento dos officiaaes das cidades villas & lugares destes Regnos*, no qual se integrou o referido regimento dos pesos, conhecendo-se dessa obra legislativa a edição em que se indica ter sido concluída por Valentim Fernandes em 29 de Março de 1504⁴. Esta realização teve uma larga difusão graças ao facto de pela primeira vez, de forma conhecida, se ter recorrido à imprensa para uma mais eficaz divulgação dos regulamentos e leis, antecedendo outras iniciativas editoriais similares, e levando a que em 1505 se comesçassem a preparar as *Ordenações manuelinas*, que seriam impressas pela primeira vez em 1512-1513.



Folio 11 do Livro Carmesim

Ao aludirmos ao *Regimento dos officiaaes* (...) surpreende-nos que nos estudos consagrados à história de D. Manuel, do Portugal Quinhentista, do Direito e dos municípios, não se tenha relevado a importância do regimento dado a Lisboa em 1502 nem observado como ele, apesar da sua evidente especificidade, se situar em parte numa fase que levaria à preparação da mencionada obra.

³ F. 11. (actualizámos a ortografia).

⁴ Sobre este assunto cfr. CAETANO, Marcelo, pref. - *Regimento dos officiaaes das cidades, vilas e lugares destes reinos*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 1955. p. 21. Ed. fac-similada

O REGIMENTO DOS VEREADORES E OFICIAIS DA CÂMARA DE LISBOA DE 1502 NO "LIVRO CARMESIM"

O conjunto de textos que formam o regimento (ou regimentos) dos vereadores e oficiais da Câmara de Lisboa de 1502 está incorporado nos f. 7-28 v. de um volume compósito do Arquivo Municipal de Lisboa, Chancelaria régia, n.º 37 que é conhecido por "Livro carmesim". Este volume tem 246 folhas em pergaminho e papel que medem 34,5 x 25 cm depois de terem sido aparadas em finais do século XVIII, quando foram encadernadas com capas em carneira carmesim, ferros dourados e ornatos trabalhados de prata.

No f. 1 do "Livro carmesim" foi escrito em 1592 que nele se continham *REGIMENTOS DOS VEREADORES E OFFICIAIS DA CÂMARA*, mas tal referência só em parte é verdadeira, pois além de nele se apresentarem de facto os regimentos de 1502 e de 30 de Julho de 1591 (f. 77-85), a que se viria a acrescentar depois daquela data o regimento de 5 de Setembro de 1671 (f. 134-147), reúnem-se muitas dezenas de documentos que para aí foram seleccionados de entre os mais importantes para a História da Câmara de Lisboa até 1796⁵.

No sentido de fornecer uma breve noção do conteúdo do regimento de 1502, apresentamos aqui, a sua descrição com a indicação sumária dos capítulos que o constituem em ortografia actualizada, procedendo de seguida a um estudo detalhado das suas iluminuras.

O códice começa no f. 7 em branco, faltando-lhe o f. 8, mas pode admitir-se que este terá sido colado ao verso do f. 7, tendo-se assim transformado em f. (7 v.), estando pintado com uma iluminura representando o brasão da cidade de Lisboa; nos f. 9-9 v. encontra-se a *Tavoada dos capitulos do(s) regimentos deste livro com declaração de quantas folhas faz cada um*, antecedendo o f. 10, que está em branco; no f. 10 v. está a segunda iluminura com o brasão e a divisa de D. Manuel; os restantes f. contêm o texto das determinações do regimento, começando o f. 11 com o preâmbulo do rei que acima transcrevemos, a que se sucede a apresentação das seguintes matérias: Regimento dos três vereadores de cada um ano; f. 11 v. - Capítulo como farão tesoureiro; f. 12 - Capítulo como se dará caderno das rendas ao tesoureiro; f. 12 - Capítulo das despesas ordenadas; f. 12-12 v. - Finança do tesoureiro; f. 12 v. - Capítulo que toca aos almotacés; f. 12 v.-13 v. - Capítulo dos almotacés; f. 13 v.-14 - Capítulo da maneira da mesa e assentos dela; f. 14 v. 14 v - Capítulo das contas e etcetera; f. 14 - Capítulo das obras; f. 15 v. - Vereação; f. 15 v-16 - Almotacés; f. 16 - Injúrias verbais; f. 16-16v. - Capítulo da vereação; f. 16 v. - Os mantimentos; f. 16 v.-17 - Penas das mesas; f. 17 - São Lázaro; f. 17-17 v. - Cumprir os regimentos; f. 17 v. - Capítulo das cerimónias; f. 17 v.-18 - Páleo; f. 18-18 v. - Recebimento; 18 v-19 - Pálio; f. 19 - Universidade; f. 19-19v. - Ruas; 19 v.-20 - Entrada da Ribeira; f. 20-20v - Capítulo das capelas; f. 20 v.-21 - Capítulo do falecimento dos reis; f. 21-21 v. - Capítulo do pranto; f. 21 v - Nascimento do príncipe; f. 21 v. - Procurador; f. 21-22 -

⁵ Este volume está actualmente a ser estudado. Alguns extractos do seu conteúdo foram publicados, em moldes insuficientes, em LISBOA. Câmara Municipal. Arquivo Histórico, ed. lit. - *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa: Livros de Reés*. Lisboa: CM, 1962. vol. 6.

Escrivão da Câmara (Livro das rendas; Livre dos lanços; Livro dos aforamentos; Caderno das arrematações; caderno de assentamento); f. 23-24 - Dos quais dinheiros se fazem estas despesas (título do registo; rol das obrigações; Pena aos oficiais); f. 24-24 v. - Regimento do tesoureiro e escrivão; 24 v. 25 v - Vedor e escrivão das obras (e livro da receita e despesa); 25 v-26 - Contador e escrivão dos contos; 26 v. - Guarda da Câmara; 26 v- 28 - Almotacés (e assinatura do rei); 28 v. (Declaração final)⁶.

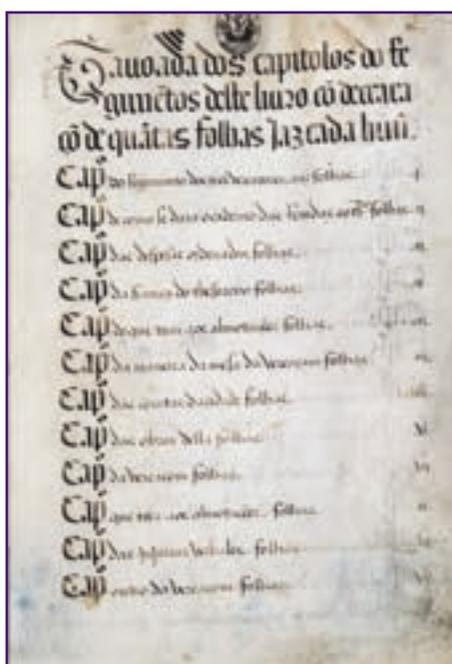
AS ILUMINURAS

No regimento da Câmara de Lisboa de 1502 foram inseridas duas iluminuras que assumem um lugar de destaque na iconologia de D. Manuel. Considerando que este facto

não foi até agora realçado, decidimos estudá-las com mais atenção, começando por assinalar que tais imagens expressam a associação simbólica do rei à cidade através da colocação das suas armas e divisa junto ao brasão da cidade, associação que é reforçada através da presença dos besantes do escudo régio nas bandeiras que se encontram na nau que aí está representada.

BRASÃO DA CIDADE DE LISBOA

Na representação deste brasão figurou-se uma nau, que é o símbolo heráldico da divisa de Lisboa, a qual ocupa de forma original toda a extensão da folha, com a excepção de uma margem inferior de 0,7 cm. A pintura foi danificada quando o pergaminho em que se apresenta foi aparado em cima e do lado esquerdo, tendo-se mantido a linha de esquadria que nela foi feita no lado direito. Dentro da nau encontra-se o corpo de São Vicente, o patrono da cidade, acompanhado à proa e à popa pelos dois corvos tradicionais. A nau está assente sobre ondas pintadas a azul.



Fólio 9 de Livro Carmesim

A representação desta nau de quatro mastros é a mais antiga que se conhece na pintura portuguesa, nela se encontrando detalhes que raramente estão presentes na restante iconografia quinhentista de temas navais, como é o caso do enxertário, conjunto de cabos e peças de poleame convenientemente dispostos com o fim de sujeitar a verga ao mastro, que é de três fiadas no mastro grande e de duas nos mastros da proa (do traquete), do terceiro a contar da proa (da mezena) e do último (do contra, ou contramezena).

⁶ Uma primeira transcrição deste regimento por Inês Morais Viegas foi publicada em LISBOA. Câmara Municipal. Arquivo Municipal - *A evolução municipal de Lisboa: pelouros e vereações*. Lisboa: CM, D.L. 1996. p. 147-170.

No traçado deste navio de grande porte são de notar as vigias no castelo da proa e do chapitéu (ou alcáçova, o castelo da popa), bem como as reixas (grades) que neste se vêem. De realçar também, pormenores como o do aparelho elevatório para a gávea grande, e ainda as decorações do forro exterior do navio.

Nos quatro mastros encontram-se bandeiras, devendo a que está na da proa conter a representação da esfera, ainda que já esteja muito sumida, enquanto a do mastro grande tem a forma de uma extensa flâmula com uma cruz. As bandeiras dos dois mastros restantes apresentam os cinco besantes das armas reais.



Brasão de Lisboa no f. (7v.) do Livro Carmesim

A reforçar a importância desta iluminura, é de considerar a circunstância de constituir a imagem que nos permite visualizar melhor a forma que tinham as naus que fizeram viagens tão significativas para a História da Humanidade, como foram as que tiveram por protagonistas Vasco da Gama (1497-1499) e Pedro Álvares Cabral (1500-1501).

A altaneira nau aqui apresentada tem sido reproduzida em inúmeras ocasiões, mas só raramente foi descrita, tendo também sido por vezes denominada de forma incorrecta, por galeão e até por barca.

O realismo da representação da nau da iluminura de 1502 contrasta com o esquematismo patente em gravuras impressas por essa altura, de que o exemplo mais significativo é o da nau, que figura na edição de 1502 do *Marco Paulo*, e já havia sido publicada em 1496, pelo seu impressor Valentim Fernandes, no volume da *Estoria de muy noble Vespasiano* (...).

A segunda iluminura do regimento de 1502 é aqui descrita pela primeira vez e nela se vêem representadas as armas do rei de Portugal e a sua divisa, a esfera.

Neste escudo de armas, figura-se simbolicamente o conjunto heráldico identificador do rei de Portugal, sustentado por dois anjos tenentes. Estas entidades eram consideradas enviadas de Deus e por isso expressavam a protecção divina concedida ao monarca português. A representação dos anjos em grandes proposições e em pé, revela uma marca tardo medieval no estilo dito "ganto-brugense", a qual está patente na fase mais antiga da iluminura manuelina.

As armas reais estão encimadas por uma coroa dourada de cinco pontas grandes, tendo entre elas quatro pequenas. Na bordadura vermelha do escudo foram pintados catorze castelos, tal como na do foral de Évora (1501) e em dois frontispícios da *Leitura Nova* de 1504. De recordar que, no foral de Lisboa vêem-se onze castelos. Os cinco escudetes estão pintados a azul e os cinco besantes nele contidos a prata.



Gravura de uma nau no Livro de Marco Polo, 1502

O escudo real não apresenta aqui, na sua parte superior, o timbre do dragão por cima de um elmo, tal como aparecerá posteriormente em gravuras e em algumas iluminuras (não nos forais), desde que tal elemento surgiu em armoriais como o *Livro grande* conhecido pelo *Livro do armeiro-mor*, feito por Jean du Cros entre 1506 e 1509, e o *Livro da nobreza e perfeição das armas*, iniciado em 1517 e concluído em 1528, por António Godinho, cujas representações publicamos mais à frente.



Escudo com as armas do rei de Portugal e a divisa de D. Manuel na f. 10v. do Livro Carmesim

A divisa de D. Manuel foi colocada sob o escudo, tendo sido pintada a dourado, com a excepção do verde do núcleo central, que representa a Terra, e a faixa da elíptica, que é azul, sendo este o único caso em que tal cor foi adoptada para este elemento, no qual se inscrevem símbolos de Zodíaco a dourado, ainda que já um tanto apagados. Na esfera do foral de Lisboa não se regista qualquer símbolo, letra ou número, tal como no foral de Évora, facto que contrasta com outras representações da esfera em que por vezes se apresentam tais elementos. Nesta iluminura verifica-se a correcção da colocação de anéis da esfera celeste, simbolizando o do meio o equador, e os restantes quatro os trópicos e círculos polares, o que nem sempre acontece em algumas figurações deste símbolo.

A esfera está inscrita num fundo em cruz pintado a vermelho e verde, cores que também se encontram no drapejamento dos dois anjos, tendo o da esquerda uma veste verde, dobrada a dourado e a vermelho, enquanto o da direita apresenta um manto vermelho, com um forro verde, tendo ambos por baixo uma veste branca. As asas foram pintadas de dourado, excepto na

parte inferior, que é azul.

O espaço entre as armas reais e a divisa está pintado a azul.

Cada capítulo do regimento de 1502 inicia-se com uma capitular iluminada a dourado, azul e vermelho.

O trabalho artístico das duas iluminuras aqui consideradas, é mais rico que o do foral de Lisboa, mas mais simples, ou menos ambicioso, que o de outras realizações, como por exemplo, o foral de Évora, algumas crónicas⁷, livros religiosos e os vinte e nove frontispícios iluminados do reinado de D. Manuel que constituem a *Leitura Nova*, obra iniciada em 1504 e que com os seus quarenta e três volumes, constitui uma das obras-primas da História da iluminura europeia.

⁷ Sobre as crónicas iluminadas cfr. GARCIA, José Manuel - O culto da memória: as crónicas portuguesas iluminadas. In *Memória dos afectos: homenagem da Cultura Portuguesa a Giuseppe Tavani*. Lisboa: Colibri, 2001. ISBN 972-772-299-7. p. 93-113.

No período Manuelino as duas iluminuras aqui em consideração são as mais antigas, depois das dos dois forais que citámos.

A BANDEIRA MANUELINA DA CIDADE DE LISBOA

Um aspecto que temos de considerar ao relevar a importância das duas iluminuras que acima descrevemos, reside no facto de elas nos mostrarem como eram as imagens que constavam na bandeira da cidade de Lisboa em 1502, pois nesse tempo ela era pintada de forma diferente nos dois lados, tendo num, a nau transportando São Vicente e os corvos, que correspondia ao brasão da cidade, e no outro, as armas reais. É assim que a bandeira é referenciada pelo cronista D. Manuel de Meneses ao narrar uma das cerimónias de 1568, que marcaram a entronização de D. Sebastião:

"(...) se saíram os cidadãos e cavalgaram levando diante a sua bandeira da cidade, a qual tinha de sua parte as armas reais pintadas e da outra as da cidade, que é uma nau com dous corvos, em memória o navio em que foi trasladado para ela o corpo do mártir S. Vicente, seu padroeiro.

E era esta bandeira de damasco branco, guarnecida toda à roda de franja de ouro e uma barra do mesmo de cada parte, e haste dourada, a qual levava Sebastião de Góis (...)"⁸.

No f. 11 do regimento de 1502, dão-se instruções sobre a forma como a bandeira devia ser usada durante os cerimoniais que correspondiam à morte do rei.

O REGIMENTO DA CÂMARA DE LISBOA DE 1502 NO SEU TEMPO

Ócódice com o regimento que temos estado a apreciar, constitui um tesouro que até agora foi pouco valorizado, quer na óptica da história da administração de Lisboa e do municipalismo em Portugal, quer na da história da Arte, situação que deve ser ultrapassada, tanto mais que este documento surge num tempo em que Lisboa se começava a afirmar como uma das maiores cidades europeias e o maior centro de comércio marítimo à escala mundial. Tal facto era reconhecido internacionalmente ao mais alto nível, tendo mesmo o imperador Carlos V afirmado, segundo Frei Nicolau de Oliveira, que: "se eu fôra rei de Lisboa, eu o fôra em pouco tempo de todo o Mundo"⁹.

O contexto histórico em que o regimento de 1502 foi redigido, ficou marcado por importantes eventos, como foi o do nascimento em Lisboa do filho primogénito e herdeiro de D. Manuel, o futuro D. João III, que ocorreu a 6 de Junho desse ano, tendo sido para essa ocasião que Gil Vicente apresentou o *Monólogo do Vaqueiro*, com o qual iniciou a sua carreira teatral.

⁸ BAIÃO, José Pereira - *Chronica do muito alto, e muito esclarecido Príncipe D. Sebastião decimo sexto Rey de Portugal*. Lisboa Occidental: Officina Ferreyriana, 1730. p. 55.

⁹ OLIVEIRA, Nicolau de - *Livro das grandezas de Lisboa*. Lisboa: Jorge Rodriguez, imp. 1620. p. 77. Note-se que esta obra surge num contexto em que ainda se defendia a tese de que Lisboa deveria ser a capital da península Ibérica e dos seus domínios ultramarinos.



Foral de Lisboa, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Histórico



Foral de Évora, 1501, Câmara Municipal de Évora



Foral da cidade do Porto, 1517 (o do bispo do Porto é semelhante), Biblioteca Pública e Municipal do Porto.



Foral de Gondomar, 1515. Exemplo de um dos três tipos de iluminuras dos forais novos.



D. Manuel no frontispício que inicia a *Leitura Nova*, 1504, Torre do Tombo.

Na sequência do nascimento do príncipe D. João foram convocadas cortes para Lisboa, que decorreram entre 15 de Agosto de 1502 e os finais desse mês, coincidindo de forma significativa com a ocasião em que o regimento da Câmara foi concluído.

De lembrar ainda, que foi também em 1502 que nasceram dois dos vultos cimeiros da Cultura Europeia do século XVI: Damião de Góis e Pedro Nunes.

O Oriente era nesta conjuntura o centro das atenções da sociedade e do poder em Portugal, como se constata pelo envio a 10 de Fevereiro de 1502 de uma poderosa armada da carreira da Índia com quinze navios sob o comando de Vasco da Gama. O almirante da Índia levava um livro com textos sobre a Ásia intitulado *Marco Paulo*, a que já aludimos, o qual acabara de ser impresso por Valentim Fernandes, em 4 de Fevereiro, na esperança de que pudesse servir de ponto de partida aos Portugueses para procederem a uma nova e mais ampla recolha de informações, que permitisse um melhor conhecimento do Mundo. Na dedicatória dessa obra a D. Manuel, o mesmo impressor alemão expressou a noção imperial que então se começava a debater em Portugal, pois pediu a Deus que "me deixe chegar ao tempo que possa ver a vossa poderosa senhoria acrescentada com título imperial de toda a monarquia".

Em Outubro de 1502, foi feito em Lisboa um famoso planisfério que aí foi adquirido pelo comerciante e espião italiano Alberto Cantino, tendo-o enviado ao duque de Ferrara. Nessa obra cimeira da História da Cartografia foi registada uma das primeiras imagens modernas da Terra que resultava dos Descobrimentos.

Como símbolo máximo deste tempo manuelino, temos hoje o Mosteiro dos Jerónimos, obra magnífica do património mundial, que começou a ser erguida no Restelo nos inícios de 1502, senão já no ano anterior. Tal realização é o fruto da vontade de um homem, que então estava a ascender a uma elevada posição da História Universal, ao impor-se como o primeiro monarca que teve um poder de interferência à escala planetária.

A REPRESENTAÇÃO SIMBÓLICA DO PODER MANUELINO

A cultura universalista e a atitude de abertura ao mundo que Portugal protagonizou durante séculos, expressam-se com felicidade numa imagem de tão grande significado como é a da esfera, de que um belo exemplar se encontra pintada no regimento de Lisboa de 1502.

A esfera surge na simbólica nacional a partir do momento em que D. João II a deu como *divisa* (ou *empresa*) ao seu primo D. Manuel. Tal criação heráldica tinha como *corpo* a figura da esfera, sendo acompanhada de uma *alma*, cujo moto latino era *Spera in Deo et fac bonitatem* (Espera em Deus e faz boas obras), a qual tinha variantes como: *Spera in Deo* ou *Spera Mundi*.

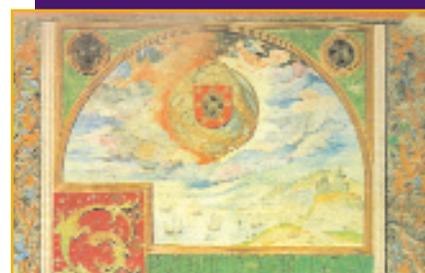
Rui de Pina explicou em 1504, que tal divisa "é a figura dos céus e da terra, em que como por verdadeira profecia lhe deu a certa esperança de sua legítima e real sucessão, como ao diante se seguiu"¹⁰. No século XVI fez-se um trocadilho com a associação paronímica (ou duplo sentido) de *esfera* e *espera* então dada à palavra *spera*. A divisa com a esfera era anterior a 1499, mas a partir deste ano, quando D. Manuel enunciou a sua nova titulara, que está patente, nomeadamente no regimento de Lisboa de 1502, passou a estar mais perto do ambicioso significado de âmbito mundial, que entretanto lhe foi sendo atribuído.

A utilização da esfera nas várias manifestações da arte manuelina, fez com que passasse a ser relacionada daí em diante com a imagem da realeza, acabando por se transformar num símbolo do Estado, como se pode observar pelo facto de ter perdurado como suporte das armas nacionais, tendo-se integrado nas bandeiras de Portugal, numa primeira fase no reinado de D. João VI, entre 13 de Maio de 1816 e 29 de Agosto de 1825, e de forma duradoura depois da implantação da República, através do decreto-lei de 30 de Junho de 1911, no qual se declara que está "o escudo das armas nacionais, orlado de branco e assentado sobre a esfera armilar manuelina". Em ambos os casos, o modelo inspirador das formas adoptadas encontra-se na iluminura que decora o frontispício de um exemplar da primeira parte da *Crónica de D. João I*, que está na Torre do Tombo e aqui reproduzimos.

Os registos heráldicos régios surgem como símbolos e imagens que expressam a autoridade do Estado, estando integrados num programa de afirmação e ostentação do poder manuelino marcado pela presença constante da esfera armilar ao lado das tradicionais armas reais. O exemplar mais antigo e pouco conhecido dessa atitude de ostentação por parte de D. Manuel, encontra-se em dois baixos-relevos nos quais foram esculpidas as armas do então duque de Beja ao lado da cruz da Ordem de Cristo, de que era governador, em frente da esfera da sua divisa, representações que estão datadas



Armas do rei de Portugal no Livro grande (chamado do armeiro-mor), 1506-1509 e no Livro da nobreza e perfeição das armas de António Godinho, c. 1517, Torre do Tombo.



Iluminura manuelina não datada da primeira parte da *Crónica de D. João I* de Fernão Lopes, Torre do Tombo.



Catechismo pequeno de D. Diogo Ortiz, manuscrito iluminado autógrafa de 1504, na Biblioteca Pública Municipal do Porto (obra que foi impressa em 1504, cf. gravura da edição desse ano que também apresentamos neste corpus iconográfico).



Iluminura da *Crónica de D. Afonso de Henriques* de Duarte Galvão, c. 1518?, na Biblioteca Pública Municipal do Porto e detalhe.

¹⁰ Cfr. ALMEIDA, M. Lopes de, ed. - *Crónica de D. João II*. In *Crónicas de Rui de Pina*. Porto: Lello & Irmão Editores, 1977. Capítulo XIV, p. 924.

GRAVURAS



1 - Regimento proveytoso contra ha pestenenga, Lisboa, Valentim Fernandes, (inícios de 1496).



2 - Estoria de muy noble Vespasiano (...), Lisboa, Valentim Fernandes, 20 de Abril de 1496.



3 - Gramatica pastrane, Lisboa, Valentim Fernandes, 20 de Junho de 1497.

de Agosto de 1490 na igreja matriz de São Tiago em Soure, cujas imagens se podem ver no fim deste estudo¹¹.

A profusão da imagética de D. Manuel por todos os concelhos do país, expressou-se em obras que neles tinham de estar, como eram as que continham legislação e os forais. A acção de promoção de obras assim ilustradas acabou por contribuir fortemente para um reforço da unidade do país que se movia em torno da figura do seu rei, ultrapassando de alguma forma os fortes localismos vindos da Idade Média.

A política de D. Manuel marcou decisivamente a emergência do absolutismo em Portugal, devido ao teor das suas medidas legislativas difundidas massivamente e com a simbologia régia numa dimensão até aí nunca vista. O papel com gravuras e o pergaminho com iluminuras, por um lado, e a pedra através da escultura ornamental presente nos mais variados tipos de construções, por outro, foram veículos da promoção do poder manuelino.

A importância da tipografia para a divulgação da legislação foi enaltecida por D. Manuel numa carta de 20 de Fevereiro de 1508 em que afirmou: "quão necessária é a nobre arte de impressão neles (os seus reinos), pera o bom governo, porque com mais facilidade e menos despesa os ministros da justiça possam usar de nossas leis e ordenações, e os sacerdotes possam administrar os sacramentos da madre Santa Igreja"¹². Quanto ao recurso a mais ou menos luxuosas iluminuras, ele era aplicado às obras de aparato, nas quais não era viável o uso da imprensa, como é o caso dos forais individualizados e de obras especiais, como por exemplo, o regimento de Lisboa de 1502. Excepcionalmente, conhecem-se obras de que há exemplares iluminados e impressos, como o *Catecismo pequeno* de D. Diogo Ortiz e o compromisso da Misericórdia de Lisboa.

A linguagem manuelina do poder recorreu à ideologia imagética, a qual está subjacente à divulgação da simbólica régia num discurso coerente e que de certa forma, marca como que uma refundação do reino na abertura de uma era de poder mundial. Tal refundação, contudo, baseava-se em fortes raízes e ficou simbolizada cerca de 1518-1520 na construção dos túmulos monumentais dos reis fundadores - D. Afonso Henriques e D. Sancho I - no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, e no cuidado posto na preparação de

¹¹ GARCIA, José Manuel - Soure entre o Infante D. Henrique e D. Manuel. In *D. Manuel I: a Ordem de Cristo e a Comenda de Soure*. Lisboa: CNCDP; Soure: Câmara Municipal, 1996. p. 15-19.

¹² Cit. por CAETANO, Marcelo, pref., *op. cit.*, p. 21.

exemplares iluminados da *Crónica de D. Afonso Henriques* preparada por Duarte Galvão.

Com D. Manuel assiste-se à celebração de uma retórica iconográfica que valoriza a profusão dos motivos heráldicos do rei. A abundância de tais representações promovia a sua política de afirmação pessoal e de prestígio, contrastando vivamente com a exiguidade da iconografia simbólica dos reinados anteriores. A difusão de imagens régias continuou a manifestar-se nos reinados seguintes, mas sem alcançar a exuberância, quantidade ou originalidade que se registou nas duas primeiras décadas do século XVI. Para a explicação de uma tão elevada escala na difusão dos motivos manuelinos, poderá também ter contribuído, além da personalidade do rei, a circunstância de este eventualmente desejar compensar dessa forma a sua algo inesperada chegada ao trono.

Com o estudo da iconologia manuelina podemos observar como se divulgou uma noção tão importante como é a da coroa, que está expressa simbolicamente sobre as armas do rei, correspondendo visualmente à concepção de uma entidade jurídica e política equivalente à de reino e república (no sentido antigo de *res publica*).

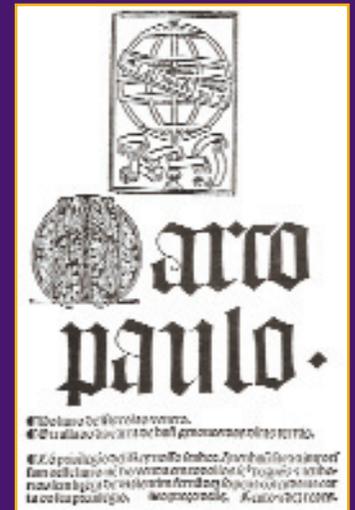
A divulgação massiva dos símbolos de um soberano como D. Manuel a acompanhar documentos fundamentais para a vida dos Portugueses, contribuiu não apenas para a afirmação do poder do Estado, mas também para a consolidação de uma consciência nacional que se abria à Modernidade, num tempo em que Lisboa assumiu um lugar proeminente na História, tendo ficado a sua administração bem regulada a partir de um rigoroso e novo regimento, como é aquele que foi concluído em 30 de Agosto de 1502.

Tendo em conta a divulgação que aqui fazemos da segunda iluminura do regimento da Câmara de Lisboa de 1502, que até agora era praticamente desconhecida, consideramos ser da maior oportunidade integrá-la num amplo levantamento da iconologia manuelina através de uma exemplificação significativa de iluminuras e do inventário sistemático das gravuras impressas entre 1496 e 1521, salientando, no entanto, que não entramos aqui em linha de conta com as peças escultóricas nos mais variados tipos de monumentos, que estão mais relacionados com os modelos expressos nas iluminuras do que nos das gravuras.

A análise iconológica leva-nos a perspectivar e precisar sentidos para os conteúdos das iluminuras e das gravuras, pelo que vamos expor de forma sim-



4 - *Horas de nossa Señora*, Paris, Narcisus Brun Alemão, 13 de Fevereiro de 1500.



5 - *Marco Paulo* (...), Lisboa, Valentim Fernandes, 4 de Fevereiro de 1502.



6 - *Regimento das ofiças das cidades villas & lugares destes Regnos*, Lisboa Valentim Fernandes, 29 de Março de 1504 (?).



7 - *Catechismo pequeno* de D. Diogo Ortiz, Lisboa, Valentim Fernandes e João Pedro Bonhomini de Cremona, 20 de Julho de 1504.



8 - *A regra e diffin(i)ções da ordem do mestrado de nosso senhor Jesu Cristo*, (Lisboa, Valentim Fernandes, 1504?).



9 - *Os autos dos apóstolos (...)*, Lisboa, Valentim Fernandes, 16 de Dezembro de 1505.

ples uma classificação em séries ou modelos dos elementos que nelas se encontram, apresentando propostas tipológicas de acordo com o *corpus* iconográfico exposto neste estudo. Na sua realização, começamos por apresentar uma selecção de exemplos de iluminuras que temos por mais significativas, pois é obviamente impossível apresentar aqui as centenas de iluminuras manuelinas. Já no que concerne à apresentação das gravuras manuelinas, foi possível reunir aqui pela primeira vez todas as imagens existentes, tendo numerado cada gravura, sendo para o respectivo número que remetem as indicações que de seguida apontamos em cada modelo.

O conjunto das ilustrações que expomos revela na sua eloquência a riqueza de uma temática que não pode ser desenvolvida nesta breve exposição¹³. Ainda assim, não queremos deixar de chamar a atenção para o facto de onze das trinta e duas gravuras recolhidas se encontrarem em obras legislativas, sendo as restantes relativas a trabalhos sobre Religião, Ciência, Literatura e outros assuntos.

¹³ Para não discriminar nas imagens que de seguida referenciamos os estudos em que se publicam ou os estudos que com elas se relacionam apresentamos aqui a lista dos principais trabalhos que tivemos em consideração: MARTÍN ABAD, Julian - *Post-incunables ibéricos*. Madrid: Ollero & Ramos, 2001. ISBN 84-7895-165-2; ALBUQUERQUE, Martim de - *O poder político no Renascimento Português*. Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, 1968. Separata de *Estudos Políticos e Sociais*, vol. 4 e 5; Idem - *A Torre do Tombo e os seus tesouros*. Lisboa: Inapa, 1990. ISBN 972-9019-31-2; ALVES, Ana Maria - *Iconologia do poder real no período manuelino: à procura de uma linguagem perdida*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, imp. 1985; ANSELMO, António Joaquim - *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1926; ANSELMO, Artur - *Origens da imprensa em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1981; Idem - *História da edição em Portugal*. Porto: Lello & Irmão, 1991. Vol. I; SIMÕES, Maria Alzira Proença, introd., org. e ind. - *Catálogo dos impressos de tipografia portuguesa do século XVI: a coleção da Biblioteca Nacional*. Lisboa: BN, 1990. ISBN 972-565-074-3; CRUZEIRO, Maria Manuela - *Obras impressas em Portugal pelo tipógrafo Hermão de Campos: 1509-1518*. *Revista da Biblioteca Nacional*. Lisboa. ISSN 0251-1711. Vol. 1, n.º 1 (1981), p. 136-149; DESWARTE, Sylvie - *Les enluminures de la Lecture Nova: 1504-1552: étude sur la culture artistique au Portugal au temps de l'humanisme*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1977; DIAS, João José Alves, introd. - *Ordenações Manuelinas*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova, 2002. 5 vol.; GARCIA, José Manuel - *Poder, história e exotismo na iluminura portuguesa quinhentista*. *Oceanos*. Lisboa. N.º 25 (Abril 1996), p. 25-48; Idem - *Forais manuelinos do Porto e do seu termo*. Lisboa: Inapa, 2001. ISBN 972-8387-86-5. p. 13-87; *ILUMINURA EM PORTUGAL: catálogo da exposição inangular do Arquivo Nacional da Torre do Tombo*. Porto: Figueirinhas, 1990; CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte; DESWARTE-ROSA, Sylvie, introd. - *Leitura Nova de Dom Manuel I*. Lisboa: INAPA, 1997. ISBN 972-8387-14-8. 2 vol. Um dos volumes contém a reprodução fac-similada dos frontispícios iluminados da *Leitura Nova* de D. Manuel.; PORTUGAL. Rei, 1908-1910 (Manuel II) - *Livros antigos portugueses da biblioteca de sua Majestade Fidelíssima: 1489-1600*. Londres: Maggs Bros, 1929-1935. 3 vol.; MARTINS, J. V. de Pina - *O livro português no reinado de D. Manuel I. Panorama*. Lisboa. Série IV, n.º 32 (Dezembro 1969), p. 58-75; Idem - *Para a história da cultura portuguesa do Renascimento: a iconografia do livro impresso em Portugal no tempo de Dürer*. [Sl.: s.n.], 1972 (Braga: Of. Gráf. da Livraria Cruz). Separata dos *Arquivos do Centro Cultural Português*, 5; MATOS, Jorge de - *Heráldica, arte, poder e mentalidade no Portugal manuelino: notas introdutórias. Armas e troféus*. Lisboa. Série VI, tomo VI (1995), p. 55-59; DIAS, João José Alves, coord. - *No quinto centário da Vita Christi: os primeiros impressores alemães em Portugal*. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1995. ISBN 972-565-213-4; NORTON, F. J. - *A descriptive catalogue of printing in Spain and Portugal: 1501-1520*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978. ISBN 0-521-21136-0; PACHECO, José - *A divina arte negra e o livro português: séculos XV e XVI*. Lisboa: Vega, DL. 1988; PEREIRA, Paulo - *A obra silvestre e a esfera do rei: iconologia da arquitectura manuelina na Grande Estremadura*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade, 1990. ISBN 972-9309-02-7.

ELEMENTOS PARA UMA TIPOLOGIA DA ICONOLOGIA MANUELINA EM GRAVURAS E ILUMINURAS

Modelo I - Escudo com as armas do rei e a divisa de D. Manuel

Este tipo de representações surge em 1497 e só se encontra praticamente em gravuras, com a excepção do caso do regimento de Lisboa de 1502, pois não aparece em mais nenhuma iluminura. Este modelo conta com as seguintes variantes:

Variante 1 (maioritária) - Armas do rei à esquerda e a divisa à direita: 3, 6, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 21, 23*, 27.

*Com mais uma esfera em baixo.

Variante 2 - Armas do rei à direita e esfera à esquerda: 20 (Obs: este caso único deverá resultar de um lapso hierárquico na inversão da colocação dos símbolos heráldicos).

Variante 3 - Divisa de D. Manuel à esquerda, as armas do rei ao centro e a divisa de D. Leonor à direita: 9 (Obs: só neste caso).

Variante 4 - As armas em cima e a esfera em baixo¹⁴:

Iluminura no regimento da Câmara de Lisboa de 1502; Gravura com a esfera armilar em baixo mais pequena que o escudo e ainda outras três esferas mais pequenas nos restantes lados - 31; Gravura com o escudo e a esfera mais uma esfera em baixo - 23; Gravura com as armas do príncipe D. João, futuro D. João III em cima, tendo a esfera em baixo - 22.

Modelo II - Escudo com as armas do rei ao centro ladeado por duas esferas

Em contraste com o modelo anterior o que aqui se apresenta está apenas patente nas iluminuras, desde que surgiu em 1500 no foral de Lisboa, sendo depois adoptado nos restantes forais com o mesmo tipo iconográfico¹⁵ e nos frontispícios da *Leitura Nova*.

¹⁴ Apesar do critério que aqui seguimos de não indicar a iconografia escultórica, ainda assim não quisemos deixar de assinalar a escultura de um anjo heráldico que foi colocada no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, obra atribuível a Diogo Pires-o-Moço e datável de 1518, que se encontra no Museu Nacional Machado de Castro em Coimbra, cuja imagem reproduzimos no fim deste estudo, pois devido à posição dos seus elementos heráldicos tem semelhanças com os da iluminura do regimento de Lisboa de 1502.

¹⁵ Sobre os três tipos de iluminuras adoptados para decorar os forais novos cfr. o que escrevemos em GARCIA, José Manuel; SILVA, Francisco Ribeiro da - *Forais manuelinos do Porto e do seu termo*. Lisboa: Inapa, 2001. ISBN 972-8387-86-5. p. 45-87.



10 - Regimento do estrolábio & do quadrante (...), Lisboa (Hermão de Campos?, 1509?)

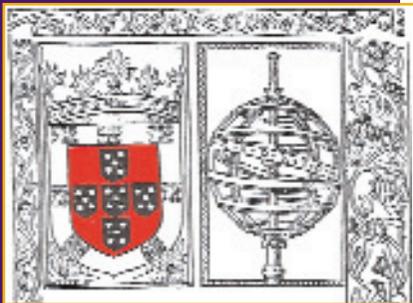


11 - Tractado da Spera do mundo (...), Lisboa (Hermão de Campos ?, 1509?)



12 - Os artigos das syzas destes regnos, Lisboa, Hermão de Campos, 4 de Fevereiro de 1512.

GRAVURAS



13 - *Gramatica Pastrane*, Lisboa, João Pedro Bonhomini de Cremona, 13 de Outubro de 1512.



14 - *O quinto livro das ordenações*, Lisboa, Valentim Fernandes, 30 de Março de 1512 (igual ao quarto de 19 de Junho; ao terceiro, 30 de Agosto e ao primeiro de 17 de Dezembro de 1512, que têm apenas uma ligeira alteração na legenda).



15 - *O segundo livro das ordenações*, Lisboa, Valentim Fernandes, 19 de Novembro de 1513.



16 - *Ho flos sanctorum em linguaem portugues*, Lisboa, Hermião de Campos, e Roberto Rabelo, 15 de Março de 1513.

A duplicação das esferas poderá corresponder à necessidade de encontrar um equilíbrio estético, de acordo com uma exigência de simetria face ao escudo do rei, em contraste com a solução bipartida entre escudo e esfera adoptada nas gravuras¹⁶.

Modelo III - Ícone representando o rei ao centro com o escudo das armas do rei à esquerda e a sua divisa à direita

Este modelo está representado por nove imagens, todas elas com diferenças, sendo seis em gravuras: uma da edição de 1512 e cinco da edição de 1514 das *Ordenações Manuêlinas*, e três em iluminuras não datadas, mas posteriores a 1504, que se encontram em três crónicas, nas quais se simboliza a entrega ao rei da respectiva obra por Rui de Pina (cf. as imagens que se encontram a seguir à apresentação da série numerada das gravuras).

MODELO IV - SÓ AS ARMAS DO REI

1. Gravuras: 1, 4, 16, 28

2. Iluminuras de forais de um dos três tipos existentes, que no fim deste estudo apontamos a título de exemplo, o caso do foral de Gondomar.

MODELO V - SÓ A ESFERA

1. Gravuras: 2, 5, 10, 11, 12, 24*, 25, 26, 29, 30, 32.

*Com duas esferas.

MODELO VI - VARIÁVEIS EM CASOS ÚNICOS

Perante a dificuldade que resulta em alinhar numa tipologia várias representações que só surgem uma ou duas vezes, colocamo-las aqui sob a forma de um modelo variável.

1. Iluminura em que se justapõem as armas do rei à esfera armilar, encimando uma representação de Lisboa e tendo na parte superior duas cruzes de Cristo, na *Crónica de D. João I* da Torre do Tombo, não datada. É de assinalar a originalidade da apresentação dos motivos heráldicos associados à imagem

¹⁶ A duplicação das esferas foi alvo de várias explicações, todas elas incertas, a que aludimos apenas a título de exemplo, à que sugeriu a possibilidade de estar relacionada com o duplo significado de esfera e espera, que atrás apontámos.

da capital portuguesa, realçando-se nesta os palácios do rei, desde o da Alcáçova ao de Santos, passando pelo da Ribeira, como que dando a entender que era ali que se encontrava a corte e nela o centro do poder que dirigia o reino.

2. Iluminura com as armas do rei inscritas nos mapas da África e da Ásia num planisfério redondo, com representações de esferas e uma cruz de Cristo nas margens do frontispício do exemplar da *Crónica de D. Afonso Henriques* que esteve em Santa Cruz de Coimbra e que se encontra na Biblioteca Pública Municipal do Porto. Esta imagem não está datada, mas sendo posterior a 1505, talvez se possa situar cerca de 1518-1520, coincidindo com a construção do túmulo de D. Afonso Henriques nesse mosteiro. Esta representação além de revelar uma concepção original na colocação das armas reais, é aquela em que se expressa com maior clareza a ambição imperial de D. Manuel.

3. Gravura com a esfera e a divisa de D. Diogo Ortiz - 7.

4. Gravura com a esfera e a Cruz de Cristo - 8.

5 - Iluminura com as armas do rei ao centro, a cruz de Cristo à esquerda e a divisa à direita nos forais do Porto (da cidade e do bispo).

Tendo em conta a recolha completa do corpus iconológico da heráldica manuelina em gravura, que aqui se publica, aproveitamos o ensejo para apontar os diferentes modelos que podem ser apurados, para as representações do escudo com as armas do rei e da esfera.

MODELOS DE GRAVURAS DAS ARMAS DO REI DE PORTUGAL

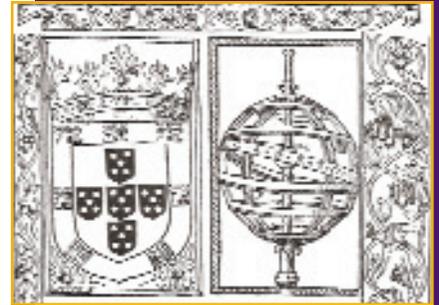
Modelo 1: 1, 3, 4, 9, 18.

Modelo 2: 6, 23, 27.

Modelo 3: 13, 17.

Modelo 4: 14, 15, 16, 21, 28.

Modelo 5: em diferentes gravuras que aparecem apenas uma vez - 19, 20, 31.



17 - Livro e legendas (...) dos santos martires, Lisboa, João Pedro Bonhomini de Cremona, 17 de Agosto de 1513.



18 - Livro terceiro das ordenações (...), Lisboa, João Pedro Bonhomini de Cremona, 11 de Março de 1514 (igual ao livro quarto de 24 de Março).



19 - Livro quinto das ordenações (...), Lisboa, João Pedro Bonhomini de Cremona, 28 de Junho de 1514 (igual aos livros primeiro e segundo respectivamente de 30 de Outubro e 15 de Dezembro de 1514).



20 - Regimento de como os contadores das comarcas (...), Lisboa, João Pedro Bonhomini de Cremona, 27 de Setembro de 1514

GRAVURAS



21 - *Nova gramaticas marie matris* (...), Lisboa, Valentim Fernandes, c. 20-21 de Junho de 1516.



22 - *Cancioneiro geral* de Garcia de Resende, Almeirim e Lisboa, Hermão de Campos, 28 de Setembro de 1516.



23 - *Regimento & ordenação da fazenda*, Lisboa, Hermão de Campos, 17 de Outubro de 1516.



24 - Idem.

Observação: armas da gravura 22 são do príncipe D. João, futuro D. João III.

As armas do rei estão presentes em 18 das 32 gravuras.

Modelos de gravuras da esfera

Modelo 1: 5, 7, 8, 9, 12, 14, 15, 26, 30.

Modelo 2: 2, 3, 21.

Modelo 3: 13, 17.

Modelo 4: 6, 23*, 27.

*mais outras esferas iguais em 22 e 24.

Modelo 5: variáveis a partir de um modelo surgido em incunábulos europeus do *Tratado da esfera* de João de Sacrobosco - 10, 11, 24, 25, 29, 32.

Modelo 6: 22, 23, 24.

Modelo 7: correspondente a diferentes gravuras que só aparecem em um caso cada: 18, 19, 20, 22*, 31.

*Também se encontra em 23 e 24.

O número de representações da esfera é superior ao do escudo real, só não estando presente em 4 das 32 gravuras.



25 - *Tratado da Spera do mundo* (...), (Lisboa, Germão Galharde), (1516?).



26 - *Regimento da declinação do sol (...)*, (Lisboa, Germão Galharde, (1516?).



27 - *Livro chamado espelho de Cristina (...)*, Lisboa, Hermão de Campos, 20 de Junho de 1518.



28 - *Livro chamado espelho de Cristina (...)*.



290 - *Repertorio dos tempos (...)*, Lisboa, Valentim Fernandes, 1518 (?).



30 - *Idem.*



31 - *O primeiro livro das ordenações*, Évora-Lisboa, Jacob Cronberger, 1521 (o 5º livro acabou de ser impresso em 11 de Março de 1521)

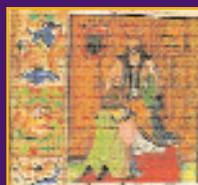


32 - *Carta das novas*, (Lisboa?, Germão Galharde ?, 1521).

GRAVURAS e ILUMINURAS



Gravuras das *Ordenações Manuêlicas* pela seguinte ordem: Livro 5 da edição de 1512, livros 3, 4, 5, 1 e 2 da edição de 1514.



Iluminuras das crónicas respectivamente de D. João II, D. Afonso V e D. Duarte por Rui de Pina, depois de 1504, na Torre do Tombo.

ESCULTURAS



Anjo heráldico atribuído a Diogo Pires-o-Moço, c. 1518. Museu Nacional Machado de Castro, Coimbra.



Baixos-relevos com as armas e a divisa de D. Manuel, duque de Beja, e da Ordem de Cristo, Agosto de 1490 na igreja matriz de São Tiago, Soure.

**O terramoto de 1755 nas
Consultas, Decretos e Avisos
do Senado da Câmara
de Lisboa na época de D. José**

Ana Teresa Brito

Mónica Queiroz

Introdução: No rescaldo das comemorações dos 250 anos do terramoto de Lisboa de 1755 e estando ainda em curso a candidatura da Baixa Pombalina a património da humanidade (a decisão final da UNESCO sobre a atribuição da distinção poderá decorrer durante o ano de 2007), julgámos oportuno divulgar uma fonte documental do Arquivo Municipal de Lisboa relevante para a produção de conhecimento científico sobre aquele acontecimento e o contexto histórico envolvente. Trata-se dos Livros de Consultas, Decretos e Avisos do reinado de D. José I e respectivos Livros de Registo (1755-1777).

Havendo já disponível um catálogo temático de documentação relativa à reconstrução pombalina, editado pelo Arquivo Municipal de Lisboa em 1992, decidimos elaborar sumários dos documentos que nos pareceram mais significativos para o estudo da cidade de Lisboa na segunda metade do século XVIII e, sobretudo, do papel do Senado da Câmara, enquanto entidade actuante no processo de reconstrução e reedificação da Baixa lisboeta. Através dos sumários, o leitor tem acesso ao conteúdo informativo daqueles documentos e fica com uma ideia precisa dos assuntos, personalidades, instituições e topónimos referenciados.

Num universo de mais de 1000 documentos, seleccionámos 70. Destes, 12 reportam-se às providências tomadas pelo rei na sequência do terramoto e 33 incidem sobre as obras de reconstrução da capital. Incluímos ainda sumários de documentos sobre a organização da cidade, cargos, nomeações e provimento de ofícios, aforamentos e propriedades, higiene urbana, o Senado da Câmara, procissões e vistorias. Antes de passarmos à apresentação dos sumários, faremos uma breve caracterização das tipologias documentais em causa (consultas, decretos e avisos) e daremos conta do tratamento documental a que eram sujeitas aquando da sua produção no Senado.

As consultas, os decretos e os avisos:

O efeito devastador que o terramoto de 1755 teve na cidade de Lisboa não se reflectiu numa ruptura ou interrupção do circuito da correspondência trocada entre D. José e o Senado da Câmara de Lisboa. Pelo contrário, o ano do cataclismo evidenciou um aumento do volume do expediente trocado entre as duas entidades, já não versando apenas sobre os assuntos correntes do dia-a-dia da cidade, mas agora incidindo também nas medidas ou providências a tomar a respeito da calamidade. Expediente que podemos ver concretizado nas consultas que do Senado subiam ao Rei e nos decretos e avisos que desciam.



Livro 7.º de Consultas, Decretos e Avisos, fl. 211

Consultas A consulta é um documento elaborado para efeitos de informação ou parecer sobre determinada matéria submetido a despacho superior. Neste caso, elaborado pelo

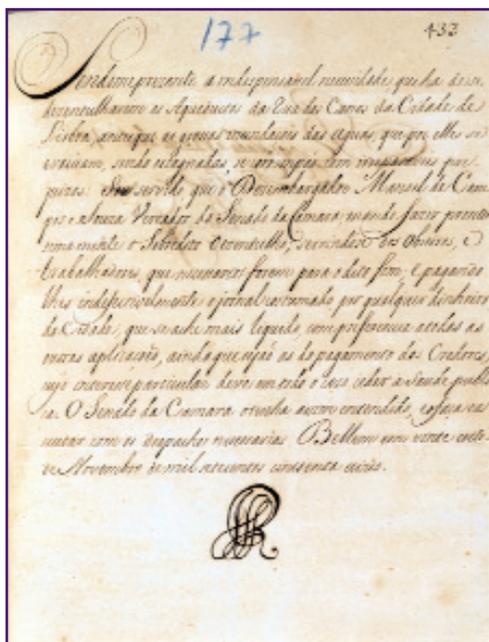
Senado da Câmara¹ e submetido a despacho régio, por via das três Secretarias de Estado ou, de acordo com o aviso do recém-nomeado Secretário de Estado, Sebastião José de Carvalho e Melo, de 15 de Junho de 1756², apenas por via da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, que actuava como intermediário entre o monarca e os outros organismos públicos, preparando-lhe a decisão acerca do assunto em causa.

As consultas tinham origem de diversas formas. Por um lado, podiam ser elaboradas na sequência de petições de particulares dirigidas directamente ao Senado, de avisos expedidos por parte de Secretários de Estado, de contas prestadas ou representações dos vereadores, de pedidos de emissão de declarações, de alvarás ou decretos régios. Por outro lado, podiam ser elaboradas por ordem régia. Neste caso, o monarca enviava ao Senado, através de um decreto ou de um aviso emitido por um Secretário de Estado, uma petição que lhe tinha sido dirigida, ordenando que deferisse o assunto ou o consultasse ("vendo-se no Senado da Câmara [...] se lhe defira como for justiça ou consulte com o que parecer"³), actuando como intermediário entre o requerente e o Senado. Depois de elaborada pelos membros do Senado, a consulta subia ao monarca, que, depois de exarar o seu despacho, normalmente na margem esquerda

do texto, a devolvia ao Senado, para ali se agir em conformidade com a sua resolução.

Decretos Os decretos são documentos com carácter legislativo ou regulamentar, emitidos pelo Rei, por intermédio da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, remetidos, no caso presente, ao Senado, estabelecendo uma ordem a ser cumprida ou remetendo uma petição que haveria de dar origem a uma consulta. Os decretos podiam ser remetidos ao Senado isoladamente, ou podiam ser remetidos inscritos nas petições ou nas consultas que lhes davam origem.

Avisos Os avisos são documentos emitidos pelos Secretários de Estado, por ordem régia, e enviados, neste caso, ao Presidente do Senado, estabelecendo uma ordem a ser cumprida, remetendo petições



Decreto de 27 de Novembro de 1755; Livro 8.º de Consultas, Decretos e Avisos, fl. 433

¹ As consultas eram geralmente assinadas pelo Presidente do Senado, Vereadores, Procuradores da Cidade e Procuradores dos Mesteres.

² O aviso determinava: "Sua Majestade por justos motivos, que lhe foram presentes, é servido, que o Senado da Câmara passe as ordens necessárias para que todas as consultas que se expedirem pelo mesmo Tribunal sejam mandadas entregar ao oficial maior desta Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, ou quem nela estiver em seu lugar, fechadas em maço e dirigidas com uma relação em que se declare o título das consultas e a data do dia em que se remete: advertindo positivamente que se não possam mandar à real presença de Sua Majestade consultas por outro modo, nem por diferentes mãos, como tem sucedido diversas vezes" (Livro 9º de Consultas, Decretos e Avisos, fl. 359). Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Histórico.

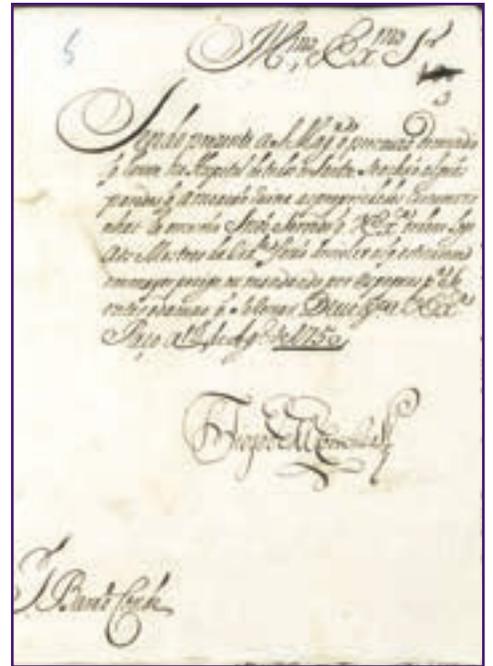
³ Aviso de 15 de Outubro de 1752 (Livro 3º de Consultas, Decretos e Avisos, fl. 270). Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Histórico.

que haveriam de dar origem a consultas ("Sua Majestade é servido que, vendo-se no Senado da Câmara a representação inclusa [...] se lhe defira, como for justiça, ou se lhe consulte o que parecer"⁴) ou enviando, para informação, cópias de decretos régios dirigidos a outras entidades.

Diversos eram os assuntos de que as consultas, os decretos e os avisos podiam tratar. Propriedades e provimento de ofícios, penhoras, aumento de ordenados, liquidação de dívidas, preço do vinho, aforamento de lojas, pensões e ajudas de custo, vistorias, alargamento de ruas e conservação de chafarizes, falta de água, peste e touradas são apenas alguns exemplos dos variados assuntos abordados.

Tratamento arquivístico: Como eram tratados na época do ponto de vista arquivístico as consultas, os decretos e os avisos no Senado? Para efeitos de descrição e controlo administrativo, o escrivão da Câmara, António Rebelo Palhares, e posteriormente Pedro Manuel Correia Aboim⁵, procedia, por ordem do Senado, ao registo das consultas que subiam e dos decretos e avisos que baixavam. O registo consistia na cópia integral manuscrita dos documentos e eventuais anexos em livros, que desempenhavam uma função de controlo, mas sobretudo de prova da documentação expedida ou recebida pelo Senado nos seus contactos administrativos com o monarca ou com os Secretários de Estado.

O início do reinado de D. José I, em Agosto de 1750, levou à abertura nesse mesmo mês, como era habitual em cada início de reinado, de um novo livro para registo das consultas, dos decretos e dos avisos - o *Livro 1.º de Registo de Consultas e Decretos de Sua Majestade*. Em Setembro de 1752, chegando ao fim o Livro 1.º⁶, introduziu-se, por conveniência administrativa, uma alteração no registo destes documentos. Consultas, decretos e avisos passaram a ser registados em livros próprios, consoante a sua tipologia. Assim surgiram, por um lado, os Livros de Registo de Decretos, onde passaram a registar-se os decretos, alvarás, cartas régias e as petições que davam origem aos decretos e os despachos do Senado referentes a esses decretos⁷. Por outro lado, surgiram os *Livros de Registo de Avisos*, designados de Livros de Cartas,



Aviso de 12 de Agosto de 1750; Livro 1.º de Consultas, Decretos e Avisos, fl. 9

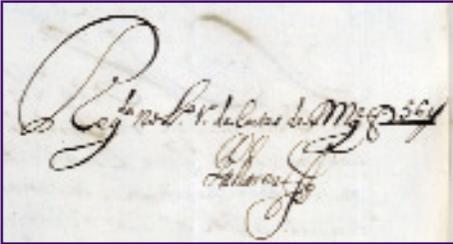
⁴ Aviso de 12 de Setembro de 1752 (Livro 3.º de Consultas Decretos e Avisos, fl. 218). Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Histórico.

⁵ Pedro Manuel Correia Aboim substituiu António Rebelo Palhares, a partir da suspensão deste, decretada pelo Rei em 29 de Novembro de 1764 (Livro 14.º de Consultas, Decretos e Avisos, fl. 11). Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Histórico.

⁶ O Livro 1.º de Registo de Consultas e Decretos foi utilizado até Setembro de 1752, apesar de as duas últimas consultas aí registadas terem uma data posterior: uma é datada de 22 de Novembro de 1753, com resolução de 28 de Maio de 1754 (fl. 194 v), e a outra data de 13 de Setembro de 1754, com resolução de 14 de Outubro de 1754 (fl. 245 v). Este livro tem, no final, 20 folhas em branco, não numeradas, o que pode indicar que também as folhas utilizadas para o registo das duas consultas referidas também estavam em branco, tendo sido utilizadas posteriormente.

onde se registavam os avisos ou cartas e, por vezes, as respostas a esses avisos. O *Livro de Registo de Consultas e Decretos* mudou a sua designação para *Livro de Registo de Consultas*, passando nele a ser registadas apenas as consultas.

As consultas, os decretos e os avisos originais eram compilados, depois de a vereação dar o seu despacho, que normalmente consistia na frase "Cumpra-se e registre-se"⁸, e de o escrivão inscrever neles o número da folha do livro em que os documentos tinham sido registados. Posteriormente, foram encadernados por uma ordem cronológica nem sempre regular nos designados *Livros de Consultas, Decretos e Avisos do Senhor Rei D. José I.*



Registo inscrito no aviso de 1 de Novembro de 1755; Livro 8.º de Consultas, Decretos e Avisos, fl. 366 v.

As consultas, decretos e avisos da época de D. José I correspondem aos seguintes conjuntos documentais:

Livros de Consultas, Decretos e Avisos (1750-1777) - 18 liv.

*Livros de Registo de Consultas*⁹ (1750-1776) - 7 liv.

Livros de Registo de Decretos (1752-1777) - 2 liv.

Livros de Registo de Avisos (1752-1776) - 2 liv.

Em 1767, foi elaborado um outro instrumento de descrição e recuperação desta documentação: o *Index & alfabeto do que contém os livros do Senado da Câmara desta cidade de Lisboa, para se buscarem & saberem os Decretos, Avisos e Consultas que os ditos livros têm desde o tempo do Senhor Rei D. João o IV até o de S. Majestade Fidelíssima o Senhor Rei D. José I. Feito de mandado do Presidente, Vereadores & Procuradores da mesma cidade & mesteres dela.* Trata-se de um índice manuscrito, elaborado em dois volumes por Paulo Caetano de Amorim, oficial da Secretaria do Senado, organizado alfabeticamente pela primeira palavra que constitui o sumário do documento. Remete para os documentos originais contidos nos *Livros de Consultas, Decretos e Avisos* e abrange o período dos reinados de D. João IV, D. Afonso VI, D. Pedro II, D. João V e parte do de D. José I.

⁷ Nestes livros, encontram-se, provavelmente por lapso, cartas ou avisos de Secretários de Estado.

⁸ Este despacho era datado na Mesa da Vereação e assinado pelo presidente e pelos vereadores. A partir de Junho de 1770, sendo presidente do Senado Henrique José de Carvalho e Melo, conde de Oeiras e filho do Marquês de Pombal, muitos dos despachos dos avisos passam a ser assinados apenas por ele e dados na sua residência - Nossa Senhora da Ajuda ou Oeiras.

⁹ O primeiro livro é designado de "Livro 1.º de Registo de Consultas e Decretos".

SUMÁRIOS

As consultas, decretos e avisos que abaixo se apresentam encontram-se agrupados em nove áreas temáticas definidas de acordo com os temas mais significativos do conjunto documental seleccionado, espelhando quantitativamente os assuntos efectivamente presentes no conjunto da fonte documental. Para cada documento, apresentamos, em primeiro lugar, a data e o título, este retirado do índice do livro em que se encontra inserido. Indicamos as siglas do livro em que os documentos se encontram localizados, seguidas do número do livro e do número do fólio correspondentes. Por último, incluímos o sumário, seguido da resolução régia, quando existe, no caso das consultas.

As siglas utilizadas, que remetem para a localização dos documentos, são as seguintes:

CDA - Livro de Consultas, Decretos e Avisos

RC - Livro de Registo de Consultas

RD - Livro de Registo de Decretos

RA - Livro de Registo de Avisos

OBRAS

27 de Novembro de 1755 - Decreto por que S. Majestade ordena que o Desembargador Manuel de Campos e Sousa mande fazer os desentulhos da Rua dos Canos.

CDA 8, fl. 433

RD 1, fl. 32

D. José I ordena ao Desembargador Manuel de Campos e Sousa, vereador do Pelouro das Obras, que mande desentulhar com urgência os aquedutos da Rua dos Canos, antes que a estagnação das águas provocada pelas iminentes inundações das chuvas causem prejuízo à saúde pública.

23 de Fevereiro de 1756 - Aviso por que Sua Majestade manda se dê a José Duarte o chão que pede para fazer uma Barraca, fazendo termo de a tirar quando fôr necessário

CDA 9, fl. 137

RA 1, fl. 82v.

O Secretário de Estado, Diogo Mendonça Corte Real remete, por determinação régia, a petição de José Duarte, ordenando que se dê ao suplicante o chão que pede para fazer uma barraca, que tirará assim que for necessário.

4 de Março de 1756 - Aviso sobre se mandar restituir a António Francisco dos Reis dentro em três dias o chão que se lhe havia tomado

CDA 9, fl. 139

RA 1, fl. 84v.



Assinatura de Diogo Mendonça Corte-Real; Livro 9º de Consultas, Decretos e Avisos, fl. 137

O Secretário de Estado, Diogo Mendonça Corte Real ordena, por determinação régia, que o chão que António Francisco dos Reis, criado do Paço, arranjou no Campo do Curral, em frente do Desembargador Manuel da Costa Mimoso, para fazer barraca para si e para a sua família, do qual Manuel Teixeira, criado do vereador Gaspar Ferreira

Aranha, lhe tirou as estacas, lhe seja restituído no prazo de três dias.

5 de Março de 1756 - Aviso por que Sua Majestade manda suspender a correição do termo até nova ordem

CDA 9, fl. 141

RA 1, fl. 83

O Secretário de Estado, Sebastião José de Carvalho e Melo ordena, por determinação régia, a suspensão da correição do termo a propósito da tomada dos chãos públicos e ordena que, enquanto o vereador Manuel de Campos e Sousa não expedir inteiramente as obras de que se encontra encarregado por ordem régia, não saia da cidade de Lisboa.

12 de Junho de 1756 - Aviso sobre os Armazéns que servirão de guardar as Colunatas do Terreiro do Paço

CDA 9, fl. 353

RA 1, fl. 96

Aviso do Secretário de Estado, Sebastião José de Carvalho e Melo, ordenando a construção de barracas de madeira, desde o chafariz de El-Rei até à porta da Fábrica do Estanco do Tabaco, para nelas se guardarem o açúcar, o tabaco e demais géneros que forem chegando, enquanto não se edificarem as alfândegas apropriadas.

11 de Agosto de 1756 - Consulta sobre o requerimento de Francisco Félix Fernandes em que pretende ser restituído à barraca que lhe demoliu o Juiz do Povo Nicolau Luís da Silva

CDA 10, fl. 185

CD 4, fl. 105

Consulta sobre a queixa apresentada por Francisco Félix Fernandes, por lhe ter sido demolida a barraca que construíra no Terreiro do Paço, no lugar que lhe fora atribuído pelo Vereador Manuel de Moura Cerqueira, por ordem de um dos juizes do povo eleitos por decreto régio

na ocasião do terramoto, Nicolau Luís da Silva. Por lhe ter sido dada ordem de repor a baraca à sua custa, o juiz do povo revoltou-se com modos impróprios contra o Vereador João de Sousa Caria.

Resolução do Rei:

Como parece ao Senado quanto à menor atenção que o suplicante teve com o Desembargador João de Sousa Caria. E quanto ao mais como parece aos últimos votos. Belém, o 1º de Outubro de 1756.

19 de Abril de 1757 - Aviso por que Sua Majestade ordena se não embargue nem embarace a obra do Mosteiro das Religiosas de Nossa Senhora da Conceição da Luz

CDA 11, fl. 15

RA 1, fl. 110v.

Aviso do Secretário de Estado, Sebastião José de Carvalho e Melo, ordenando que não se embargue a obra do Mosteiro das Religiosas de Nossa Senhora da Conceição da Luz, por ter avançado dez varas num largo público.

17 de Junho de 1757 - Decreto por que Sua Majestade ordena se avaliem as paredes e chão de umas casas sitas à Corte Real pertencentes à Irmandade de N. Senhora do Loreto

CDA 11, fl. 87

RA 1, fl. 45v.

D. José I ordena que o Senado da Câmara mande avaliar umas casas pertencentes à Irmandade de Nossa Senhora do Loreto, que era necessário demolir, por causa da obra do novo Arsenal Real, para que a Junta do Comércio as mande demolir e a obra possa ser continuada.

5 de Agosto de 1757 - Aviso por que Sua Majestade ordena se desembarquem todos os planos que discorrem pelas frentes e circunferência da Alfândega interina

CDA 11, fl. 99

RA 1, fl. 135v.

O Secretário de Estado, Sebastião José de Carvalho e Melo participa ao Senado, que o Rei ordenou que a Junta do Comércio desembaraçasse todos os planos das obras que decorriam na Alfândega interina, proibindo, no entanto, que se lhes desse outra serventia que não fosse o comércio.

31 de Agosto de 1757 - Aviso por que Sua Majestade ordena se mande fazer a calçada que vai da ponte de Alcântara para a casa que se mandou fazer junto à Fábrica da Pólvora

CDA 11, fl. 111

RA 1, fl. 139v.

O Rei ordena, por aviso do Secretário de Estado, Sebastião José de Carvalho e Melo, que o Senado mande fazer a calçada que vai da Ponte de Alcântara para a casa que se construiu na Fábrica da Pólvora.

2 de Setembro de 1757 - Aviso por que Sua Majestade ordena se conduzam os entulhos da cidade para o sítio da Cruz de Quatro Caminhos

CDA 11, fl. 113

RA 1, fl. 139

O Rei ordena, por aviso do Secretário de Estado, Sebastião José de Carvalho e Melo, que o Senado mande que os almotacés da limpeza conduzam os entulhos da cidade de Lisboa para o sítio da Cruz dos Quatro Caminhos, na forma e para o fim que apontará Gonçalo Luís Xavier de Carvalho Monteiro, comissário de mostras e vedor geral da Província do Alentejo na Corte.

17 de Outubro de 1757 - Consulta sobre a nova edificação das casas e ordem que para a sua proibição se duvidou assinar

RC 5, fl. 19

Consulta sobre a aplicação, por parte do Senado, do Decreto de 16 de Setembro de 1756¹⁰, que determinava que todas as obras contrárias ao plano da cidade que se fizessem, seriam demolidas no mesmo acto e à vista de seus proprietários.

17 de Janeiro de 1758 - Aviso por que Sua Majestade manda remeter ao Senado a cópia do Decreto pelo qual o mesmo Senhor foi servido mandar proceder nas obras da Alfândega de Lisboa, Praça do Comércio e mais edificios a elas competentes

CDA 11, fl. 129

RA 1, fl. 145

O Rei remete, por intermédio do Secretário de Estado, Sebastião José de Carvalho e Melo, cópia do Decreto de 16 de Janeiro de 1758 dirigido à Junta do Comércio do Reino, pelo qual manda proceder às obras da Alfândega e Praça do Comércio, sob a direcção da mesma Junta, não só no lugar em que antes se encontravam, como em todo o terreno que for necessário para completar os planos da obra, pertencente à Fazenda do Rei ou a particulares, na forma declarada no mesmo decreto.

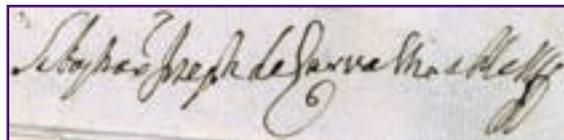
14 de Abril de 1758 - Aviso por que Sua Majestade ordena que o Senado aplique todo o cuidado e vigilância para impedir a continuação de muitos edificios que se fazem com deformidade

CDA 11, fl. 147

RA 1, fl. 147v.

¹⁰ Livro 10º de Consultas, Decretos e Avisos, fl. 9. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa [Arquivo Histórico].

O Rei ordena, por aviso de Sebastião José de Carvalho e Melo, que o Senado seja vigilante quanto às obras que se estão a fazer com deformidade e sem simetria, zelando para que semelhantes obras não tenham continuidade.



Assinatura de Sebastião José de Carvalho e Melo; Livro 8.º de Consultas, Decretos e Avisos, fl. 378

10 de Junho de 1758 - Aviso por que Sua Majestade ordena se mande logo reparar a ruína em que se acha o Poço de Borratém

CDA 11, fl. 159

RA 1, fl. 148

O Rei ordena, por aviso de Sebastião José de Carvalho e Melo, que o Senado mande reparar o Poço do Borratém, antes que comece a causar os danos e prejuízos que se receiam.

27 de Julho de 1758 - Consulta sobre as obras que fez o empreiteiro Manuel Martins nas casas em que se faziam as conferências do Senado no Rossio e nas casas dos Depósitos da Cidade e Corte

RC 5, fl. 52

Consulta elaborada no seguimento do aviso de 23 de Novembro de 1757¹¹ sobre a medição e avaliação do montante das obras feitas por encomenda do Senado, pelo empreiteiro Manuel Martins, nas casas das Conferências do Senado, nas dos Depósitos da Cidade e Corte e nas de D. Antão de Almada.

14 de Dezembro de 1758 - Consulta sobre o requerimento do sargento-mor Pedro da Silveira e Estêvão da Silva Dinis sobre a obra que faziam e continuavam no Campo Grande

RC 5, fl. 68

Consulta sobre o embargo ordenado pelo Senado às obras feitas pelo sargento-mor Pedro da Silveira e Estêvão da Silva Dinis no Campo Grande, por terem mandado abrir alicerces sem vistoria prévia e excedido os limites do cordeamento na execução da planta, edificado em lugar público.

22 de Maio de 1759 - Cópia do Decreto por que Sua Majestade foi servido ordenar ao Desembargador Pedro Gonçalves Cordeiro mandasse terraplanar a Praça imediata aos Arcos das Águas Livres no sítio do Rato

CDA 11, fl. 201

Cópia de um decreto de D. José I dirigido à Junta do Comércio, em que informa que, por decreto de 14 de Março de 1759¹², tendo ordenado ao Desembargador Pedro Gonçalves

¹¹ Livro 11.º de Consultas, Decretos e Avisos, fl. 123. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa [Arquivo Histórico].

¹² Livro da Fábrica das Sedas, fl. 20 v. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa [Arquivo Histórico].

Cordeiro Pereira que mandasse terraplanar a Praça imediata aos arcos das águas livres, no Rato, e desimpedir o terreno onde se edificaria o bairro dos fabricantes de seda, conforme a planta do engenheiro Carlos Mardel, ordena que a Junta do Comércio mande fazer essa obra sob a direcção daquele engenheiro.

3 de Outubro de 1759 - Consulta sobre o requerimento de José da Silva de Azevedo para que se lhe não impeça a reposição de uma barraca que lhe foi demolida

CDA 12, fl. 19

RC 5, fl. 112v.

Consulta sobre a reposição de uma barraca de madeira que José da Silva Azevedo tinha construído, com licença do Senado, na Rua Direita de S. Bento, e que lhe foi destruída.

Resolução do Rei:

Como parece ao Senado e aponta o Procurador da Cidade. Nossa Senhora da Ajuda, 11 de Outubro de 1759.

23 de Outubro de 1759 - Consulta sobre o requerimento de José da Silva de Azevedo para que o Senado dê a execução à resolução da consulta a respeito da Barraca que se lhe demoliu na Rua de São Bento

CDA 12, fl. 15

RC 5, fl. 129

Consulta sobre a reposição de uma barraca de madeira que José da Silva Azevedo tinha construído, com licença do Senado, na Rua Direita de S. Bento, e que lhe foi demolida. O Senado propõe a sua reconstrução à custa do orçamento da Câmara.

Resolução do Rei:

Como parece ao Senado. Nossa Senhora da Ajuda, 9 de Agosto de 1760.

17 de Janeiro de 1762 - Aviso por que Sua Majestade ordena que o Senado mande consertar e calçar o sítio do chafariz em que se costuma fazer a aguada para as naus de guerra

CDA 13, fl. 15

RA 1, fl. 174v.

66

O Rei ordena ao Senado, por aviso do Secretário de Estado, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que mande consertar o sítio do Chafariz, onde se costuma fazer a aguada para as naus de guerra.

23 de Novembro de 1762 - Aviso por que Sua Majestade ordena se mande tirar um grande atoleiro que se acha na estrada pública de Santa Catarina de Ribamar em forma que não cause embarço aos passageiros

CDA 13, fl. 55

RA 1, fl. 177v.

O Rei ordena ao Senado, por aviso do Secretário de Estado, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que mande limpar o atoleiro que se encontra na via pública, no sítio de Santa Catarina de Ribamar, que impede a passagem dos caminhantes e põe em perigo os passageiros das carruagens.

29 de Agosto de 1764 - Consulta sobre o pagamento das propriedades que se mandaram demolir a São João Nepomuceno

CDA 13, fl. 262

RC 6, fl. 96v.

Consulta sobre o requerimento de Domingas Maria da Silva sobre o pagamento das propriedades, que o Senado lhe tomou na Calçada de São João Nepomuceno e que foram demolidas.

Resolução do Rei:

Juntando-se nos seus originais as consultas de 5 de Setembro de 1724, em que o Senado pediu autoridade para tomar as propriedades da suplicante, a resolução de 26 de Março de 1754, tomada na original consulta; e a escritura pública de compra das propriedades de que se trata, em que o mesmo Senado fundou o domínio da mesma suplicante, para lhe fazer expedir o mandado do pagamento; e outrossim os papeis originais em que o mesmo Senado diz haver-se introduzido um voto em nome dos antecedentes procuradores dos mesteres, o qual os presentes mesteres reprovaram: Torne o Senado a consultar. Nossa Senhora da Ajuda, 6 de Setembro de 1764.

20 de Dezembro de 1764 - Alvará por que Sua Majestade faz mercê ao Senado da Câmara do terreno das Portas de Santa Catarina em que foram as cavaliças reais, para nele se edificar o açougue público

CDA 14, fl. 15

RD 1, fl. 105

D. José I faz mercê ao Senado do terreno desde o Largo das Portas de Santa Catarina até às Casas do Marquês de Valença, onde em tempos estiveram as reais cavaliças, para estabelecer o Açougue Público, que se encontrava anteriormente num terreno que se lhe ocupou para a obra da nova Praça do Comércio.

2 de Janeiro de 1765 - Alvará sobre Sua Majestade ordenar ao Senado da Câmara mande logo fabricar na Ribeira desta Cidade a obra delineada no Plano e Prospecto assinado pelo Conde de Oeiras

CDA 14, fl. 20

RD 1, fl. 106v.

Alvará remetido por aviso de 2 de Janeiro de 1765¹³, do Conde de Oeiras, em que o Rei ordena que o Senado mande executar na Ribeira de Lisboa a obra delineada no plano e prospecto assinados pelo Conde de Oeiras, para ficar a servir perpetuamente para as vendas públicas.

19 de Abril de 1765 - Consulta sobre a representação do Juiz do Povo para se edificar um terreiro público

CDA 14, fl. 75

RC 6, fl. 133 v.

Consulta sobre a representação do Juiz do Povo e Deputados da Casa dos Vinte e Quatro, em que propõem a realização da festividade dos touros enquanto durasse a construção do Terreiro Público, e que as receitas da festa revertam a favor da referida obra e também da Casa do Ver-o-Peso, enquanto o Senado não dispuser dos meios necessários a tais edificações.

Resolução do Rei:

Como parece. Nossa Senhora da Ajuda, 4 de Maio de 1765.

10 de Setembro de 1765 - Consulta sobre a demolição da parte da muralha ao Chafariz de Dentro

CDA 14, fl. 161

RC 6, fl. 153v.

O Senado propõe ao Rei a demolição de parte da muralha que se edificou no sítio da Ribeira, junto ao chafariz de Dentro, o que tornará mais regular a praça e mais desimpedida e livre a utilização do chafariz e a passagem da Rua Direita dos Remédios, que dá serventia ao bairro de Alfama.

Resolução do Rei:

Como parece. Nossa Senhora da Ajuda, em 10 de Setembro de 1765.

5 de Abril de 1768 - Decreto sobre se alargar a rua que vai do Chafariz de Dentro pela dos Remédios

CDA 16, fl. 28

RD 2, fl. 78

¹³ Livro 14º de Consultas, Decretos e Avisos, fl. 19. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa [Arquivo Histórico].

D. José I ordena o alargamento da rua que vai do Chafariz de Dentro pelo lado meridional da Calçada dos Remédios até à Rua Direita das Portas da Cruz, na conformidade do Plano e das avaliações efectuadas, cujas cópias baixam assinadas por João Gomes de Araújo, oficial-maior da Secretaria dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos.

25 de Novembro de 1769 - Aviso por que Sua Majestade é servido mandar demolir as barracas em execução dos seus decretos

CDA 16, fl. 191

RD 2, fl. 81

D. José I ordena a demolição das barracas de madeira que ainda subsistem nas ruas e lugares públicos da cidade de Lisboa, por provocarem grande prejuízo aos construtores de casas e armazéns da cidade, uma vez que não conseguem arranjar inquilinos para as propriedades que edificam.

17 de Fevereiro de 1770 - Decreto sobre a nova erecção da Junta da Fazenda da Cidade

CDA 17, fl. 20

RD 2, fl. 83v.

Para que a arrecadação e distribuição das rendas da cidade fossem feitas pela formalidade e com o método de escrituração praticado no Real Erário, na Casa e Estado de Bragança, na Misericórdia e Hospital Real de Todos os Santos, o que iria aumentar a fazenda da cidade de Lisboa, D. José I ordena que no Senado se execute o que está disposto nos dois alvarás de lei de 22 de Dezembro de 1761, no alvará de 2 de Janeiro de 1765 e nos decretos de 21 de Junho e 23 de Agosto de 1765, para que se crie uma contadoria nova e bem regulada.

3 de Junho de 1771 - Aviso sobre que o Senado da Câmara mande despejar as lojas da Rua Direita da Conceição que antes foi da Misericórdia para se continuar a obra da Nova Alfândega

CDA 17, fl. 124

RA 2, fl. 47v.

O Rei ordena ao Senado, por aviso do Marquês de Pombal, que mande despejar as lojas da Rua Direita da Igreja da Conceição, para que as obras da Nova Alfândega possam continuar.

1 de Fevereiro de 1772 - Aviso sobre se ordenar que os Mestres da Cidade com a assistência do sargento-mor de infantaria com exercício de engenheiro José Monteiro de Carvalho procedam na avaliação das porções que se deviam cortar das propriedades constantes da relação junta ao mesmo officio

CDA 18, fl. 1

RA 2, fl. 60

O Rei ordena ao Senado, por aviso do Marquês de Pombal, que mande que os mestres da cidade procedam, com assistência do sargento-mor de infantaria com exercício do engenheiro José Monteiro de Carvalho, à avaliação das porções das casas que deverão ser demolidas, determinando a sua demolição logo após esta avaliação.

9 de Maio de 1776 - Decreto sobre se alargar a Rua Nova da Palma

CDA 18, fl. 220

RD 2, fl. 125v.

O Rei ordena que o Senado compre as propriedades do lado norte da Rua Nova da Palma, descritas na relação anexa ao decreto, pelos preços declarados na mesma relação, com vista ao alargamento da rua.

CARGOS, NOMEAÇÕES E PROVIMENTO DE OFÍCIOS

8 de Novembro de 1759 - Consulta sobre o provimento do mestre da cidade Manuel António

RC 5, fl. 137

Por falecimento do mestre pedreiro, vagou o lugar de mestre da cidade. Para provimento deste cargo, o Senado apresenta as candidaturas e os respectivos currículos dos mestres pedreiros, José Freire e Manuel António.

26 de Novembro de 1759 - Consulta sobre o provimento do ofício de pedreiro

RC 5, fl. 144v.

Consulta sobre a candidatura de Manuel António a mestre da cidade, em que se apresentam os argumentos contra e a favor do provimento desse lugar.

26 de Novembro de 1759 - Consulta sobre se juntar um documento à consulta do provimento do mestre da cidade do ofício de pedreiro

RC 5, fl. 151

Consulta pedida pelo procurador dos mestres Tomé Lopes, juntando um novo documento apresentado pelo actual serventuário Manuel António, inserido no processo de provimento do cargo de mestre da cidade do ofício de pedreiro.

26 de Fevereiro de 1760 - Consulta sobre o cumprimento das sentenças do Desembargo do Paço que a seu favor alcançou o mestre pedreiro Francisco Ferreira para a serventia interina do Mestre da Cidade que actualmente serve Manuel António

RC 5, fl. 166

Consulta sobre o embargo posto na Chancelaria por Manuel António, perante a nomeação de Francisco Ferreira para mestre da cidade.

1 de Setembro de 1760 - Decreto por que Sua Majestade foi servido nomear a Mateus Vicente por Arquitecto das obras do Senado da Câmara

CDA 12, fl. 55

RD 1, fl. 74

Decreto de D. José I, nomeando Mateus Vicente de Oliveira para arquitecto das obras do Senado da Câmara, cargo ocupado anteriormente pelo falecido Eugénio dos Santos.

AFORAMENTOS E PROPRIEDADES

27 de Fevereiro de 1756 - Consulta sobre o Requerimento de Alberto Correia de Sousa em que pretende se lhe restitua o chão que se lhe havia dado na Ribeira

CDA 9, fl. 177

RC 4, fl. 48

Alberto Correia de Sousa pede o chão na Ribeira que era seu antes do terramoto, alegando ser um criado de Sua Majestade e de ter sido o primeiro proprietário do local.

Resolução do Rei:

Como parece ao Marquês Presidente. Belém, 24 de Março de 1756.

1 de Abril de 1756 - Consulta sobre o Requerimento de Nicolau de Melo da Silva e Menezes em que pretende ser restituído ao chão, que se lhe havia dado

CDA 9, fl. 209

RC 4, fl. 65

Nicolau de Melo da Silva e Menezes solicita a restituição do chão que lhe foi tirado pelo Senado, por ter abusado dos seus direitos e ter abandonado o local por ser desnecessário.

Resolução do Rei:

Como parece ao Senado. Belém, 6 de Abril de 1756.

18 de Abril de 1757 - Aviso por que Sua Majestade ordena se pague a D. Antão de Almada o aluguer das suas casas do Rossio na conformidade do que se estipulou na escritura principiando do dia em que entrou nas referidas casas do Depósito Público

CDA 11, fl. 13

RA 1, fl. 104

D. José I ordena que o pagamento do aluguer das casas de D. Antão de Almada no Rossio se faça na conformidade com o estipulado na escritura, tendo início no dia em que o Depósito Público ocupou as ditas casas, vencendo o pagamento a partir desse dia.

7 de Outubro de 1760 - Consulta sobre um chão, que pretende de aforamento Simão Francisco na Rua da Inveja

RC 5, fl. 188

Tendo-lhe sido concedida, por resolução real, a possibilidade de edificar na Rua da Inveja as casas que possui, das quais foi feita escritura de aforamento, Simão Francisco pretende, agora, erigir neste mesmo local outro edifício, pagando de foro um tostão por cada palmo.

28 de Julho de 1761 - Aviso por que Sua Majestade ordena se pague a D. Antão de Almada o aluguer das suas casas que se lhe estiver devendo e for vencendo à razão de 1.100 reis por ano

CDA 12, fl. 178

RA 1, fl. 170

D. José I ordena ao Senado que pague a D. Antão de Almada, a quantia acordada pelo aluguer das suas casas no Rossio, que, pelo decreto de 5 de Maio de 1758¹⁴, foram tomadas para o despacho do Tribunal.

PROCISSÕES

13 de Novembro de 1755 - Consulta sobre o Senado consultar a Sua Majestade a respeito da procissão que na Pastoral de Sua Eminência se faz menção

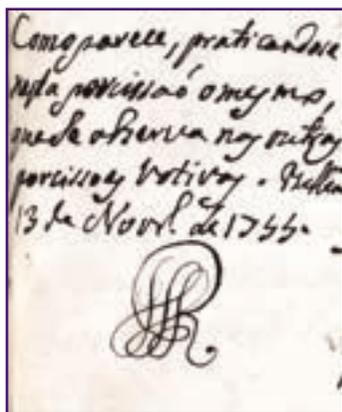
CDA 8, fl. 400

RC 4, fl. 14

Consulta sobre a pastoral do Cardeal Patriarca de Lisboa, enviada pelo aviso de 12 de Novembro do Secretário de Estado, Sebastião José de Carvalho e Melo, acerca da realização anual de uma procissão em agradecimento, pelo facto de a vida do Rei e da família real não ter sido afectada durante o cataclismo.

Resolução do Rei:

Como parece; praticando-se nesta procissão o mesmo que se observa nas outras procissões votivas. Belém, 13 de Novembro de 1755.



Resolução régia sobre a consulta de 13 de Novembro de 1755; Livro 8.º de Consultas, Decretos e Avisos

19 de Maio de 1756 - Aviso sobre os toldos e armação das ruas por onde passa a Procissão do Corpo de Deus

¹⁴ Livro 1.º de Registo de Decretos, fl.53 e Livro 11.º de Consultas Decretos e Avisos, fl. 151. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa [Arquivo Histórico].

CDA 9, fl. 323

RA 1, fl. 94

Aviso do Secretário de Estado, Sebastião José de Carvalho e Melo, participando ao Senado que se encontram delineadas em planta entregue ao architecto Eugénio dos Santos, as ruas por onde passará a procissão do Corpo de Deus, solicitando que se tomem as devidas providências.

VISTORIAS

16 de Setembro de 1756 - Decreto por que Sua Majestade ordena se não façam vistorias pelo Senado nas casas que se intentarem fabricar ou seja fora dos limites da cidade ou na parte dela que ficasse desolada pelo incêndio sucedido depois do Terramoto

CDA 10, fl. 9

RA 1, fl. 99 v.¹⁵

RD 1, fl. 43

A priora do Mosteiro de Nossa Senhora da Soledade do Mocambo solicita ao Senado da Câmara que proceda a uma só vistoria aos seus terrenos aforados, devido ao preço elevado que a vistoria implica, tanto para os rendeiros como para os enfiteutas. O rei ordena que não se proceda a mais nenhuma vistoria em terrenos destruídos pelo terramoto, para que se cumpra o que está determinado pela nova planta geral de edificação prevista para a cidade.

SENADO

5 de Maio de 1758 - Decreto para o Senado vir para o Rossio

CDA 11, fl. 151

RD 1, fl. 53

D. José I ordena a transferência do Senado da Câmara para as casas de D. Antão de Almada no Rossio.

27 de Outubro de 1759 - Decreto por que Sua Majestade foi servido unir as duas Executórias do Senado

CDA 11, fl. 269

RD 1, fl. 70

Decreto de D. José I, em que une as duas Executórias, da Fazenda da Cidade e dos Reais da Água, tanto nos ordenados como nos emolumentos para serem servidas por uma só pessoa idónea nomeada pelo Senado.

¹⁵ Na margem do decreto: "Vay lançado no L.º 1º de Decretos a fs. 43 e aqui se lançou por equivocação".

20 de Dezembro de 1764 - Decreto sobre a mudança do Senado das Casas do Rossio para as da Madalena

CDA 14, fl. 17

RD 1, fl. 103v.

D. José I ordena a mudança do Senado da Câmara das casas de D. Antão de Almada, por falta de espaço, cessando o aluguer que se pagava.

PROVIDÊNCIAS TERRAMOTO

1 de Novembro de 1755 - Aviso sobre ter ordem o Marquês de Abrantes e o General de Artilharia para concorrerem com gente e o que for necessário para o remédio possível de muitas infelicidades de que Lisboa se achava consternada

CDA 8, fl. 366

RA 1, fl. 56v.

O Marquês Estribeiro-Mor, o Marquês de Abrantes e o General de Artilharia recebem ordens para que, fazendo uso de tropas, artilheiros e materiais necessários, possam socorrer e zelar pela segurança da população de Lisboa, em situação difícil, devido à destruição provocada pelo terramoto.

2 de Novembro de 1755 - Aviso sobre várias coisas conducentes a evitar o dano que se podia seguir depois do terramoto

CDA 8, fl. 368

RA 1, fl. 57

D. José I ordena a afixação de editais contendo as principais providências a fazer face ao terramoto de 1 de Novembro, desde a providência de mantimentos, passando pela segurança e saúde pública.

2 de Novembro de 1755 - Aviso sobre a repartição dos mantimentos

CDA 8, fl. 370

RA 1, fl. 57

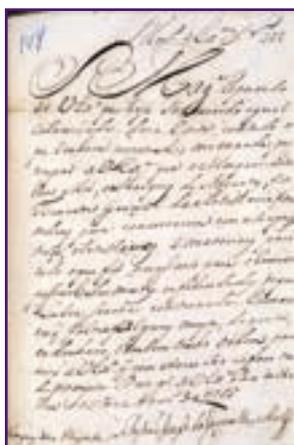
D. José I ordena ao Senado da Câmara que todos os mantimentos recebidos às portas da Cidade, sejam igualmente distribuídos pelos doze bairros da cidade.

4 de Novembro de 1755 - Decreto sobre os barcos que traziam mantimentos

CDA 8, fl. 376

RD 1, fl. 32v.

D. José I ordena que todos os barcos e navios que trouxeram géneros e mantimentos, sejam taxados pelos preços comuns.



Aviso de 1 de Novembro de 1755; Livro 8º de Consultas, Decretos e Avisos, fl. 366

7 de Novembro de 1755 - Mandado de Sua Majestade sobre servirem de juizes do Povo António Roiz de Leão e Nicolau Luís da Silva

RD 1, fl. 33

O Rei ordena que Nicolau Luís da Silva, que serve de escrivão do Povo, e António Rodrigues de Leão, que já serviu o lugar de Juiz do Povo, convoquem todos os que servem ou serviram na Casa do Vinte e Quatro, encarregando-os de convocarem todos os seus respectivos artífices para colaborarem na causa comum de indispensável necessidade pública de dar sepultura aos mortos e preservar a saúde dos vivos, que se encontra ameaçada pela corrupção dos corpos.

22 de Novembro de 1755 - Consulta sobre as taxas que havia mandado publicar no dia 22 do presente mês de Novembro de 1755

RC 4, fl. 24

O Duque Regedor das Justiças pede explicações ao Senado, pelas alterações feitas às ordens expressas na Portaria do dia 3 e no Aviso do dia 4 de Novembro de 1755.

23 de Dezembro de 1755 - Consulta sobre o produto dos dois meses juntos ao terramoto que venciam os dois contratos da limpeza e calçadas ser aplicado para pagamento dos artífices e trabalhadores dos desentulhos da Cidade

RC 4, fl. 30v.

Consulta sobre o pagamento aos artífices, trabalhadores e forçados que têm desentulhado as ruas de Lisboa, após o terramoto de Novembro desse ano.

24 de Janeiro de 1756 - Aviso por que Sua Majestade ordena que o Senado da Câmara lhe remeta a cópia de todos os avisos pertencentes às providências da calamidade do dia primeiro de Novembro do ano próximo passado até o dia cinco do dito mês

CDA 9, fl. 19

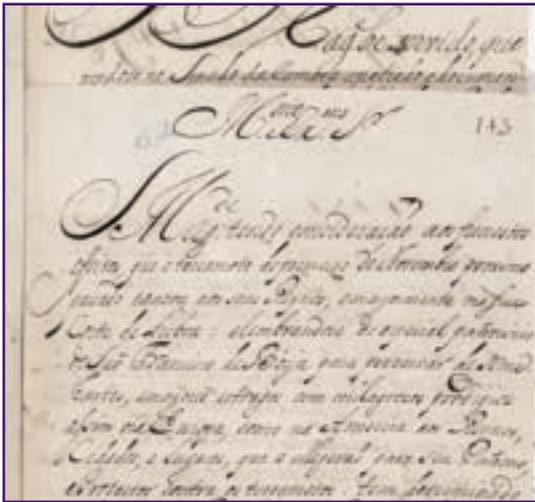
RA 1, fl. 75

D. José I ordena ao Senado que lhe remeta as cópias de todos os avisos que se expediram sobre as providências que se tomaram, devido ao terramoto desde o dia 1 até ao dia 5 de Novembro de 1755.

5 de Fevereiro de 1756 - Consulta sobre o Senado querer alguma módica pensão nas barracas

RC 4, fl. 29

O Senado solicita autorização ao Rei, para poder cobrar uma módica quantia pela licença concedida, a quem perdeu a sua habitação devido ao terramoto, e quiser erguer uma barraca em locais públicos.



8 de Março de 1756 - Aviso sobre assistir o Senado na Igreja de São Roque à festa de São Francisco de Bórgia

CDA 9, fl. 143

RA 1, fl. 85v.

D. José I, tendo em consideração a calamidade que o terramoto causou em Lisboa, determina e solicita ao Papa, que São Francisco de Bórgia seja o patrono e protector do reino, com o rito de primeira classe para todo o clero secular.

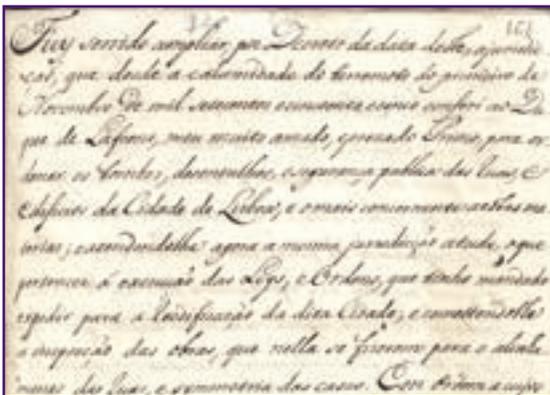
Aviso de 8/3/1756; AML-AH, Livro 9º de Consultas, Decretos e Avisos, fl. 143

22 de Março de 1756 - Decreto por que Sua Majestade ordena que o Senado da Câmara faça examinar todos os cofres e armações da sua repartição mandando fazer aos tesoureiros almoxarifes e mais recebedores novas receitas de tudo o que se salvou e ficou existente depois do terramoto

CDA 9, fl. 175

RD 1, fl. 40v.

D. José I ordena ao Senado que faça examinar o estado em que se encontram os cofres e os armazéns da sua Repartição, do que se salvou e do que ficou depois do terramoto.



12 de Junho de 1758 - Decreto sobre os tombos, desentulhos e segurança pública das ruas e edificios da cidade de Lisboa

CDA 11, fl. 161

RD 1, fl. 58

D. José I confere ao Duque de Lafões, seu primo, plenos poderes para ordenar e inspeccionar os tombos, desentulhos e segurança pública das ruas e edificios da cidade de Lisboa, bem como a liberdade para expedir as necessárias ordens de reedificação da cidade, destruída pelo terramoto de 1 de Novembro de 1755, respeitando o alinhamento das ruas e a simetria das casas.

Decreto de 12 de Junho de 1758; Livro 11º de Consultas, Decretos e Avisos, fl. 161

HIGIENE PÚBLICA

7 de Abril de 1769 - Consulta sobre a conservação e providências da água do Chafariz do Andaluz

CDA 16, fl. 129

RC 6, fl. 262

As religiosas do Convento de Santa Joana pedem a intervenção do Senado da Câmara, porque se encontram sem a água que provinha do chafariz do Andaluz, encanada para a quinta de

José Soares, na Calçada de S. Sebastião da Pedreira. O Senado solicita ao Rei providências a respeito da água do Chafariz de Andaluz e a sua conservação.

Resolução do Rei:

Como parece. E hei por bem que o Senado mande lavrar a favor da comunidade de Santa Joana instrumento que lhe sirva de título perpétuo da porção da água pura de que se trata sem foro ou pensão. Salvaterra de Magos, 28 de Abril de 1769.

6 de Julho de 1775 - Decreto pelo qual foi Sua Majestade servido ordenar que assim nas Praças da Ribeira Nova, Remolares, Corpo Santo, Rua Direita do Arsenal, Praça das Arrematações, Real Praça do Comércio, Rua Direita da Alfândega e outras mais Praças se não possa fazer pejamento algum nem fixo nem volante

CDA 18, fl. 190

RD 2, fl. 121

D. José I ordena ao Senado da Câmara que vigie a higiene e a segurança das novas praças e ruas que se edificarem em Lisboa, para que, em benefício do povo de Lisboa, não se permita que as mercadorias que cheguem à cidade permaneçam por mais de um dia.

22 de Agosto de 1775 - Aviso pelo qual foi Sua Majestade servido abolir a jurisdição dos almotacés da limpeza pelo que tocava às licenças que os mesmos davam para os pejamentos das caliças que se botavam nas ruas das obras que nas mesmas se fazia

CDA 18, fl. 192

RA 2, fl. 80v.

Aviso do Secretário de Estado Aires de Sá e Melo participando ao Senado da Câmara, que D. José ordenou que os almotacés da limpeza não deveriam conceder quaisquer licenças para o pejamento de caliças ou materiais, uma vez que estas são reservadas aos ministros inspectores dos bairros, com a assistência dos engenheiros e arquitectos encarregados das referidas licenças.

ORGANIZAÇÃO DA CIDADE

22 de Outubro de 1756 - Aviso por que Sua Majestade ordena tornem os Tribunais ao seu antigo estado, indo os Ministros, e mais pessoas deles com aquela decência e compostura que sempre costumaram antes do Terramoto

CDA 10, fl. 245

RA 1, fl. 100v.

D. José I avisa o Senado da Câmara sobre a obrigação de que os ministros devem usar as becas e vestes de cerimónia como se praticava antes do terramoto.

5 de Maio de 1758 - Decreto por que Sua Majestade é servido que o Tribunal da Relação seja transferido para um quarto das casas de D. Antão de Almada

CDA 11, fl. 151

RD 1, fl. 53

D. José I ordena que o Tribunal da Relação seja transferido para as casas de D. Antão de Almada no Rossio, onde deveriam ficar acomodados igualmente o Senado, que aí fazia as suas conferências, e o Depósito Público da Corte e Cidade.

19 de Julho de 1759 - Decreto sobre a rematação dos contratos da limpeza e calçadas

CDA 11, fl. 221

RD 1, fl. 68

D. José I ordena ao Senado, a suspensão do contrato da limpeza com António Gomes, actual contratador da cidade e da arrematação do contrato das calçadas, que aquele contratador requeria, ficando ambos os contratos a ser administrados sob a privativa inspecção do Desembargador Manuel de Campos e Sousa, devendo ser este a nomear os trabalhadores que deveriam reparar as calçadas e limpar as ruas.

29 de Agosto de 1761 - Consulta sobre o requerimento do Juiz do Povo com a qual pretende a conservação do Cais do Tojo da Bica do Sapato a queixando-se nele o Corregedor de Alfama por este perverter a boa ordem em que o Senado tinha posto no dito sítio

RC 6, fl. 19

O Juiz do Povo solicita a conservação do Cais do Tojo da Bica do Sapato, depois de o Rei ter vedado o Sítio da Galé.

28 de Março de 1765 - Consulta sobre a proposta que fez o Juiz do Povo, e Deputados da Casa dos 24 a Representação das desordens que resultam de vários livros, e papeis que nesta cidade se espalham, e são odiosos ao sossego público

RC 6, fl. 129

O juiz do povo e os deputados da Casa dos Vinte e Quatro solicitam providências sobre as desordens que resultam da publicação de vários papéis que se espalham pela cidade, anunciando desgraças e perturbando o sossego público.

20 de Maio de 1774 - Aviso sobre ordenar Sua Majestade ao Senado da Câmara mande recolher aos ourives do ouro e da prata para os seus respectivos arruamentos para os mesmos ofícios destinados

CDA 18, fl. 134

RA 2, fl. 74

D. José I ordena que o Senado da Câmara examine as lojas que pertencem aos ourives do ouro e da prata, para que se evitem as construções e ocupações ilegais que se praticam nestes arruamentos destinados a estes ofícios.

**O surgimento do conceito de
Urbanismo: teorias e práticas
na Câmara Municipal de
Lisboa**

Rita Gago



Obras Municipais: calceteiros¹



Lisboetas passeando na Avenida da Liberdade²

De 1850 a 1910 dá-se, de uma forma nítida, a passagem da Lisboa "ribeirinha" à Lisboa "nuclear-radioconcêntrica". (...) da cidade organizada em função do rio à cidade organizada radialmente em função de um centro terciário.

Luís Bruno Soares - Sobre a estrutura urbana de Lisboa. In: *Arquitectura*, Abril 1980, p. 27

¹ Imagem 1 - Obras Municipais: calceteiros [fotografia], 1907. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa [Arquivo Fotográfico], Fundo Joshua Benoiel.

² Imagem 2 - Lisboetas passeando na Avenida da Liberdade [fotografia], 1912. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa [Arquivo Fotográfico], Fundo Joshua Benoiel.

O presente trabalho tem como principal objectivo determinar em que momento do seu exercício, a Câmara Municipal de Lisboa começou a gerir a cidade de acordo com preocupações urbanísticas. Em suma: quando terá surgido o urbanismo em Lisboa?

Esta questão levou-nos a muitas outras. Por um lado, e de acordo com Margarida Souza Lobo³, o urbanismo surge na segunda metade do século XIX, com a elaboração de Planos Gerais de Melhoramentos. Por outro, em Portugal, um longo caminho foi percorrido até se materializarem intenções, limitadas quer pela vontade política, quer por constantes constrangimentos orçamentais. Da teoria à vontade política e da vontade política à prática o processo foi longo e complexo.

Com a chegada de Ressano Garcia à Câmara Municipal de Lisboa, e com a necessidade de pôr em prática um Plano de Melhoramentos para a Capital, a Comissão de Obras e Melhoramentos Municipais terá tido o papel de motor dessa dinamização que Lisboa pedia, havia algum tempo. Por acreditarmos que este foi o momento em que teve início o planeamento urbanístico de Lisboa, apesar dos sempre presentes constrangimentos orçamentais e políticos, e até administrativos, será esse percurso o principal objecto deste estudo.

O, PRÉ-URBANISMO

É sabido que, desde muito cedo, a Câmara Municipal de Lisboa teve competências que actualmente relacionamos com o urbanismo, mas que não reflectiam uma preocupação de verdadeiro planeamento urbanístico. Eram medidas tomadas e legisladas para resolver problemas imediatos, por exemplo, nas áreas das obras, da limpeza urbana e do próprio policiamento da cidade.

Assim, em 1591 foi atribuída ao município lisboeta "a inspecção de todas as obras respectivas à edificação e reedificação da cidade"⁴. Esta função foi interrompida após o terramoto de 1755, momento em que, através do Decreto de 12 de Junho de 1758, *as atribuições inherentes á Inspeção foram desannexadas (...) e transferidas para outra Auctoridade⁵ (...) tendo esta (...) sido novissimamente [em 1835,] abolida por Sua Magestade.*

³ Cfr. LÓBO, Margarida Sousa - *Planos de urbanização: a época de Duarte Pacheco*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1995. ISBN 972-9483-14-0. p. 13.

⁴ CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, Edital de 20 de Fevereiro de 1836; cfr. SILVA, Raquel Henriques da - *Lisboa romântica: urbanismo e arquitectura, 1777-1874*. Lisboa: Universidade Nova, 1997. p. 276. Dissertação de Doutoramento em História de Arte.

⁵ Apesar de não ser mencionada, pensamos que essa Auctoridade fosse o Juízo da Inspeção da Cidade, com base na obra de Idem, *ibidem*, p. 277-278, que cita o ofício de 4 de Agosto de 1835, dirigido por Anselmo José Braancamp a Rodrigo da Fonseca Magalhães, a fim de esclarecer qual ou quais seriam as entidades responsáveis pelas obras de Lisboa: "Para ele havia duas maneiras de encarar o objecto da questão: a primeira é continuando a Repartição das Obras Públicas a desempenhar as atribuições que até agora exercia, vindo a Câmara neste caso a desempenhar o que pertencia ao Juízo da Inspeção da Cidade: a segunda é ficar a Câmara incumbida inteiramente destes ramos das Obras Públicas".

Parte daquela competência é recuperada, na sequência de um ofício de Anselmo Braancamp Castel Branco, de 4 de Agosto de 1835⁶. Com efeito, é numa nota ao referido ofício que, ainda que a título provisório, a inspecção das obras particulares é remetida para a Câmara,

"para se não usurparem terrenos públicos nem se falte aos alinhamentos do ris[c]o da Cidade", "não usurpando por modo algum o que por ora pertence à Repartição das Obras Públicas [sucessora da Casa do Risco pombalina] sobre a regularidade da frente dos Edifícios."

Perante esta "crise de sucessão" de poderes no domínio das Obras Públicas, e passado o tempo de Pombal, prevalecia uma forte vontade por parte do município de retomar as suas competências, em contraste com um enfraquecimento da iniciativa do Governo, como demonstra Raquel Henriques da Silva, ao citar a Portaria de 20 de Março de 1821⁷:

Partindo da consideração que a "Regência do Reino" devia promover as "Obras Públicas", na medida em que o permitissem "as forças do Tesouro Público Nacional" e também para empregar os braços fabris que, por falta de obras particulares se acham inutilizados", decidia-se "Criar uma Comissão composta de pessoas inteligentes e possuídas de um verdadeiro patriotismo, que terá por fim consultar sobre os meios de reduzir a boa ordem e regulamento esta administração".

De entre os objectivos da portaria previa-se a construção de um teatro nacional, assim como a conclusão da construção e manutenção dos "dois Passeios Públicos de Lisboa e Campo Grande". Estes projectos teriam a inspecção da referida "comissão de pessoas inteligentes", embora dependessem da mão-de-obra gratuita e desqualificada dos "condenados a trabalhos públicos".

Em 1836 é então publicado o Edital da Câmara Municipal de Lisboa de 20 de Fevereiro que, no seguimento do ofício de 1835, reivindica e afirma os poderes da edilidade sobre a inspecção das obras particulares:

Ninguém poderá d'ora em diante dar começo á edificação ou reedificação, sem primeiro apresentar o risco á Câmara Municipal e obter desta necessária aprovação.

Em Março de 1836, foi sugerido pelo Vereador Fiscal das Obras, e no âmbito das novas atribuições, o pagamento de um novo emolumento a Malaquias Ferreira Leal, o primeiro *Arquitecto da Cidade*, justificado pelas numerosas vistorias e informações que "tinha que satisfazer em consequência do Edital relativo à Inspecção da Cidade". No início do ano seguinte, o mesmo vereador recomendava que fosse constituído "um arquivo metódico para se

⁶ Vid. nota 3.

⁷ SILVA, Raquel Henriques da, *op. cit.*, p. 228.

guardarem todos os desenhos e planos que houver sobre as diferentes obras, tanto do Município como daquelas que lhe têm sido entregues em Comissão."⁸

Voltando a citar Raquel Henriques da Silva,

a Câmara dispunha de uma vitalidade pragmática sem qualquer cultura urbanística que a apoiasse: queria passeios, ruas amplas, teatros e monumentos, a destruição das "barracas" e a edificação de infra-estruturas - "canos gerais", matadouros e mercados (...) fazia ainda cumprir a legislação pombalina ao mesmo tempo que desejava o "aformosamento exterior das casas da capital"⁹

Com um empenho que se distinguiu claramente do cansaço demonstrado pela Repartição de Obras Públicas, a Câmara Municipal levava por diante as atribuições que provisoriamente lhe tinham sido acometidas, em 1835.

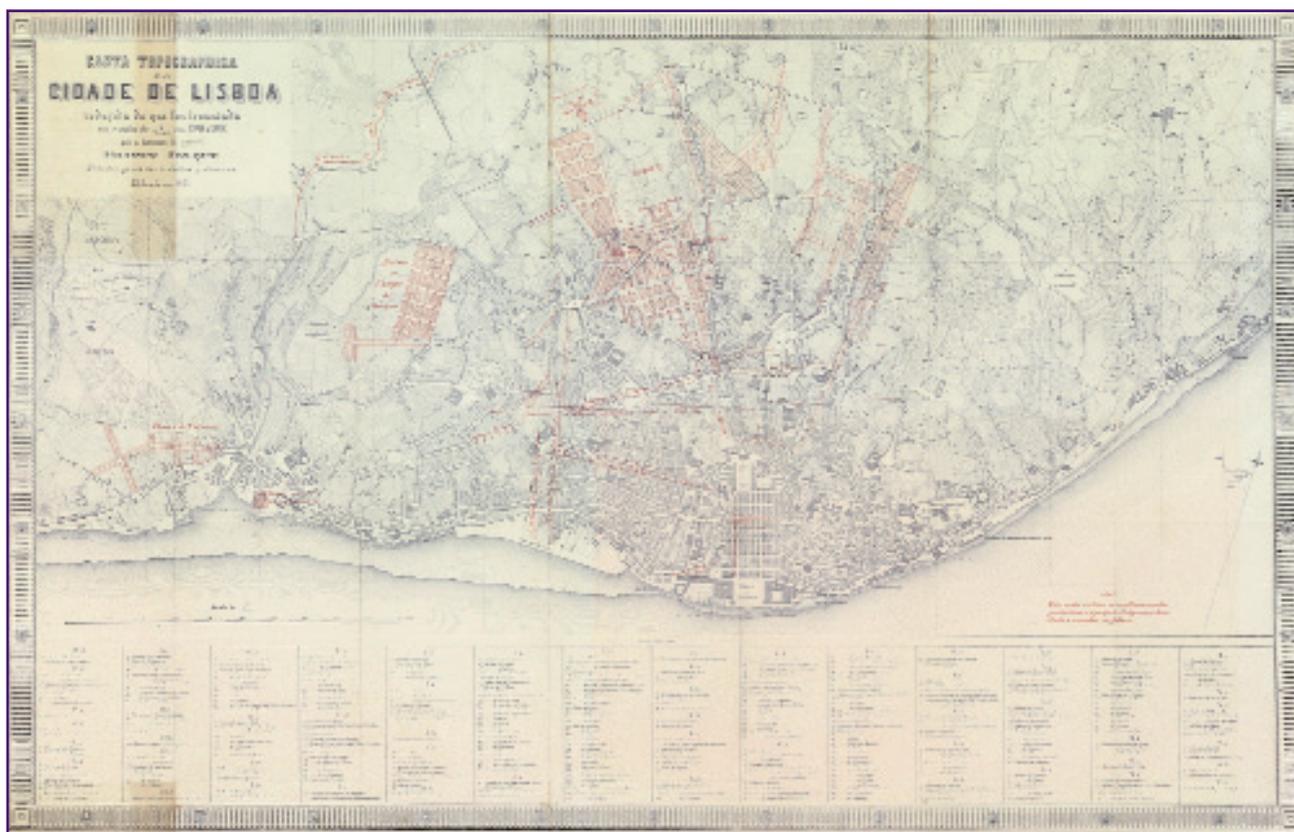
O entusiasmo e o pragmatismo careciam, porém, de uma metodologia, pelo que em 1837 o Presidente da Câmara propunha a elaboração de "um plano da reedificação e embelezamento da cidade com as plantas e os riscos correspondentes", projecto que foi sucessivamente adiado, apesar de em 1840 se ter chegado a nomear os membros de uma comissão constituída para o efeito. O objectivo final seria a redacção e aprovação de um regulamento que depois de enviado ao Governo valesse "como Lei permanente"¹⁰, o que não se chegou a verificar. As disputas com a Repartição de Obras Públicas, que tinha passado a depender do Governo Civil de Lisboa, iriam continuar.

Em 1852 nascia a Repartição Técnica da Câmara Municipal de Lisboa, enquanto serviço municipal gestor das competências já enunciadas. O seu regulamento, proposto só no tempo de Ressano Garcia, em 1874 (e revisto em 1879), daria origem à criação de uma Comissão de Obras e Melhoramentos Municipais da Câmara Municipal de Lisboa, cuja missão seria dar forma a um Plano Geral de Melhoramentos para a Cidade.

⁸ Idem, *ibidem*, p. 278.

⁹ Idem, *ibidem*, p. 279.

¹⁰ Idem, *ibidem*.



Carta topographica da cidade de Lisboa ¹¹

TENTATIVAS DE IMPLEMENTAÇÃO DE UM PLANO GERAL DE MELHORAMENTOS

A 13 de Janeiro de 1865¹² é finalmente publicado o decreto n.º 10, de 31 de Dezembro de 1864, através do qual

O governo mandará imediatamente proceder a um plano geral dos melhoramentos da capital, atendendo nele ao das ruas, praças, jardins e edificações existentes, e à construção e abertura de novas ruas, praças, jardins e edificações, com as condições de higiene, decoração, cómodo alojamento e livre trânsito do público.¹³

Trata-se da primeira tentativa de legislar o planeamento urbanístico em Portugal, embora de forma incipiente, limitando-se a um "pré-urbanismo regulamentar"¹⁴. Apesar de as consequências deste diploma, nomeadamente no caso de Lisboa, não terem sido imediatas, obrigaram a uma visão de conjunto das intervenções camarárias, tanto em Lisboa como no Porto, influenciando a produção urbana oitocentista.

¹¹ Carta topographica da cidade de Lisboa. In: Correia PAES - *Melhoramentos de Lisboa e seu Porto*. Lisboa: Tipografia Universal, 1882.

¹² Cfr. LÓBO, Margarida Sousa, *op. cit.*, p. 16.

¹³ **Decreto de 31 de Dezembro de 1864**, Título III, Secção I: Do plano de edificações e reedificações em Lisboa, medidas gerais para se levar a efeito e prescrições da polícia.

¹⁴ Cfr. LÓBO, Margarida Sousa, *op. cit.*, p. 16.

Previo-se que o Plano fosse elaborado por uma comissão composta por um engenheiro e por um arquitecto, funcionários do Serviço das Obras Públicas, de um engenheiro proposto pela Câmara Municipal e de um vogal do conselho de saúde pública do Reino¹⁵. A este respeito é de salientar que o Título III do decreto citado se divide em duas secções: a primeira "Do plano de edificações e reedificações em Lisboa (...)"tratando a segunda das "Disposições relativas às cidades, vilas e povoações fora de Lisboa". No caso da cidade do Porto, mencionada no início da segunda secção, remete-se para o artigo 34.º, onde se prevê a constituição de uma comissão, à semelhança do caso de Lisboa.

Da leitura deste decreto constata-se que, apesar de a Comissão incluir um engenheiro nomeado pela Câmara Municipal, o peso do Poder Central é afirmado pela maioria dos intervenientes naquele projecto: dois membros do Serviço das Obras Públicas e um vogal do Conselho de Saúde Pública do Reino.

É neste contexto que Pézerat publica, em 1865, a sua *Mémoire sur les études d'améliorations et embellissements de Lisbonne*, após uma deslocação a Paris, onde teve contacto com a obra de

Haussmann, cuja filosofia tentou reproduzir na sua proposta para os melhoramentos de Lisboa.

Recusando a renovação parcial do tecido urbano, propunha que a cidade fosse tratada como um todo, com grandes avenidas e prédios imponentes como único meio de proporcionar "ordem e harmonia". Alegava que ao serem entregues as obras a grandes empresas de construção, devidamente protegidas, "*libertariam o governo e a municipalidade de todos os encargos que tornariam irrealizável qualquer tentativa dessa envergadura*"¹⁶. Eram, de facto, obras muito dispendiosas para uma cidade como Lisboa, que se batia com um "magro orçamento municipal"¹⁷.

Para além do "magro orçamento" que a Câmara se via obrigada a gerir, Raquel Henriques da Silva aponta outros factores que contribuíram para que os melhoramentos da capital não avançassem¹⁸.

Por um lado, Pézerat, "que representara para sucessivas vereações a encarnação de uma utopia parisiense", é mencionado como um "programador romântico", sem capacidade de gerir um

¹⁵ FRANÇA, José-Augusto - *Lisboa: urbanismo e arquitectura*. 4ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 2000. ISBN 972-24-0998-0. p. 65.

¹⁶ FRANÇA, José-Augusto, *op. cit.* p., 65.

¹⁷ *Actas das Sessões*. Câmara Municipal de Lisboa. Archivo Municipal. Lisboa, 1871. p. 410.

¹⁸ Cfr. SILVA, Raquel Henriques da, dir. - *Lisboa de Frederico Ressano Garcia: 1874-1909*. Lisboa: Câmara Municipal, 1989. p. 19.

gabinete de exigência essencialmente técnica; por outro, a sua doença prolongada, e conseqüente substituição por um arquitecto menos prestigiado, fizeram a Repartição Técnica cair num clima de estagnação. É de referir ainda o incêndio dos Paços do Concelho, de 1863, que destruiu a maior parte dos projectos existentes no Arquivo de Obras da Câmara.

Um "Plano de Melhoramentos da Cidade" tardava em chegar e a preocupação com o estado das obras em Lisboa era constantemente manifestada nas sessões de Câmara pelos seus vereadores, nomeadamente por Elias Garcia, na época vereador do Pelouro da Instrução. A 5 de Janeiro de 1870, na segunda sessão de Câmara desse ano, faz-se o seguinte ponto de situação das obras lisboetas:

(...) olhemos para as chamadas despesas grandes, ou extraordinárias, para as quais os meios escasseiam completamente. Falo dos Paços do Concelho, e da melhor limpeza e canalização da cidade; e não digo coisa alguma sobre a grande artéria, que deverá servir mais tarde de entrada à cidade, e pôr-nos em comunicação com o lugar do Campo Grande, porque este grande melhoramento temos esperança de o ver realizado, segundo se refere, pelo governo directamente. A grande obra do aterro da Boavista não é igualmente nomeada, e contudo o seu pronto acabamento traria, além de outras vantagens, um embelezamento a Lisboa igual ás melhores reformas, que o génio de Haussmann inventou para Paris.¹⁹

Estas eram tidas como as obras prioritárias que, por falta de meios, custavam umas a arrancar, como é exemplo a comunicação com o Campo Grande (levada a cabo, mais tarde, por Frederico Ressano Garcia) e outras custavam a ser terminadas, como o Aterro da Boa Vista.

As comissões entretanto constituídas para o acompanhamento dos melhoramentos do Aterro da Boavista e das obras dos Paços do Concelho, estariam perto do fim, passando estas obras a ser, em 1874, supervisionadas pela Comissão de Obras e Melhoramentos Municipais de Lisboa.

Pierre-Joseph Pézerat (1800-1872) nasceu em Pézerat e faleceu em Lisboa. Frequentou a Escola Politécnica de Paris e de 1825 a 1831 foi engenheiro e arquitecto do Imperador D. Pedro, no Brasil. Veio para Portugal, contratado pela CML, onde desenvolveu projectos de abastecimento de água e esgotos. Foi professor da Escola Politécnica desde 1853. Foi autor de diversas propostas de remodelação dos bairros de Lisboa e o responsável pela construção dos edifícios dos Banhos de S. Paulo, do Matadouro Municipal e do aqueduto sobre a Ribeira de Carenque (Belas), entre outras.



Avenida 24 de Julho e Mercado da Ribeira ²⁰

¹⁹ *Actas das Sessões*. Câmara Municipal de Lisboa. Arquivo Municipal. Lisboa, 1871, p. 410.

²⁰ Avenida 24 de Julho e Mercado da Ribeira [fotografia], post. 1882. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa [Arquivo Fotográfico], Fundo Paulo Guedes.

Frederico Ressano Garcia (1847-1911) nasceu e morreu em Lisboa. Entre 1861 e 1865 frequentou a Escola Politécnica de Lisboa e de 1866 a 1869 frequentou a École des Ponts et Chaussées de Paris. Foi engenheiro da Câmara Municipal de Belém entre 1872 e 1873, tendo no ano seguinte sido admitido como Engenheiro na Câmara Municipal de Lisboa. Foi responsável por vários projectos urbanísticos de Lisboa, entre os quais a avenida do Passeio Público (1877), a extensão da cidade entre a Avenida da Liberdade e o Campo Grande (1886), bem como pelos trabalhos relativos à elaboração do Plano Geral de Melhoramentos da Capital (1903). Aposentou-se em 1909, quando exercia o cargo de Director do Serviço de Obras da Câmara Municipal de Lisboa.

A COMISSÃO DE OBRAS E MELHORAMENTOS MUNICIPAIS DE LISBOA

Em 1874, dois anos após a morte de Pézerat, Ressano Garcia toma posse como Engenheiro da Câmara Municipal de Lisboa. No seu curriculum constava a breve passagem pela Câmara Municipal de Belém, de onde pediu a exoneração do cargo de Engenheiro do Município ao fim de um ano, por não lhe terem sido criadas as condições inicialmente acordadas para "organizar por outra forma o serviço a [seu] cargo, dando-lhe maior desenvolvimento"²¹. Com a chegada do jovem engenheiro de 27 anos, competente e determinado, foi ultrapassado o marasmo em que havia caído aquele sector do município.

O Regulamento da Repartição Técnica, aprovado e posto em prática em 1874, teve como ponto de partida uma proposta de Ressano Garcia, directamente apresentada ao Presidente da Câmara. Esta salvaguardava uma posição autónoma (evitando talvez um desfecho idêntico ao da passagem pela Câmara Municipal de Belém) face à vereação de que dependia, o que terá dificultado uma aceitação unânime da sua posição. Terá provavelmente condicionado a vigência do referido Regulamento durante a actividade da Comissão de Obras e Melhoramentos Municipais de Lisboa, tendo sido alterado em 1879 em pontos fundamentais dessa autonomia, que o Chefe da Repartição Técnica sempre defendeu²².

Assistindo à sessão de Câmara no dia 16 de Abril de 1874²³, Ressano Garcia foi apresentado aos vereadores do município. O Presidente, Barão de Mendonça, começou por reconhecer a necessidade de elaboração de um regulamento para a Repartição Técnica, pedindo, "ao dito sr. engenheiro que tivesse uma ou mais conferências com (...) [o] sr. vereador [presidente dessa repartição], (...) o sr. dr. Alves²⁴", com vista à elaboração do referido documento.

Podemos dizer que a chegada de Ressano Garcia foi algo atribulada e pouco pacífica, verificando-se desde o início um atrito nas relações entre o Vereador do pelouro das Obras e o Chefe da Repartição Técnica. De acordo com a acta da sessão de Câmara de 20 de Abril de

²¹ SILVA, Raquel Henriques da, *op. cit.*, p. 20.

²² Cfr. Regulamento da Repartição Técnica, 1879, Artigo 4º: "A parte técnica e administrativa são completamente independentes" e Artigos 5º, 6º, 7º, 14º e 16º.

²³ *Actas das Sessões: 1874*. Câmara Municipal de Lisboa. Archivo Municipal. Lisboa, 1875, p. 2043.

²⁴ Joaquim José Alves, Vereador do Pelouro das Obras.

²⁵ *Actas das Sessões*. Câmara Municipal de Lisboa. Archivo Municipal. Lisboa, 20 de Abril de 1874.

1874²⁵, Ressano Garcia apresentou um projecto de regulamento para a Repartição Técnica, directamente ao Presidente, anexo a um ofício, ainda antes da reunião de 20 de Abril, o que começou por desagradar ao Vereador e Presidente da Repartição Técnica, "Dr. Alves".

Sem que a proposta tivesse reunido consenso, o Presidente nomeou uma comissão para o estudo do projecto, constituída pelo Presidente e por três vereadores: Joaquim José Alves, José Elias Garcia e Francisco Simões Margiochi Jr. Foi distribuída uma cópia do projecto a cada vereador, ficando agendada a respectiva discussão para o dia 27 de Abril²⁶. Sem a comparencia do Presidente nesse dia, ficou novamente adiada a aprovação do Regulamento da Repartição Técnica.

A discussão daquele Regulamento foi sendo adiada, devido à apresentação de nova proposta pelo vereador Barros Gomes, "perante várias dúvidas que suscitava o primeiro documento"²⁷. Assim, foi finalmente aprovado o documento final na Sessão de Câmara do dia 21 de Maio de 1874²⁸.

Logo no Artigo 1.º, o Regulamento da Repartição Técnica previa a criação de uma comissão de cinco vereadores, sendo um destes o Presidente da Câmara, que será denominada **Comissão de Obras e Melhoramentos Municipais**.

FUNÇÕES

A Comissão de Obras e Melhoramentos Municipais de Lisboa era um órgão consultivo destinado a

Elucidar a Câmara acerca de qualquer projecto de obras e melhoramentos (...) [bem como] pôr em execução as deliberações da Câmara, relativas a obras e melhoramentos municipais, pelo modo que julgar mais consentâneo.²⁹

De acordo com o Regulamento da Repartição Técnica, o engenheiro, Chefe da mesma Repartição, gozaria de uma autonomia que contrastava, quer com a posição do Vereador Joaquim José Alves, quer com o segundo regulamento, publicado em 1879, que deixaria a cargo do Engenheiro apenas o trabalho exclusivamente técnico.

²⁶ Idem, *ibidem*.

²⁷ *Actas das Sessões*. Câmara Municipal de Lisboa. Archivo Municipal. Lisboa, 30 de Abril de 1874.

²⁸ *Actas das Sessões*. Câmara Municipal de Lisboa. Archivo Municipal. Lisboa, 21 de Maio de 1874.

²⁹ Regulamento da Repartição Técnica, Artigo 9º.

Os artigos 4º e 5º do Regulamento parecem-nos fundamentais para ilustrar a autonomia do Chefe de Repartição, deixando de parte a intervenção do Vereador do Pelouro das Obras:

Artigo 4º

As deliberações da comissão de melhoramentos serão transmitidas ao engenheiro pelo Presidente, e este será também o intermmediário das comunicações que, pelo Engenheiro tenham de ser transmitidas à Comissão.

Artigo 5º

O Engenheiro assistirá sempre, excepto quando absolutamente lhe tolham exigências de serviço, às sessões da Comissão de Obras Municipais, onde terá voto consultivo.

A *sessão de instalação*³⁰ da Comissão ocorreu em 22 de Maio de 1874, estando reunidos o Presidente da Câmara (que, por inerência, também presidia à Comissão de Obras e Melhoramentos Municipais), José Elias Garcia, José Joaquim Alves, José Carlos Nunes, Francisco Simões Margiochi Jr. e Rosa Araújo (vereadores) e Frederico Ressano Garcia, em cumprimento do citado artigo 5º do Regulamento da Repartição que chefiava.

As comissões constituídas para acompanhar projectos importantes da cidade (a *Comissão de Melhoramentos no aterro à Boa Vista*³¹ e a Comissão Inspectora das obras dos novos Paços do Concelho³²) foram extintas e as suas funções absorvidas pela própria Comissão em instalação. Salienta-se aqui a novidade posta em prática: a criação de uma análise (integrada) de conjunto da cidade, por oposição ao planeamento de casos isolados.

Prevía também, o Regulamento, a divisão da Repartição Técnica em duas secções: a 1ª Secção, **Construções urbanas e trabalhos correlativos** e a 2ª Secção, **Calçadas, canalização e trabalhos correlativos**³³. O chefe de cada uma das secções comunicaria directamente com o Chefe da Repartição, sendo o chefe da 1ª secção o Arquitecto da Câmara³⁴.

Esta distribuição do serviço reflecte o desempenho desta Repartição, através das principais

³⁰ Cfr. Actas da Comissão de Obras e Melhoramentos Municipais, Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa. [Arquivo do Arco do Cego], Fundo Câmara Municipal de Lisboa.

³¹ *Comissão de Melhoramentos no aterro à Boa Vista*, composta pelo Presidente da CML; pelo Vereador da Instrução, José Elias Garcia; pelo Presidente da Repartição Técnica e Obras, Joaquim José Alves e pelo Vereador das Calçadas e Canalização, José Carlos Nunes.

³² Comissão Inspectora das obras dos novos Paços do Concelho, constituída pelo Presidente da CML, José Elias Garcia e por Joaquim José Alves.

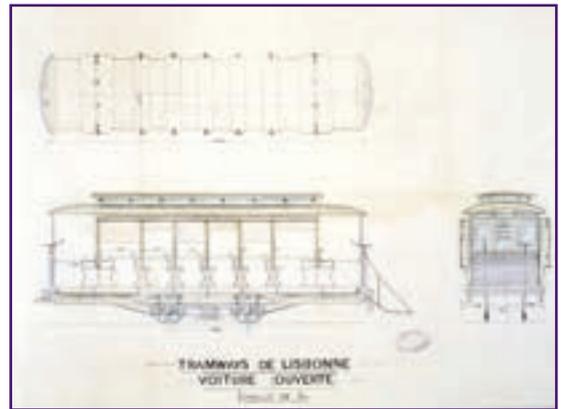
³³ Regulamento da Repartição Técnica, Artigo 9º.

³⁴ *Idem, ibidem*, artigo 10º.

obras levadas a cabo. De acordo com a documentação consultada³⁵, os assuntos mais discutidos diziam respeito a:

- Estabelecimento dos Caminhos de Ferro Americanos em Lisboa;
- Reconstrução do Mercado da Praça da Figueira;
- Expropriações com vista aos trabalhos da Avenida da Liberdade;
- Obras de calçada portuguesa em muitas das ruas da capital;
- Colocação de urinóis;
- Loteamento e arrendamento de terrenos;
- Alinhamentos de ruas.

Constava então dos planos da Câmara Municipal "abrir" a cidade, beneficiando o espaço público, já não só através da normalização das fachadas ou da construção de jardins, mas concedendo-lhe um novo conceito de espaço. O pragmatismo de Ressano Garcia queria transformar Lisboa num espaço alargado e descongestionado, além da Baixa Pombalina, estendendo a cidade para Norte. Sem as pretensões utópicas de Miguel Correia Pais³⁷, ou de Pézerat, de rasgar Lisboa com túneis e pontes, ou de destruir tudo para construir de novo, acabou por criar um diálogo entre as novas artérias da cidade e as zonas antigas, privilegiando a qualidade das comunicações.



Tramway de Lisbonne: voiture ouverte³⁶

O *boulevard* tornara-se, mais do que um espaço de passeio e convívio social, um elemento inovador no planeamento urbanístico lisboeta:

A Repartição Técnica da Câmara decidira que a Avenida da Liberdade não seria apenas um espaço de convivencialidade nem um chão estimulante para edificações de luxo, mas um eixo operativo que articularia através do corpo da Rotunda, o tecido sobrecarregado da cidade Baixa com uma zona de extensão a inventar radicalmente, através do traçado de um outro conjunto de avenidas, comunicando ou com velhos lugares lisboetas (...) ou com sítios suburbanos (...).³⁸

³⁵ Os Pareceres da Comissão de Obras e Melhoramentos Municipais, As Actas das sessões da Comissão de Obras e Melhoramentos Municipais e as Actas das sessões de Câmara. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, [Arquivo do Arco do Cego].

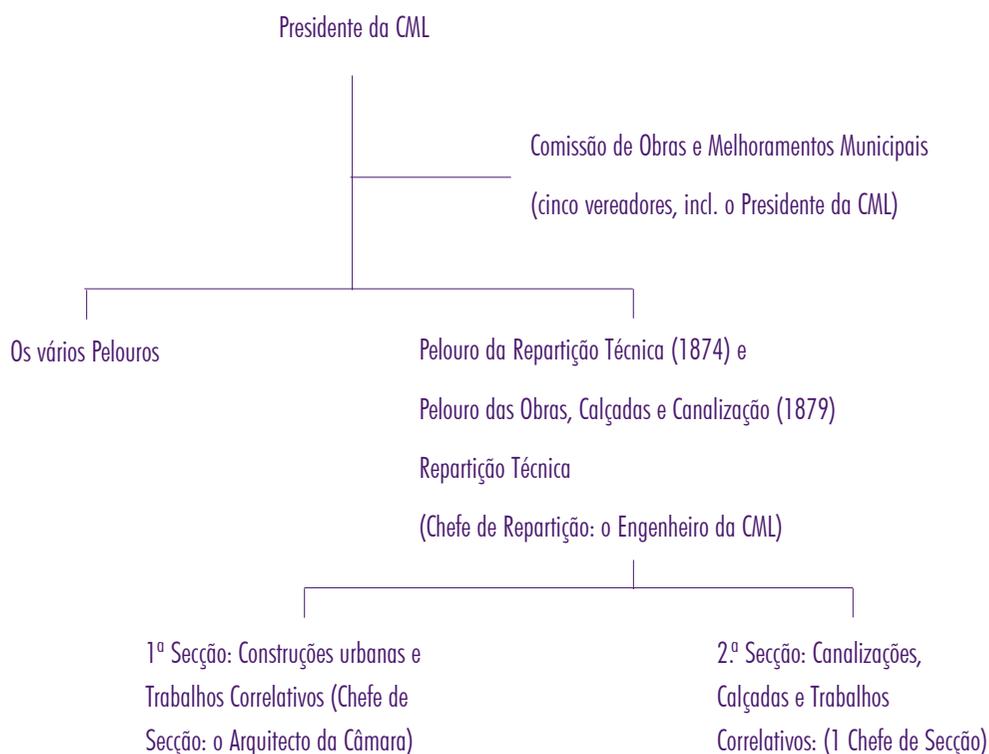
³⁶ Tramway de Lisbonne: voiture ouverte [desenho], s.d. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa. [Arquivo do Arco do Cego].

³⁷ PAES, Correia, *op. cit.*

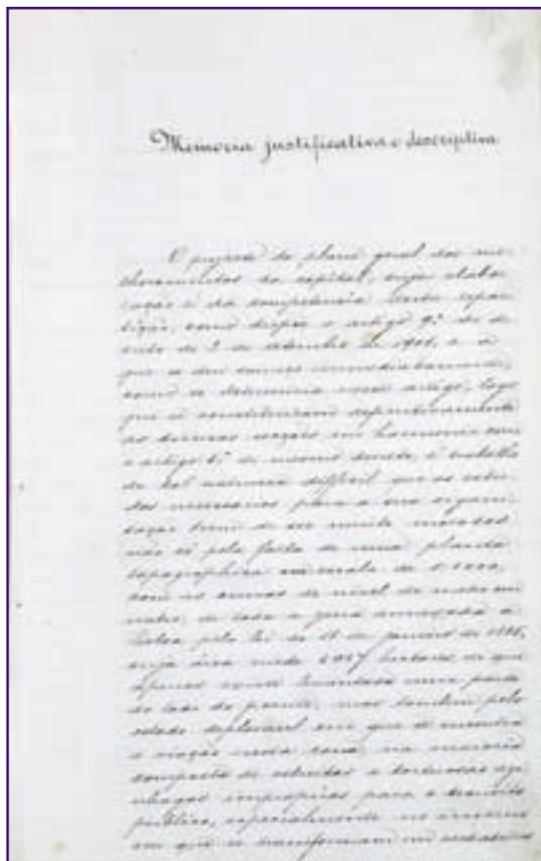
³⁸ SILVA, Raquel Henriques da, dir., *op. cit.*, p. 23.

A Comissão de Obras e Melhoramentos Municipais terminou a sua actividade a 31 de Dezembro de 1885, com o Parecer número 1663, datando a última acta³⁹ de 29 de Dezembro desse ano. Sucedeu-lhe a Comissão de Obras Públicas, na sequência da reforma administrativa do Município de Lisboa, introduzida pela Lei de 18 de Julho de 1885. Esta reforma passou pela criação de seis serviços gerais - onde se inclui o Serviço Geral de Obras Públicas - e de cinco "comissões especiais", entre elas a já mencionada Comissão de Obras Públicas. Ainda a respeito deste diploma, é fundamental salientar que fez duplicar a área da cidade de Lisboa, através da inclusão, no Município de Lisboa, dos Concelhos de Belém e dos Olivais, tornando assim determinante a lógica da criação de novos acessos para as zonas limítrofes da cidade.

Reconstituição do organigrama: A Comissão dentro da Câmara Municipal de Lisboa



³⁹ *Actas da Comissão de Obras e Melhoramentos Municipais*, Acta da 64ª sessão, Lx. 5, Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa. [Arquivo do Arco do Cego].



Memória justificativa e descritiva do Plano Geral de Melhoramentos da Capital ⁴⁰

Podemos concluir que o nascimento do planeamento urbanístico (moderno) em Lisboa e a Comissão de Obras e Melhoramentos Municipais são dois assuntos que se cruzam no tempo e nas práticas.

Se considerarmos que o Urbanismo nasceu para a cidade de Lisboa com a publicação formal de um Plano Geral de Melhoramentos da Capital, esse objectivo só foi conquistado em 1903, no seguimento do diploma⁴¹ que finalmente encarrega o município de Lisboa de elaborar o seu Plano Geral de Melhoramentos. Identificámos esse momento com a chegada de Frederico Ressano Garcia à Repartição Técnica da Câmara Municipal de Lisboa, portanto, ao momento da criação da referida Comissão.

Observou-se que o tipo de preocupação com as obras da cidade, antes de 1874, dizia essencialmente respeito à estética dos edifícios e à sua salubridade. Não eram contemplados os

⁴⁰ Memória justificativa e descritiva do Plano Geral de Melhoramentos da Capital, 29 de Dezembro de 1903 (primeira e última páginas manuscritas por Ressano Garcia). Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa. [Arquivo do Arco do Cego]. Câmara Municipal de Lisboa

⁴¹ Decreto-Lei de 2 de Setembro de 1901.

transportes, nem o redimensionamento da cidade, nem a aproximação do centro às periferias através da construção de novas vias, pelo menos de forma realista e exequível. Lisboa estava presa ao Tejo e à reconstrução pombalina. Finalmente, surge a ligação a outras zonas da cidade como uma oportunidade que foi aproveitada pela Repartição Técnica para dar início ao conceito do "town planning (...): what town planners do"⁴².

Frederico Ressano Garcia exerceu funções na Câmara Municipal de Lisboa até 1909, ano em que pediu a sua aposentação à Câmara Municipal de Lisboa, como Director do Serviço de Obras. Terá sido o primeiro "town planner" de Lisboa.

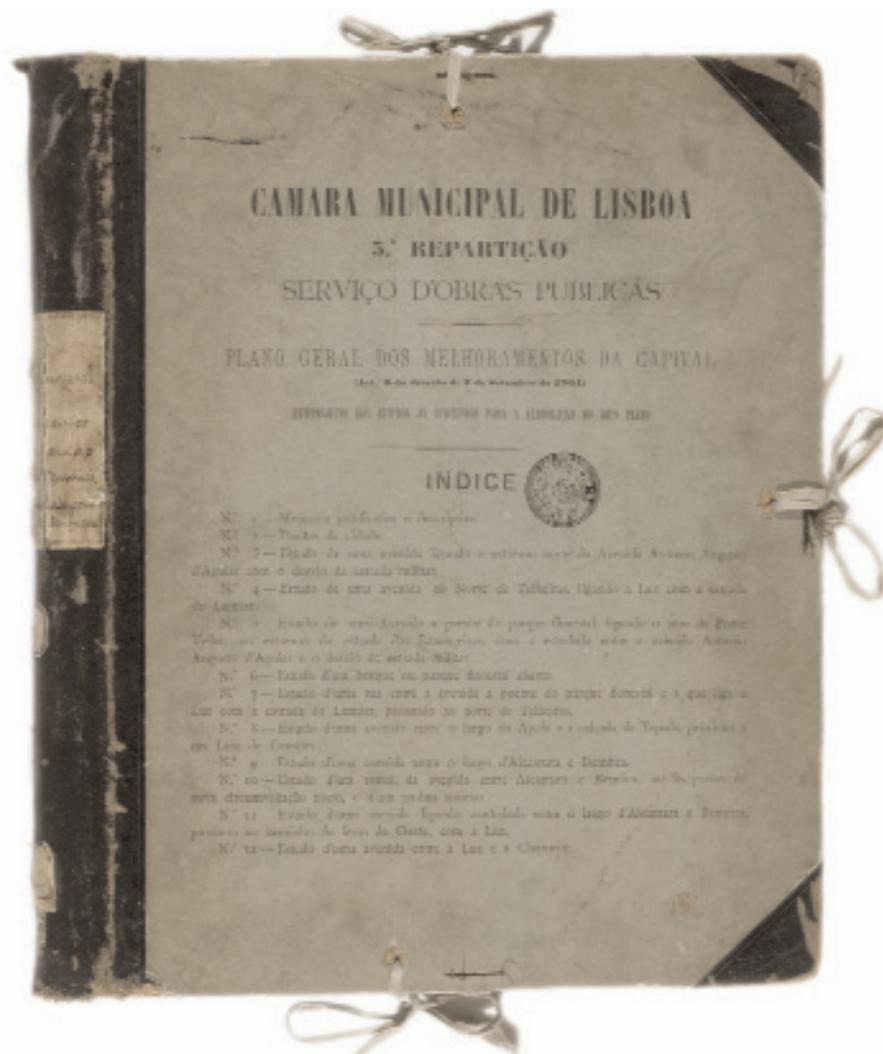
LEGISLAÇÃO/CRONOLOGIA

1834 - Decreto de 9 de Janeiro: Comissão de Obras da CML.

1835 - Portaria de 28 de Julho: A CML passa a ter, temporariamente, funções de inspecção das obras particulares.

1836 - Edital da CML, pondo em prática as funções de inspecção, estabelecendo regras e alegando os seus direitos de intervenção naquela área, com base num despacho real de 1591.

1864 - Decreto de 31 de Dezembro de 1864: Título III, Secção I: Do plano de edificações e reedificações em Lisboa, medidas gerais para se levar a efeito e prescrições da polícia.



Pasta de arquivo com índice do] Plano Geral de Melhoramentos⁴³

⁴² SILVA, Carlos Nunes - *Planeamento municipal e organização do espaço em Lisboa: 1926-1974*. Lisboa: [s.n.], 1986. p. 12. Tese de mestrado em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

⁴³ [Pasta de arquivo com índice do] Plano Geral de Melhoramentos da Capital, s.d. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa. [Arquivo do Arco do Cego].

1874 - Acta da Sessão da CML, de 21 de Maio de 1874: Aprovação do primeiro Regulamento da Repartição Técnica e criação da Comissão de Obras e Melhoramentos Municipais.

1879 - Acta da Sessão da CML, de 21 de Junho de 1879: Aprovação do segundo regulamento da Comissão de Obras e Melhoramentos Municipais.

1885 - Lei de 18 de Julho: Aprova a Reforma Administrativa do Município de Lisboa, que estipula a criação de seis serviços gerais, entre os quais o Serviço Geral de Obras Públicas e cinco comissões especiais, nomeadamente a Comissão de Obras Públicas (que herda às funções da Comissão de Obras e Melhoramentos Municipais).

1901 - Decreto-Lei de 2 de Setembro. O Município de Lisboa é encarregue de elaborar o seu Plano Geral de Melhoramentos.

1903 - Ressano Garcia apresenta o Plano Geral de Melhoramentos da Cidade de Lisboa.

**As instalações do Arquivo
Municipal no Arco do Cego:
evolução histórica e perspectivas futuras**

Rui Pedro Pereira

O presente artigo surge como resultado de uma investigação sobre as instalações do Arquivo Municipal existentes no Arco do Cego e cujo propósito é o de determinar as circunstâncias e de que forma se processou a sua passagem de depósito a Arquivo. Visam as páginas que se seguem, dar um pequeno contributo para o estudo da evolução histórica do Arquivo Municipal.

O processo de instalação de um depósito do Arquivo Municipal no Bairro Social do Arco do Cego começa-se a desenhar nos inícios de 1930. No entanto, torna-se necessário recuar alguns anos para podermos contextualizar não só a escolha do local, mas também os verdadeiros motivos que levaram a esta necessidade.

Vejamos com atenção o ofício do Chefe da Secretaria-Geral:

Exmo. Snr. Presidente da Comissão Executiva

Estando a proceder aos atados da documentação do arquivo existente no Paço de S. Vicente, constatei que essa documentação se está deteriorando pela humidade que ressuma das paredes, a ponto de alguma se encontrar já estragada (...).

No prédio adquirido pela Câmara ao Crédito Predial, no terceiro pavimento, na ala direita, existe uma casa com a superfície aproximada de 100 m² em cimento armado, livre, por isso, do perigo de fogo - e onde, com as três casas que lhe dão ingresso, acomodava, e bem, não só toda a documentação aludida, mas ainda a que se encontra no Pátio do Geraldês (...).

Para o sótão do edifício estou eu já fazendo o transporte do que se encontra nestes Paços do Concelho e que não pode continuar onde está. São os documentos da despesa camarária, documentos esses de grande importância, e que têm andado aos trambolhões da sorte, não obstante os meus clamores.

Por várias vezes tenho pedido providências.

Aqueles documentos precisam de ser bem acautelados, pois interessam à vida administrativa da cidade.

Documentos únicos precisam catalogar-se, pôr-se em ordem e arrumar-se convenientemente.¹

Neste ofício podem-se realçar dois aspectos que irão marcar este período do denominado Arquivo Administrativo: em primeiro lugar, a preocupação pela preservação de toda a documentação e em segundo lugar, a necessidade de se encontrar um espaço físico em que essa documentação possa ser acomodada. Na realidade, esta transferência da restante documen-

¹ Copiador de ofícios e informações prestadas pelo Arquivo Geral sobre diversos assuntos (1925-1934) [1 cx.]. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa. [Arquivo do Arco do Cego]. Câmara Municipal de Lisboa.

tação não chegou a ser efectuada porque num ofício datado de 10 de Janeiro de 1927 podemos constatar o seguinte: "*Em virtude da recente mudança da documentação que estava depositada no antigo edifício do Crédito Predial e no de S. Vicente para o Pátio do Geraldês, não se encontra esta presentemente em condições de ser consultada*".² Daqui se pode concluir que o pedido feito anteriormente não surtiu efeito e que a documentação pertencente ao Arquivo Administrativo começou uma viagem que, nos dias de hoje, ainda não terminou.

O Chefe do Arquivo Geral reforça a sua posição num ofício, datado de 13 de Janeiro de 1927, onde afirma claramente: "*Uma e outra documentação foram para o Pátio do Geraldês onde não havia, nem há, salas acomodadas para a receber.*

Este facto e a urgência com que foi ordenada a remoção deu origem a que ficasse a documentação amontoada, em pilhas e sem ordem possível".³

No sentido de explicitar esta questão torna-se necessário recuar alguns anos para apreendermos não só a dimensão da documentação existente, mas também a própria orgânica dos serviços.

No Projecto de Organização dos Serviços da Câmara Municipal de Lisboa, de 1919, surge, pela primeira vez, a criação do Arquivo Administrativo e a sua dependência da Secretaria-Geral (artigo 74º). No artigo 79º pode-se ler: "*Os serviços da repartição distribuem-se por três secções: (...) 3ª secção - Arquivo*". E, mais adiante são explicitadas claramente as suas funções:

"Compete à 3ª secção - Arquivo - a arrumação ordenada, catalogação e conservação de todos os processos findos, e subdivide-se em:

1ª Subsecção - Arquivo histórico - que compreende toda a documentação até a implementação do regime monárquico constitucional.

2ª Subsecção - Arquivo administrativo - onde se compreende toda a documentação desde 1834.

3ª Subsecção - Arquivo do notariado municipal".⁴

² Ofício nº 4, Processo 3741/926, Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa. [Arquivo do Arco do Cego]. Copiador de ofícios e informações prestadas pelo Arquivo Geral sobre diversos assuntos (1925-1934) [1 cx.]. Note-se que o Arquivo Administrativo é, desta forma, entendido como um serviço responsável pela conservação, organização e comunicação dos documentos de arquivo sendo a sua maioria de consulta esporádica ou nula pelos serviços produtores.

Vid., a este propósito, ALVES, Ivone, [et.al.] - *Dicionário de terminologia arquivística*. 1ª ed. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1993. ISBN 972-565-146-4.

³ Ofício nº 5, Processo 3741/926. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa. [Arquivo do Arco do Cego]. Copiador de ofícios e informações prestadas pelo Arquivo Geral sobre diversos assuntos (1925-1934) [1 cx.].

⁴ *Regimento da Câmara Municipal de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal, 1919. p. 117-118.

"Esta distinção conceptual e respectivo enquadramento orgânico que coloca cada um dos Arquivos sob tutela de Serviços diferentes"⁵ continua visível com as sucessivas reorganizações dos Serviços de 1921, 1923 e 1926.

Na conjugação destes elementos podemos começar a desenhar o percurso da documentação existente, actualmente, no pólo do Arquivo no Arco do Cego. No entanto, torna-se necessário acrescentar mais alguns elementos e que dizem respeito aos Paços do Concelho. De facto, na reconstrução do edifício "uma das condições impostas ao arquitecto Domingos Parente, autor do projecto aprovado, foi a de não tocar na sala abobadada, destinada ao Arquivo, em virtude de a mesma oferecer maior segurança para a conservação dos documentos de significado histórico. Em Julho de 1875, voltou o Arquivo a instalar-se definitivamente na sala abobadada após as modificações efectuadas, em 1890, pelo arquitecto da Câmara José Luís Monteiro que desenhou o seu mobiliário e a galeria da varanda de ferro."⁶ Mas, em 21 de Maio de 1927, num ofício dirigido ao Chefe da 3ª Repartição pelo Chefe do Arquivo Geral dos Paços do Concelho afirma-se: " (...) se proceda à reparação urgente dos pavimentos de duas dependências deste Arquivo Geral, cujo deplorável estado a torna absolutamente inadiável sob todos os pontos de vista"⁷. Esta situação arrastou-se e só na sessão de 15 de Setembro de 1932, da CML, é que são propostas e autorizadas as obras de reparação e conservação. Estas obras são executadas como se pode comprovar num ofício dirigido ao Senhor Luís de Macedo, Vogal da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa e em que se afirma: "*Tenho o meu Arquivo em revolução. Andamos com a documentação de um lado para o outro, conforme exigência das obras.*"⁸

Em 22 de Janeiro de 1928 celebra-se a escritura de cedência à Câmara Municipal de Lisboa do Palácio das Galveias e terrenos anexos, surgindo, deste modo, um novo elemento nesta viagem. De facto, em 24 de Maio de 1928, num ofício dirigido ao Senhor Pereira Lopes, Vogal da Comissão Administrativa, afirma-se o seguinte: "Quer V. Ex.^a. colocar no ex-palácio Galveias a documentação deste Arquivo existente no sótão destes Paços do Concelho e edifício Geraldês. Cria-me V. Ex.^a. que essa medida de unificação por tantos títulos necessária e que há tão longo tempo inutilmente pedia, vem acautelar documentos que doutra forma se inutilizariam sem remédio."⁹ Esta transferência da documentação concretiza-se e, na sessão de

⁵ VIEGAS, Inês Morais - O Arquivo Municipal de Lisboa no tempo: modelos de gestão e organização. *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa. ISSN 0873-9870. N.º 6 (2002), p. 101-111.

⁶ A este propósito, vid: AMARAL, Lia Arez Ferreira - *O Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa*. Lisboa: [s.n.], 1982. Estudo apresentado para efeitos de concurso à categoria de assessor à Câmara Municipal de Lisboa.

⁷ Ofício n.º 58. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa. [Arquivo do Arco do Cego]. Copiador de ofícios e informações prestadas pelo Arquivo Geral sobre diversos assuntos (1925-1934) [1 cx.].

⁸ Ofício sem número 20 de Março de 1934. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa. [Arquivo do Arco do Cego]. Copiador de ofícios e informações prestadas pelo Arquivo Geral sobre diversos assuntos (1925-1934) [1 cx.].

⁹ Ofício n.º 50. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa. [Arquivo do Arco do Cego]. Copiador de ofícios e informações prestadas pelo Arquivo Geral sobre diversos assuntos (1925-1934) [1 cx.].

18 de Outubro de 1928, da CML o Chefe de Repartição Sr. Vieira da Silva é encarregado da instalação do Arquivo Municipal no antigo Palácio Galveias e é confirmada pelo ofício, datado de 24 de Outubro de 1928, onde se pode ler: "(...) e que hoje me dizem ter sido transferida para o Palácio das Galveias."¹⁰

Desta forma, podemos concluir que a documentação sofreu, pelo menos, quatro transportes em menos de 5 anos¹¹. Convém realçar que esta documentação foi produzida por diversos serviços da CML e dada a multiplicidade de funções atribuídas à Secretaria-Geral, desde a simples passagem de uma certidão para um processo de aposentação de um funcionário à necessidade de consulta de uma escritura em que a CML era parte interveniente, é evidente que se trata de uma documentação que era frequentemente requisitada, pelo que a sua organização era fundamental.

Na verdade, o que parecia o fim da viagem da documentação não é mais do que um simples apeadeiro.

Em 1927, celebra-se a escritura de transferência e aquisição do Bairro Social do Arco do Cego pela Câmara Municipal de Lisboa. Na história deste Bairro convém distinguir três momentos distintos: o primeiro, de 1919 a 1927 com o seu início e sob tutela do Ministério do Trabalho (ver fig.1); o segundo, de 1927 a 1932 em que a responsabilidade de continuar e concluir a



Figura 1

construção do Bairro pertenceu à Câmara Municipal de Lisboa e o terceiro, em que a Administração Central chama a si novamente a responsabilidade sobre o Bairro, num contexto de centralização das funções do Estado e de aposta em obras de grande vulto que irão caracterizar a fórmula governativa. É, sobretudo, o segundo momento que nos interessa.

¹⁰ Ofício n.º 105, Processo n.º 11.279/928. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa. [Arquivo do Arco do Cego]. Copiador de ofícios e informações prestadas pelo Arquivo Geral sobre diversos assuntos (1925-1934) [1 cx.].

¹¹ "(...) Ao Palácio Galveias foi parar: o pouco opulento recheio bibliográfico das três bibliotecas extintas que deitavam apenas 10.088 volumes, e com as espécies vindas dos Paços do Concelho, somavam 16.774 volumes; essa parte do desordenado arquivo que, por falta de instalações, andava há anos a monte; e os desconhecidos objectos com que havia de compor-se o núcleo formador de um Museu Municipal", vid. LEITÃO, Joaquim - Apontamentos para a história das Bibliotecas Municipais de Lisboa. *Anais das Bibliotecas Arquivo e Museus Histórico*. Lisboa. Vol. 1 (1931), p. 6.

Na documentação existente no pólo do Arquivo Municipal de Lisboa no Arco do Cego, como salientou Arménio Tojal¹², encontram-se algumas pistas quanto à data de ocupação, pelo Arquivo, do edifício hoje existente. No entanto, é possível sermos mais exactos na descrição da viagem da documentação.

Em 13 de Janeiro de 1932, num ofício dirigido ao Inspector das Bibliotecas, Arquivo e Museu Municipal no Palácio Galveias¹³, o Chefe do Arquivo Geral escreve: "*envio a V. Ex.^a. a documentação constante das três relações juntas, uma respeitante a documentação vinda da 2.^a Repartição - Expediente e Contadoria - uma respeitante à 2.^a Repartição, Secção de Licenças e uma respeitante a documentação vinda do expediente da Secretaria Geral (...). V. Ex.^a. ordenará que toda esta documentação se integre na já existente no Arquivo que aí se encontra e de que esta é seguimento*".¹⁴

Em 21 de Março de 1932 o mesmo Chefe do Arquivo Geral escreve: "*Como neste Arquivo Geral eram negativas as buscas (...) quis ver os documentos inclusos dessa ordem, o que me foi impossível não obstante ter mandado a Galveias um empregado deste Arquivo ajudar a fazer pesquisas no mare magnum da documentação a monte no Depósito do Arco do Cego*"¹⁵.

Pela análise destes dois documentos é possível concluir que em 1932 já existiria documentação no edifício que é actualmente ocupado pelo Arquivo do Arco do Cego. Mas, a viagem não terminou aqui porque a verdade é que, apesar de termos conseguido encontrar uma data e termos uma ideia da documentação que já se encontraria neste Arquivo, subsistia a dúvida quanto ao volume dessa documentação e o espaço físico que era realmente ocupado.

Em sessão, de 11 de Abril de 1933, da CML, o Sr. Luís de Macedo elabora a seguinte proposta que é aprovada: "*(...) Como V. Ex.^{as}. sabem, o Arquivo da Câmara é, pela sua natureza, o repositório, não só de toda a vida municipal, mas, notoriamente, da história do próprio Município. (...) Assim, por uma lista que pedi ao Chefe do Arquivo, pude apurar que as requisições, feitas até ao fim do ano de 1932, por resgatar, atingem um total de 1640. Muitos dos documentos requisitados não são, como à*

¹² Vid. figura 1.

¹³ " (...) foram encontrados, em notas manuscritas, nos registos de Materiaes Recebidos referentes aos meses de Abril e Maio de 1930, diversas recepções de madeira para a adaptação de um edifício a arquivo, seguramente, atendendo às quantidades, para forrar as diferentes salas de depósito de estanteria ainda hoje em uso". Cfr. TOJAL, Arménio - O Arquivo Municipal de Lisboa: Arco do Cego. *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa. ISSN-0873-9870. N.º 3 (1999), p.135

¹⁴ (...) Art. 42 - No Palácio Galveias ficará instalado o Arquivo Geral, e nos Paços do Concelho o Arquivo Administrativo (...), Sessão de 24 de Dezembro de 1931. *Boletim da Câmara Municipal de Lisboa*. Lisboa. N.º 256, Ano V.

¹⁵ Ofício n.º 42, Processo n.º445/932. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa. [Arquivo do Arco do Cego]. Copiador de ofícios e informações prestadas pelo Arquivo Geral sobre diversos assuntos (1925-1934) [1 cx.].

primeira vista podia supor-se, documentos singelos; trata-se, também, de processos, alguns dos quais com vinte, trinta e cinquenta peças, todos eles, por certo, dizendo respeito à vida municipal, e alguns até, estou disso convencido, possuindo certo valor histórico. As requisições que estão por resgatar vêm desde 1864. (...) Proponho: 1º - Para que toda a documentação requisitada no Arquivo até ao fim do ano próximo passado, dê entrada no referido arquivo até ao dia 29 do corrente mês¹⁶."

Após a consulta de vários ofícios e correspondência trocada entre os diversos serviços podemos concluir que existiu um enorme esforço nesta tentativa de recuperação da documentação que se encontrava dispersa, traduzindo-se num avolumar de trabalho a tal ponto que o Chefe do Arquivo Geral declina o convite que lhe é dirigido para substituir o Chefe da Secretaria-Geral.

Em sessão da Comissão Administrativa da CML de 11 de Maio de 1933, o Sr. Luís de Macedo apresenta, à consideração da referida Comissão, numa exposição onde se traça uma breve resenha histórica sobre a evolução dos Serviços Municipais, a proposta da criação de um Pelouro dos Serviços Culturais e que teria, entre outras funções, a de: "Fundar o Arquivo Histórico Municipal e estabelecer o seu funcionamento."¹⁷ Neste sentido, "A Comissão Administrativa resolveu, por unanimidade, aprovar em princípio, a ideia contida nesta exposição, para ser apreciada no estudo da reorganização dos serviços camarários".¹⁸

De facto, na Organização de Serviços, em 22 de Março de 1934, encontramos o Arquivo Geral como a 4ª secção da Secretaria-Geral e o Arquivo Histórico dependendo do Inspector dos Museus, Bibliotecas e Arquivo Histórico, Pelouro dos Serviços Culturais. Nesta organização deparamos, pela 1ª vez, com a divisão da documentação por "colecções", divisão essa meramente funcional, em que se definem os prazos de conservação da documentação no Arquivo Geral e conseqüente envio ao Arquivo Histórico e com os procedimentos a que se deve obedecer nos casos em que a documentação pode ser eliminada. É de realçar que a divisão por "colecções" é comum aos dois Arquivos permitindo que, findos cinquenta anos, a documentação a enviar ao Arquivo Histórico integrasse as "colecções" aí existentes.

Em 16 de Agosto de 1934, num ofício do Chefe do Arquivo Geral afirma-se: "A papelada (?) que deste Arquivo foi para o Arco do Cego em 5 camionetas nos dias 30, 31 de Julho e 1 de Agosto corrente, era na maioria referente ao Arquivo Administrativo"¹⁹.

¹⁶ Sessão de 11 de Abril de 1933. *Boletim da Câmara Municipal de Lisboa*. Lisboa. Nº 327, Ano VII, p. 10-11.

¹⁷ Sessão de 11 de Maio de 1933. *Boletim da Câmara Municipal de Lisboa*. Lisboa. Nº 331, Ano VII, p. 25.

¹⁸ Idem, *Ibidem*, p. 26.

¹⁹ Ofício nº 185, Processo nº1208/34. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa. [Arquivo do Arco do Cego]. Copiador de ofícios e informações prestadas pelo Arquivo Geral sobre diversos assuntos (1925-1934) [1 cx.].

Em sessão de 20 de Dezembro de 1934 é aprovada a forma como a documentação deve ingressar no Arquivo Geral. Assim, o Sr. Luís de Macedo "*Considerando que a documentação do Arquivo Geral desta Câmara, deve estar sempre ordenada, resguardada e acautelada, pois é a fonte precisa e única onde de presente e de futuro se pode documentar a vida administrativa deste Município (...)*;

Tenho a honra de propor:

1.º - *Que toda a documentação que entra no Arquivo Geral, de qualquer natureza que seja, só pode ser recebida, vindo: em livros bem conservados e harmónicos com os já existentes no Arquivo da mesma natureza; em caixas devidamente etiquetadas exteriormente, com suas datas e números de referência bem visíveis, e harmónicas com as já arquivadas; em pastas bem ordenadas e bem seguras por cordões fortes, com as etiquetas externas bem legíveis e com os seus números de referência, também harmónicas com as já existentes e todos e cada um dos documentos em bom estado de conservação e limpeza, sem rasgos ou nódoas.*

§ único - *Esta documentação entrará no Arquivo, acompanhada da Guia respectiva e seu duplicado. Neste, o Chefe do Arquivo Geral porá o seu visto, se a documentação vier conforme o que se determina neste número.*

2.º - *Que todos os livros findos - Actas - Escrituras - Contratos - Registos, etc. - em qualquer época do ano em que se encerrem, sejam imediatamente remetidos ao Arquivo Geral, com toda a documentação que lhes respeita e com seus índices bem especificados.*

3.º - *Que todas as requisições de processos, de legislação e outros que se façam ao Arquivo geral, indiquem bem claramente: o assunto de que se trata, o motivo porque é feita a requisição, o número do processo e caixa, o nome do requisitante e o visto do Chefe responsável. A falta de qualquer destas formalidades, origina a devolução da requisição.*

§ único - *Estas requisições são válidas só por três meses. Findo este prazo, serão resgatadas ou renovadas por motivo bem justificado.(...)*

5.º - *Que, na capa última do processo requisitado, seja aposto, no Arquivo Geral, um carimbo que diga: Requisitado em ... de ...19... Requisição n.º... Voltou em ...de...19... ficando assim historiado o movimento e o interesse deste processo.*

Estas disposições ou determinações, entram imediatamente em vigor, ficando responsáveis pelo seu cumprimento imediato e sucessivo, os Chefes dos Serviços, a quem cumpre fazê-las observar com rigor."²⁰

Apesar de longa, a transcrição desta proposta ilustra claramente, não só a preocupação com a organização e funcionamento do Arquivo, mas também, e sobretudo, a preservação da documentação devido ao seu valor histórico.

²⁰ Sessão de 20 de Dezembro de 1934. *Boletim da Câmara Municipal de Lisboa*. Lisboa. N.º 416, Ano VIII, p. 10-11.

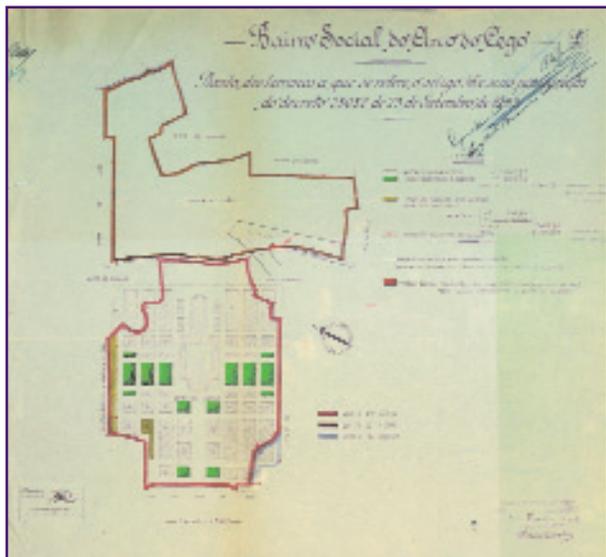


Fig. 2 - Documento anexo à escritura. AML-AC, ADMG-N/2/00936

Em sessão de 22 de Agosto de 1935 é aprovada uma proposta de um orçamento no valor de 26.000\$00 respeitante a uma obra de adaptação de uma parte do edifício do Arco do Cego a Arquivo Municipal.

As volumosas transferências de documentação levam a que, na Ordem de Serviço nº 62, publicada no Diário Municipal de 18 de Setembro de 1935, se afirme: "*Tornando-se necessário proceder à ordenação e catalogação da parte do Arquivo Municipal, existente nas dependências municipais do Bairro Social do Arco do Cego, determino que este serviço seja dirigido pelo Tenente-Coronel, Sr. António Júlio Belo de Almeida, que acumulará com o exercício das funções de Chefe Interino da Secção de Pessoal*"²¹. É publicado no

mesmo Diário Municipal o louvor do Sr. Tenente-Coronel António Júlio Belo de Almeida devido à sua competência, zelo e dedicação ao serviço camarário.²²

Em 9 de Setembro de 1937 é celebrada a escritura de venda do Bairro do Arco do Cego pela CML ao Estado, salvaguardando-se o Arquivo e a fábrica de cerâmica Luzitânia (ver fig.2).

Nesta altura, começamos a ter a noção de que a documentação remetida para o pólo do Arco do Cego era muito volumosa e para a sua organização, catalogação e acondicionamento foram necessários meios humanos com diferentes requisitos tais como: escriturário, arquivistas ou paleógrafos, o que podemos comprovar pela leitura das actas de sessão da CML. E o espaço físico? Pelo que foi exposto ainda nada se concluiu acerca da realidade espacial do Arquivo do Arco do Cego. Na verdade, sempre se assumiu que todo o edifício seria ocupado pelo Arquivo dadas as informações que existiam. Mas, pensamos que não terá sido sempre assim e é nossa convicção que o Arquivo do Arco do Cego, que aparece referido neste período, ocupava unicamente o último piso do edifício podendo existir alguns gabinetes ao nível do rés-do-chão. Tal convicção confirma-se quando somos confrontados com a existência de um concurso, publicado no Diário Municipal de 14 de Maio de 1952 referente à construção de prateleiras no Arquivo Geral do Arco do Cego (Rua Arnaldo Gama, 7)²³. Tendo em atenção

²¹ ORDEM DE SERVIÇO nº32. *Diário Municipal*. (25 Set. 1935) p. 8.

²² Este serviço eventual que o Sr. Tenente-Coronel Belo de Almeida foi incumbido de realizar no Arquivo Municipal do Arco do Cego teria, pela alínea 4) do artigo 12.º, capítulo 4.º, 1.ª Repartição - Secretaria Geral do Orçamento de 1936, a remuneração mensal de 1500\$00. Na consulta do seu processo individual constata-se que este serviço eventual, tal como outros por si prestados à CML nunca foram pagos. É dispensado em 1 de Fevereiro de 1939 sem qualquer motivo justificativo. Esta atitude da CML aliada ao facto de não ter recebido quaisquer remunerações pelos serviços eventuais por si prestados motivou o processo nº 397, cuja decisão final é do Supremo Tribunal Administrativo e que em 5 de Novembro de 1941 decide: "Nos termos do artigo 297.º do Código de Processo Civil, julgo deserto o recurso". Nesta data, o Sr. Tenente-Coronel António Júlio Belo de Almeida já tinha falecido.

²³ Esta morada é a do Arquivo do Arco do Cego, sendo alterada para Rua Nunes Claro nº 8 pelos editais de 31 de Dezembro e de 30 de Dezembro de 1955. O edital de 30 de Dezembro altera a numeração e o de 31 de Dezembro altera o nome da rua visto que com a construção da escola municipal dividiu-se em duas a Rua Arnaldo Gama.

o respectivo caderno de encargos facilmente concluímos que esta obra vai completar e terminar aquela que se teria iniciado nos anos 30, possibilitando o aumento de espaço disponível para a arrumação não só de toda a documentação existente anteriormente, mas também de toda a documentação que continuou a ingressar.

Em 1968, o Arquitecto António Pedro Baptista Pardal Monteiro entrega, na Direcção dos Serviços de Urbanização e Obras, o projecto para a ampliação do Arquivo situado na Rua Nunes Claro, n.º.8 (ver fig. 3 e 4).

No Diário Municipal de 18 de Outubro de 1969 é publicado o seguinte concurso: "Empreitada n.º. 231/69 - Ampliação do Arquivo Municipal do Bairro Social do Arco do Cego". Nas actas das sessões da CML dos anos de 1970, 1971 e 1972 verifica-se que a obra foi adjudicada a António Pereira de Campos, Lda., não tendo sido possível, ainda, determinar as razões que levaram ao abandono do projecto do Arquitecto Pardal Monteiro e quais foram as obras realizadas nessa altura. No entanto, numa nota de serviço interno pode-se constatar que estas obras foram suspensas em 17 de Setembro de 1970 por não ser "permitido fazer sapatas na via pública."²⁴

A viagem da documentação pertencente à CML ainda não terminou. Após várias vicissitudes ao longo dos anos, na 72ª Reunião Pública da CML, em 18 de Fevereiro de 2004, é apresentada e aprovada a proposta n.º 90/2004, subscrita pelo Sr. Presidente e pela Sr.ª. Vereadora Maria Manuel Pinto Barbosa, em que se celebra o contrato-programa entre o Município de Lisboa e a EPUL - Empresa Pública de Urbanização de Lisboa para execução do projecto da Biblioteca Central e Arquivo Municipal de Lisboa, localizado no Vale de St.º. António, bem como a constituição de um consórcio entre o Município de Lisboa e a EPUL para a realização da correspondente empreitada.

Em 8 de Setembro de 2005 é lançada a primeira pedra da futura Biblioteca Central e Arquivo Municipal de Lisboa, embora até ao momento apenas se encontre a ser construído o muro de sustentação de terras. No entanto, e a título de curiosidade, já nos Anais do Município de Lisboa, referentes a 1968, afirma-se que foi confiado ao Arquitecto Pardal Monteiro o anteprojecto para a construção de um grande edifício destinado à instalação de todos os Arquivos Municipais a construir no Bairro da Cruz Vermelha²⁵.



Figura 3 e 4.

²⁴ Caixa n.º 36/V. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa. [Arquivo do Arco do Cego].

²⁵ *Anais do Município de Lisboa: 1968*. Lisboa. (1969). p. 165.

**Acção cultural e política do
Espírito em Lisboa:
a actividade dos serviços centrais e
culturais na encomenda e colocação
de Arte Pública (1944-1959)**

Helena Elias

Vasco Brito

Introdução: Durante o Estado Novo, muitas foram as áreas da cidade objecto de melhoramentos municipais concebidos no âmbito dos planos de regularização, arranjos urbanísticos, ou arranjos de jardim. Para além das actividades urbanísticas, também as encomendas de arte pública receberam a atenção da CML, constituindo um motivo de valorização destes espaços da capital. A partir da segunda metade do decénio de quarenta, esta acção camarária, de natureza cultural, mostrou ser uma actividade regular. Esta prática cultural era também entendida como um exercício da política do espírito do município, que culminava nos espaços públicos de Lisboa com a inauguração de uma estátua ou busto. Para a concretização desta acção cultural, que foi a encomenda regular de arte pública, a actuação da Direcção dos Serviços Centrais/Direcção dos Serviços Centrais e Culturais (DSC/DSCC-CML) desempenhou um papel fundamental como serviço orientador e fiscalizador.

Entendemos que esta acção cultural camarária merece enquadramento institucional, privilegiando a actuação da administração municipal nos espaços públicos de Lisboa. Verificámos que muitos estudos sobre a estatuária ou escultura pública se centram nos autores das obras, estilos ou aspectos estéticos das artes plásticas do Estado Novo. Questões subjacentes à condução do processo de encomenda da arte pública¹, tais como os procedimentos dos órgãos consultivos intervenientes, das direcções de serviço executoras ou encarregues de procurar uma localização, não são, no âmbito destes estudos, consideradas relevantes.

Neste artigo preferimos enquadrar estas questões, definindo a arte pública do município durante o Estado Novo, como conjunto de elementos contratualizados entre a CML e os artistas, que se destinam a assinalar a acção camarária nos espaços públicos da capital. Estes elementos podiam tomar a forma de "estátuas, bustos e motivos decorativos" conforme divulgava a repartição de acção cultural sobre as actividades dos serviços.

Dar a conhecer a arte pública municipal da DSC/DSCC, através destes procedimentos, constituiu-se como objectivo principal deste artigo. Confinámos o estudo ao intervalo cronológico entre 1944 e 1959, que corresponde à presidência camarária de Salvação Barreto. Justificamos a escolha pelo facto de terem sido iniciadas, neste período, as primeiras obras de arte pública encomendadas depois da publicação do Código Administrativo do Estado Novo. Para o período estudado tratámos as encomendas de arte pública relacionadas com a política do espírito e propaganda municipal, restringindo assim a investigação às homenagens municipais das figuras do passado cultural nacional. São assim consideradas no estudo da arte pública municipal apenas as estátuas e bustos. Não considerámos os motivos decorativos, já que estes elementos eram pouco valorizados pela propaganda municipal.

¹ Para uma leitura mais aprofundada sobre a escultura pública, prática escultórica e presença do poder nos espaços públicos, vid. REMESAR, Antoni - A escultura como estatuária; Arte e espaço Público; Singularidades e incapacidades da linguagem escultórica para o projecto urbano. In BRANDÃO, Pedro; REMESAR, Antoni, ed. lit. - *Design de espaço público: deslocação e proximidade*. Lisboa: Centro Português de Design, D.L. 2003. ISBN 972-9445-20-6. p 26-40.

Analisámos a evolução dos serviços culturais municipais e revelámos o conjunto de procedimentos administrativos conducentes à colocação da arte pública municipal. É deste modo que nos propomos fornecer um esquema conceptual a que chamámos sistema de arte pública da DSC/DSCC. Com base neste esquema ilustramos o funcionamento do sistema comentando os exemplos de arte pública proveniente destes serviços durante o período balizado. Completamos a descrição do sistema de arte pública com a verificação dos espaços públicos a que esta direcção de serviço recorreu para colocar os trabalhos artísticos.

A observação dos referidos procedimentos baseou-se essencialmente na consulta de documentação de arquivo, com valor secundário, nomeadamente referências a movimentos internos das Repartições de Serviço da DSC/DSCC, Livros de Notas para Escrituras Diversas e fontes primárias impressas (actas das sessões camarárias, anais do Município e orçamentos camarários). Desta recolha de dados resultou a compreensão de todo o processo, esquematizado no sistema de arte pública da DSCC, com a identificação das repartições intervenientes e caracterização das etapas conduzidas por esta Direcção de Serviço.

Organizámos o estudo em três momentos: acção cultural, política de espírito e arte pública municipal; o sistema de arte pública da DSCC, e, por fim, exemplos da sua intervenção nos espaços públicos da cidade. Iniciamos com a descrição da evolução dos serviços culturais, mostrando a sua crescente importância, desde que surgiu a ideia da sua criação, em 1933; apontamos as ideias que nortearam os temas culturais da encomenda da arte pública. Descrevemos como a CML veio a considerar a arte pública parte integrante das actividades culturais, que aplicou nos espaços públicos da "política do espírito" defendida por António Ferro. Apontamos também, as sucessivas reorganizações da DSC/DSCC (1940 e 1950) destinadas ao aperfeiçoamento da acção cultural do município e a sua relação com as encomendas de arte pública e finalmente, comentamos a evolução desta acção cultural durante o mandato de Salvação Barreto confrontando o número de encomendas durante a sua presidência com o de outras presidências.

No segundo momento do estudo analisamos o modo como os serviços culturais executavam as encomendas. Depois da reestruturação dos serviços do Município, em 1950, a CML pôde exercer de uma forma consolidada, um conjunto de procedimentos administrativos conducentes à colocação de arte pública municipal. Assim identificamos quais as repartições intervenientes e como estas se articulam com o órgão consultor municipal que foi a Comissão Municipal de Arte e de Arqueologia.

Por fim, um terceiro momento, onde mostramos exemplos concretos do funcionamento do sistema de arte pública. Descrevemos os procedimentos conducentes à colocação de monumentos municipais - elementos de arte pública provenientes da DSC/DSCC, identificando e caracterizando as etapas do processo. Estes monumentos cumprem os preceitos do código administrativo e da política de espírito, e as suas representações são dedicadas às "figuras

notáveis e ilustres" do concelho, com valor cultural. Verificaremos que estes constituíram o grosso das encomendas e eram destinados, na sua maioria, aos espaços verdes municipais e como o processo nem sempre se desenhou de forma linear, comentamos algumas situações mais complexas.

ACÇÃO CULTURAL, POLÍTICA DO ESPÍRITO E ARTE PÚBLICA MUNICIPAL

As primeiras iniciativas camarárias do Estado Novo, com vista à criação de serviços culturais responsáveis pela promoção de monumentos, remontam às reuniões das Comissões Administrativas em 1933 e 1934. A ideia de criação dos Serviços Culturais na CML foi lançada por Luís Pastor de Macedo, na sessão camarária de 11 de Maio de 1933². Aproveitando o período de renovação municipalista, este vereador chama atenção para "(...) a criação de um pelouro de Serviços Culturais, o qual (...) serviria também para concentrar todos os serviços já existentes nesta Exma. Câmara, que se relacionam com a Arte, com a Instrução e com a Estética da Cidade." Entre as funções deste novo pelouro, contava-se a de "estimular o gosto pela Arte e pelas Letras, auxiliar os artistas necessitados, adquirindo por encomenda, as suas produções (...)".

Como vogal monárquico da Comissão Administrativa de 1934, presidida por Henrique Linhares de Lima, Pastor de Macedo apoiou a proposta do presidente que excluía a aceitação, por parte da CML, de projectos de monumentos dedicados a personalidades cuja morte não tivesse decorrido há mais de cinquenta anos³.

A proposta aprovada tinha o objectivo de travar a variedade de propostas para levantamento de monumentos na cidade⁴. A medida vinha reforçar, segundo Luís Pastor de Macedo, a necessidade de uma doutrina camarária, que, para estes assuntos, era necessário fixar. Dividida em três pontos, a proposta referia o seguinte:

² Boletim da Câmara Municipal de Lisboa, Ano VIII, nº 331, p. 23-26. Cfr. CASTELO-BRANCO, Fernando - Fundamentos de acção cultural do município de Lisboa. *Revista Municipal*. Lisboa. Nº 128/129, 1º e 2º trimestre, ano XXXIII (1971), p. 57-70.

³ Esta proposta é aprovada na altura polémica em que, já aprovada a constituição política do Estado Novo, a CML ainda se debate com os compromissos estabelecidos no passado, nomeadamente a encomenda e colocação de elementos de arte pública associados a correntes políticas incompatíveis com o Estado Novo. É o caso do monumento a António José de Almeida, realizado por meio de subscrição pública. Ver: Proposta apresentada por Eugénio Carlos Mardel Ferreira para a cedência gratuita de terreno e alicerces para o seu monumento. Boletim da CML, Ano IV, Sessão da Comissão Administrativa, realizada a 6 de Novembro de 1930, p. 8. Boletim da CML, Ano VII - nº 336, Sessão da Comissão Administrativa, realizada a 15 de Junho de 1933, p.16-17. No caso do monumento a Rosa Araújo, encomendado pela CML em 1933, as Comissões Administrativas posteriores colocaram obstáculos à localização inicial - Av. da Liberdade - escolhida pela Comissão Administrativa que o encomendara. Ver: Boletim da CML, ano VII - nº 329, Sessão da Comissão realizada em 27 de Abril de 1933, p.10. Boletim da CML, Ano X - nº 493, Sessão da Comissão Administrativa, realizada a 30 de Maio de 1936.

⁴ Boletim da CML, ano VIII - nº 404, Sessão da Comissão realizada em 27 de Setembro de 1934, p. 8.

"1º - Dentro da cidade de Lisboa nenhum monumento poderá ser levantado nas ruas, jardins e praças públicas, não sendo por disposição de lei, sem autorização prévia da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa, dada por unanimidade de votos, em sessão pública.

§ único. - Em nenhum caso os monumentos que se destinam a consagrar qualquer individualidade poderão ser levantados antes de ter decorrido um período de cinquenta anos sobre a data de falecimento.

2º A proposta de autorização será sempre apresentada pelo Presidente da Câmara, juntamente com o parecer fundamentado do pelouro dos serviços culturais e informação favorável do Conselho de Arte e de Arquitectura, da Direcção Geral dos Monumentos Nacionais e do Conselho Superior de Instrução Pública.

3º Acompanhará a proposta de autorização um orçamento da despesa que incumbirá à Câmara Municipal de Lisboa e a designação da verba orçamental por onde poderá ser paga."

O primeiro e o segundo pontos da proposta faziam antever o Estado autoritário e dirigista que então se formava, em particular na atribuição aos organismos da administração central e local da tarefa de prevenir qualquer ideia artística desviante dos princípios da nova doutrina política. Os órgãos competentes assegurariam a manutenção dos seus valores ideológicos, que a arte pública deveria poder transmitir. O parágrafo único do primeiro ponto demoveria as futuras iniciativas de consagração das individualidades políticas da deposta 1ª República.

Esta medida política veio influenciar as encomendas posteriores de arte pública na cidade. Dependendo exclusivamente da vontade da CML, as homenagens eram dedicadas a pessoas ilustres que a edilidade quis ver pouco relacionadas com o passado liberal ou republicano⁵.

Embora procurando distinguir outros eventos, a CML deu continuidade à forma comemorativa, pedagógica e educativa republicana de promoção de monumentos e às suas cerimónias inaugurais⁶. Assim, na espécie de atribuições, da cultura e assistência às populações, que figuravam no artigo nº 48 do Código Administrativo do Estado Novo,⁷ pertencia aos municípios

⁵ A homenagem a Almeida Garrett, por exemplo, é a consagração do homem literário e não do homem político, como deixa entrever o discurso proferido no acto inaugural por Salvação Barreto. Também os restos mortais de Almeida Garrett foram trasladados para o Panteão de Sta Engrácia, mas colocados na ala dedicada aos escritores. Vid. PINHEIRO, Magda - *Os espaços públicos do liberalismo*. Oeiras: Celta, 2000. ISBN 972-774-094-4.

deliberar "sobre a erecção e conservação de monumentos destinados ao embelezamento das povoações e à consagração de pessoas ilustres ou de acontecimentos memoráveis do concelho"⁸. Desta forma, era permitido aos municípios, o levantamento de monumentos municipais intencionais, cabendo aos serviços culturais desenvolver o programa comemorativo.

No entanto, de 1936 até 1945, as iniciativas comemorativas do Estado Novo couberam à Administração Unitária⁹.

Só depois da morte de Duarte Pacheco e com a entrada de Salvação Barreto na presidência, a CML procurou como encomendador, definir a acção cultural do município em matéria de encomendas de arte pública. Foi a DSC/DSCC¹⁰, sob as ordens de Salvação Barreto e depois França Borges¹¹, que deu seguimento a esta espécie de atribuição, de natureza cultural, estabelecida no Código Administrativo nomeadamente a ordenação de encomendas de arte pública municipal, destinadas a consagrar figuras notáveis da cidade de Lisboa.

As encomendas de arte pública foram iniciadas com a 4ª repartição - Serviços Culturais, no

⁶ JOÃO, Maria Isabel - *Memória e Império, comemorações em Portugal, 1880-1960*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002. ISBN 972-31-1002-4. p. 393. M. Isabel João refere-se ao comportamento dos representantes do Estado nos diversos regimes - Monarquia Constitucional, República e Estado Novo nas cerimónias comemorativas e o papel que estas tinham na formação cívica e coesão social portuguesa. A autora refere que o Estado Novo foi o sucessor da forma republicana de comemorar os eventos nacionais. No entanto, o Estado Novo comemorou determinados eventos nacionais que não foram os que os republicanos consideram mais exemplares. O Estado Novo não privilegiou as homenagens a Camões e Vasco da Gama, debruçando-se em temas e heróis medievais e outros ligados ao 1º ciclo dos Descobrimentos como o Infante D. Henrique. A título de exemplo, a Exposição do Mundo Português, realizada em 1940, celebrou datas históricas significativas para o nacionalismo do Estado Novo.

⁷ O Código Administrativo do Estado Novo, aprovado em 1940, era o documento destinado a reger a vida dos órgãos da administração local. No artigo n.º 48 do mesmo, cabia às Câmaras Municipais, no âmbito das atribuições da cultura, deliberar sobre a erecção de monumentos. O Código previa também a formação de Comissões Municipais de Arte e de Arqueologia, órgãos municipais consultivos cuja formação era obrigatória para as cidades de Lisboa e Porto. Vid. artigo 48 e artigo 113 do Código Administrativo, em DIAS, Jaime Lopes - *Código administrativo e estatutos autónomos e ilhas adjacentes*. Lisboa: Férrin, 1940.

⁸ Idem, *ibidem*.

⁹ Esta compreende a administração central e local . vid. LIMA, António Pires de - *Autarquia Local, Sentido e Limites da Autarquia Local*. In *A tutela administrativa nas Autarquias Locais*. Coimbra: Coimbra Limitada, 1968. cap. 2, p. 24-27. Depois de aprovada a Constituição Política de 1933, o Estado preocupou-se por via dos eventos comemorativos já citados, em mostrar primeiro a sua capacidade realizadora (1936 - Ano X da Revolução Nacional) e promotora da coesão social, através da comemoração da nacionalidade (1940 - Exposição do Mundo Português). A CML colaborou nestas acções unificadoras da nação, mas sem receber grande protagonismo nestas iniciativas. Com efeito, era Duarte Pacheco que, a partir do Ministério das Obras Públicas, definia as prioridades camarárias.

¹⁰ O número de encomendas do conjunto de "estátuas e bustos" pagas através da DSC/DSCC, atinge o seu auge entre 1944 e 1959, correspondente ao ciclo da presidência da Salvação Barreto. No espaço temporal que se sucede, pertencente ao mandato de França Borges a CML diminui o investimento neste tipo de encomendas, embora este ainda seja significativo.

¹¹ O Tenente-Coronel Álvaro de Salvação Barreto foi nomeado para o cargo de presidente da CML em 6 de Março de 1944, o qual manteve até Março de 1959. Seguiu-se na presidência da Edilidade, o Brigadeiro António Vitorino França Borges, nomeado a 28 de Março do referido ano, exercendo estas funções até Fevereiro de 1970.

seio da DSC. No entanto, os procedimentos administrativos conducentes à colocação foram consolidados depois da reestruturação dos Serviços em 1950¹²: A DSC, passou a designar-se DSCC - Direcção dos Serviços Centrais e Culturais. No seio da DSCC, é criada uma repartição de Acção Cultural e Turismo¹³, o que testemunha a necessidade de alargar as acções culturais, dentro das actividades atribuídas à municipalidade¹⁴.

A DSCC foi responsável pela actividade cultural nos espaços verdes de Lisboa, nomeadamente nos jardins municipais: cumprindo as deliberações da Presidência, a Repartição da Acção Cultural e Turismo e a Repartição de Bibliotecas e Museus encarregaram-se de promover actividades culturais junto dos munícipes¹⁵ e de inaugurar, nestes espaços, monumentos às "figuras notáveis do Concelho". Os jardins eram, desta forma, espaços privilegiados para educar o gosto da população e também para exercer a pedagogia política do Estado¹⁶. A vereação, consciente da importância da estatutária na formação política do povo, sublinhou que a função educativa da mesma não deveria ser desprezada, uma vez que à Câmara Municipal "(...) competia educar o povo, através de obras de arte."¹⁷. As intervenções da vereação lisboeta justificam a necessidade de erguer monumentos para educar o povo. O vereador Vicente Moreira, por exemplo, defendia que na zona oriental da cidade, pobre em monumentos, se devia erguer uma estátua à Rainha D. Leonor. Reforçava a sua posição dizendo que não existia nenhuma estátua nesta área que instruisse o povo operário na arte ou

¹² Ver acta de sessão camarária n.º 165 de 21 de Dezembro de 1950.

¹³ Nos relatórios da Gerência Municipal de 1954 consta que a Repartição de Acção Cultural e Turismo foi "criada através do Decreto-Lei n.º 38065, de 24 de Novembro de 1950, mas só organizada após a publicação da portaria inserta no Diário do Governo de 24 de Dezembro de 1953, que tornou executória a deliberação de 21 de Dezembro, do mesmo ano, que aprovou a organização dos serviços actualmente em vigor na Câmara Municipal de Lisboa, esta Repartição, a terceira da Direcção dos Serviços Centrais e Culturais (...). p.14-15.

¹⁴ GRAÇA, Mário Quartín - Cultura, urbanismo, município: o caso de Lisboa. *Revista Municipal*. Lisboa. N.º 136/137, 1.º e 2.º trimestres, Ano XXXIV (1973), p. 69-82 No artigo o autor descreve alguns aspectos da acção cultural da CML, focando iniciativas como a criação de um atelier destinado aos artistas, no Palácio dos Coruchéus, junto do bairro de Alvalade. Os artistas que recebiam encomendas camarárias passaram então a trabalhar neste espaço. A arte pública municipal não comemorativa, como exemplo da acção cultural camarária, foi também pensada, ao longo dos anos quarenta e cinquenta, para novos edifícios, largos ou praças. Cfr. MARQUES, Inês - A Sereia, a Varina e o Governador de Macau: intervenções artísticas e espaço público nos bairros de casas económicas de Lisboa. *On the waterfront*. ISSN 1139-7365. N.º 6, (Sep. 2004). p. 537-647.

¹⁵ As actividades culturais programadas para os espaços públicos nomeadamente jardins, eram diversificadas: iam desde as bibliotecas ao ar livre, saraus, concertos, visionamento de documentários até à actuação de bandas de música Vid. AML-AC, Relatórios de actividades da DSCC entre 1944 e 1959, que informavam sobre as diversas cerimónias a ter lugar na cidade; Anais do Município, 1944-1959.

¹⁶ Já em 1926, Alfredo Guisado propunha que fossem levantados monumentos aos escritores portugueses, nos jardins municipais. Processo n.º 654 da Secretaria Geral, de 1926, folha n.º 1. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa. [Arquivo do Arco do Cego], Câmara Municipal de Lisboa, Processos Gerais de Secretaria.

¹⁷ Vid. sobre as intervenções do vereador Manuel Vicente Moreira e os monumentos que faltam na cidade de Lisboa: Actas das sessões Camarárias n.º 226, reunião de 16 de Junho de 1955, pp. 1-3, n.º 240, 16 de Agosto de 1956, p.3, n.º 248, 15 de Abril de 1957, n.º 260 de 15 de Abril de 1958.

na história. A sua sugestão foi apoiada pela CMAA. Também o S.M.N. da D.G.E.M.N., em 1969, referindo que a promoção cultural é a base de qualquer sociedade evoluída, deu como exemplo o que vinha sendo feito pela acção cultural da CML no domínio das artes plásticas, para assim poder alargar a sua acção¹⁸.

A repartição de acção cultural e turismo veiculou, assim, à escala local, os valores ideológicos do regime. Esta repartição promoveu nestes locais uma diversidade de homenagens a figuras da cultura, sob a forma de estátuas ou bustos, em que os actos inaugurais eram tidos como acções educadoras, sempre presentes na acção da propaganda municipal¹⁹. O lançamento deste tipo de actividades inscreveu-se na "política do espírito" que em 1933 António Ferro reclamava para o exercício cultural do Estado Novo²⁰. No caso municipal, que devia complementar as acções da administração central²¹, um dos seus objectivos era incutir nos portugueses, e neste caso particular, nos munícipes, a reverência pelas figuras ilustres do passado, a fórmula instrutiva que a CML encontrou para (...) lembrar aos vindouros o perfil tão nobre e tão ilustre (...) ²² do homenageado. Destinados à população em geral e com representantes da administração, os actos inaugurais da CML dirigiam-se também aos descendentes

¹⁸ Diversos 14 Artistas plásticos e Obras de Arte, ofício n.º 1797, 4 de Junho de 1969, da Direcção dos Serviços de Monumentos Nacionais, situação dos artistas plásticos e das encomendas do Ministério das Obras Públicas. Portugal, Arquivo Histórico de DGEMN

¹⁹ Como já referimos em nota anterior, de acordo com Maria Isabel João, o Estado Novo foi o herdeiro da tradição republicana dos actos comemorativos, embora os temas que procurou para formar politicamente o povo fossem outros.

²⁰ A convicção de que a arte é uma forma de alimentar o espírito, que cumpre uma função educativa e pedagógica e que pode ser posta ao serviço da nação, caracteriza a política do espírito praticada pelo Estado Novo. Em 1932, Ferro punha em marcha a produção de um manual de propaganda, constituído por uma colecção de entrevistas de Ferro a Salazar, que cobriam os assuntos nacionais mais relevantes para a valorização da imagem do chefe na nação - Salazar. Na 3ª entrevista que fez a Salazar, Ferro comunicou a falta de uma premeditada política do espírito em Portugal: "(...) é igualmente justo (...) pensar na arte viva que deve acompanhar a nossa evolução, que deve ser a expressão do nosso momento. Há aí duas dúzias de rapazes, cheios de talento (...) que esperam, (...) para serem úteis ao País (...)". Salazar reconheceu alguma pertinência ao assunto e deixou no final da entrevista alguma esperança aos artistas. No domínio das artes plásticas, esta oportunidade foi uma das formas de veicular os valores ideológicos salazaristas cujos resultados foram sendo produzidos e consagrados na Exposição do Mundo Português de 1940. Cfr. FERRO, António - *Entrevistas de António Ferro a Salazar*. Pref. Fernando Rosas. 2ª ed. Lisboa: Editora Parceria A. M. Pereira, 2003. ISBN 972-8645-16-3. p.58-59 e 225-229.

²¹ Cfr. CASTELO-BRANCO, Fernando, *op. cit.*. Sobre o problema das atribuições municipais e o preceito estabelecido no artigo n.º 48 do Código Administrativo, Fernando Castelo-Branco procurou distinguir no artigo, as atribuições da administração local face às actividades culturais da administração central: "(...) A acção cultural dos municípios deve ser em muitos aspectos complementar da acção desenvolvida nesses campos pelos órgãos centrais. As duas actividades não se somam apenas, completam-se. A escala de actuação da administração central e local também é referida" (...). A planificação da actividade cultural dos órgãos centrais far-se-á quase sempre e como é natural, no plano e perspectivas nacionais (...) "outras iniciativas e realizações culturais que, pelo seu carácter regional", (...) se enquadram (...) dentro do âmbito de uma actividade administrativa de carácter local".

²² Palavras proferidas por Salvação Barreto na inauguração do Busto de Sousa Viterbo no jardim do Príncipe Real, sublinhando a política do espírito da CML: "Porque em Lisboa viveu e em Lisboa morreu, devia-lhe a capital este monumento. (...) Sousa Viterbo, por todos os portugueses deve ser venerado, porque, no campo do espírito, poucos souberam amar (...) a nossa pátria na grandeza do seu passado heróico e belo". Vid. BARRETO, Salvação - A Câmara Municipal e a Política do Espírito: inauguração do monumento a Sousa Viterbo. *Revista Municipal*. Lisboa. N.º 45, 2º trimestre (1950), p. 23-26.

dos homenageados, convidados a assistir junto do presidente ao descerramento da bandeira municipal.

A partir de 1950, a DSCC e a sua repartição de Acção Cultural e Turismo tornaram-se o rosto da municipalidade no que respeita à produção e divulgação da acção cultural, concentrando um grande número de promoções culturais, das quais a arte pública municipal era parte integrante.

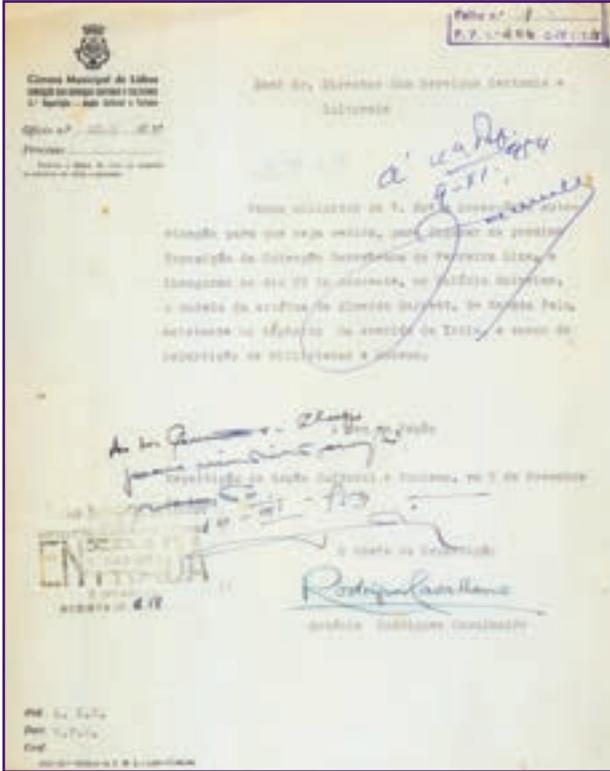


Fig. 1 Folha nº 1 do processo da Repartição dos Serviços Culturais, na qual é solicitado o busto de Almeida Garrett, afim de poder ser exposto numa exposição sobre este escritor.

A visibilidade pública desta Direcção é patente nas publicações municipais do Estado Novo, nomeadamente a Revista Municipal, onde citam as acções culturais promovidas, mormente as inaugurações de bustos ou estátuas na via pública. Nos anais da CML publicados com regularidade até 1968 são também descritas as acções mais relevantes da DSCC Nesta publicação de carácter informativo, destinada à Administração Pública em geral, a actividade da Repartição de Acção Cultural e Turismo, no que respeita à encomenda, consulta e colocação de estátuas ou bustos nos espaços públicos da cidade, é uma informação constante todos anos.

A crescente importância dada à acção cultural e em particular, ao tema da erecção de monumentos pode constatar-se pelo cabimento de verbas que vinham sendo destinadas aos serviços culturais do município desde 1944.

Mesmo antes da reestruturação de 1950, a CML tinha previsto em 1943, o reforço de verbas destinadas à acção cultural, a caber no orçamento da despesa do ano económico de 1944²³. Ainda em 1943, o vereador Luís Teixeira regozijava-se pela criação de uma nova rubrica orçamental destinada à realização dos preparativos das festas da cidade, as quais se celebrariam a partir de 1947²⁴, acumulando também a temática do 8^a centenário da Tomada de Lisboa aos Mouros²⁵.

²³ A gerência financeira dos corpos administrativos é regulada por anos económicos que correspondem aos anos civis, segundo os art. 669º e 700º do Código Administrativo. DIAS, Jaime Lopes, *op. cit.*

²⁴ As festas enquadravam-se na cerimónia da "Tomada de Lisboa aos Mouros", cujo aniversário passou a ser comemorado anualmente, a partir de 1947, data do oitavo centenário. O vereador aconselhava que fossem preparados actos culturais ligados ao significado daquele acontecimento. Como veremos, alguns elementos de arte pública vão ser enquadrados nesta celebração anual. Vid. Acta de sessão Camarária nº 75, reunião de 9 de Dezembro de 1943 e continuada nos dias 18, 27 e 30 do mesmo mês e ano, p. 96.

²⁵ Relativamente às festas da cidade estas iniciaram-se já na década anterior e a comprová-lo existe documentação no Arquivo Municipal de Lisboa [Arquivo do Arco do Cego] desde os meados dos anos 30 do Século XX. A CML associou a este evento anual, outra comemoração, também anual, a partir de 1947, que foram as festas da Tomada de Lisboa aos Mouros.

A CML inscreveu, pela primeira vez, uma rubrica própria, a ter cabimento na despesa ordinária da D.S.C., com a denominação "estátuas para jardins". Nas estatísticas anuais do Município, em 1948, a Repartição de Ouvidoria informou a celebração de 8 contratos de aquisição de estátuas²⁶ para jardins. Esta denominação - estátuas para jardins - continuou inscrita até 1956, ano em que esta rubrica orçamental passou a ter nova designação: "estátuas, bustos e motivos decorativos". A partir de 1968, esta despesa passou a estar inscrita com a designação de "Estátuas, bustos e motivos decorativos e sua reprodução" e porque o estudo se centra na arte pública das homenagens municipais, não comentamos a evolução da encomenda dos motivos decorativos.

O SISTEMA DE ARTE PÚBLICA MUNICIPAL DA DSC/DSCC

O sistema de arte pública foi desenhado de acordo com as funções administrativo - burocráticas que o Estado Novo concebeu²⁷. O governo de Salazar interveio nos espaços públicos regulando a produção da arte pública e marcando o ritmo das colocações²⁸. Fê-lo por intermédio das direcções gerais e serviços da administração pública central, local e dos respectivos órgãos consultivos. No caso de Lisboa manifestaram-se o Ministério das Obras Públicas e Comunicações (MOPC/MOP) e a CML²⁹.

²⁶ Mapa de estatísticas da 3ª Repartição - ouvidoria; Serviços de Notariado - Escrituras Celebradas. Vid Anais da C.M.L., 1948.

²⁷ Salazar concebeu um regime autoritário e burocrático que via na administração "um poder público e não um serviço público". Cfr. ROCHA, J. A. Oliveira - *Gestão pública e modernização administrativa*. [Oeiras]: Instituto Nacional da Administração, D. L. 2001. ISBN 972-9222-26-6. p. 94.

²⁸ Manuel de Lucena diz que "(...) o salazarismo exerceu uma repressão sistemática, de carácter preventivo, usando e abusando dos amplos poderes discricionários das suas leis e que por isso generosamente deram aos poderes constituídos (...)". O regime tratou por isso de exercer uma repressão preventiva, multiplicando os obstáculos para impedir qualquer ideia política desviante ou pouco conveniente no momento. Cfr. LUCENA, Manuel - *O regime salazarista e sua evolução*. [Lisboa]: Contemporânea, 1995. ISBN 972-8305-14-1. p. 8-9.

²⁹ São conhecidas as intervenções de Salazar nas questões relativas à localização de monumentos em Lisboa. Pouco depois da morte de Duarte Pacheco, após deliberação camarária de 18 e 25 de Novembro de 1943, na qual se aprovou a construção de um monumento a Duarte Pacheco, o Governo de Salazar, sabendo da decisão da CML, em reunião com o Ministro do Interior, pediu à CML que suspendesse a referida homenagem, alegando que a iniciativa deveria pertencer ao governo. Vid Acta da reunião da CML, n.º 75, em 9 de Dezembro de 1943 e continuada nos dias 18, 27 e 30 do mesmo mês e ano, pp. 89-90 e 111. Também, o monumento de homenagem a Nuno Álvares Pereira, pago pela CML, mas que, envolvido em grandes polémicas em torno da sua figuração e localização, é, por decisão do Governo de Salazar, oferecido à Câmara Municipal da Batalha. A medida causou revolta por parte de alguma vereação lisboeta, que em sessão pública da CML, declarou não apoiar a proposta de transferência da estátua para a Batalha. Vid Acta da reunião da CML, n.º 387, 19 de Abril de 1967. p. 5. O Arquivo de Salazar existente na Torre do Tombo, contém alguns elementos sobre monumentos a erigir no País, sobre os quais Salazar se pronunciou.

Quando necessário, estas entidades neutralizaram ou protelaram o funcionamento do processo de produção e colocação, ou afastaram, antes mesmo de iniciado o processo, ideias contrárias à sua doutrina³⁰.

No plano da administração pública local, o município de Lisboa estabeleceu, sob a orientação da DSC/DSCC, um conjunto de procedimentos conducentes à erecção de monumentos, nos quais colaboravam outras repartições e também outras Direcções de Serviço. Junto desta Direcção de Serviço funcionava, desde 1938, um órgão municipal consultivo denominado Comissão Municipal de Arte e de Arqueologia (CMAA). Sempre que solicitada, a esta comissão cabia pronunciar-se a respeito de projectos de construção, reintegração ou valorização de monumentos³¹. Como veremos, as primeiras encomendas de arte pública municipal serão presentes à consulta da supra citada comissão a partir de 1945³², ainda sob a orientação pela DSC/4ª repartição (Serviços Culturais) e antes da reestruturação dos serviços, em 1950.

Por intermédio da DSC/DSCC, a CML acompanhou o desenvolvimento das encomendas de estátuas, bustos e motivos decorativos destinados aos espaços públicos, edifícios municipais, e mais tarde, também a edifícios ao serviço do Estado. Ao analisarmos os movimentos internos dos processos privativos da DSC/DSCC referentes a estes elementos, no período compreendido entre 1950 e 1960, observámos a existência de um conjunto de procedimentos formais e sistemáticos, começando na encomenda e terminando na colocação. Desenhámos um esquema que permitiu conhecer o processo encomenda/colocação e configuramo-lo como o sistema de arte pública municipal DSC/DSCC³³.

³⁰ Encontram-se exemplos de propostas de monumentos que, não partindo das ideias da elite dirigente, ainda assim são enviados às entidades da administração local e central: a título de exemplo temos o legado do Engenheiro e Arquitecto Francisco dos Santos para a construção de um Monumento aos Anónimos, a erigir numa das praças de Lisboa, de acordo com o desenho que deixou. A CML considerou que a consagração do Monumento se referia a pessoas anónimas, contrariando desta forma o artigo 48º n.º 9, do Código Administrativo, que apenas permitia a consagração de pessoas ilustres ou de acontecimentos memoráveis do Concelho. A CML não aceitou o legado de Francisco dos Santos. Ver: Acta da Sessão Camarária n.º 426, efectuada em 16 de Outubro de 1969, p.8. Ainda outro tipo de dificuldades decorrentes do processo de colocação da arte pública, era a evocação das tutelas administrativas sobre um determinado local. No caso da zona ribeirinha, a jurisdição pertencia à APL que era obrigatoriamente consultada se a CML pretendesse levantar algum monumento nesta zona. A zona ribeirinha de Belém é o caso mais paradigmático da confluência de poderes institucionais que travaram ou aceleraram o processo de colocação de arte pública no local. Vid. ELIAS, Helena - *A emergência de um espaço de representação: arte pública e intervenções urbanísticas na zona ribeirinha de Belém*, DEA. [S.l.]: Faculdade de Belas Artes da Universidade de Barcelona, 2003. Investigação desenvolvida para obtenção do Diploma de Estudos Avançados; ELIAS, Helena - Lisboa, Sagres, Brasília: o monumento ao infante D. Henrique (1943-1960). *Revista História. Lisboa*. N.º 79 (Set. 2005), p. 36-41.

³¹ § 2º do artigo 113, secção IV, Capítulo VI, do Código Administrativo do Estado Novo. (DIAS, Jaime Lopes, op. cit.).

³² Os Índices das Actas da CMMA, dos anos anteriores, existentes no Arquivo Municipal de Lisboa [Arquivo do Arco do Cego], não fazem referência a nenhuma encomenda camarária.

³³ Coube também à DSUO - Direcção de serviço de Urbanização e Obras da CML - a condução de encomendas como era o caso dos motivos decorativos para as escolas primárias, categorizados no orçamento como "bens ao serviço do Estado". Vid Anais do Município 1938-1968.

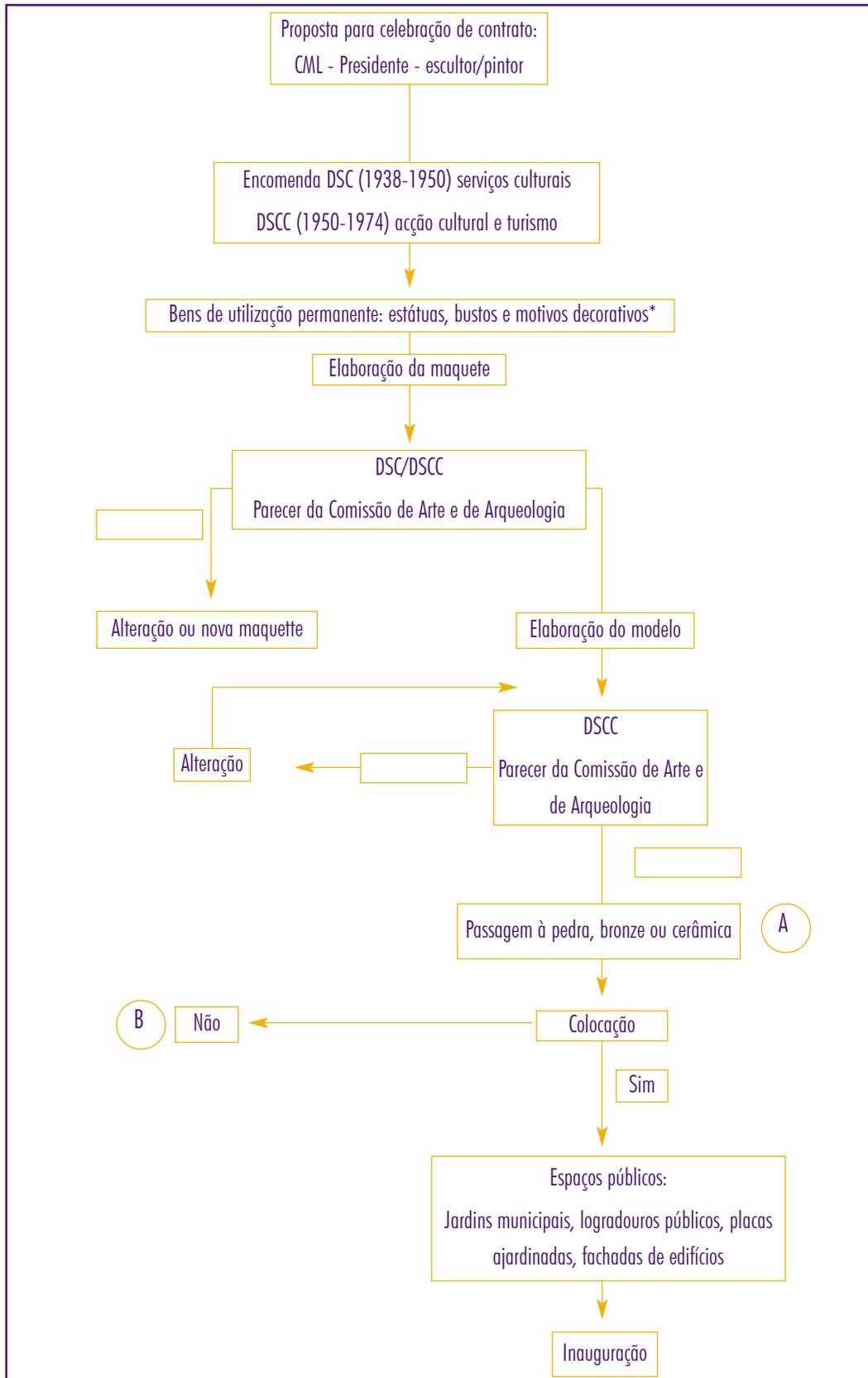
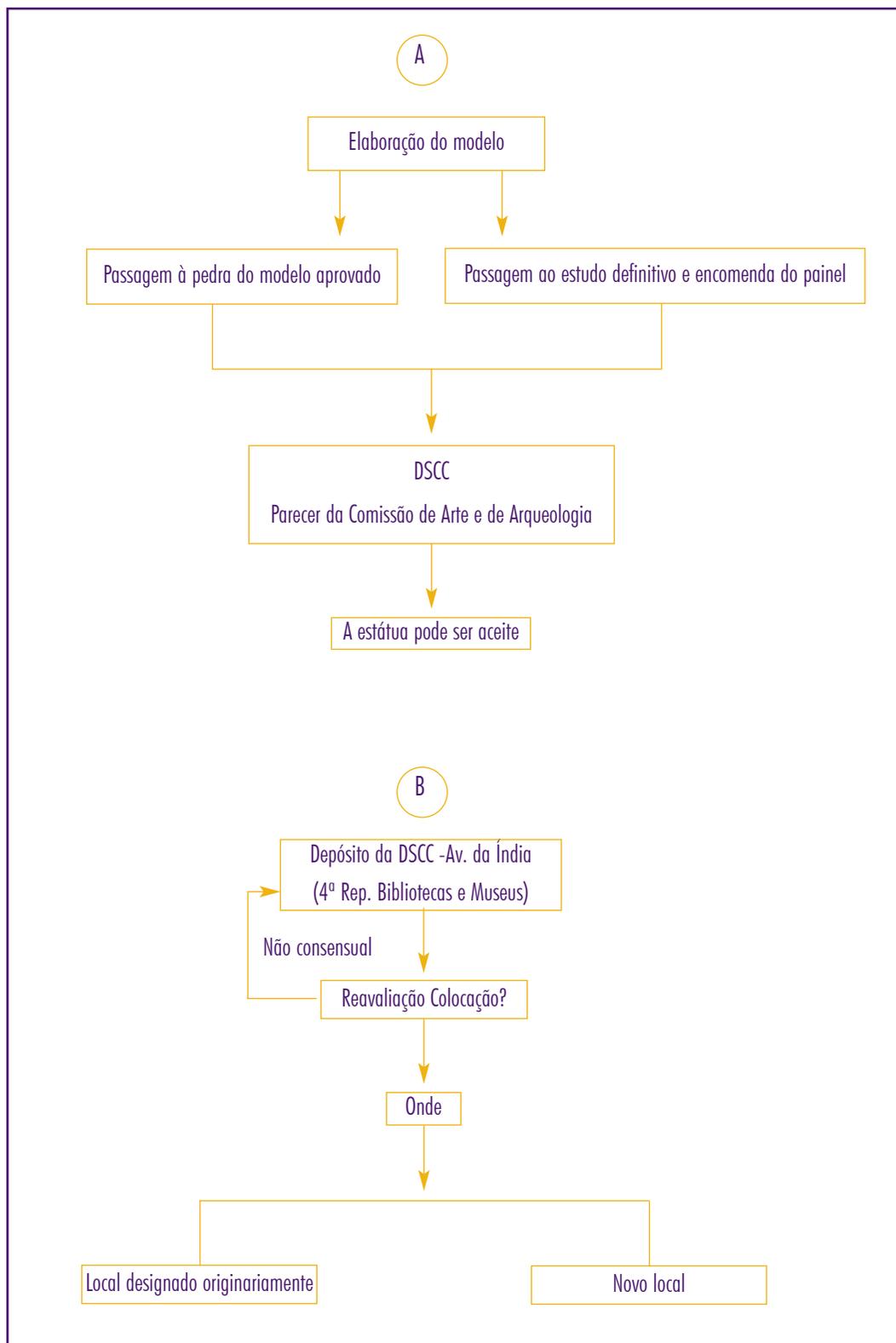


Fig. 2 Gráfico das encomendas de Arte Pública efectuadas por intermédio da DSC/DSCC-CML durante o Estado Novo. Fonte: dados extraídos dos Boletins, Actas e Anais do Município, processos privados da Repartição de Bibliotecas e Museus e livros de notas para escrituras diversas.



O processo iniciava-se com a celebração de um contrato entre a CML, representada na figura do seu presidente, e o artista, para execução de um motivo decorativo ou estátua de alguma personalidade. A DSC/ - 4ª repartição dos Serviços Culturais, mais tarde DSCC/ - 3ª Repartição de Acção Cultural de Turismo, assegurava os procedimentos administrativos que permitiam a continuidade do trabalho, efectuando as consultas necessárias à CMAA.

A consulta efectuada à CMAA constituía uma etapa importante do acompanhamento do trabalho em curso. Este órgão consultivo manejava os tempos de produção de uma obra, uma vez que o parecer emitido podia apressar ou atrasar o andamento dos trabalhos³⁴. Quando o artista dispunha já da maquete no tamanho de dois terços do elemento definitivo, apresentava-a à CMAA. Caso fosse aprovada, o escultor fazia em barro a ampliação da maquete para a escala natural; este estudo voltava a ser submetido à CMAA; se admitido, o artista prosseguia com o estudo definitivo em gesso. Quando concluído o trabalho em gesso, este era trazido de novo ao órgão municipal consultivo, que aprovava a passagem à pedra. Finalmente a CML procedia à celebração do contrato de passagem à pedra do modelo final, tarefa esta quase sempre cumprida por canteiros e supervisionada pelo artista.

Quando a produção de elementos de arte pública municipal, a partir de 1950, se fez com mais regularidade, foi necessária a colaboração de outra repartição da mesma direcção de serviço: a Repartição de Bibliotecas e Museus. No depósito camarário da Av. da Índia, à guarda desta repartição, davam entrada estátuas e motivos decorativos concluídos, mas cujo local ainda não fora urbanizado³⁵.

Também os gessos que serviram à reprodução das estátuas, bem como as peças retiradas da via pública³⁶ eram lá instalados. Quando se verificava a necessidade de acondicionar algum elemento de arte pública, os próprios serviços da DSC/DSCC ou a Direcção dos

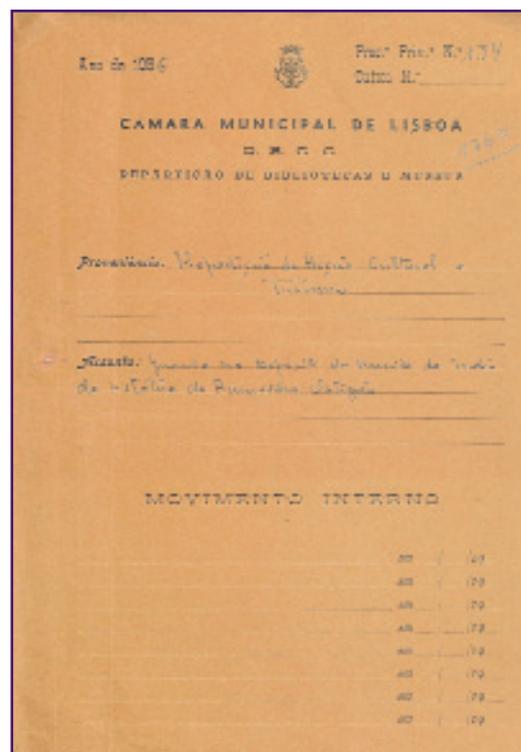


Fig. 4 - Capa do processo nº 134 de 1956 no qual é solicitado a Repartição de Bibliotecas e Museus a entrada em depósito da estátua dedicada a Ramalho Ortigão, em virtude do local aonde se destinava ainda não estar completamente urbanizado.

³⁴ A CMAA tinha dentro deste historial processos como o da estátua a Camilo Castelo Branco ou a de São Vicente. Não só alguns dos estudos das estátuas foram rejeitados, como o problema da colocação tornou-se um obstáculo difícil de superar. No caso da Estátua de S. Vicente, primeiro destinada aos Paços do Concelho e depois ao adro da Igreja de S. Vicente, implicou a troca de pareceres entr e a CMAA, JNE e DGEMN. O problema levantado com esta encomenda iniciou-se em 1949 e só terminou em 1969, com a inauguração do monumento no Largo Portas do Sol. Vid. - Índices e Actas da CMAA 1945-1953, Actas das reuniões da CML, processo privativo da Repartição de Bibliotecas e Museus, Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa [Arquivo do Arco do Cego], Câmara Municipal de Lisboa. caixa n.º 130, ano de 1964, Passagem à pedra da Estátua de S. Vicente, destinada ao Adro da Igreja de S. Vicente de Fora.

³⁵ Nos processos privativos da DSCC, registaram-se os motivos da entrada de estátuas, bustos, motivos decorativos e ou seus modelos, para o armazém da repartição de Bibliotecas e Museus. A título exemplificativo ver: processo privativo da Repartição de Bibliotecas e Museus N.º 33 de 1958.

³⁶ Do relatório anual da DSC/DSCC publicado nos Anais da CML, entre 1948 e 1958, é possível constatar o número de originais e modelos que entravam neste depósito, à guarda da Repartição de Bibliotecas e Museus.

Serviços de Urbanização e Obras (DSUO) oficiavam à repartição de Bibliotecas e Museus estabelecendo o pedido de entrada em depósito da escultura em causa. De igual modo procediam as Direcções de Serviço quando verificavam a necessidade de saída dos elementos de arte pública com destino a um local superiormente aprovado³⁷.

A escolha na colocação do monumento seguia um processo paralelo: quando não era previsível a sua implantação, a CMAA visitava um conjunto de jardins, de preferência os que estivessem a ser objecto de valorização por parte dos serviços competentes. Esta acção podia



Figura nº 5 - Desenho a lápis sobre papel vegetal, do busto dedicado a Artur Portela e o devido enquadramento paisagístico assinado, s.d. / AML-AC, CML, UROB-Planeamento Urbanístico, Coleção de desenhos e Plantas Rolo nº 26.

decorrer enquanto o modelo era preparado, antes de ser definitivamente aceite a sua passagem à pedra.

O processo terminava com os arranjos considerados convenientes pela DSUO e Direcção dos Serviços Técnico-Especiais (DSTE) que compreendiam a construção do pedestal, assentamento do monumento e o devido enquadramento.

Por fim, determinava-se o dia de inauguração, sempre que possível enquadrada num dos programas das festas da cidade³⁸ e a decoração do local, para o acto inaugural ficava a cargo da DSCC.

No próximo ponto abordam-se alguns exemplos de estátuas e bustos colocados em jardins municipais, durante a presidência de Salvação Barreto.

EXEMPLOS DA INTERVENÇÃO DA DSC/DSCC NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DA CIDADE

Descritas as etapas de funcionamento do sistema de arte pública DSC/DSCC (figura 3), mostramos agora alguns casos concretos de encomendas conduzidas por esta direcção de serviço, focando os seus procedimentos e os da CMMA que, como veremos, constitui uma etapa predominante no sistema apresentado. Em particular, mostramos que, muitas vezes, o trabalho artístico encomendado voltará varias vezes à CMAA, quer por não corresponder ao

³⁷ Sobre esse assunto é exemplo a colocação do busto a Rosa Araújo na Av. da Liberdade, um processo cuja história revela os grandes embaraços nos vários momentos da colocação deste monumento na Av. da Liberdade. Vid processo privativo da Repartição de Bibliotecas e Museus nº 389 de 1963. Também sobre o assunto saiu uma notícia no Diário da Manhã de 8/9/1963.

³⁸ Alguns elementos de arte pública municipal foram enquadrados nas festas da cidade sob o tema "Tomada de Lisboa aos mouros". Foi o caso da estátua a Camilo Castelo Branco ou do busto a Afonso Lopes Vieira. Vid Acta da reunião da CML nº 102, 21/02/1946, pp. 6-7, "Busto do Poeta Afonso Lopes Vieira", *Revista Municipal*, Lisboa, p. 13-14. GEO - Coleção Vieira da Silva, Rec 14/1950, Diário de Lisboa, 25/10/1950, "As Festas Comemorativas da Tomada de Lisboa aos Mouros, inaugurou-se o monumento a Camilo (...)".

modelo exigido, quer porque o local público a que é destinado não se encontra disponível. Embora de descrição mais complexa, estes exemplos são indispensáveis, pois ilustram o funcionamento das etapas do sistema de arte pública da DSC/DSCC quando há problemas na encomenda.

Tomamos como referência as encomendas³⁹ do período compreendido entre 1945 e 1959, cadastradas no quadro "Monumentos da DSCC (sugestões para a sua colocação, local e ano de inauguração)". Algumas destas iniciativas

reflectem o impasse dos procedimentos da encomenda e da localização dos monumentos, sendo a entidade mediadora, a CMAA. As designações "local 1, local 2, local 3" assinalam a quantidade de localizações sugeridas para a colocação da arte pública até à sua localização definitiva. De acordo com o quadro, confirmamos que a colocação de monumentos recaía fundamentalmente nos jardins municipais. Lembramos que a inscrição de uma verba no orçamento de 1946, com a designação de "estátuas para jardins", demonstrava já a opção da CML em valorizar os jardins municipais com arte pública.

As sugestões para a colocação (local 1, local 2, local 3) de um monumento, que precedem a localização definitiva, apontam também os jardins municipais como destino privilegiado.⁴⁰

Assim, na primeira vereação de Salvação Barreto, a CML escolheu inicialmente o parque da Avenida da Liberdade⁴¹ para aí colocar elementos de arte pública. Em 1945, a CML celebrou dois contratos, com os escultores Barata Feyo e Leopoldo de Almeida, para a execução de duas estátuas - Almeida Garrett e Alexandre Herculano, destinadas a este local.



Fig. 6 Painel informativo das estátuas de Lisboa em jardins Municipais presente na exposição da Câmara Municipal de Lisboa na Feira Popular. 1953 Horário Novais AML-AF A 22834

³⁹ De acordo com o quadro que se designa, só vamos abordar as estátuas e bustos concebidos como monumentos. Excluímos neste ponto as estátuas decorativas que também foram colocadas na cidade. Estas foram, no entanto, incluídas na série de encomendas do gráfico apresentado no ponto anterior, porque falávamos comparativamente das encomendas totais de estátuas e bustos em relação a outros ciclos de administração camarária. O gráfico ilustrava o surto total de encomendas com a presidência de Salvação Barreto. Os exemplos que comentamos agora - "monumentos" - são os que melhor ilustram a política do espírito da CML. As estátuas decorativas não foram consideradas, porque não comemoram ou representam nenhum vulto histórico em particular, ao contrário dos monumentos que, segundo o artigo municipal já citado sobre a política do espírito, servem para "lembrar aos vindouros o perfil tão nobre e tão ilustre" dos homenageados.

⁴⁰ Nas publicações camarárias, como a revista municipal, era dada grande importância aos arranjos de jardins, mostrando-os como exemplo de um bom serviço prestado à cidade. Também os relatórios da DSUO, nos anais de 1942, dão conta das exposições de floricultura promovidas pela CML, em colaboração com o Instituto de Agronomia. Estes eventos mostravam as últimas novidades em arranjos decorativos para jardins, onde alguns artistas exibiam as suas estátuas e motivos decorativos. O vereador Francisco Marques fez uma intervenção na reunião camarária de 21 de Agosto de 1947, a propósito do trabalho de jardinagem que a Câmara vinha realizando nos jardins municipais, "que se encontravam tratados com esmero, reflexo da completa remodelação que sofreram nos últimos anos (...). Acta da sessão camarária n.º 121, de 21 de Agosto de 1947, p. 4-5.

⁴¹ O espaço verde da Avenida da Liberdade era designado por parque - avenida, assim como o do jardim do Campo Grande, de acordo com os elementos recolhidos sobre jardins, parques - avenida e parques, destinados ao estudo de urbanização de Lisboa, em 1938. Vid. Elementos para o estudo do plano de urbanização da cidade de Lisboa, Eng. António Emídio Abrantes - revisto por Étienne de Gröer, Ago. 1938, Relação dos Parques, Parques - Avenidas e Jardins, respectiva localização e superfície, mapa n.º 36, p. 149-151. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa [Arquivo do Arco do Cego], Câmara municipal de Lisboa, Planos Directores Municipais.

Monumentos da DSCC (sugestões para a sua colocação, local e ano de inauguração)						
Monumento	Local 1	Local 2	Local 3	Local 4	Colocação	Ano
Almeida Garrett	Av. da Liberdade	Parque Eduardo VII	Lg. D. João da Câmara		Av. da Liberdade	1950
Alexandre Herculano	Av. da Liberdade	Parque Eduardo VII			Av. da Liberdade	1950
João do Rio	Praça João do Rio					1950
C. Castelo Branco	Colocação no Campo Mártires da Pátria	Colocação no Parque Eduardo VII	Parque Silva Porto	Placa ajardinada Av. Duque de Loulé /Camilo Castelo Branco	Placa ajardinada Av. Duque de Loulé /Camilo Castelo Branco	1950
Antero de Quental	Jardim Guerra Junqueiro	Jardim das Amoreiras	Jardim da Praça das Flores		Jardim Guerra Junqueiro	1951
Afonso Lopes Vieira	Lg. da Rosa				Lg. da Rosa	1951
Oliveira Martins	Av. da Liberdade	Parque Eduardo VII			Av. da Liberdade	1952
A. Feliciano Castilho	Av. da Liberdade				Av. da Liberdade	1952
D. João da Câmara	Lg. D. João Câmara	Jardim Campo Grande				1953
Cesário Verde	Jardim Cesário Verde				Jardim Cesário Verde	1955
Luísa Todi	Lg. São Carlos	Jardim Campo Grande			Jardim Campo Grande	1957
Alfredo Keil	Jardim Alfredo Keil				Jardim Alfredo Keil	1957
Viana da Mota	Jardim do Torel				Jardim do Torel	1957
Ramalho Ortigão	Jardim Nuno Álvares (Santos)				Jardim Nuno Álvares (Santos)	1957
António Pedro	C. Grande					1959

Fig. 7 Monumentos da D.S.C.C. em jardins municipais (sugestões para a sua colocação, local e ano de inauguração) Quadro elaborado através da leitura dos processos privativos da Repartição de Bibliotecas e Museus e dos livros de notas para escrituras diversas.

Entre 1945 e 1949, enquanto prosseguiam os trabalhos, o problema da colocação destas estátuas na Avenida da Liberdade ocupou algumas das sessões de CMAA. A referida comissão questionou a adequação das estátuas no local assinalado e foi sugerido como alternativa, o Parque Eduardo VII⁴². A discussão continuou em 1946, agora com mais uma encomenda para

⁴² A colocação de elementos de arte pública na Av. da Liberdade era uma questão antiga: Entre 1933 e 1936, o CMAA e o CEC discutiam o tipo de comemorações e a escala dos respectivos monumentos, a distribuir entre a Av. da Liberdade e o Parque Eduardo VII. Igualmente nesta altura se discutia a retirada de elementos que tinham sido colocados durante a deposta 1ª República e ainda sob o regime das Comissões Administrativas, entre 1926-1933. Vid. Boletins da CML 1926-1933.

o mesmo local - a estátua de Oliveira Martins⁴³. A CMAA verificou que os modelos dos autores, muito diferentes entre si, não podiam formar um conjunto coerente depois de colocadas no mesmo espaço. Por isso, haveria que dispor as estátuas em sítios diferentes. O arquitecto Carlos Ramos, vogal da Comissão, opinou que o melhor era prosseguir com a realização das estátuas, pois em qualquer momento se poderia definir o local em que as mesmas deveriam ser assentes⁴⁴. O Arquitecto justificou a posição, referindo que a prioridade da CML, no entender do seu presidente, era a de enriquecer o património artístico da cidade⁴⁵.

Entre 1946 e 1947, os escultores prepararam os respectivos modelos, enquanto a CML estimava provisoriamente a colocação das estátuas na Av. da Liberdade ou Parque Eduardo VII. Em 1949, a CMAA aprovou a passagem à pedra dos modelos. A sugestão do orador Matos Sequeira para a colocação da estátua a Almeida Garrett no Largo D. João da Câmara chegou a ser aprovada em sessão da CMAA datada de 18/11/49. Entretanto, o arranjo do Largo D. João da Câmara tardava⁴⁶ e talvez por isso a sugestão da CMAA não foi atendida pelos serviços e presidência. A proposta de localização das estátuas no parque Eduardo VII foi também afastada, decisão a que não deve ter sido alheio o facto de, para o local, continuar em aberto a solução definitiva a dar ao prolongamento da Avenida⁴⁷.

Em 1950, as estátuas de Almeida Garrett e de Alexandre Herculano acabam por ser inauguradas na Av. da Liberdade⁴⁸. A



Fig. 8 Legenda: Colocação da estátua de Almeida Garrett na Avenida da Liberdade. Esculpiada por Barata Feyo, será inaugurada em 1950.1950 Judah Benoliel AML-AF, A 43081

⁴³ Processos Privativos da Repartição de Bibliotecas e Museus, e CMAA, Acta n.º 3 de , 2 de Abril de 1946, p. 1-5. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa [Arquivo do Arco do Cego], Câmara Municipal de Lisboa.

⁴⁴ AML-AC - Processos Privativos da Repartição de Bibliotecas e Museus, CMAA, Acta n.º 3 da, 2 de Abril de 1946, p. 1-5. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa [Arquivo do Arco do Cego], Câmara Municipal de Lisboa.

⁴⁵ Idem, *Ibidem*

⁴⁶ Com Propósito da necessidade de embelezar Lisboa para os turistas, um dos elementos da vereação criticou o aspecto do Largo. D. João da Câmara, sugerindo que o local fosse arranjado e ali fosse colocado um busto, por exemplo o de D. João da Câmara. O Largo encontrava-se em obras devido ao alargamento da faixa para automóveis, entre o Rossio e os Restauradores, levando também à demolição do Hotel Inglaterra, sobranceiro ao referido local.

⁴⁷ Entre 1945 e 1950, foram apresentadas versões do projecto do arranjo do Parque Eduardo VII, elaborado por Keil do Amaral. Vid. Parque Eduardo VII, Estudo do Arranjo e Localização do Palácio de Justiça e Museu Municipal, N.º 95-A,C,D projectos; Acta da sessão camarária de 22 de Novembro de 1945; Livros de Notas para Escrituras Diversas, Livro 82.º Notas - Folha 29, 13 de Março de 1947, Contrato para a execução de vários projectos a realizar no Parque Eduardo VII pelo Arquitecto Francisco Keil do Amaral. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa [Arquivo do Arco do Cego], Câmara Municipal de Lisboa.

⁴⁸ Segundo o artigo do jornal O Século, intitulado "Herculano e Garrett têm as estátuas na Avenida", datado de 28-5-50, Salvação Barreto salientava que era honroso para a Câmara Municipal "ser a intérprete desse sentimento de gratidão da capital para com os homens mais ilustres que nela nasceram ou nela exerceram o melhor da sua actividade.". No discurso ficava bem presente que se celebrava Almeida Garrett como homem literário e não o homem político, figurando como uma das "figuras da História Literária". O presidente deixava a esperança de que em breve outras cerimónias se realizariam.



Fig. 9 Legenda: Momento de inauguração em 1952 da estátua de Oliveira Martins, esculpida por Leopoldo de Almeida e colocada na avenida da Liberdade. 1952 S. A AML-AF. A 18301

localização geográfica, no espaço ajardinado da Av. da Liberdade que cruza a Rua Alexandre Herculano, cumpria o estabelecido no contrato e estava de acordo com a toponímia do local. Em 1952 foram inauguradas as estátuas a Feliciano de Castilho e Oliveira Martins, na Avenida, alinhadas em frente das de Alexandre Herculano e Almeida Garrett continuando a CML a "política do espírito" municipal⁴⁹. Assim, apesar das dúvidas levantadas sobre a sua colocação na Avenida, as obras foram instaladas no local previsto inicialmente.

Relativamente à homenagem nacional ao escritor Camilo Castelo Branco a própria edilidade decidiu resolver o assunto que se arrastava havia muitos anos. A primeira pedra do monumento foi colocada no Parque Eduardo VII; ainda durante a 1.ª República. Em 1934, com o monumento quase concluído, a CML procurou um local alternativo, mas sem resultados. Foi durante a 1ª vereação de Salvação Barreto que o tema, discutido de novo, teve uma solução à vista: a CML desvinculou-se da soma de iniciativas das Comissões do monumento a Camilo, que encomendara a estátua

a Anjos Teixeira⁵⁰ e procedeu a uma nova encomenda. Mais uma vez, a CML quis chamar a atenção de que em Lisboa competia à administração unitária do Estado⁵¹ a erecção de monumentos.

⁴⁹ A revista municipal dedicou um artigo ao acto inaugural onde foi louvada a actividade da CML "na sua acção cultural e patriótica de homenagear os grandes vultos da nação nas letras, nas artes e nas ciências" "(...) num dos mais nobres locais da capital". O discurso de Salvação Barreto reproduziu na sua forma, os discursos oficiais da administração central na promoção de eventos nacionais, nomeadamente quando o presidente disse que "no prosseguimento do propósito de ir saldando as dívidas de gratidão do país e de Lisboa para os portugueses ilustres que lhes prestaram altos serviços, a Câmara resolvera mandar fazer as estátuas que inauguraram". Cfr. BARRETO, Salvação - Inauguração das estátuas a António Feliciano de Castilho e Oliveira Martins. *Revista Municipal*. Lisboa. Nº 53, 2º trimestre (1952), p. 33-34.

⁵⁰ Em 1942, a CML solicitou um parecer à J.N.E. a respeito do destino a dar ao monumento a Camilo Castelo Branco adjudicado ao falecido escultor Anjos Teixeira. O vogal -relator da J.N.E. - Diogo de Macedo, comunicou que, dado o estado incompleto em que se encontrava o monumento, se deveriam recuperar as partes já terminadas do referido monumento e colocá-las como motivos decorativos num jardim municipal. Mais tarde, o conjunto de fragmentos veio a ser proposto para a cidade de Viseu conforme se indica num parecer, da 6ª subsecção da 1ª secção da J.N.E., dirigido à Direcção Geral do Ensino Primário de Viseu, referente ao monumento a Camilo Castelo Branco, a erigir nessa cidade. Portugal, Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Junta Nacional de Educação. 9/231, Ano de 1955, Lº A-12, Processo nº 433/400.

⁵¹ Vid. nota nº 9.

A CML, fazendo uso das atribuições da cultura previstas no Código Administrativo do Estado Novo⁵², encomendou uma estátua ao escultor António Duarte⁵³. Nos anos de 1948 e 1949 o trabalho escultórico foi submetido ao parecer da CMAA: foram apreciadas duas maquetes, e por fim aceite o segundo estudo realizado⁵⁴. O estudo foi suspenso dois meses depois, reconhecendo que o mesmo "não corresponde à interpretação que a Câmara pretende que se dê à figura de Camilo"⁵⁵. Por fim, a 12 de Dezembro de 1949 a estátua foi aceite pela CMAA. A questão da colocação foi tratada em simultâneo, porém com mais sobressaltos: no final do ano de 1948, a CMAA sugeriu o local com o nome do escritor, alvitando o cimo da Rua Rodrigues Sampaio⁵⁶, entre as Ruas Camilo Castelo Branco e Rodrigues Sampaio. Em 1949, após nova sugestão da CMAA sobre a localização do monumento, a DSUO informa a DSCC - Repartição dos Serviços Culturais que o local não reunia condições para a implantação da estátua⁵⁷. Depois de várias considerações, em 22/03/50, o órgão consultivo municipal sugeriu o jardim da Praça da Alegria para a colocação, após o estudo elaborado pela DSUO - Repartição de Obras Municipais. Na mesma reunião, continuada cinco dias mais tarde, a CMAA propôs um estudo de conjunto em diversos locais em Lisboa, deslocando-se para tal aos diversos jardins municipais⁵⁸. Em 19 de Abril, a Comissão reunida para o efeito, percorreu alguns jardins municipais - Guerra Junqueiro, Campo de Santana e Amoreiras.

⁵² Em 1944, o vereador Luís Teixeira, recapitula a história do monumento a Camilo Castelo Branco, traçando-a ao início do século XX. Solicita à presidência para pôr fim ao caso que se sucedia há muito tempo. Pede que, à semelhança da estátua de Antero de Quental, a ser erguida sem ajudas de comissões de monumentos, mas por exclusivo poder da CML, seja também a edilidade a providenciar a homenagem a Camilo. Na mesma reunião o vereador Júlio Martins defendeu que a CML não deve tomar sozinha tamanha iniciativa. O Vereador João Couto é de opinião que a homenagem deve partir exclusivamente dos serviços públicos e acrescentou que gostaria de ver o Estado mandar levantar em Lisboa o referido monumento. Nas exposições dos vereadores houve o desabafo de que o monumento a Camilo tinha sido uma guerra de gabinetes e, por fim, em 1934, o problema já não era a configuração da estátua, mas sim a escolha do local, resultando num problema de estética cidadina, que impossibilitou a implantação da obra. Apesar disso, dois dos vereadores - Luís Teixeira e João Couto - quiseram pedir cautela a respeito da construção de monumentos na cidade. João Couto citou a recomendação de Luís Teixeira: "dá inteiro aplauso e apoio ao espírito bem justo e atendível que impõe a decisão estabelecida no sentido de se evitar em Lisboa a construção de qualquer monumento que as autorizadas entidades entendam não corresponder às formais exigências de gosto e de real valor artísticos julgados indispensáveis". Depreende-se assim que os elementos esculpidos por Anjos Teixeira não agradaram ao gosto oficial, e que, de acordo com alguns dos vereadores, a condução da encomenda seria da competência da Administração Central ou Local. Vid Acta de sessão camarária n.º 79 efectuada em 13 de Abril de 1944, p.1-7 e p. 34-35.

⁵³ Livro de Notas para escrituras diversas N.º 77 A , 26 de Março de 1946, folha n.º 44. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa [Arquivo do Arco do Cego], Câmara Municipal de Lisboa, Notariado de CMMA

⁵⁴ Índice das actas de CMMA de 1947, Acta n.º 13, 17/3/47. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa [Arquivo do Arco do Cego], Câmara Municipal de Lisboa.

⁵⁵ Índice das actas de CMMA de 1947. Acta n.º 21, 5/47. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa [Arquivo do Arco do Cego], Câmara Municipal de Lisboa.

⁵⁶ Acta da CMAA de 17 de Novembro de 1948. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa [Arquivo do Arco do Cego], Câmara Municipal de Lisboa.

⁵⁷ AML-AC, Acta da CMAA de 24 de Fevereiro de 1950. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa [Arquivo do Arco do Cego], Câmara Municipal de Lisboa.

⁵⁸ Acta da CMAA, 27 de Março de 1950. A CML preparava algumas modificações em jardins municipais que como era o caso do Jardim das Amoreiras, onde a arte pública poderia ser uma mais valia. Ver também Acta da CMAA de 14 e 19 de Abril de 1950. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa [Arquivo do Arco do Cego], Câmara Municipal de Lisboa.

Para a implantação da estátua a Camilo Castelo Branco, a CMAA escolheu uma das meias laranjas localizadas nos lados direito e esquerdo do arruamento central do Campo de Santana⁵⁹. Apesar dos estudos efectuados, a estátua foi colocada de acordo com a primeira sugestão, lançada dois anos antes - na Rua Camilo Castelo Branco, junto a um pequeno jardim. Por fim a inauguração do monumento foi enquadrada nas festas comemorativas da Tomada de Lisboa aos Mouros, que tiveram início em 1947⁶⁰.

Ao inaugurar o monumento, o vice-presidente Pastor de Macedo, justificou a acção do município: "Após tantas décadas em que se multiplicaram os projectos, as hesitações, os adiamentos, as contrariedades, (...). Honra-se a Câmara Municipal de prestar pública homenagem, através desta estátua do distinto escultor António Duarte, a um dos filhos mais ilustres da capital"⁶¹.

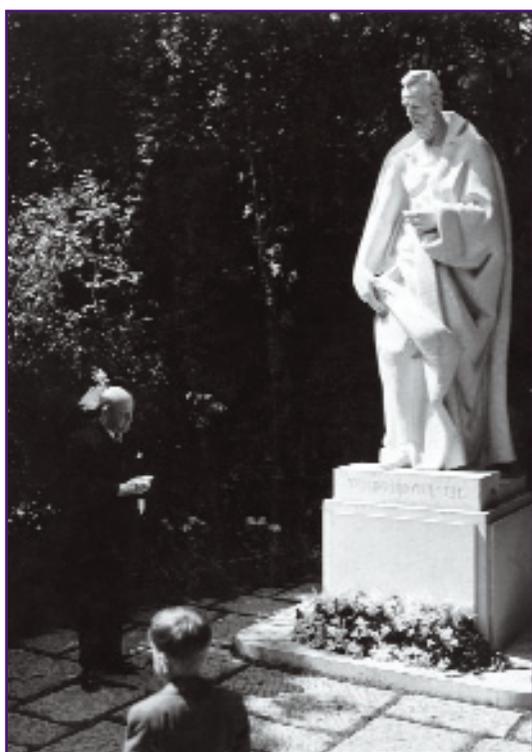


Fig.10 Inauguração da estátua de Antero de Quental no Jardim da Estrela, com a assistência de algumas personalidades camarárias. A cerimónia teve lugar no ano de 1951. 1948 Armando Seródio AML-AF A17659 1957

Para a estátua de Antero de Quental, também destinado a um jardim de Lisboa, cujo estudo foi presente à CMAA em 22 de Julho de 1948, foram registados semelhantes procedimentos: em 1945, a CMAA sugeriu o jardim da Estrela como local indicado, uma vez que já lá permanecera um busto de homenagem ao mesmo escritor - da autoria de Diogo de Macedo⁶². Entretanto, sugeriram outros alvitres entre os membros da CMAA e por isso a Comissão resolveu procurar fazer um estudo de conjunto de entre os locais que se encontravam disponíveis. Em 14 de Abril de 1950, a Comissão reunida propôs o jardim da Praça das Flores ou o Jardim das Amoreiras para a sua colocação⁶³. Na reunião continuada a 19 de Abril, a CMAA propôs o jardim Guerra Junqueiro⁶⁴. A estátua foi inaugurada em 24 de Maio de 1951, no jardim Guerra Junqueiro, também conhecido por jardim da Estrela⁶⁵.

⁵⁹ Acta n.º 39 da CMMA de 19 de Abril de 1950. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa [Arquivo do Arco do Cego], Câmara Municipal de Lisboa.

⁶⁰ Vid nota anterior sobre os elementos de arte pública que foram enquadrados nas Festas da Tomada de Lisboa aos Mouros.

⁶¹ GEO-CML, Coleção Olisiponense Vieira da Silva, Diário de Lisboa, 25-10-1950.

⁶² Acta n.º 23 da CMMA de 21 de Dezembro de 1945. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa [Arquivo do Arco do Cego], Câmara Municipal de Lisboa.

⁶³ Acta da CMAA, n.º 38 de 22 e 27 de Março de 1950. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa [Arquivo do Arco do Cego], Câmara Municipal de Lisboa.

⁶⁴ Acta da CMAA, Acta n.º 39 de 14 e 19 de Abril de 1950. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa [Arquivo do Arco do Cego], Câmara Municipal de Lisboa.

⁶⁵ *Revista Municipal*. Lisboa. N.º 51, 4.º trimestre (1951), p.19-20. A Revista Municipal noticia a inauguração da estátua e no texto surgem as desculpas de que embora o poeta não tivesse nascido na Capital e só ali estivesse de passagem, era um tributo válido para com uma das maiores figuras da filosofia e literatura portuguesas.

Outros jardins municipais foram escolhidos para aí serem celebradas outras memórias. Em 1955, na rua D. Estefânia - jardim Cesário Verde - foi colocado o busto de Cesário Verde. Outros se seguiram: Luísa Todi e João da Câmara⁶⁶ no jardim do Campo Grande, e em 1957, o monumento a Ramalho Ortigão, no jardim de Santos - a última estátua inaugurada sob a presidência de Salvação Barreto.

CONCLUSÃO

De acordo com os objectivos, consideramos ter dado a conhecer a intervenção da direcção de serviço (DSC/DSCC) na condução da encomenda de arte pública municipal. A arte pública, encamiñhada segundo um conjunto de procedimentos que descrevemos, tomou parte no programa de acção cultural da CML durante a presidência de Salvação Barreto. As encomendas de estátuas e bustos foram consideradas como uma forma de educar o povo e as praças e jardins constituíam o suporte, funcionando como museus ao ar livre. Dentro da espécie de atribuições culturais, a edilidade promoveu, à escala municipal, a construção de monumentos às variadas personalidades da cultura nacional. Através da DSC/DSCC, as encomendas de arte pública destinaram-se, principalmente, aos jardins municipais.

Com efeito, o embelezamento dos jardins de Lisboa constituía uma das actividades municipais mais visíveis da CML, exemplo da conjugação de diversos serviços e repartições. Os jardins convertiram-se deste modo em espaços públicos emblemáticos da actividade municipal. A intervenção da DSC/DSCC pautou-se pela colocação de estátuas e bustos, produzidos entre 1945 e 1953, nos jardins mais antigos⁶⁷: Avenida da Liberdade, Jardim da Estrela, Jardim do Príncipe Real, e Jardim da Praça da Alegria. Já a partir de 1950, a acção alargou-se aos jardins das novas áreas urbanizadas: Praça João do Rio ou Jardim da Praça de Londres.



Fig. 11 Busto de Cesário Verde da autoria de Maximiano Alves onde é visível a escolha da indumentária da época em que o poeta viveu. (1855-1886). Colocado num pedestal em pedra, viria a ser inaugurado em 1954, num jardim existente na rua de D. Estefânia, com o nome do poeta, 1954, Armando Serôdio, AML-AF, A 23049



Fig. 12 Estátua de Ramalho Ortigão ainda no atelier do escultor Numidico Bessone. Inaugurada em 1957, no jardim Nuno Álvares. 1957 Mário Novais AML-AF, A 26787

⁶⁶ O Jardim do Campo Grande, devido à sua extensão, tornou-se um local de colocação de estátuas e bustos que estavam determinados a locais que, devido a arranjos urbanísticos previamente programados, as obras de arte pública não podiam aí ser instaladas. Como exemplo temos o busto de João da Câmara previsto para o Largo D. João da Câmara.

⁶⁷ O anuário da CML de 1935 publicou uma lista destes jardins municipais com as respectivas áreas.

Durante o período estudado, verificámos que, embora a finalidade da encomenda fosse a colocação de estátuas em jardins municipais, o processo nem sempre foi dirigido de forma coerente, como foi o caso do monumento consagrado a Camilo Castelo Branco rejeitado entre 1934 e 1936, cuja nova encomenda a presidência de Salvação Barreto chamou a si, sem todavia conseguir estabelecer a sua a localização exacta. A CML, embora sem definir, neste e outros casos, a localização geográfica do monumento, estimou a sua colocação quase sempre num local ajardinado, conforme exemplifica o quadro anteriormente apresentado. Se, à escala do arranjo de pormenor, não parece haver coerência - não se procurou fazer coincidir um tipo de estátua com um tipo de jardim - o facto de se procurar predominantemente um espaço verde para aí colocar as estátuas, revela coerência à escala urbana, estabelecendo-se um padrão que é repetido pelos jardins municipais - estátuas para jardins, como referia a rubrica. Assim, a última etapa do sistema de encomendas de arte pública que estudámos é a implantação de estátuas e bustos em jardins municipais.

O Município de Lisboa marcou esta acção com um conjunto de procedimentos administrativos que, amparados pelas repartições competentes, regularam o trabalho artístico até à sua colocação nos jardins municipais. As estátuas e bustos colocados traduziram a imagem da administração local do Estado Novo nos espaços públicos de Lisboa, mais precisamente o modelo municipal de fazer a política do espírito.

**Contextos e dinâmicas
sociais nas fotografias de uma
coleção privada**

Ana Caetano

Introdução: O presente artigo resulta da realização de um estágio no Arquivo Fotográfico Municipal de Lisboa no quadro do programa *PRODEP III*, sob a orientação da Dra. Paula Figueiredo¹. O estágio teve a duração de três meses (decorrendo entre 21 de Fevereiro e 21 de Maio de 2005) e baseou-se na análise de uma colecção de fotografias pessoais, datadas do início do século XX, que é parte integrante do espólio desta instituição. É a partir dessa colecção que se pretende aqui desenvolver uma breve reflexão em torno das principais problemáticas identificadas nas fotografias. Após diversas fases de observação das respectivas imagens, e mesmo sem acesso a uma informação mais detalhada e minuciosa acerca das mesmas, foi possível identificar à partida diversos traços sociais, culturais e estruturais não só relativos ao seu contexto nacional, como também e fundamentalmente às personalidades representadas e aos contextos sociais em que as mesmas se moviam.

No fundo, pretende-se recorrer às duas grandes potencialidades da fotografia: aceder à realidade histórica da época e à forma como essa realidade é filtrada pela subjectividade dos diversos intervenientes nas imagens. Desde a sua origem, a fotografia é entendida como um instrumento, cujo poder de representação exacta da realidade - poder inerente à sua técnica - lhe concede um carácter documental e faz com que seja frequentemente perspectivada como um processo de reprodução fiel e imparcial da vida social. Contudo, embora estreitamente ligada ao registo de evidências, a fotografia tem apenas uma objectividade fictícia, na medida em que a objectiva permite todas as deformações possíveis da realidade. A imagem fotográfica não é apenas produzida pela máquina. A parte mais significativa é determinada pelas escolhas que o fotógrafo tem que efectuar e que expressam sempre as suas normas e valores. Embora num certo sentido - e apesar dessa interpretação por parte de quem fotografa - o processo técnico de fotografar permita reproduzir de facto a realidade, as fotografias são tanto uma interpretação do mundo como pinturas ou desenhos. Como tal, para além de tornar acessíveis determinados aspectos da realidade, a fotografia possibilita, acima de tudo, aceder aos esquemas mentais de quem fotografa, precisamente por constituir uma expressão da imagem que os indivíduos dão de si mesmos e da(s) realidade(s) em que estão inserido(s). É no âmbito desta ambivalência que se pretende desenvolver a presente reflexão, articulando a contextualização histórica da colecção com a subjectividade de quem fotografou e interpretou essa mesma realidade.

¹ É imprescindível, antes de mais, agradecer à Dra. Luísa Costa Dias por permitir a realização do estágio no Arquivo Fotográfico Municipal de Lisboa e, acima de tudo, à Dra. Paula Figueiredo que, para além de ter acompanhado todo o processo de trabalho aqui explicitado, sugeriu e possibilitou também a publicação do presente artigo. Um agradecimento especial ao Eduardo Rodrigues e à Maria do Mar Pereira pela revisão cuidada e atenta do texto.

Com ponto prévio, interessa, por um lado, apresentar a colecção, descrevendo os principais traços que a caracterizam e contextualizando-a historicamente de forma breve nas dinâmicas sociais e nos modelos de representação da primeira metade do século XX; e por outro, explicitar os procedimentos de tratamento das imagens que precederam e, simultaneamente, motivaram a elaboração da presente reflexão.

APRESENTAÇÃO DA COLECÇÃO

A incorporação da referida colecção de fotografias no Arquivo, em 1995, resultou de uma doação à instituição por José Luís Madeira, contudo, foi encontrada por José Nascimento num apartamento que ia para obras em Lisboa, sendo que não existem certezas e informação suficiente acerca da sua origem. Tudo indica que se tratam de imagens que pertenciam a um homem, tendo em conta documentação anexa às fotografias. De acordo com os dois dossiers de correspondência doados juntamente com as imagens, sabe-se que esse homem era engenheiro, que morou em Lisboa e que tinha irmãos residentes no Porto e uma sobrinha que morava na Bélgica. Foi casado com uma mulher cujo passaporte se encontra também anexo à colecção, contudo, esse documento reportar-se-á, provavelmente, a uma data anterior ao casamento, já que, para além de informar acerca da sua nacionalidade brasileira e da sua condição perante o trabalho como doméstica, apresenta-a como sendo divorciada. Junto com a colecção é ainda possível encontrar inúmeros envelopes e um cartão com o nome do detentor das fotografias. Os envelopes, utilizados para guardar e identificar imagens - principalmente as que datam das décadas de 20 e 30 -, para além de conterem o seu nome, indicam que possuía um *stand* de automóveis *Citroën* no Porto.

A colecção é composta por 2398 imagens, na sua maioria negativos de diversos formatos em chapas de vidro, em suporte de nitrato e em acetato², e algumas provas de formatos variáveis³, inicialmente distribuídas por quatro caixas, que não tinham sido ainda organizadas, inventariadas e devidamente acondicionadas. O trabalho desenvolvido no Arquivo passou, então, pela realização dessas tarefas antes de iniciar o processo de reflexão e investigação acerca das mesmas. A colecção é constituída, fundamentalmente, por imagens de viagens realizadas por Portugal e por diversos países, retratos individuais e de grupos e imagens de automóveis. Nem todas as fotografias se encontram temporalmente identificadas, contudo, no seu conjunto, datam da primeira metade do século XX, principalmente das décadas de 20 e 30, sendo que de entre aquelas cuja data é identificada, as mais antigas reportam-se a 1916 e a mais recente a 1963.

² Fundamentalmente de 35 mm, 4,5 x 7 cm, 6 x 9 cm e 9 x 12 cm.

³ Principalmente de 8,5 x 11,6 cm (com algumas variações mínimas), 9 x 13 cm e 18 x 24 cm.

Portanto, a colecção insere-se historicamente numa época particularmente conturbada da História de Portugal. A instabilidade política caracteriza o contexto nacional nas primeiras décadas do século XX, atendendo à destituição da monarquia e instauração da República em 1910, ao golpe de Sidónio Pais em 1917, aos 45 governos do país entre 1910 e 1926, à participação na 1ª Guerra Mundial e ao golpe militar de 1926 e consequente instauração do regime ditatorial do Estado Novo. Os efeitos destas movimentações políticas fizeram-se sentir nos mais diversos domínios sociais, expressando e simultaneamente construindo um país fragilizado, marcado por sucessivas crises económicas e sociais. Portugal era predominantemente agrícola, com uma industrialização fraca, incipiente e pouco concentrada, com uma população maioritariamente rural e sem recursos escolares que contrastava com uma minoria urbana escolarizada, encontrando-se ainda fortemente marcado ideológica e economicamente pela gestão e preservação do seu império colonial. Apenas a partir dos anos 50 se começaram a fazer sentir mudanças significativas, como o incremento dos níveis de urbanização, o desenvolvimento industrial e a terciarização da sociedade e do tecido económico⁴.

Contudo, a colecção de fotografias parece não representar nenhum destes processos, excluindo as questões coloniais expressas na reportagem fotográfica que retrata a Exposição Colonial Portuguesa realizada em 1934, no Porto (Foto 1 - RAV 000405). Esse será o único acontecimento histórico que é possível identificar nas imagens em termos da organização política e económica do país. Nada nos diz acerca do longo período de instabilidade governativa e das sucessivas crises políticas e económicas. As razões para essa omissão podem ser de várias ordens e devem ser compreendidas no seu conjunto. Como foi já referido, a fotografia, ainda que intimamente ligada ao registo de evidências - que, neste caso, poderiam documentar os principais acontecimentos que ocorreram no país -, não é uma expressão unívoca e imparcial da realidade. As fotografias expressam a visão da realidade do seu autor enquanto perspectiva de um grupo social particular inserido em determinados contextos sociais. No fundo, as



AML - AF/RAV 000405

⁴ Vid. PEREIRA, Miriam Halpern - *Das revoluções liberais ao Estado Novo*. Lisboa: Presença, 1994. ISBN 972-23-1703-2; PINTO, António Costa, coord. - *Portugal Contemporâneo*. Madrid: Sequitur, 2000. ISBN 84-95363-04-6; REIS, António, dir. - A fragilidade do Estado republicano. In *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Alfa, 1990. vol. 3; Idem - Ascensão e consolidação do Estado Novo. In *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Alfa, 1990. vol. 4; ROSAS, Fernando, coord. - O Estado Novo (1926-1974). In MATTOSO, José, dir. - *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994. vol. 7; MARQUES, A. H. de Oliveira, coord. - Da Monarquia à República. In SERRÃO, Joel ; MARQUES, A. H. de Oliveira, dir. - *Nova História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1991. ISBN 972-23-1420-3. vol. 11.

imagens expressam a realidade filtrada pela sua própria subjectividade. Tudo indica que ele se inseria num grupo social com elevados níveis de capital e que, portanto, não terá experienciado, da mesma forma que outros grupos sociais, as sucessivas crises que o país atravessou. Parece ainda ser um grupo com uma forte abertura ao exterior, atendendo às imagens das diversas viagens que realizou.

Mas aquilo que as imagens representam não diz apenas respeito à visão de um determinado grupo social, como é também expressão do domínio privado desse mesmo grupo. A omissão da esfera pública, respeitante à instabilidade do país e aos sucessivos acontecimentos políticos, económicos e culturais, pode, portanto, ser também compreendida pela tendência generalizada entre os fotógrafos amadores de representar, privilegiadamente, os seus momentos de privacidade ligados à família e ao lazer e não o que ocorre na esfera pública.

"O fim do século com a simplificação dos processos fotográficos - aparelhos (a primeira *Kodak* de 1888 e a *Pocket* de 1895) e principalmente as películas - vê nascer os amadores "menos abastados" e os turistas. As recordações tornam-se privadas e mais baratas"⁵. As imagens da colecção parecem inserir-se precisamente neste contexto de privatização dos registos fotográficos possibilitada pela expansão e desenvolvimento dos processos e equipamentos fotográficos. Enquanto imagens fundamentalmente de momentos de lazer, não são consonantes com as principais correntes artísticas da época, como o pictorialismo, que se caracterizava pelas suas temáticas ruralistas e bucólicas⁶. Outros movimentos fizeram-se sentir na primeira metade do século XX no campo artístico, com menor expressão em Portugal, como o futurismo, o surrealismo, o dadaísmo ou o neo-realismo⁷.

O autor das imagens parece manter-se relativamente afastado destas tendências, ainda que manifeste um forte interesse pela prática fotográfica e pelos processos que lhe são subjacentes. A intensidade da sua prática⁸ parece ser disso evidência, bem como alguma da docu-

⁵ SENA, António - *Uma história de fotografia: Portugal: 1839 a 1991*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1991. p. 47.

⁶ A objectividade daquilo que a fotografia representa cedo começou a ser entendida como um obstáculo ao seu estatuto cultural por não corresponder aos ideais românticos de arte. Assim, num esforço de aproximação a outras formas de produção artística, as tentativas de legitimação da fotografia assentavam, sobretudo, numa fuga ao concreto, manifesta, muitas vezes, numa tentativa de aproximação à pintura, nomeadamente através do pictorialismo. Esta tendência artística perdura e é predominante nas três primeiras décadas do século XX.

⁷ Vid. SENA, António, *op. cit.*; SENA, António - *História da imagem fotográfica em Portugal: 1839-1997*. Porto: Porto Editora, 1998. ISBN 972-0-06265-7.

⁸ Deduzida da quantidade de imagens presentes na colecção que, por sua vez, pode não constituir a totalidade de fotografias do seu autor, mas apenas uma parte.

⁹ Kodak Brasileira Ltd. - *Chapas, filmes e papéis*. Rio de Janeiro: Kodak, [19--?]; LEITÃO, B. dos Santos - *O processo do bromóleo*. Lisboa: Imp. Contemporânea Editora, 1931. Livro relativo a um processo característico do pictorialismo e que teve a sua voga em Portugal já depois do início da 1ª Guerra Mundial.

mentação anexa à colecção, como dois livros explicativos de processos fotográficos⁹ e um panfleto da máquina fotográfica *Leica*. Este último poderá eventualmente evidenciar a posse desse aparelho, o que não será estranho, já que parece possuir em simultâneo várias máquinas fotográficas, o que explicaria a existência de imagens não apenas de diferentes suportes (chapa de vidro e nitrato), como também de formatos variados numa mesma reportagem fotográfica de uma viagem. Ainda assim, apesar da posse deste equipamento fotográfico, que poderia ainda ser composto por outros elementos que se desconhece, a sua prática não se dirigia às paisagens rurais, bucólicas ou figuras pitorescas do país. Pelo contrário, tratando-se de uma prática essencialmente direccionada para o registo dos seus momentos e experiências associadas às viagens realizadas, grande parte das imagens reporta-se a contextos internacionais e muitas delas consistem em paisagens urbanas, com edifícios arranha-céus, avenidas e trânsito. Tratar-se-ia de um amador, provavelmente sem pretensões artísticas no sentido da integração nas correntes da época, mas, contudo, com algumas preocupações estéticas e técnicas em termos do cuidado na composição de cada imagem. Os registos fotográficos são, aliás, consonantes com os de outros fotógrafos amadores da época, como Jacques-Henri Lartigue¹⁰ ou a família de Anne Wiazemsky¹¹.

Em termos gerais, as imagens aqui em análise evidenciam bastante espontaneidade e descontração enquanto registos aparentemente despreocupados de momentos de lazer. Esta é, segundo Pinheiro, uma característica dos registos das classes mais abastadas da época. "A naturalidade fazia parte dos atributos que pessoas de bem deveriam ter. Os cenários são relativamente simples quando comparados com os de outros países"¹².

TRATAMENTO DA COLECÇÃO

Previamente ao desenvolvimento mais aprofundado da reflexão aqui apresentada em torno da colecção de imagens fotográficas, foi realizado, em contexto de estágio no Arquivo Fotográfico Municipal de Lisboa, um conjunto de procedimentos gerais necessários ao devido tratamento das colecções de imagens nesta instituição. Tratando-se de uma colecção ainda não tratada, tendo apenas sido alvo de uma primeira abordagem que constou de uma selecção inicial das imagens mais pertinentes para a integração na base de dados do Arquivo¹³, foi necessário não apenas rever essa primeira selecção, como procurar princípios

¹⁰ Jacques-Henri Lartigue (1894-1986) foi um fotógrafo francês do início do século XX que desde os sete anos retratou o quotidiano da sua família e amigos. Apesar do carácter mais intimista de muitas das suas imagens, o seu trabalho é ainda hoje considerado um importante contributo para a história da fotografia. Vid. LARTIGUE, Florette - *Jacques-Henri Lartigue: la traversée du siècle*. Paris: Bordas, 1990. ISBN 2-04-018494 ; JACQUES-HENRI LARTIGUE. Paris: Centre National de Photographie, imp. 1992. (Photo Poche; vol. 3). ISBN 2-04-018494.

¹¹ Anne Wiazemsky compilou num livro um conjunto de fotografias de família da primeira metade do século XX. Ver WIAZEMSKY, Anne - *Album de famille*. Paris: Du May, 1992. ISBN 2-906450-65-0.

¹² PINHEIRO, Nuno de Avelar - *O teatro da sociedade: fotografia e distinção social*. Lisboa: ISCTE, 2003. Tese de doutoramento em História Social Moderna e Contemporânea. p. 236.

¹³ Selecção colocada na primeira caixa das quatro em que inicialmente se encontrava a colecção.

orientadores para a sua organização. O contacto inicial com a colecção resultou em longos períodos de observação seguidos da numeração e descrição das imagens relativas a cada caixa, o que permitiu organizá-las de acordo com quatro grandes temas relativos aos assuntos mais representados: viagens, retratos individuais, grupos e automóveis. Foi realizado, de acordo com essa organização temática, um pré-inventário descritivo dos negativos e provas de cada caixa identificando a sua localização, a quantidade, o formato, o suporte, o assunto, o local e a data das mesmas. Foi, então, possível cruzar tematicamente as imagens de cada caixa, de forma a efectuar uma selecção conjunta das fotografias a integrar no acervo do Arquivo. Tendo em conta que não interessaria à instituição incorporar a totalidade das imagens, foi realizada uma selecção que culminou na escolha de 762 fotografias das 2398 iniciais, de acordo com a qualidade dos negativos e com os quatro grandes temas, procurando que todos eles e as suas respectivas subdivisões permanecessem representados e eliminando fotografias repetidas ou muito semelhantes. Seguiu-se a fase de acondicionamento das imagens seleccionadas em envelopes próprios, todos eles numerados e colocados em caixas por suporte e formato. Os negativos em chapa de vidro tiveram ainda de ser limpos com água destilada de forma a eliminar toda a sujidade que continham. A fase final consistiu na construção do inventário na base de dados do Arquivo Municipal (X-arg), de acordo com a organização temática já definida, tendo sido necessário preencher para cada imagem os campos relativos ao número de identificação da imagem (NIM), à data, ao formato, ao suporte, ao local, à inscrição original, à cota actual¹⁴ e ao estado de conservação.

A prossecução de todas estas fases antes de iniciar o processo de análise propriamente dito possibilitou a obtenção de um conhecimento bastante mais aprofundado da colecção, não apenas da selecção efectuada, mas da sua totalidade. Aliás, as etapas acima descritas não podem ser, neste sentido, separadas do processo de investigação, já que a identificação de questões sociologicamente pertinentes nas imagens iniciou-se logo nos contactos iniciais e foi, aliás, possibilitada pelas diversas etapas que precederam as fases de pesquisa e escrita. Embora, como já referido, as imagens não devam ser entendidas como um registo totalmente fiel da realidade, elas permitem também aceder a informação bastante pertinente e podem, nesse sentido, ser objecto de problematizações várias.

Foram identificados três grandes eixos analíticos, de acordo com os quais se desenvolveu a investigação:

- *Social*: inserção da colecção no espaço social, procurando descortinar posicionamentos sociais e simbólicos de classe dos seus principais intervenientes;
- *Lazer*: identificação de actividades de lazer e turismo e da importância das redes de sociabilidade nesses contextos;

¹⁴ A sigla atribuída à colecção seguida de numeração sequencial.

□ *Género*: percepção dos processos de emancipação das mulheres e das formas de representação “genderizadas” presentes na colecção.

Para a problematização destes três eixos, foram analisadas as 762 imagens fotográficas seleccionadas como sendo representativas da totalidade da colecção em termos temáticos, ainda que se tenha sempre em conta o todo em que este conjunto se encontrava inserido. A análise baseou-se na articulação da *narrativa interna* das imagens - ou seja, o seu conteúdo concreto, a história que comunicam, a informação visível que transmitem - com a *narrativa externa*, respeitante ao contexto social de produção das fotografias¹⁵. Recorreu-se, portanto, a uma metodologia de cariz qualitativo, particularmente de análise de documentos visuais.

ESPAÇO SOCIAL E DINÂMICAS IDENTITÁRIAS NA COLECÇÃO

Inserida no contexto nacional já brevemente mencionado anteriormente, dominado por sucessivas crises nos diversos sectores sociais e por períodos de acentuada instabilidade política, o que mais se destaca na colecção de fotografias aqui em análise é a ausência de registos de todas essas questões, como foi já referido. O facto de se tratar de imagens de um grupo social particular é um factor central para a interpretação dessa omissão. Como foi já mencionado, a documentação anexa à colecção permite uma aproximação à(s) actividade(s) profissional(is) do seu autor e faculta pistas quanto às suas habilitações académicas. Ser engenheiro e proprietário de um *stand* de automóveis no Porto são por si só indicadores fundamentais para a localização do seu posicionamento no espaço social. Para além disso, a imagem mais recente da colecção, que data de 1963, regista a reunião de antigos alunos dos colégios Espírito Santo, Santa Maria e Instituto Fisher. O facto da fotografia lhe ter sido enviada para casa poderá significar que o próprio tenha estado presente como antigo aluno de um desses colégios. Numa conjuntura em que mais de metade da população portuguesa era analfabeta, o autor das fotografias pertenceria à minoria alfabetizada com um grau de escolaridade muito acima da média nacional. Para além disso, a correspondência anexa à colecção permite perceber que era detentor de algumas propriedades e imóveis. Portanto, quer em termos económicos, quer ao nível do capital escolar, tudo indica que se inseriria nas classes sociais mais abastadas da sociedade portuguesa.

Estes indícios são ainda complementados - e, assim, comprovados - por uma análise mais aprofundada de outros aspectos da colecção. De facto, a sua inserção num grupo social particular ressaltou logo nas primeiras observações do conjunto de imagens. Isto porque a prática e a representação fotográfica tornam visíveis os símbolos de *status* relativos aos posiciona-

¹⁵ Vid. BANKS, Marcus - *Visual methods in social research*. London: SAGE Publications, 2001. ISBN 0761963634.

mentos no espaço social e aqui importa considerar não apenas os símbolos mais explícitos e que são intencionalmente representados, mas também os aspectos implícitos, por vezes registados inconscientemente. De acordo com Bourdieu¹⁶, as normas que organizam a "avaliação fotográfica" do mundo em termos da oposição entre o que é fotografável e o que não é, são indissociáveis do sistema de valores de uma classe ou profissão. Sendo tudo potencialmente fotografável, a prática fotográfica dos indivíduos é condicionada por limites objectivos. A mais trivial fotografia expressa não só as intenções explícitas do fotógrafo, como também o sistema de esquemas de percepção, pensamento e apreciação partilhados pelos membros de um determinado grupo. Os retratos ou as fotografias de viagens aqui em análise, mais do que simples registos de pessoas e locais, expressam as disposições sociais do seu criador e do grupo onde o mesmo se insere. A forma que assume a actividade fotográfica pode exprimir um *ethos* de grupo, a percepção de uma distância relativamente a outro grupo, podendo constituir o uso da fotografia (a escolha do tipo de fotografia, a importância dada à actividade fotográfica em geral, etc.) um papel revelador de atitudes sociais mais profundas. Deste modo, a prática fotográfica é, ela própria, reveladora de diferenças e distâncias sociais entre indivíduos. Compreender o que significa para um determinado grupo social praticar a fotografia, isto é, compreender totalmente a significação e a função que o mesmo confere à fotografia é, simultaneamente, compreender a relação que mantém com a sua própria condição, na medida em que a relação que tem com qualquer tipo de bem contém a referência tácita ao sistema de (im)possibilidades objectivas e subjectivas da sua condição e as condutas (in)compatíveis relativamente à prática fotográfica. A resignação a uma prática rara e rudimentar e o pouco entusiasmo por uma prática mais intensa e frequente supõem a interiorização dos limites que definem os obstáculos económicos e a consciência da existência de uma outra forma de prática possível para os outros.

Na sociedade portuguesa da primeira metade do século, a prática fotográfica não se encontrava ainda massificada, pelo que o facto do autor das imagens ter acesso aos meios necessários para o seu desenvolvimento era por si só uma demarcação e distinção social face a outros grupos sociais cujos meios não o permitiriam fazer. "É a raridade social relativa de um bem ou de uma prática colectivamente considerados como altamente desejáveis que fixa a força do seu poder de distinção. (...) A democratização de acesso a um bem ou a uma actividade (...) contribui inevitavelmente para reduzir a sua taxa de rentabilidade no que à distinção cultural diz respeito"¹⁷. Contudo, apesar da massificação da fotografia, estudos como o de Bourdieu¹⁸ permitem perceber que, ainda hoje, a prática fotográfica pode actuar como meio

¹⁶ Ver BOURDIEU, Pierre [et al.] - *Un art moyen: essai sur les usages sociaux de la photographie*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1978. ISBN 2-7073-0029-2. p. 17-138.

¹⁷ LAHIRE, Bernard - *La culture des individus: dissonances culturelles et distinction de soi*. Paris: La Découverte, 2004. ISBN 2-7071-4222-0. p. 40.

¹⁸ BOURDIEU, Pierre [et al.], *op. cit.*

de distinção social, ainda que em moldes diferenciados, consoante as formas de utilização e o valor simbólico que lhe é atribuído.

O posicionamento social do autor das imagens e dos intervenientes nos registos fotográficos aqui em análise afigura-se, portanto, como um eixo analítico central que atravessa toda a colecção. O conceito de classe social tem, aliás, revelado uma acentuada instrumentalidade no conhecimento da realidade social. A classe, não sendo tomada como o único vector importante de organização da vida social, nem como variável capaz de explicar todos os comportamentos, valores e representações dos indivíduos, contribui significativamente para a compreensão das estruturas e processos sociais e das práticas e respectivos protagonistas. A posse diferencial de poder e recursos materiais e simbólicos continua a ser um elemento central de posicionamento de pessoas e grupos na estrutura social e de estruturação das desigualdades. As diferenças relativas às práticas fotográficas e às representações de grupos sociais distintos estão, de facto, intimamente relacionadas com a posse diferencial de recursos. "As práticas sociais são produzidas por pessoas e por grupos de pessoas. O que os agentes sociais pensam, dizem e fazem depende em grande medida - embora não exclusivamente, nem sempre do mesmo modo ou com a mesma intensidade - de um conjunto de propriedades sociais que os caracterizam e que os situam, uns em relação aos outros, em posições distintas, com desiguais poderes e recursos, oportunidades e disposições"¹⁹.

É esse conjunto de propriedades sociais que permite localizar os indivíduos naquilo que Bourdieu denomina *espaço social* - um "conjunto de posições distintas e coexistentes, exteriores umas às outras, definidas uma por referência às outras, pela sua exterioridade mútua e por relações de proximidade, de vizinhança ou de afastamento e também por relações de ordem, como acima, abaixo e entre"²⁰. A distribuição dos agentes pelo espaço social advém da articulação entre dois princípios de diferenciação: o *capital cultural*²¹ e o *capital económico*²². "A cada classe de posições corresponde uma classe de *habitus* (ou de *gostos*²³) produzidos pelos condi-

¹⁹ COSTA, António Firmino da - *Sociedade de bairro: dinâmicas sociais de identidade cultural*. Oeiras: Celta, 1999. ISBN 972-774-025-1. p. 210.

²⁰ BOURDIEU, Pierre - *Razões práticas: sobre a teoria da acção*. Oeiras: Celta, 2001. ISBN 972-774-103-7. p.7.

²¹ Que pode assumir a forma institucionalizada (qualificações), incorporada (que diz respeito à origem de classe) e objectivada (bens materiais: livros, quadros, etc.).

²² Que diz respeito ao nível de rendimento, à situação na divisão do trabalho, à posse de propriedade, etc.

²³ O *gosto*, associado a um estilo de vida específico, pode ser entendido como 'a propensão e capacidade para apropriar (material e/ou simbolicamente) um conjunto específico de objectos ou práticas classificados e classificantes; é a fórmula geradora do estilo de vida, um conjunto unitário de preferências que expressam, na lógica específica de cada um dos sub-espacos simbólicos, mobiliário, vestuário, linguagem ou hexis corporal, a mesma intenção expressiva". In BOURDIEU, Pierre - *La distinction: critique sociale du jugement*. Paris: Les Éditions de Minuit, 2003. ISBN 2707302759. p. 193.

cionamentos sociais associados à condição correspondente e, por intermédio desses *habitus* e das suas capacidades generativas, um conjunto sistemático de bens e de propriedades, unidos entre si por uma afinidade de estilo"²⁴. O *habitus* é um "sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona em cada momento como uma *matriz de percepções*, de apreciações e de acções"²⁵. Essas disposições são duráveis no tempo, estruturadas e estruturantes, sendo determinadas pelas condições sociais constituintes dos diversos processos de socialização dos agentes. Assim, uma vez que a diferentes condições de existência correspondem diferentes *habitus*, as diversas práticas surgem como configurações de propriedades que expressam as diferenças que se encontram configuradas pelas condições de existência dos indivíduos.

As imagens fotográficas da colecção possibilitam, precisamente, aceder a fragmentos desse *habitus*, do sistema de disposições do próprio e do grupo mais alargado em que se insere. Contudo, não se pretende aqui afirmar que através das imagens é possível mapear todos os eixos da matriz de percepções, apreciações e acções dos intervenientes. Até porque, como afirma Lahire, o *habitus* não deve ser entendido como um sistema de disposições totalmente coerente e presente em todos os momentos e domínios das práticas dos indivíduos²⁶. O património disposicional que constitui o *habitus* é fundado em elementos heterogêneos de forças desiguais, coexistindo numa mesma pessoa as mais diversas disposições, mesmo opostas, resultantes de diferentes tipos de socialização (familiar, sociabilidades, trabalho, escola, etc.), que constantemente se vão actualizando. "Acima de tudo, o que se destaca é a configuração relativamente matizada que constitui cada património de disposições individual. E é difícil passar dessa estrutura complexa a uma fórmula geradora de práticas, pretendendo obter assim o princípio último de todas as práticas, comportamentos, atitudes, gostos observáveis"²⁷. Aquilo que as fotografias da colecção representam corresponde a domínios e dimensões particulares que os próprios se propuseram mostrar e devem ser compreendidos nesse sentido, enquanto parcelas de um património disposicional mais complexo e diversifi-

²⁴ BOURDIEU, Pierre, *op. cit.*, p. 9.

²⁵ BOURDIEU, Pierre - Estruturas, habitus e práticas. In *Esboço de uma teoria da prática*. Oeiras: Celta, 2002. ISBN 972-774-142-8. p. 167.

²⁶ Vid. LAHIRE, Bernhard, dir. - *Le travail sociologique de Pierre Bourdieu: dettes et critiques*. Paris: La Découverte, 2001. ISBN 2707134937; Idem - *Portraits sociologiques: dispositions e variations individuelles*. Paris: Nathan, 2002. ISBN 2-09-191251-4;

²⁷ LAHIRE, Bernard - *Portraits sociologiques: dispositions e variation individuelles*. Paris: Nathan, 2002. ISBN 2-09-191251-4.

cado. Até porque, apesar da classe ser um instrumento analítico explicativo central, há ainda que atender às características que diferenciam indivíduos, mesmo os que se posicionam no espaço social de forma semelhante. É necessário compreender as constantes articulações e configurações da relação entre estruturas sociais e protagonismo humano - "as estruturas sociais não se movem por si próprias, as instituições não se autoconstituem sozinhas, os universos simbólicos não significam só por si, os textos não se escrevem a eles mesmos. Pelo contrário, tudo isto supõe acção humana, práticas sociais, sujeitos protagonistas"²⁸.

A informação que a colecção disponibiliza não permite, contudo, efectuar uma análise mais complexa e aprofundada que possibilite mapear proximidades e distâncias, por um lado, sociais e, por outro, inter e intra individuais. A análise centra-se, portanto, mais nas características visíveis nas imagens que permitem definir e estabelecer os indicadores que aproximam as pessoas representadas, enquanto grupo minoritário no país, e que, assim, simultaneamente as afastam da restante população portuguesa da época.

Uma das dimensões que permite dar conta do posicionamento social do autor e dos intervenientes nas imagens é a das actividades de lazer. As práticas desenvolvidas pelo próprio e pelo(s) grupo(s) em que se insere, retratadas nas fotografias, são indicadores de um forte poder económico. A própria prática fotográfica aqui em análise é disso expressão, num contexto em que a actividade fotográfica na esfera privada não se encontrava ainda massificada, como foi já referido. A presumível posse de várias máquinas fotográficas e a quantidade de imagens constituintes da colecção aqui em análise indiciam que pertenceria a um grupo social mais favorecido economicamente para poder suportar financeiramente o desenvolvimento dessa actividade.

As fotografias retratam também práticas desportivas²⁹ em que os grupos representados terão participado e que são igualmente um indicador dessa mesma inserção social. Essas práticas desportivas parecem estar intimamente ligadas às viagens realizadas, fundamentalmente enquanto actividades desenvolvidas nesses períodos de lazer. Como foi já mencionado, uma das grandes categorias temáticas, de acordo com as quais a colecção foi organizada e inventariada, é a das viagens. "O hábito de viajar começa a instituir-se entre as classes mais abastadas. As viagens eram uma forma de mostrar poder económico, mas também eram uma ocasião ideal para as fotografias que serviam de prova de presença num determinado local,

²⁸ COSTA, António Firmino da, *op. cit.*, p. 190.

²⁹ Como o ski ou o ténis, como se verá mais adiante.



AML - AF RAV 000011

reforçando, dessa forma, a demonstração de *status* social³⁰. As imagens de viagens, reforçando essa pertença social, revelam ainda o acesso e a utilização de meios de transporte como o automóvel, o barco ou o *zeppelin*. O automóvel é, aliás, um cenário que se repete em diversas imagens, sendo frequente o retrato de pessoas e grupos junto ao mesmo (Foto 2 - RAV 000011). Parece ser possível afirmar que o autor das imagens teria um interesse particular por automóveis, algo que pode estar na origem ou ser originado pela sua presumível actividade profissional. Uma das categorias temáticas identificada diz, precisamente, respeito a esse interesse, representando automóveis num outro stand (o *stand* Mondego), um *rally* de automóveis antigos no Estoril e inclusive alguns carros acidentados (Foto 3 - RAV 000282). No princípio do século XX, o automóvel não seria ainda muito comum entre a população portuguesa, funcionando, assim, como um forte símbolo de distinção social para o seu detentor e para o grupo social em que se inseria. O facto de o automóvel se encontrar representado nas imagens fotográficas significa ainda que se realiza uma dupla distinção e demarcação social: a da posse e a da representação da posse.



AML - AF RAV 000282

O vestuário apresenta-se também como um traço fundamental para a identificação da pertença a uma determinada classe social (Foto 4 - RAV 000342). O uso, por parte das mulheres, de roupas e acessórios como chapéus, peles e jóias e, por parte dos homens, de fatos completos e gabardinas é indicador não apenas de um investimento material e económico, como também de um investimento simbólico. "Nos inícios do século XX, a moda aparece já como um sistema de *diferenciação*, em contraposição aos sistemas de moda de identificação *tradicionais* (de integração social)"³¹. O vestuário actua, portanto, como demarcador de diferença face a outros grupos sociais e, simultaneamente, como reforço da pertença a um grupo minoritário economicamente favorecido.



AML - AF RAV 000342

³⁰ PINHEIRO, Nuno de Avelar, *op. cit.*, p.10

³¹ PAIS, José Machado - *Artes de amar da burguesia*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1986. p. 96.

Às representações fotográficas esteve sempre associada a utilização de um conjunto de objectos indicadores de *status* social que, em muitas ocasiões, estavam ligados a encenações que procuravam reforçar a pertença social. A partir do final do século XIX, a fotografia das classes mais favorecidas torna-se mais simples e menos dependente dessas encenações, precisamente com o intuito de distanciar da actividade fotográfica dos estúdios que se baseava, em muito, nesse carácter encenativo e também por possuírem já meios técnicos e materiais que possibilitavam uma prática mais privada. Na colecção de imagens aqui em análise é possível identificar dois tipos de registos. Por um lado, um registo em que essa componente de encenação se encontra mais presente através dos cenários (jardins privados, ambientes campestres e exteriores de casas), dos adereços (cortinas, espelhos ou cadeiras de verga) e, fundamentalmente, das poses assumidas nos retratos. De acordo com Bourdieu, "posar é respeitar-se e exigir respeito (...) importa dar ao outro a imagem de si mais honrosa e digna. (...) Dar de si mesmo uma imagem regrada é uma forma de impor as regras da sua própria percepção"³². Neste sentido, os retratos apresentam-se como palco privilegiado de definição e exploração da identidade de cada indivíduo, sendo que a dimensão de encenação contribui, precisamente, para controlar a construção de uma imagem de si. Tal como Barthes afirma, "a Foto-retrato é um campo de forças fechado. Aí se cruzam, se confrontam e se deformam quatro imaginários. Perante a objectiva, eu sou simultaneamente aquele que eu julgo ser, aquele que eu gostaria que os outros julgassem que eu fosse, aquele que o fotógrafo julga que sou e aquele de quem ele se serve para exhibir a sua arte"³³. Outro tipo de registo remete para imagens de cariz mais informal que retratam, fundamentalmente, grupos em situações mais descontraídas, em ambientes preexistentes correspondentes às paisagens e aos cenários dos locais visitados em viagem. O que não significa que as identidades do grupo não fossem também aí, de alguma forma, encenadas.

Todos estes indicadores, enquanto expressão de *habitus* específicos de um grupo social com elevado poder económico, correspondem a um determinado *estilo de vida*. Giddens define estilos de vida como:

"um conjunto mais ou menos integrado de práticas que um indivíduo adopta não só porque essas práticas satisfazem necessidades utilitárias, mas porque dão forma material a uma narrativa particular de auto-identidade. (...) Os estilos de vida são práticas rotinizadas, as rotinas incorporando-se em hábitos de vestir, comer, modos de agir e meios favorecidos para o encontro com os outros. (...) Um estilo de vida implica um feixe de hábitos e orientações e por isso tem uma certa unidade - importante para dar

³² BOURDIEU, Pierre - La definition sociale de la photographie. In BOURDIEU, Pierre [et al.] - *op. cit.*, p. 117, 119-120.

³³ BARTHES, Roland - *A câmara clara*. Lisboa: Edições 70, 1989. p. 29.

um sentido continuado de segurança ontológica - que conecta opções num padrão mais ou menos ordenado"³⁴.

As actividades de lazer, o vestuário, os cenários e as formas de (auto)representação são partes constituintes do padrão de vida do autor das imagens e possivelmente do(s) grupo(s) em que o mesmo se insere, articulando opções individuais com condicionamentos sociais dos contextos em que os indivíduos se movem. A representação nas fotografias desse estilo de vida, a que a colecção permite aceder apenas parcialmente, é um elemento central não apenas na construção de uma imagem do grupo para o grupo³⁵, como na demarcação desse padrão de vida face a outros, processo que Bourdieu³⁶ apelida *distinção social*.

Afirmar que a fotografia, enquanto instrumento de representação, permite que os indivíduos se representem de acordo com a imagem que têm e que querem ter de si mesmos, implica ter a noção de que essa imagem de si é construída em articulação com a imagem que têm dos outros e que pensam que os outros têm de si. A identidade constrói-se em relação com o *outro*, tanto em termos de identificação - "o processo pelo qual os actores sociais se integram em conjuntos mais vastos, de pertença ou de referência, com eles se fundindo de modo tendencial" - , como ao nível da demarcação de diferença - "processo através do qual os agentes tendem a autonomizar-se e diferenciar-se socialmente, fixando em relação a outros, distâncias e fronteiras mais ou menos rígidas" - numa lógica de integração/diferenciação, inclusão/exclusão, semelhança/distinção, feita de "complementaridade, contradições e lutas", conduzindo, "numa lógica de jogo de espelhos, a identidades impuras, sincréticas e ambivalentes"³⁷.

A instrumentalidade da fotografia nestes processos identitários resulta precisamente do seu potencial de representação das semelhanças e diferenças, proximidades e distâncias, identificações e diferenciações dos indivíduos face ao "outro". Enquanto instrumento que possibilita expressar a singularidade de uma pessoa e, simultaneamente, a sua semelhança com outras pessoas ou grupos, "as fotografias pessoais são elaboradas especificamente para retratar os indivíduos ou o grupo a que pertencem como gostariam de ser entendidos e como escolheram

³⁴ GIDDENS, Anthony - *Modernidade e identidade pessoal*. Oeiras: Celta, 2001. ISBN 972-8027-73-7. p. 75-77. Para a discussão do conceito de estilos de vida. Vid. BOURDIEU, Pierre - *La distinction : critique sociale du jugement*. Paris: Les Editions de Minuit, 2003. ISBN 2707302759; VEAL, A. J. - The concept of lifestyle : a review. *Leisure studies*. London: E & F. N. Spon Ltd. ISSN 0261-4367. Vol. 12, n° 4 (October 1993), p. 233-252.

³⁵ Até porque são fotografias de cariz eminentemente privado.

³⁶ BOURDIEU, Pierre, op. cit.

³⁷ PINTO, José Madureira - Considerações sobre a produção social da identidade. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra: ISSN 0254-1106. Vol. 1, n° 32 (Junho 1991), p. 218-219.

apresentar-se uns aos outros"³⁸. Esse carácter de representação identitária aplica-se tanto no que diz respeito às fotografias em que o seu autor e o grupo em que se insere estão representados, como relativamente às fotografias do "outro". Isto porque "as fotografias dos "outros" podem desempenhar um papel importante na determinação da forma como os indivíduos se concebem. Na fotografia do "outro" a ênfase encontra-se primeiramente na diferença, ou seja, diferença relativamente a "mim", que, por sua vez, é definida pela relação"³⁹. Estas dinâmicas de representação do outro apontam não só para a diferenciação em termos de posicionamentos no espaço social, como também, e de modo mais directo, para questões étnicas. As únicas imagens na colecção que expressam essa vertente de representação do "outro" são as que retratam os "nativos" da Exposição Colonial Portuguesa de 1934, no Porto⁴⁰.

TEMPOS DE LAZER NA COLECÇÃO: TURISMO, ACTIVIDADES E SOCIABILIDADES

Como foi já referido, as actividades de lazer dos grupos retratados permeiam toda a colecção de imagens fotográficas aqui em análise, representando, fundamentalmente, as viagens realizadas e as actividades desenvolvidas nesse espaço/tempo. A época histórica a que a colecção se refere corresponde, aliás, a um período particular de intenso desenvolvimento das práticas de lazer.

A definição de tempo de lazer nem sempre tem sido consensual, mas surge habitualmente como sendo oposta à definição de trabalho pago. A crescente importância que o lazer tem vindo a assumir nas sociedades ocidentais resulta de uma diminuição significativa do tempo de trabalho, já que o processo de industrialização e o conseqüente aumento da produtividade permitiram a redução do horário de trabalho de cada indivíduo. Para esse desenvolvimento contribuiu ainda, de forma acentuada, um reforço da mobilidade devido à crescente expansão das redes de transportes. Os caminhos-de-ferro e o barco a vapor possibilitaram um acréscimo de deslocações, para locais cada vez mais distantes. Estas transformações fizeram sentir-se primeiramente na Europa, em países como Inglaterra ou França, sendo que em Portugal este processo foi mais tardio. Essa maior mobilidade, afectando a forma como

³⁸ HOLLAND Patricia - Sweet it is to scan... : personal photographs and popular photography. In WELLS Liz, ed. - *Photograph: a critical introduction*. London: Routledge, 2004. ISBN 0415307031. p. 117.

³⁹ GARLICK, Steve - Revealing the unseen: tourism, art and photography. *Cultural Studies*. London: Methuen. ISSN 0950-2386. Vol. 16, nº 2 (2002), p. 296.

⁴⁰ "No virar do século "fotografar os nativos" era uma actividade suficientemente comum para constituir em si mesma o objectivo da fotografia. A elaboração dessas fotografias constituiu uma parte importante do encontro colonial. Para os exploradores e missionários, particularmente de África, o aparato fotográfico era entendido como um símbolo da superioridade cultural europeia, com a qual impressionavam e inclusive intimidavam as populações indígenas" RYAN, James - *Picturing empire: photography and the visualization of the British Empire*. London: Reaktion Books, 1997. ISBN 0226732339. p. 142-143. Muitas das fotografias de "nativos" na referida exposição retratam-nos quase nus, com os seus supostos trajes tradicionais. A nudez dos nativos é aqui encarada como "normal" e pouco problemática, já que se considerava que os mesmos se encontravam mais próximos da natureza.

tempo e espaço são vividos, tem uma forte influência no modo como a própria realidade passa a ser experienciada⁴¹.

Os processos de afirmação e massificação do tempo e das actividades de lazer tinham sido já iniciados na segunda metade do século XIX, principalmente no que diz respeito ao turismo. O lazer era parte constituinte do estilo de vida das classes mais abastadas, por contraste com as camadas populacionais mais desfavorecidas, e o turismo era um dos principais demarcadores dessa diferença. "Não "ir para fora" é como não possuir um carro ou uma boa casa. Tornou-se num marcador de status nas sociedades modernas e é também entendido como necessário para uma boa saúde"⁴². De facto, o acto de viajar e as actividades de lazer aí desenvolvidas eram, em muitos casos, complementados com propósitos medicinais, principalmente no que dizia respeito aos *resorts* balneares do norte da Europa. A partir da segunda metade do século XIX, é já possível assistir à deslocação de grandes massas (quando comparadas com a selectividade dos períodos anteriores) por comboio. A distinção social e a demarcação do *status* passam a fazer-se mais pelo tipo de condições da viagem, associado à divisão por classes dos meios de transporte, pelos locais visitados e pelas actividades praticadas e já não tanto pelo acto de viajar em si. Portanto, o lazer, concretizado na forma de turismo, institui-se como uma dimensão central das sociedades modernas, mas passa a ser vivido de forma muito diferenciada.

Curiosamente, o desenvolvimento do turismo foi paralelo ao desenvolvimento da fotografia, constituindo dois processos inseparáveis. Como afirma Urry, a experiência turística incorpora um forte componente de consumo visual do espaço que pode ser materializado nas imagens fotográficas. "Se a fotografia não tivesse sido "inventada" por volta de 1840 e então fortemente desenvolvida através da económica câmara da *Kodak*, os olhares turistas contemporâneos teriam sido imensamente diferentes"⁴³. A própria publicidade desenvolvida pela *Kodak* incitava a uma prática fotográfica direccionada para os tempos de lazer das férias. De facto, a intensificação da prática fotográfica tem vindo, cada vez mais, a estar associada às actividades desenvolvidas nesse espaço/tempo, particularmente ao turismo. Como afirma Patricia Holland, fotografar faz parte da experiência turística, pelo que "um local só é olhado/notado depois de ter sido fotografado e apropriado, muitas vezes colocando uma face familiar - tanto um companheiro de viagem, como um membro familiar - num local não familiar"⁴⁴. A fotografia pode constituir um instrumento central no processo de modelação e

⁴¹ Vid. URRY, John - *Consuming places*. London: Routledge, 1995. ISBN 0415113105.

⁴² Idem - *The tourist gaze*. London: SAGE, 2002. ISBN 076197346X. p. 4.

⁴³ Idem, *ibidem*, p. 129.

experienciação da viagem podendo as viagens "consistir na captura em filme de uma "boa vista" (...). Os objectos e as tecnologias das câmaras e dos filmes constituíram a própria natureza de viajar, tornando-se os locais em "vistas", definindo o que vale a pena ver e que memórias e imagens devem ser trazidas"⁴⁵. O processo de produção de memórias tem sido, aliás, evidenciado como sendo central na experiência turística. As fotografias podem actuar como provas e evidências da realização da viagem e das actividades de lazer desenvolvidas nesse contexto e como recordações materiais das mesmas. No fundo, são instrumentos de apropriação do espaço e de transcrição da realidade visitada e experienciada em viagem.

A colecção de imagens aqui em análise constitui um exemplo e uma ilustração adequada destas dinâmicas relacionais entre fotografia e lazer, particularmente no que diz respeito ao turismo. As fotografias da colecção são uma expressão das vivências turísticas do seu autor e dos grupos representados e do consumo visual dos espaços visitados, formando aquilo que Urry denomina *tourist gaze*⁴⁶. Ainda que em Portugal, como se viu, as sucessivas crises económicas, políticas e sociais condicionassem fortemente o desenvolvimento do país e a sua aproximação a outros contextos internacionais, o conjunto de reportagens fotográficas das viagens efectuadas acompanha as principais tendências de deslocações de outros países europeus, como Inglaterra.

As imagens mais antigas, como foi já referido, datam da primeira década do século XX e correspondem, em grande parte, a retratos captados em Inglaterra, nomeadamente em Blackpool e Londres. Blackpool foi um dos principais *resorts* costeiros turísticos do país no século XIX e início do século XX⁴⁷. Como foi já referido, o desenvolvimento dos *resorts* no século XIX baseava-se na crença de que os banhos de mar continham propriedades medicinais, contrariamente aos "banhos de sol" que escureciam a pele que, preferencialmente, deveria ter uma tonalidade pálida. Contudo, a partir da década de 20 do século XX, principalmente entre as classes mais abastadas, este cenário altera-se com o desenvolvimento de outro tipo de *resorts* como Cannes ou Biarritz que rapidamente se tornaram populares entre estas fracções sociais.

⁴⁴ HOLLAND, Patricia - *op. cit.*, p. 146. De referir que no original é efectuada uma analogia entre a palavra *site* e *sight*, sentido que se perde na tradução. No original: "a site is not a sight until we've snapped it and made it ours, often by placing a familiar face - whether travelling companion or family member - in an unfamiliar place".

⁴⁵ URRY, John - *op. cit.*, p. 129. Mais uma vez verifica-se o recurso à analogia entre *site* e *sight*, sendo que a tradução não permite evidenciá-la. No original: "So that journeys consist of one 'good view' to capture on film (...). The objects and technologies of cameras and films have constituted the very nature of travel, as sites turn into sights, they have constructed what is worth going to 'sightsee' and what images and memories should be brought back".

⁴⁶ Idem, *ibidem*.

⁴⁷ Para além da atracção do mar, Blackpool detinha ainda, desde início do século XX, um parque de diversões, o "Pleasure Beach", o que atraía ainda mais a população que para lá se dirigia com propósitos balneares.



AML - AF RAV 000242

"No período pós-guerra é o sol, não o mar, que se presume produzir saúde e atracção sexual. O corpo ideal passa a ser visto como bronzeado"⁴⁸ (Foto 5 - RAV 000242). Neste sentido, os *resorts* do norte da Europa tornaram-se menos atractivos por não possibilitarem aos seus utilizadores essa tonalidade de pele. De facto, as imagens da colecção dão conta de viagens realizadas no início do século a Inglaterra, nomeadamente a Blackpool, e, mais tarde, em 1930, a Biarritz. Será provável que o seu autor se tenha deslocado a Biarritz por mais de uma vez, contudo, nem todas as imagens se encontram datadas. As fotografias tiradas nesse local retratam, fundamentalmente, grupos na praia, sentados ou deitados na areia, na água ou a participar em actividades aquáticas como o ski. Imagens de outros fotógrafos da mesma época histórica, como Jacques-Henri Lartigue⁴⁹, retratam igualmente a praia de Biarritz, o que, por um lado, confirma o estatuto do local para as classes mais abastadas e, por outro, demonstra que o autor das imagens seguiu, até certo ponto, as principais tendências de viagens de outros países europeus.

As fotografias na praia são, aliás, bastante frequentes na colecção de imagens aqui em análise. Rio de Janeiro, Estoril e Figueira da Foz são outros locais cujas praias se encontram repre-



AML - AF RAV 000491

sentadas. As praias da costa de Cascais constituíam locais de moda para a aristocracia portuguesa no início do século XX e espaços privilegiados para a prática da actividade fotográfica. A Figueira da Foz estabeleceu-se também como uma estância balnear com bastante afluência populacional nas férias. A(s) praia(s) retratada(s) nas imagens do Rio de Janeiro integra(m) um conjunto bastante vasto de imagens do Brasil, o que poderá indicar que o país não seria visitado apenas com propósitos balneares. Existem imagens do Brasil de 1919, 1920 e 1933, mas como nem todas se encontram datadas é provável que o país tenha sido visitado noutras ocasiões (Foto 6 - RAV

000491). Da documentação anexa à colecção consta, como já referido, o passaporte da mulher do autor das imagens, cuja naturalidade era brasileira, o que poderá explicar, de alguma forma, as viagens realizadas ao Brasil. Da lista de países visitados constam ainda Espanha e Rússia, para além de diversos locais em Portugal. Em Espanha foram visitadas as Exposições

⁴⁸ URRY, John, *op. cit.*, p. 35.

⁴⁹ Vid. LARTIGUE, Florette, *op. cit.*; JACQUES-HENRI LARTIGUE, *op. cit.*

de Sevilha e de Barcelona em 1929 e ainda Covadonga, em data desconhecida. Relativamente à Rússia não existe qualquer tipo de indicação que permita identificar os locais visitados e a data. Em Portugal estão registadas imagens de Lisboa, do Estoril, do Porto, de Fátima e da Serra da Estrela, para além das praias já mencionadas. Todas estas deslocações são por si só um forte indicador do poder económico detido pelo autor das fotografias e pelos grupos representados, que não se limitam a visitar locais nacionais, como também contextos internacionais e não circunscritos apenas à Europa.

Os meios de transporte utilizados para as deslocações para estes locais, e que se encontram representados no conjunto de imagens, são o automóvel, o barco e o *zeppelin*. O automóvel, mais difundido a partir dos anos 30, era um importante símbolo de *status* social e contribuiu para o surgimento de um lazer mais privatizado e menos condicionado geograficamente, o que poderá explicar as diversas viagens realizadas pelo país, acompanhado de grupos. Foi já aqui mencionado o facto do automóvel surgir em diversas imagens da colecção, o que é consonante com imagens da mesma época, tanto de Lartigue, como da família de Anne Wiazensky⁵⁰. O barco surge também nas imagens com bastante frequência, mais do que o automóvel: fotografa-se não apenas o meio de transporte em si, mas grupos no interior de barcos, o que indica que eram utilizados como meios de transporte e não apenas como bons objectos fotográficos. As imagens do *zeppelin* reportam-se ao Rio de Janeiro, onde, de facto, o dirigível alemão *Graf Zeppelin* passou em 1933⁵¹. As imagens apresentam o meio de transporte em terra, nalguns casos com alguns grupos junto ao mesmo e também já em voo (Foto 7 - RAV 000501). Embora não exista uma indicação clara, é provável que o autor das imagens e o grupo representado tenham viajado nesse zeppelin, até porque os registos fotográficos se encontravam num envelope cuja indicação era "Viagem de zeppelin" e existem diversas vistas aéreas do Rio de Janeiro.



AML - AF RAV 000501

A maioria das imagens que representam estas viagens diz respeito a registos exteriores, por oposição à escassez de imagens de interiores, o que poderá estar relacionado com a inexistência de meios que permitissem ultrapassar a deficiência de luz nos interiores, mas também com o facto das suas actividades de lazer serem, fundamentalmente, práticas realizadas no exterior. Trata-se, portanto, de registo dos momentos de lazer privados, no sentido em que ocorriam entre um grupo de indivíduos com laços emocionais, se não familiares entre eles, mas que não se desenrolavam necessariamente no espaço íntimo por excelência que era a casa, já que a expansão dos lazeres implicou, como se referiu, uma exten-

⁵⁰ Vid. WIAZEMSKY, Anne, *op. cit.*

⁵¹ A partir de 1930, a América do Sul foi incluída na rota do *Graf Zeppelin* e até 1936 a aeronave manteve vôos regulares para o Brasil, transportando passageiros, carga e serviço postal. Em 1933, os alemães da Companhia *Luftschiffbau Zeppelin* obtiveram autorização do governo brasileiro para construir um aeroporto, com instalações adequadas para a ancoragem e protecção das aeronaves.



AML - AF RAV 000030



AML - AF RAV 000239



AML - AF RAV 000288

são do espaço apropriado para esse efeito. Tal como as referidas imagens de Lartigue e de Wiazmsky, uma das actividades representadas nos registos fotográficos aqui em análise diz respeito a refeições campestres, piqueniques (Foto 8 - RAV 000030). As práticas desportivas encontram-se também presentes com alguma frequência, parecendo corresponder apenas a actividades desenvolvidas ocasionalmente e não a práticas frequentes ou profissionais. Na praia alguns indivíduos jogam com uma bola e surgem ainda praticando ski aquático e pedalando em bicicletas aquáticas (Foto 9 - RAV 000239). O autor das imagens terá ainda passeado em rios, em barcos a remo. Existem também imagens que se reportam a uma piscina com pranchas. Alguns retratos representam mulheres, sentadas nas já referidas cadeiras de verga e segurando raquetes de ténis, o que poderá ser apenas uma encenação para a produção da imagem, mas poderá também significar que o ténis seria um desporto praticado pelos grupos representados. As imagens fotográficas da viagem à Serra da Estrela retratam grupos de indivíduos na neve em trenós ou a praticar ski (Foto 10 - RAV 000288), o que coincide com as imagens de Lartigue e Wiazmsky. A praia e a neve/montanha seriam os locais privilegiados para usufruir do tempo de lazer.

Todas estas viagens e actividades comportam ainda uma dimensão fulcral dos tempos de lazer. Num contexto de crescente importância quantitativa e qualitativa do tempo de lazer nas sociedades ocidentais, podem ser identificadas fundamentalmente duas tendências associadas a esse crescimento. Por um lado, assiste-se ao desenvolvimento das actividades de lazer que permitem ao indivíduo expressar-se; por outro lado, verifica-se uma intensificação das actividades de lazer centradas na solidariedade e na sociabilidade incitadas pelo interesse em comunicar com outras pessoas⁵². As imagens da colecção expressam precisamente a importância das redes de sociabilidade nos tempos de lazer. A sociabilidade, enquanto dimensão relacional presente nos fenómenos sociais "pretende designar as relações sociais que se formam, antes de mais, independentemente de outras necessidades ou orientações, de outros objectivos ou interesses, de natureza diversa,

⁵² Vid. SAMUEL, Nicole - The future of leisure times. In CONGRESSO MUNDIAL DO LAZER, Lisboa, 1994 - *New routes for leisure: actas*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade, 1994. p. 45-57.

por exemplo, residenciais ou alimentares, sexuais ou culturais, religiosos ou militares, económicos ou políticos"⁵³. As viagens efectuadas e as actividades desenvolvidas nesse âmbito parecem ocorrer quase sempre num contexto grupal, cuja inserção social deverá ser bastante semelhante à do autor das fotografias. São grupos essencialmente jovens, que muito provavelmente fazem parte de redes de amizade, com um acentuado poder económico e, aparentemente, bastante tempo livre. As imagens cuja data se encontra identificada dizem respeito, em termos gerais, a praticamente todos os meses do ano⁵⁴, o que indicia que, provavelmente, nem todas as reportagens fotográficas presentes na colecção se reportam a férias. A quantidade de tempo livre expressa nas imagens pode estar associada a dois vectores: por um lado, à juventude do grupo e, por outro, ao seu poder económico e posicionamento social. Será, provavelmente, uma conjunção destas duas dimensões que explica a periodicidade das viagens e passeios realizados.

Contudo, "o termo *juventude* traduz um hiato social que decorre entre a infância e a maturidade humana, entre a total dependência social e a emancipação que se alcança com a obtenção do estatuto social de adulto. Ora o acesso à idade adulta é basicamente determinado pelo ingresso na vida activa, ou seja, pelo início de uma ocupação profissional, e completa-se pela aquisição de uma autonomia social, que se corporiza pela emancipação não só económica, mas também habitacional da família de origem, com a constituição de agregado próprio, e pela aquisição de direitos e deveres cívicos"⁵⁵. O autor das imagens da colecção teria já, segundo esta definição, entrado na idade adulta. Até porque o conceito de juventude passa a assumir maior relevância e visibilidade com o *babyboom* posterior à segunda guerra mundial, com o processo de industrialização tecnológica das sociedades, com a massificação do ensino e conseqüente prolongamento das socializações escolares e familiares que conduziram à extensão temporal do período habitualmente associado à juventude. Portanto, em inícios do século XX não estariam ainda reunidas as condições para que a categoria social de juventude se afirmasse da forma como o fez mais tarde e tem vindo a fazer nas sociedades contemporâneas. Contudo, não deixa de ser evidente que se trata de um grupo de pessoas relativamente jovem, embora inserido profissionalmente e, assim, independente economicamente. A sequência temporal das imagens parece evidenciar uma fase mais antiga referente a uma época mais jovem, a que corresponde o período mais intenso de viagens com os referidos grupos e

⁵³ COSTA, António Firmino da - Estilos de sociabilidade. In CORDEIRO, Graça Índias; BAPTISTA, Luís Vicente; COSTA, António Firmino da - *Etnografias urbanas*. Oeiras: Celta, 2003. ISBN 972-774-165-7. p. 121.

⁵⁴ Março, Abril, Setembro e Dezembro são os únicos meses que nunca surgiram na identificação temporal das imagens, o que não significa que não existam fotografias desses meses, já que nem todas as imagens se encontram datadas.

⁵⁵ CRUZ, Manuel Braga da [et al.] - A condição social da juventude portuguesa. *Análise Social*. Lisboa: Instituto das Ciências Sociais da Universidade. ISSN 0003-2573. Vol. XX, nº 81-82 (1984), p. 285.

uma outra, posterior, correspondente a registos que incluem já mais referências familiares como a presença de crianças, anteriormente quase ausentes. O estilo de vida que o autor das imagens fotográficas evidencia nas mesmas reporta-se a uma determinada condição social que, ainda que etária e socialmente não integre a categoria juventude, lhe permite aproximar-se mais do modelo cultural a ela geralmente associado, no sentido em que os jovens dispõem de mais tempo livre e, conseqüentemente, estruturam em torno desse tempo redes de sociabilidade com quem o partilham e constroem⁵⁶.

DINÂMICAS DE REPRESENTAÇÃO DE GÉNERO NA COLECÇÃO

Otro dos eixos analíticos transversais a toda a colecção é o do género. Enquanto conceito que procura focar um conjunto de processos de categorização social - que, embora se refiram a critérios biológicos, dizem respeito a construções socioculturais - o género assume-se como eixo central de organização da sociedade, permitindo problematizar a construção dicotómica dos significados sexuais que define duas categorias sociais assimétricas (feminino e masculino). Sendo um conjunto de significados e símbolos e sistema de classificação e diferenciação, o género estrutura a relação dos indivíduos e grupos com essas várias dimensões. "As categorias de género são cultural e socialmente institucionalizadas. Assim, o género envolve muito mais do que apenas relações e interacções; envolve uma vasta e complicada ordem simbólica e cultural"⁵⁷. De facto, as relações de poder associadas ao género (ou a qualquer outro eixo social) não são apenas construídas e mantidas pelas estruturas materiais, mas igualmente, e com a mesma intensidade, por dinâmicos processos simbólicos de representação, definição, negociação e circulação de significados. No contexto da colecção de imagens aqui em análise interessa precisamente compreender esses processos de representação, mediante os quais os significados associados ao género são socialmente produzidos e estabelecidos através de um conjunto de símbolos, signos e práticas. As representações de género dividem, diferenciam e categorizam os indivíduos de acordo com atributos presumidamente "naturais", descrevendo e estabelecendo limites e fronteiras com base no sexo. A colecção de imagens fotográficas aqui em análise expressa, em certa medida, estes processos complexos de representação dos símbolos e signos sociais que, por um lado resultam das categorias sociais de género e, por outro, participam activamente na sua construção.

Problematizar essas categorias implica compreender que não existe uma essência de feminilidade e masculinidade comuns a todas as mulheres e homens, respectivamente, mas sim *performances* de género diferenciadas. A repetição padronizada de posturas, comportamentos e

⁵⁶ Vid. PAIS, José Machado - *Culturas juvenis*. Lisboa: IN-CM, 1994. ISBN 972-27-0548-2.

⁵⁷ LORBER, Judith; FARREL, Susan A., ed. - *The social construction of gender*. London: SAGE, 1991. ISBN 0803939566. p. 8.

poses reforça e legitima os argumentos que defendem a existência de uma diferença natural e biológica. "O género é uma identidade tenuamente constituída no tempo, instituída num espaço exterior através de uma *repetição estilizada de actos*. O efeito do género é produzido através da estilização do corpo e deve, por isso, ser compreendido como a forma mundana através da qual gestos corporais, movimentos e variados estilos constituem a ilusão de um *self* genderizado permanente"⁵⁸.

Um dos aspectos que mais se destaca logo nas primeiras observações das imagens diz respeito à acentuada quantidade de fotografias de mulheres, particularmente retratos, o que contrasta com uma escassez de representações dos homens. Tudo indica que, na maior parte dos casos, terá sido um homem quem produziu as imagens aqui em análise. De facto, "um elemento central da cultura patriarcal é a exposição da mulher como espectáculo para ser olhado, sujeito ao olhar da audiência (masculina). A pornografia é o género mais óbvio assente na exibição dos corpos das mulheres enquanto objectos de desejo, fantasia e violência, mas a "objectificação" das mulheres não é exclusiva da pornografia"⁵⁹. Também as imagens presentes na colecção, enquanto registos de aspectos mais banais ligados a viagens e actividades de lazer, são disso expressão, evidenciando uma aparente dicotomia que associa a actividade de olhar aos homens e a passividade de ser olhada às mulheres. Como considera John Berger, "os homens *agem*, as mulheres *aparecem*. Os homens olham para as mulheres. As mulheres vêm-se a serem vistas. Isto determina não só a maioria das relações entre homens e mulheres como também as relações das mulheres consigo próprias. O vigilante da mulher dentro de si própria é masculino: a vigiada feminina. Assim, a mulher transforma-se a si própria em objecto - e muito especialmente num objecto visual: uma visão"⁶⁰. Contudo, é necessário perceber que a construção da representação de homens e mulheres por parte do olhar masculino não se trata de uma via exclusiva de constituição de significados sociais com base nas categorizações sexuais. Existem processos de resistência e subversão associados a um olhar feminino activo e tanto homens como mulheres podem ser simultaneamente sujeitos e objectos desse olhar⁶¹. No entanto, dado que a colecção de imagens evidencia, fundamentalmente, a criação de representações por parte de um olhar masculino, será essa a vertente aqui destacada.

A representação das mulheres na colecção evidencia esta objectificação, no sentido em que surgem sistematicamente como objectos do olhar fotográfico (masculino). No fundo, as imagens aqui em análise expressam e contribuem para a construção do papel do sexo biológico

⁵⁸ BUTLER, Judith - *Gender trouble : feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge, 1990. ISBN 0415924995. p. 140.

⁵⁹ ZOONEN, Liesbet van - *Feminist media studies*. Lisboa: Edições 70, 1972. ISBN 0-8039-8554-1. p. 51.

⁶⁰ BERGER, John - *Modos de ver*. Lisboa: Edições 70, 1972. p. 51.

⁶¹ Vid. ZOONEN, Liesbet van, *op. cit.*

enquanto critério de classificação em torno do qual se organizam, social e culturalmente, configurações de atributos, definindo os traços de personalidade, atitudes, comportamentos, papéis e posturas corporais adequados a cada um dos sexos. Essas normas sociais são particularmente visíveis nos retratos da colecção. As mulheres surgem sempre em poses que sugerem alguma passividade, contenção, fragilidade e subalternização, com uma expressão facial serena, apresentando os pés e pernas sempre juntos. Alguns retratos de mulheres tendem, mais do que os dos homens, a ser de corpo inteiro, o que implica que todo o corpo teria de comportar uma dimensão de encenação referente ao que era considerada a postura feminina mais adequada e desejável. O corpo assume, aliás, um papel central nestes processos, já que, como afirma Pierre Bourdieu, "o mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e divisão sexuentes"⁶². A construção simbólica das representações de género assenta no corpo e actua sobre ele, contribuindo profundamente para a sua transformação e para a incorporação de *habitus* sexuados, ou seja, de sistemas de disposições orientadores da acção e percepção relativos, neste caso, ao uso legítimo do corpo, de acordo com as normas genderizadas que existem a esse respeito. Também os retratos de grupo evidenciam estas normas corporais. Em muitas imagens as mulheres surgem sentadas ou localizadas num plano inferior face aos homens que, de pé e/ou por trás e/ou num plano mais elevado, assumem uma posição protectora, activa e dominante. As imagens destacam, portanto, os sinais exteriores mais visíveis conformes com a definição social da distinção sexual, que apresenta corpos sexualmente distintos no que diz respeito à sua utilização e apresentação.

Contudo, apesar da (re)produção simbólica das dicotomias e assimetrias de género presente nas imagens, na realidade, o contexto histórico da colecção reporta-se a um período de luta feminista, associada a movimentos de emancipação das mulheres⁶³. A colecção expressa, precisamente, alguns desses traços que antevêm transformações sociais no que às questões dos direitos das mulheres e seus comportamentos e atitudes diz respeito. Emerge nos anos 20, nos Estados Unidos da América, um modelo de mulher moderna, a *garçonne*, de cabelo curto com o pescoço descoberto, saias mais curtas, trajes ligeiros, mais cómodos. Com o fim da utilização do espartilho, que representava para as feministas da época a dominação e submissão femininas, e com a simplificação do traje que punha fim às roupas compridas e apertadas e aos chapéus "incomodativos", o corpo feminino "liberta-se", passando a ter maior liberdade

⁶² BOURDIEU, Pierre - *A dominação masculina*. Oeiras: Celta, 1999. ISBN 972-774-046-4. p. 9.

⁶³ Importa, no entanto, referir que apesar de existirem, de facto, algumas movimentações nesse sentido, o movimento feminista em Portugal não foi tão generalizado e sustentado como noutros países da Europa. Vid. ALMEIDA, Teresa - *A longa marcha dos feminismos em Portugal*. In RAMONET, Ignacio [et al.] - *Mulheres Rebeldes*. Lisboa: Campo da Comunicação, 2004 (Maneiras de Ver). ISBN 972-8610-22-X; ESTEVES, João - *As origens do sufrágio português: a primeira organização sufragista portuguesa: a Associação de Propaganda Feminista 1911-1918*. Lisboa: Bizâncio, 1998. ISBN 972-53-0042-4.

de movimentos. Estas modificações na moda feminina acompanharam a progressiva entrada das mulheres em sectores da vida social, como os contextos laborais, nos quais a sua presença era quase inexistente.

As fotografias tiradas na *Belle Époque* e nos *Anos Loucos*, como as de Lartigue ou as da colecção aqui em análise, são precisamente expressão dessas alterações. As mulheres representadas nas imagens da colecção apresentam já essas novas tendências da moda, envergando cabelo curto, saias mais curtas, trajes mais simplificados e, nalguns casos, chapéus também eles mais cómodos e simples. As alterações da moda feminina implicaram uma transformação na relação das mulheres com o seu corpo e consigo próprias, na medida em que se encontravam agora disponíveis para o investimento em actividades, cujo acesso lhe era anteriormente vedado.

As imagens fotográficas expressam precisamente a participação das mulheres em todas as actividades de lazer em que os homens participam. Ainda que se possa dizer que o turista tradicional daquela época era homem, "procurando prazeres associados ao engrandecimento, à grandeza, à unicidade, à exploração e à intrepidez"⁶⁴, a prática turística, com a sua democratização, alargou-se ao casal e seus filhos. Na colecção de imagens aqui em análise, as viagens retratadas parecem ter sido realizadas em grupos mistos, de homens e mulheres, frequentemente representados em conjunto. Apesar de muitas dessas imagens de grupo demonstrarem, como foi já mencionado, diferenças nas posturas corporais, comportamentos e atitudes dos homens e mulheres representados, é também verdade que em outras das fotos de grupo, precisamente as de cariz mais descontraído, os posicionamentos tendem a não ser os tradicionais já referidos, com homens e mulheres num mesmo plano, dispostos sem qualquer tipo de padrão hierarquizado. Esta diferenciação expressa, portanto, o carácter do género enquanto performance, no sentido em que a contextos mais encenados, que exigem um maior controle corporal, correspondem posturas mais tradicionais e em contextos mais informais os padrões assimétricos de representação não se encontram tão visíveis devido à maior descontração com que os corpos se apresentam.

As actividades de lazer realizadas nesse contexto parecem também contar com uma participação igualitária, já que homens e mulheres se encontram retratados em todas as actividades desportivas representadas. As fotografias tiradas na praia são uma expressão clara destas transformações ao nível dos tempos de lazer. As mulheres surgem já com um traje de banho mais simplificado e bastante mais curto, com as pernas já visíveis e não com os anteriores fatos de banho que cobriam quase todo o corpo e dificultavam os movimentos. Com o corpo mais liberto, as mulheres surgem com posturas bastante mais descontraídas (Foto 11 - RAV

⁶⁴ CRAIK, Jennifer - The culture of tourism. In ROJEK, Chris; URRY, John, ed. - *Touring cultures: transformations of travel an theory*. London: Routledge, 1997. ISBN 0415111242. p. 131.



AML - AF RAV 000227

000227) e, nalguns casos, mesmo em movimento, jogando com uma bola, saltando e participando nas actividades desportivas já mencionadas. Em termos gerais, as fotografias de praia são, aliás, as que apresentam os diversos intervenientes em posturas mais descontraídas, especialmente quando comparadas com as fotografias de outros contextos, principalmente os retratos, que exigem uma postura mais cuidada e séria.

As imagens das viagens assumem esse cariz mais informal, com algumas fotografias tiradas a pessoas em movimento, seja a caminhar, a dançar ou a praticar desporto. No fundo, esses registos são os que mais se aproximam das práticas fotográficas actuais que retratam os tempos de lazer do grupo familiar ou de grupos de amigos. Surgem também imagens de mulheres a fumar, o que terá sido problemático na sociedade portuguesa da época⁶⁵, e um registo de uma mulher ao volante, embora o carro se encontre parado e, portanto, não se possa saber se a mulher representa

conduzia realmente ou se o registo consiste numa encenação. Verifica-se também a existência de algumas imagens tiradas em cafés, particularmente esplanadas, em que figuram mulheres. Portanto, tratam-se de pequenos, mas importantes, indícios dos processos de emancipação feminina que se fizeram sentir na época, fundamentalmente no que diz respeito aos tempos de lazer, o que contrastava com a imagem dominante das mulheres restritas ao espaço doméstico.

Algumas das fotografias da colecção terão sido também tiradas por mulheres, ainda que, muito provavelmente, constituam apenas uma pequena minoria. Isto porque algumas imagens de grupos repetem-se, aparentemente para que a pessoa que tirou o primeiro registo esteja presente num segundo, trocando, nesse sentido, com outra pessoa que já tenha estado presente na primeira fotografia tirada. Embora à prática fotográfica tenha estado, tendencialmente, associada a intervenção masculina⁶⁶, na realidade, desde muito cedo que a publicidade das indústrias fotográficas, particularmente da *Kodak*, se dirigia às mulheres⁶⁷. Como afirma Patrícia Holland, "esta nova tecnologia era genderizada. A sua simplicidade de operação indicava que a mulher doméstica podia usá-la, enquanto os químicos e outra parafernália técnica podia ser deixada para os homens"⁶⁸. Por volta de 1930, a *Kodak* lançou mesmo máquinas fotográficas com nomes como *Vanity* ou *Coquette*, com cores diferentes do habitual e com

⁶⁵ Vid. PAIS: José Machado - *Artes de amar a burguesia*. Lisboa : Instituto de Ciências Sociais, 1986.

⁶⁶ Vid. BOURDIEU, Pierre [et al.], *op. cit.*

⁶⁷ "As mulheres eram mostradas como estando completamente dependentes dos produtos comerciais para levarem a cabo as suas tarefas domésticas, atraírem os homens, educarem os filhos ou conseguirem aceitação social. Identificando a feminilidade com objectos, a publicidade encorajava as mulheres a identificarem-se elas próprias como objectos" (HIGONNET, Anne - Mulheres, imagens e representações. In DUBY, Georges; PERROT, Michelle, dir. - *História das mulheres no ocidente*. Porto: Afrontamento, 1991. ISBN 972-36-0393-4. vol. 5. p. 327).

acessórios como espelhos ou suportes para *batôn*. Os anúncios publicitários apresentavam uma *Kodak girl* que registava os seus momentos de lazer e familiares. Contudo, permaneceram sempre os homens os seus principais utilizadores.

Outro indicador central relativo à emancipação feminina diz respeito às questões familiares. Foi já aqui referido que a colecção parece comportar duas fases distintas. Uma primeira relativa às grandes viagens realizadas pelo autor das fotografias e seu grupo de amigos, ainda jovens, e uma outra, posterior, que poderá estar relacionada com a fase de constituição de família. Embora isto seja apenas especulação criada pelas imagens, na realidade a presença de crianças é escassa quando comparada com imagens do mesmo tipo, da mesma época histórica. As já referidas fotografias de Lartigue e de Wiazemsky comportam uma dimensão predominante direccionada para o registo, não apenas de crianças, como também de celebrações tipicamente familiares, como casamentos, baptizados e primeiras comunhões. A partir dos anos 30 do século XX, as crianças passam a ser cada vez mais representadas fotograficamente para, progressivamente, se irem tornando as suas principais protagonistas, acompanhando, assim, as dinâmicas familiares, cujos padrões evoluem na mesma direcção. É neste sentido que se afirma aqui que é provável que as fotografias da colecção não se tratem, no seu essencial, de fotografias de família (no sentido estrito do termo) por não incorporarem essas dimensões. Surge apenas registo de um casamento que parece ter ocorrido numa época posterior⁶⁹ e são escassas as fotografias de crianças. Os retratos de crianças surgem, geralmente, nominalmente identificados e não apresentam em comum com o autor das imagens ou com a sua mulher o apelido, o que poderá eventualmente indicar que não se tratam de filhos ou parentes, mas, possivelmente, de filhos de amigos ou conhecidos. Outras imagens de crianças registam-nas inseridas em grupos, nos quais não é perceptível se se tratam de familiares, se de amigos. A captação de imagens de crianças é mais frequente no formato 35 mm que poderá corresponder à tal fase posterior relativa à constituição de família. Contudo, nenhuma delas se encontra identificada, nem temporal, nem espacial, nem nominalmente⁷⁰. A escassez de representação de crianças pode ainda estar associada à emergência de novos modelos familiares, não assentes necessariamente no casal com os seus filhos. Para as novas formas de organização familiar contribuiu também, de sobremaneira, a legislação do divórcio⁷¹. Aliás, um dos documentos anexos à colecção, como foi já aqui referido, reportava-se a um passaporte da mulher do autor das imagens, cujo estado civil foi, nalgum ponto do tempo, "divorciada".

⁶⁸ HOLLAND, Patrícia, *op. cit.*, p. 140.

⁶⁹ Embora as fotografias de casamentos não fossem ainda muito frequentes, começavam já a figurar com alguma frequência nas colecções de imagens privadas da época.

⁷⁰ É ainda possível que o conjunto de imagens a que se teve acesso constitua apenas uma parte de um conjunto mais vasto de fotografias de família, sendo que, no seu essencial, os registos mais estritamente familiares possam ter sido preservados por parentes e as imagens que constituem a presente colecção aqui em análise possam ter sido dispensados por não representarem precisamente essa dimensão familiar.

Esse passaporte identifica-a ainda como sendo doméstica. Contudo, num período em que o trabalho feminino atravessou uma época importante de valorização social, principalmente no período da 1ª Guerra Mundial, em que foram muitas as mulheres mobilizadas para trabalhar. Não terá sido este o caso e, possivelmente, em relação às outras mulheres retratadas, tendo em conta o seu posicionamento social, até porque é provável que os homens que as acompanham não tenham participado directamente na guerra, incluindo o autor das imagens, que tem fotografias captadas no período de 1914-1918 em Inglaterra e no Brasil. Contudo, foi também um período importante de intenso envolvimento em actividades de caridade para as mulheres e raparigas das classes médias e mais abastadas, precisamente porque não desenvolviam uma actividade profissional e dispunham do tempo livre necessário. De facto, algumas imagens da colecção apresentam um grupo de mulheres com braçadeiras, que parecem ser da Cruz Vermelha, possivelmente envolvidas num peditório de caridade nessa época.

No entanto, embora este período temporal correspondente ao início do século XX tenha apresentado sinais de uma emancipação feminina, essas transformações operaram-se, fundamentalmente, nalgumas dimensões, como as do lazer e apenas nalguns contextos sociais. Na realidade, a vida quotidiana das mulheres permaneceu organizada de acordo com os modelos sociais tradicionais de divisão sexual de tarefas e padrões de conduta. Na colecção são evidentes sinais destes processos de emancipação e transformação social precisamente por se tratar de grupos com posicionamentos sociais específicos, como foi já analisado, que dotariam tanto mulheres como homens dos meios necessários ao seu desenvolvimento. Num país como Portugal, com as características já referidas, a maioria das mulheres encontrava-se numa posição desfavorecida, inserida em contextos sociais nos quais a reprodução dos valores e padrões tradicionais de género se fazia sentir de forma mais acentuada.

A importância do eixo do género na análise das imagens da colecção prende-se com o facto de as fotografias serem, simultaneamente, uma representação da diferença social e um instrumento de construção dessa diferença, inserindo-se no *regime de representação* do género nas sociedades ocidentais da época. "Não é a imagem isolada ou a caracterização que é importante. O que é mais significativo é o regime de representação ao nível de género na nossa sociedade: a variedade e frequência de tipos particulares de representação, a extensão e natureza das omissões, os significados ligados a tipos particulares de representação (por exemplo, mulheres magras são desejáveis, mulheres gordas são divertidas), a forma como esses significados são produzidos e reproduzidos em contextos específicos, como o contexto e a audiência assumida (e real) contribuem para a determinação de significado, e como as representações das mulheres se comparam e relacionam com as representações dos homens"⁷².

⁷¹ O divórcio foi legislado em Portugal a 3 de Novembro de 1910 pela I República.

⁷² MARSHMENT, Margaret - The picture is political: representation of women in contemporary popular culture. In ROBINSON, Victoria ; RICHARDSON, Diane, ed. - *Introducing women's studies*. Basingstoke: Macmillan, 1997. ISBN 0814774938. p. 131-132.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que, de facto, as imagens não falem por si, não deve ser negligenciado o seu potencial informativo, mesmo quando surgem isoladas de um contexto concreto. É o caso da colecção de fotografias que originou a presente reflexão, já que, apesar de não existir informação mais detalhada sobre o(s) detentor(es) das imagens e sobre os seus contextos de produção, ainda assim a informação que contém foi pertinente para desenvolver e problematizar linhas de investigação.

Observar a colecção, ainda que sem pretensões analíticas, permitiria apreender algumas dinâmicas sociais que lhe são subjacentes, o que, como se referiu, foi algo que surgiu logo nas primeiras observações. Parece, de facto, ser possível identificar o posicionamento social dos intervenientes nas imagens de acordo com os indicadores já mencionados, como a actividade profissional e escolaridade do autor das fotografias, as suas actividades de lazer (prática fotográfica, viagens e práticas desportivas), meios de transporte, vestuário, poses e cenários/objectos presentes nas imagens. Ainda que as mesmas possam conter um certo componente de encenação, na realidade, tratam-se de imagens mais espontâneas, um pouco afastadas da formalidade dos retratos fotográficos de estúdio, onde essa vertente de encenação se encontrava mais presente. Portanto, de alguma forma, presumivelmente, tratam-se de pessoas e grupos com capital contrastante com o da maioria da população portuguesa da época. Seria precisamente devido a esse posicionamento social que os tempos de lazer assumiam uma centralidade tão forte nas imagens, principalmente as viagens. Para isso terá também contribuído, como se viu, o *boom* das actividades de lazer na época, ainda que estas fossem maioritariamente direccionadas para determinados grupos sociais, cujas posses permitiriam suportá-las. O grupo de imagens inventariado como pertencente à categoria das viagens é, de facto, o mais volumoso. As imagens da colecção permitiram ainda perceber as dinâmicas de representação associadas às questões de género. Mulheres e homens surgem diferentemente representados de acordo com as normas comportamentais e posturas corporais socialmente considerados mais adequadas a cada sexo. As imagens actuam como instrumentos privilegiados de expressão destas diferenças sociais e, simultaneamente, como instrumentos de produção dessa diferença genderizada.

No fundo, toda a análise aqui empreendida assenta em imagens e, nesse sentido, trabalhou-se com símbolos e significados que, não constituindo representações fiéis da realidade, permitem aceder aos processos e dinâmicas de constante (re)construção dessa mesma realidade. "Todas as representações exigem princípios de selecção; omissão, ênfase, explicação e contexto são tudo processos que produzem significado, e não é sempre de importância primária se o resultado final reflecte cuidadosamente a realidade ou não (...). O que importa é reconhecer que compreender os significados que são produzidos (...) exigirá uma análise que problematize as imagens enquanto construções complexas em vez de reflexos mais ou menos

cuidadosos de uma determinada "realidade"⁷³. Estes processos de representação e (re)construção da realidade encontram-se ainda intimamente articulados, como se viu, com as questões relativas à (re)produção da identidade. O surgimento da fotografia criou uma nova e mais complexa relação do indivíduo com a realidade e consigo mesmo, na medida em que possibilita a transformação do mundo material em representação. As identidades são produzidas e reguladas na cultura, criando significados através dos *sistemas simbólicos de representação*. A representação fotográfica dos grupos retratados actua como materialização de signos e símbolos de identificação e, simultaneamente, de diferenciação que permitem o estabelecimento de um sentimento de pertença identitária e afastamento face aos outros, seja ao nível do posicionamento no espaço social, seja no que diz respeito às categorizações de género, seja ainda em termos étnicos.

A direcção que foi tomada constitui apenas uma de entre diversos caminhos possíveis. Procurou-se aqui delinear uma aproximação sociológica a um determinado conjunto de imagens do foro privado, de acordo com os três eixos analisados, atendendo ainda ao seu contexto histórico e representacional. Mas teria sido possível centrar a reflexão nos aspectos históricos, tanto num nível mais estrutural relativo ao funcionamento da sociedade portuguesa, como, principalmente, no que diz respeito a aspectos mais micro como o vestuário, hábitos ou vivências quotidianas. Teria sido também possível abordar a colecção de um ponto de vista técnico, identificando os processos e técnicas utilizados, contextualizando-os e problematizando-os atendendo à época histórica em causa e ao desenvolvimento da técnica fotográfica. Seria ainda muito interessante e pertinente procurar aceder a mais informação acerca do autor das imagens e possíveis descendentes/familiares que pudessem facultar esclarecimentos que permitiriam completar e complexificar qualquer análise realizada em torno da colecção.

Tendo em conta os objectivos do estágio realizado no Arquivo Fotográfico Municipal de Lisboa, construídos com base numa articulação entre recursos e tempo, não foi possível explorar todas as vertentes analíticas possíveis e, como tal, a reflexão desenvolvida assentou, fundamentalmente, numa problematização dos eixos sociais que pareceram mais interessantes e pertinentes. Para além disso, a presente abordagem encontra-se dimensionada de acordo com a escassez de informação contextual da colecção. Sem dúvida que o acesso a esclarecimentos adicionais acerca do autor das imagens e dos contextos em que o mesmo se movia e em que as fotografias foram produzidas permitiria desenvolver e construir uma análise bastante mais aprofundada e pormenorizada do que a que foi aqui realizada. A presente reflexão assenta, em muitos casos, nalguns aspectos que puderam apenas ser induzidos e não confirmados, contudo, constitui uma aproximação possível e um ponto de partida para pensar as colecções de imagens privadas e as dimensões sociais que as constituem.

⁷³ Idem, *ibidem*, p. 132.

Estudo codicológico

do Foral de Lisboa de 1500

Aurora Almada e Santos

INTRODUÇÃO: o foral concedido por D. Manuel ao concelho de Lisboa em 1500 é comumente conhecido como o Foral Manuelino de Lisboa, tendo resultado da reforma dos forais realizada por este rei. Foi elaborado num período de viragem entre a Idade Média e a Idade Moderna, mas apresenta características que permitem enquadrá-lo no grupo de códices medievais portugueses que sobreviveram até à actualidade.

Tendo-se afirmado como forma librária a partir do século IV, devido à sua maleabilidade e comodidade no manuseio, à economia da matéria-prima, à possibilidade de condensar mais informação quando comparada com outras formas e à sua adopção pela religião cristã, o códice teve uma ampla difusão, que foi travada com o desenvolvimento da imprensa. Contudo, a sua substituição não ocorreu ao mesmo ritmo no mundo ocidental, pois a imprensa implantou-se em momentos diferentes nos diversos países. Portugal encontra-se entre aqueles cuja abertura às inovações trazidas pela imprensa foi mais tardia, devido a diversas condicionantes, como, por exemplo, ao afastamento do país em relação ao centro da Europa.

Por isso, pode-se considerar que o Foral Manuelino de Lisboa reúne as características essenciais dos códices medievais. É sobre estas características que este artigo pretende debruçar-se, analisando o códice não do ponto de vista do seu conteúdo mas sim do manuscrito em si. Atendendo ao facto de que o manuscrito medieval pode ser estudado sob diversas perspectivas, empregando-se diversos métodos, a opção recaiu sobre o estudo codicológico. Este estudo consiste na análise arqueológica do códice, ou seja, no seu exame material.

Assim, privilegiou-se a utilização dos campos presentes nas fichas de descrição codicológica catalográfica, onde são apontadas as características do códice. No entanto, para uma melhor compreensão desta descrição, considerou-se oportuno apresentar uma breve exposição acerca do contexto de produção do foral, pois este tinha por objectivo produzir um determinado acto que só será compreendido quando integrado na sua época.

Deste modo este artigo será composto por duas partes, sendo a primeira intitulada o Foral Manuelino de Lisboa. Na segunda são então abordadas as principais características do códice do foral, analisando-se, entre outros elementos, o suporte, a escrita, a decoração e a encadernação.

O FORAL MANUELINO DE LISBOA

Após a conquista da cidade de Lisboa aos mouros em 1147, D. Afonso Henriques concedeu ao concelho o seu primeiro foral datado de 1179. Tal como os restantes forais atribuídos pelo rei, tinha por objectivo regulamentar a vida quotidiana do município,

nomeadamente no que dizia respeito à justiça, às obrigações da população para com o rei, à tributação fiscal e aos aspectos económicos, sociais e administrativos¹.

Todavia, ao longo do tempo, este foral foi perdendo actualidade, devido ao seu distanciamento da realidade, pelo que, à semelhança do que se passava no resto do país, a população pediu a sua revisão². Para satisfazer este desejo, D. Manuel I criou uma comissão para o estudo dos forais, presidida por Fernão de Pina, que desempenhou essa tarefa entre 1496 e 1521. O primeiro foral a ser reformado foi precisamente o de Lisboa, que viria a servir de modelo aos restantes. Desta reforma ressalta-se o facto de se ter eliminado o carácter político dos forais, transformando-os em meras pautas alfandegárias.

Mas, para além de procurar responder aos anseios das populações, esta reforma estava também em consonância com a tentativa do poder régio de alargar o seu campo de actuação. Esta tentativa manifestou-se na reformulação administrativa e na maior aproximação aos concelhos, pois "Em meados do século XV começou a surgir estruturada uma intervenção directa do poder real na administração municipal, que foi muito além da intervenção dos corregedores. O rei, a partir de então, chegou mesmo a indicar indivíduos para o exercício de determinados ofícios municipais, examinando as listas ou até colocando pessoas directamente em certos cargos municipais"³.

A par dos forais, esta nova atitude do poder régio materializou-se também na reforma das ordenações, na promulgação de regimentos, na salvaguarda dos diplomas régios através da *Leitura Nova* e na reforma administrativa das comarcas e dos pesos e medidas. Contudo, o alcance dessas reformas não foi o esperado, pois nem sempre conseguiram produzir os resultados desejados e muitas vezes tiveram o efeito contrário.

¹ Este ponto de vista é partilhado por CAMPOS, Nuno - D. Manuel, o Foral e Lisboa. In VIEGAS, Inês Morais, coord. - *Foral Manuelino de Lisboa: estudos, edição facsimilada, transcrição*. Lisboa: Câmara Municipal, 2000. ISBN 972-8517-19-X. p. 22. Segundo este autor, "O Foral afonsino de 1179 caracteriza-se por ser um conjunto de normas para o governo dos habitantes de Lisboa, então uma povoação acastelada, mais consumidora que produtora, com incidência em aspectos que, resumidos, iam do exercício da administração da cidade e da aplicabilidade da justiça à regulamentação das actividades económicas, centradas na agropecuária, caça, pesca, indústria artesanal e comércio, reflectindo a conjuntura de guerra que então se vivia".

² Por outro lado, segundo Margarida Sobral Neto "Os forais antigos tinham a natureza de "estatutos políticos concelhios". Por este motivo mantinham um conjunto de normas particulares que regulamentavam a organização da vida local. Ora as *Ordenações Afonsinas* sistematizaram um conjunto de disposições que passaram a vigorar em todo o território português. Tornava-se, assim, necessário retirar do texto dos forais um conjunto de direitos particulares dos municípios que neles estavam consignados". Cfr. MAGALHÃES, Joaquim Romero, coord. - *No alvorecer da Modernidade (1480-1620)*. In MATTOSO, José, dir. - *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1993. vol. 3, p. 171.

³ Cfr. MALTEZ, José Avelino - O Estado e as instituições. In SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira, dir. - *Nova História de Portugal*. Lisboa: Presença, 1998. ISBN 972-23-2295-8. Vol. 5, p. 412.

Foi o que se passou em relação à reforma dos forais dos concelhos, honras e beetrias, que pretendia promover a unificação, à escala nacional, da linguagem dos forais e criar um sistema de colecta fiscal único. Porém, em vez de pôr termo às dissidências gerou novos conflitos devido à confusão entre direitos patrimoniais e obrigações contratuais e perpetuou costumes enraizados. Mesmo assim, foi uma verdadeira tentativa de unificação de práticas e de modernização de procedimentos. Teve um longo período de vigência tendo vigorado até ao liberalismo, quando, através do Decreto de 13 de Agosto de 1832, elaborado por Mouzinho da Silveira, se pôs termo à utilização dos forais como elementos de legislação do poder local.

Por último, refira-se que o Foral de 1500 não tem muitas semelhanças com o de 1179, pois, como já foi referido mais acima, a reforma manuelina dos forais concretizou-se pela criação de pautas aduaneiras. Assim, em 1500 a atenção centrou-se exclusivamente no estabelecimento da tributação sobre produtos alimentares, transporte de produtos, têxteis, cortumes, metais e ferramentas, armas, utensilagem doméstica e profissional, materiais de construção, comércio grossista e a retalho e escravos. São ainda abordadas as questões relacionadas com as isenções fiscais e a lei da vizinhança⁴.

DESCRIÇÃO CODICOLÓGICA

1. Aspectos Gerais: Ao reformar o foral de 1179, Fernão de Pina, em nome do rei, determinou que fossem elaboradas três cópias "(...) todos de huum theor e todos tres asiinados per nos pera huum delles estar na camara da dicta çidade e outro na mão de nossos offiçaes ou das pessoas que nossas rendas receberem E outro na torre do nosso tombo da dicta cidade. pera em todo tempo se poder tirar alguua duvida que em algum dos dictos foraaes possa aver (...)"⁵. Dessas cópias, a destinada à Câmara Municipal de Lisboa ainda se encontra na actualidade na posse do município, à guarda do Arquivo Municipal de Lisboa, tendo sido alvo de uma edição facsimilada em 2000.

2. Suporte: O códice é constituído por pergaminho⁶ com espessura uniforme, em bom estado de conservação, apresentando sinais de polimento nos fólios [2], 2, 5, 6, 7, 8, 9, 12,

⁴ Assim, "Ao invés do que ocorrera com as concedidas na primeira dinastia, as cartas de foral reformadas deixaram praticamente de conter as normas relativas à administração e ao direito particular estatuído para cada terra. Estas, precisamente, obedeciam agora ao modelo geral definido nas Ordenações. O que os forais novos herdaram dos forais antigos foi quase só a discriminação dos direitos e encargos devidos, em cada concelho ou território, à coroa ou aos seus donatários, os quais se manteriam, com algumas alterações impostas mais pelo uso que pelo direito, em pleno vigor até 1832". Cfr. MONTEIRO, Nuno Gonçalo - A sociedade local e os seus protagonistas. In OLIVEIRA, César de, dir. - *História dos municípios e do poder local: dos finais da Idade Média à União Europeia*. Lisboa: Temas e Debates, 1996. ISBN 972-759-071-3. p. 32.

⁵ Cfr. VIEGAS, Inês Morais, coord., *op. cit.*, p. 188.

⁶ "El pergamino y la piel se obtienen a partir de la segunda capa o dermis. El paquete fibroso de la misma constituye una base excelente e inimitable artificialmente. De él depende la flexibilidad y el grado de finura del producto una vez tratado". Cfr. RUIZ, Eliza - *Manual de codicología*. Madrid: Fundación German Sanchez Ruipérez, 1988. ISBN 84-86168-33-3. p. 46.



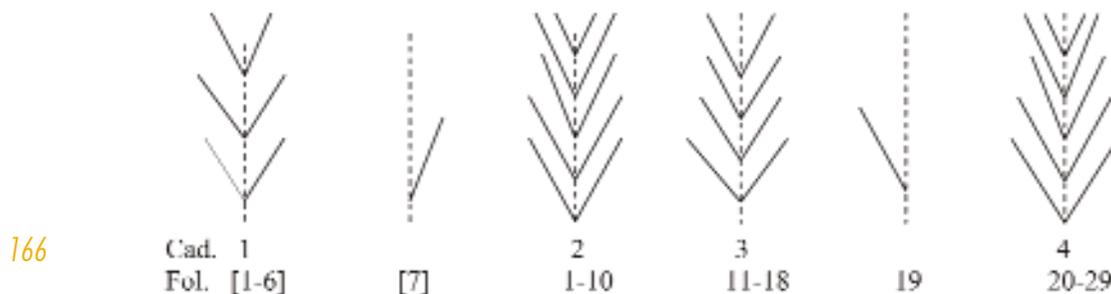
Primeira página do corpo do foral, onde se destacam as armas de D. Manuel e as esferas armilares

13, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 26, 27, 28 e 29. No canto inferior das folhas, excepto nos fólhos [1 a 5], existem orifícios circulares afectando todo o códice. Nos fólhos [5 e 6] encontra-se também uma marca semelhante a este orifício, enquanto que os fólhos [1 e 2] apresentam pequenos buracos. Outra característica consiste em traços verticais, provavelmente originados por defeitos na pelagem do animal, nos fólhos [3], 1, 12v, 14, 15v, 16 e 25. O pergaminho encontra-se enrugado nos fólhos [1, 6, 7], 3, 4, 5, 6, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28 e 29. O fólho 25 apresenta o sinal + e nos fólhos [2] e 29v existe a marca do carimbo do Arquivo Municipal de Lisboa.

No suporte são visíveis manchas de humidade no corpo do texto, mas que não afectam a leitura, e se estendem pelos fólhos 25v, 26, 26v, 27, 27v, 28, 28v, 29 e 29v. Outras manchas na parte superior das páginas encontram-se nos fólhos [1 a 7], 16, 16v, 17, 17v, 18, 18v, 19v, 22, 22v, 23, 23v, 24,

24v, 25, 25v, 26, 26v, 27, 27v, 28, 28v, 29 e 29v. A acção do tempo deixou também manchas na parte inferior dos fólhos [1 a 4], 10, 17, 17v, 18, 18v, 19, 19v, 20, 20v, 21, 21v, 22, 22v, 23, 23v, 24, 24v, 25, 25v, 26, 26v, 28v e 29v. Notam-se ainda manchas circulares, provavelmente de gordura, nos fólhos [7] e 3. As manchas vermelhas e azuis, presentes nos fólhos [2 e 5], 1v, 2v, 3, 4, 5, 5v, 6, 6v, 7, 8, 8v, 9, 10, 11, 12, 12v, 13, 14, 14v, 15, 15v, 17, 17v, 18, 18v, 20v, 21, 21v, 22, 23, 23v, 24, 25, 25v, 26, 26v, 27, 27v, 28, 28v e 29, parecem ter resultado do desbotamento da tinta aquando da escrita. No fólho 17v deparamo-nos ainda com outras manchas. A sujidade entranhada manifesta-se no recto de todos os fólhos, sendo o resultado do manuseamento do códice.

3. Estrutura: O códice do foral é composto por 36 folhas de pergaminho, que se organizam em quatro cadernos regulares e dois fólhos. Os cadernos constituem, por sua vez, 1 terno, 1 quaterno e 2 quínios. Esta estrutura material dos cadernos pode ser sintetizada do seguinte modo: [7], 29 f; 4 cad. regulares, 2 fólhos: 1 terno [1-6]; 1 fólho [7]; 1 quínio (1-10); 1 quaterno (11-18); 1 fólho (19); 1 quínio (20-29). Por outro lado, a esta descrição dos cadernos corresponde a seguinte representação gráfica:



Os cadernos não apresentam assinaturas, nem reclamos e a foliação existente é muito diversa. Assim, nos fólhos [1 a 7] existe foliação posterior, feita por outra mão, a carvão e utilizando numeração árabe. O recto dos fólhos 1 a 29, que contêm o texto do foral propriamente dito, apresenta foliação em numeração romana, feita pela mesma mão que escreveu o texto, pelo que são contemporâneos. Contudo, nos fólhos 1, 2, 10 e 20 existe ainda foliação feita por outra mão a carvão e em numeração árabe, pelo que não coincide com a do texto.

Quanto à organização dos fólhos, constata-se que não se respeita a regra de Gregory⁷, pois no 1º caderno encontramos a seguinte disposição: CPPCPCPCPPC. Relativamente à formula de dobragem dos cadernos, pode-se avançar com a hipótese de ter sido utilizada a dobragem infólio, sendo a solidariedade das folhas patente na parte em que o pergaminho foi dobrado ao meio.

4. Empaginação: O número das linhas de regramento e das linhas escritas variam, tal como as dimensões da caixa de texto, pelo que se optou por seleccionar o fólho 4 e analisar os elementos referentes à empaginação. Assim, o texto é escrito a uma coluna, sendo que existem 31 linhas de regramento, enquanto que as linhas escritas são em número de 30. A caixa de texto é enquadrada, tanto na vertical como na horizontal, por quatro linhas, no interior das quais se encontra o texto.

O sistema de justificação é composto, quanto à largura, pelas seguintes dimensões: 41+150+75, o que corresponde a um total de 266 mm. Por seu turno, a altura compreende 53+224+94, ou seja, 371 mm. Em consequência a unidade de regramento é de 7,46 mm, sendo que as dimensões da pele aparada são de 369x530 mm.

Relativamente à proporção da justificação, para o fólho, a relação entre a altura e a largura é de 1,39, o que é um coeficiente compatível com o rectângulo de Pitágoras encostado a um rectângulo de ouro com 2% de tolerância. Na caixa de texto, esta relação entre 224 e 150 mm, corresponde a 1,49, ou seja, a um coeficiente compatível com o duplo rectângulo de Pitágoras.



Fólio 4, que é representativo da configuração da caixa de texto

⁷ A utilização da regra de Gregory aquando da composição dos cadernos permite-nos, segundo GILISSEN, Léon - *La construction du cahier*. In *Prolegomènes à la codicologie: recherches sur la construction des cahiers et la mise en page des manuscrits médiévaux*. Gand: Story-Scientia, 1977. p. 9 -10, verificar se o códice tem folhas em falta. Esta regra consiste no enunciado de que os dois lados do pergaminho, ou seja, o lado correspondente ao pelo e o da carne, são dispostos de tal forma que quando se abre o livro as duas páginas sejam iguais. Esta prática deve ter sido motivada por razões estéticas, mas nem sempre foi aplicada, como é o caso do códice do Foral de Lisboa de 1500.

5. Picotamento: Foi utilizado o picotamento primário, feito bifólio a bifólio através do processo da gravação directa com um objecto pontiagudo. Nota-se a perda de piques em alguns fólhos, o que provavelmente será devido ao aparamento dos mesmos. Por outro lado, os fólhos [6 e 7] não apresentam piques porque não têm escrita.

Assim, na justificação da cabeceira, os fólhos [2, 3, 4, 5], 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28 e 29 apresentam dois piques, enquanto que os fólhos [1], 16 e 19 têm um único pique. Do mesmo modo, os fólhos 10 e 11 não têm piques.

A mesma situação se verifica relativamente à justificação do pé, em que somente os fólhos [1], 1, 3, 9, 11, 12, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 26, 27 e 29 apresentam dois piques. Dos restantes, os fólhos [2, 3, 4, 5], 2, 14, 23, 24, 25 e 28 têm um pique. E, para além dos fólhos [6 e 7] que não têm escrita, não existem piques de justificação no pé nas folhas 4, 5, 6, 7, 8, 10, 13 e 16.

Os piques do regramento na goteira variam, pelo que existem 29 piques no fólho 26; 30 piques nos fólhos 2, 9, 13, 16 e 24; 31 piques nos fólhos [2, 3, 4, 5], 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 27 e 29; e 32 piques do regramento no fólho 28.

6. Lineamento: O lineamento foi feito bifólio a bifólio, com tinta vermelha, tanto para as linhas da justificação como para as do regramento dos fólhos. Destaca-se ainda que no códice se encontram os quatro tipos traçados característicos dos manuscritos latinos. Assim, temos as linhas rectrizes, que servem de suporte à escrita, as linhas da justificação, as linhas marginais verticais e as linhas marginais horizontais.

7. Escrita: Para a escrita do corpo do texto do foral o escriba utilizou a letra gótica caligráfica, cuja unidade modelar é de 5,84 mm. Esta letra apresenta poucas abreviaturas e muitos sinais de pontuação. Por outro lado, no colofão e nas notas marginais foi aplicado o gótico cursivo. Quanto às cores, para o corpo do texto utilizou-se a tinta castanha, cujos tons variam, e empregou-se o dourado nas palavras "Dom Manuel" com que se inicia o foral. Recorreu-se também ao vermelho para realçar os títulos dos capítulos.

8. Erros e Correções: O foral apresenta notas marginais, com tinta da mesma cor da do texto, mas utilizando-se letra diferente, nos fólhos 17, 23, 24, 25v e 28v. Por outro lado, nas notas marginais dos fólhos 3v, 4 e 7 foi empregue tinta e letra diferentes das do texto. Nas notas marginais a lápis dos fólhos 10v, 13 e 24v a mão que escreveu também é diferente da do escriba do texto do foral.

A outro nível, nos fólhos 3, 5, 5v, 6v, 7, 8, 8v, 9, 10, 11v, 12v, 13, 14, 14v, 15v, 16, 17, 17v, 18, 18v, 19, 20, 20v, 23, 25, 25v, 26, 26v, 27 e 27v há indícios de raspagens e correções de letras e palavras. Nos fólhos 2v, 10, 22v, 27v, 28v e 29 foram riscadas, com tinta vermelha e preta, letras e palavras que estavam repetidas. Foram feitas adições supralineares das palavras e letras "a

dicta", "mar", "os" "u" e "r" nos fólhos 5v, 7v, 9, 19 e 20, respectivamente. Por último, no fólho 18 foi adicionada a palavra "nauyos" ao lado da caixa do texto.

9. Ilustração: No códice do Foral de Lisboa de 1500 a decoração utilizada caracteriza-se pelo facto de cumprir três funções⁸. Assim, temos a decoração com função ilustrativa, patente nas Armas de D. Manuel I, suspensas sob uma paisagem campestre com montes e árvores enquadrados pelo céu, e nas duas esferas armilares, que representam a demanda do rei.

Por outro lado, a decoração com função ornamental está presente na moldura composta por quatro linhas encarnadas e roxas que envolvem a caixa de texto nos fólhos 1, 1v, 2, 3 e 4. A caixa de texto envolvida por moldura composta por 3 linhas encarnadas e roxas nos fólhos 2v, 3v, 4v, 5, 5v, 6, 6v, 7, 7v, 8, 8v, 9, 9v, 10, 10v, 11, 11v, 12, 12v, 13, 13v, 14, 14v, 15, 15v, 16, 16v, 17, 17v, 18, 18v, 19, 19v, 20, 20v, 21, 21v, 22, 22v, 23, 23v, 24, 24v, 25, 25v, 26, 26v, 27, 27v, 28, 29 e 29v é também um outro elemento ornamental. Nesta mesma continuidade encontra-se a moldura incompleta do fólho 29v, sendo de assinalar a ausência de moldura no fólho 28v. As bordaduras encarnadas e roxas a envolver a moldura nos fólhos 1, 1v, 2 e 3 e a bordadura incompleta no fólho 4 também cumprem a mesma função. Por fim, destaca-se a presença do *bout de ligne*, desenhado a encarnado, azul e roxo, nos fólhos 2v, 4, 5, 8, 8v, 9, 9v, 10v, 11v, 12, 12v, 13, 13v, 14v, 15v, 16, 18, 18v, 19v, 20, 20v, 21, 21v, 22, 23v, 24, 24v e 27.

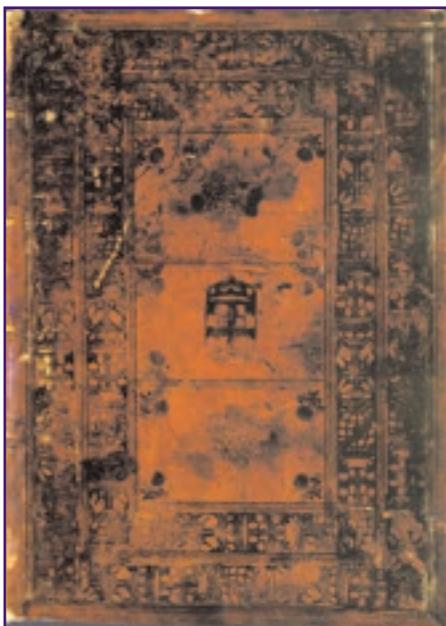
Da decoração com função estrutural destaca-se a letra inicial do fólho 1 decorada com motivos florais, onde predominam o azul, o verde, o branco e o dourado; as capitais filigranadas com decorações fitomórficas, a encarnado e azul, utilizadas para separar os capítulos nos fólhos [2, 2v, 3, 3v, 4, 4v, 5, 5v], 2v, 3, 4, 5, 8, 8v, 9, 9v, 10v, 11v, 12, 12v, 13, 13v, 14v, 15v, 16, 18, 19v, 20, 20v, 21, 21v, 22, 23, 23v, 24, 24v, 26 e 27; as decorações com traços verticais nas primeiras letras das frases nos fólhos 2v, 3 e 3v; os caldeirões de cor encarnada, rosa e azul aplicados entre parágrafos; os caldeirões decorados nos fólhos 2, 10, 11, 12, 13, 16v, 17v, 19v, 20, 21 e 28v; e os caldeirões desenhados a cor castanha e associados às notas marginais nos fólhos 17, 23, 24, 25v e 28v.

10. Encadernação: A encadernação utilizada é de tipo ocidental, em couro, apresentando sinais de desgaste, nomeadamente na lombada, no plano anterior e no posterior, pelo que alguns elementos decorativos já se encontram parcialmente apagados. A decoração utilizada consiste na gravação, no plano anterior e posterior, de motivos florais, esferas armilares, onde

⁸ Para mais informações a respeito da evolução da iluminura medieval em Portugal vid. MATTOSO, José - O imaginário da iluminura medieval. In NASCIMENTO, Aires Augusto [et al.]; MIRANDA, Maria Adelaide, coord. - *A Iluminura em Portugal: identidade e influências (do séc. X ao XVI): catálogo da exposição*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1999. ISBN 972-565-266-5. p. 27-37.



Fólio 23v, onde são visíveis as capitais filigranadas com decorações fitomórficas



Plano anterior da encadernação

se encontra a inscrição "Spera In Deo", quinas e figuras geométricas. No plano anterior da encadernação existem ainda as seguintes indicações: "35", "Classe 5ª" e "Nº 8", que, eventualmente, terão sido escritas posteriormente. No rótulo encontra-se escrito a dourado "Foral da Câmara", sendo que algumas letras estão danificadas.

A encadernação tem de dimensões 36 cm de altura e 27,20 cm de largura, sendo que a lombada mede 2 cm e as seixas 0,60 cm. Na lombada existem 4 nervos e os entre-nervos apresentam decorações com motivos florais. A tranchefila é dupla, saliente e feita com cordão da cor branca.

São utilizados como folha de guarda dois cadernos regulares de papel, cada um dos quais compõem um bínio. O papel é manufacturado e não apresenta assinaturas, foliação ou reclamos. A dobragem é infólio e constata-se a ausência de escrita, marca de água e contramarcas. As páginas têm de dimensões 369 x 269 mm, enquanto que para as folhas aparadas as medidas são 369 x 538 mm. A distância entre os pontusais é de 24 mm e o espaço ocupado por 20 vergaturas mede 28 mm.

CONCLUSÃO

O códice do foral manuelino de Lisboa é sob muitos aspectos uma obra com grande diversidade, nomeadamente no que diz respeito ao número variável de linhas de regramento e de linhas escritas. Com efeito, existem fólhos com 30 linhas de regramento, enquanto que noutros existem 31. Como o escriba escreveu em todas as linhas que tinha ao seu dispor verifica-se assim que também as linhas escritas variam.

A diversidade manifesta-se igualmente no que diz respeito aos piques do regramento, em que num mesmo caderno podem-se encontrar fólhos com 29, 30 e 31 piques. O mesmo se passa em relação aos piques da justificação no pé e na cabeceira, embora neste caso se possa avançar com a hipótese de ter havido perda de piques devido ao aparamento da folha.

Por outro lado, o códice do foral é uma obra inacabada, nomeadamente no que toca à decoração, pois em determinadas situações a moldura que envolve a caixa do texto está incompleta. Do mesmo modo, tanto podiam ser utilizados três como quatro traços para a composição dessas molduras, sem qualquer critério aparente. Pode-se também constatar que as cores aplicadas nessas molduras variam entre o encarnado e o roxo, não se tendo optado por uma única tonalidade. Ainda no que diz respeito à decoração, verifica-se que somente alguns fólhos, designadamente os primeiros, apresentam bordaduras, sendo os restantes desprovidos deste elemento.

Porém, apesar das discontinuidades acima apresentadas, o códice apresenta também elementos uniformizadores. Desde logo temos o pergaminho que apresenta uma certa uniformidade, pelo que se pode aventar a hipótese de os cadernos terem sido confeccionados com recurso a peles de um mesmo tipo de animal. O mesmo se passa em relação ao texto, que foi escrito pela mesma mão como se pode comprovar pela análise da letra. Exceptuando as notas marginais e o colofão, o texto é todo elaborado em letra gótica caligráfica, que não apresenta nenhuma discontinuidade ao longo dos 29 fólhos. O mesmo se verifica em relação à tinta utilizada, pois embora apresente algumas variações de tons, que alternam entre o mais claro e o mais escuro, é sempre a mesma.

Finalmente, outro aspecto a ressaltar é o estado de conservação do documento, que pode ser considerado como satisfatório. Apesar dos orifícios e manchas, algumas de humidade, que não se sabe quando se entranharam no documento, o códice apresenta-se em boas condições.

**A Avaliação Documental na
Câmara Municipal de Lisboa:
uma missão arquivística**

Ana Marçal

Aurora Santos

Bruno Castro Pereira

Carla Antunes

Irene Catarino

Juliana Ferreira

Maria Teresa Ramalho

Natália Antónia

Zita Escudeiro

Introdução: A realização do presente artigo surge na sequência do desafio proposto pela Divisão de Gestão de Arquivos de dar a conhecer o trabalho desenvolvido, até ao momento, pela equipa envolvida no projecto de avaliação de documentos acumulados no Arquivo Municipal de Lisboa.

Tal como acontece noutras instituições, a Câmara Municipal de Lisboa, no decurso da sua actividade institucional, produz e acumula anualmente milhares de documentos que necessitam de ser submetidos a uma rigorosa gestão arquivística. Se associarmos a esta situação a falta de meios e a ausência de procedimentos adequados e sistemáticos de gestão de documentos de arquivo, rapidamente concluímos que o Arquivo Municipal se debate com o sério problema da acumulação documental¹.

Deste modo, um dos objectivos do projecto é reduzir a uma dimensão adequada o volume de documentação a conservar. Este objectivo é partilhado por todas as instituições e, tal como é salientado por Cruz Mundet, "(...) para conseguirlo, las administraciones vienen poniendo en marcha en las últimas décadas planes controlados de expurgo², a fin de conservar la mínima cantidad posible de documentos, fundamentados en consideraciones así económicas - limitación de los recursos disponibles al efecto - como informativas - evitar la saturación debida a informaciones imprecisas y redundantes"³. Foram, essencialmente, razões económicas que levaram a refutar a teoria defendida por alguns autores de tudo conservar, uma vez que os recursos humanos e materiais que a sociedade pode disponibilizar para a conservação, descrição e disponibilização de documentação ao público são limitados e muito inferiores à sua capacidade para produzir documentos.

Para dar execução ao projecto de avaliação, a Divisão de Gestão de Arquivos reforçou os seus recursos humanos com formação em arquivo, dotou-se de meios financeiros e materiais e, em Junho de 2004, o grupo de trabalho iniciou funções, nos depósitos do Arquivo do Alto da Eira.

Para a concretização deste projecto, o grupo uniu-se de legislação nacional em vigor na área de arquivo, de orientações e instrumentos técnicos desenvolvidos, no nosso país, pelo órgão

¹ Situação infelizmente comum na Administração Pública tal como foi revelado com a publicação do *DIAGNÓSTICO AOS ARQUIVOS INTERMÉDIOS da Administração Central*. Lisboa: OAC: IAN/TT, 2003.

² O termo "expurgo", hoje quase desaparecido do vocabulário arquivístico espanhol, é entendido pelo autor como um procedimento arquivístico que compreende três fases: a avaliação, a selecção e a eliminação. Cfr. CUZ MUNDET, José Ramón - *Manual de arquivística*. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 2001. ISBN 84-89384-31-2. p. 201-228.

³ Idem, *ibidem*, p. 202.

coordenador da política arquivística nacional, o Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo⁴, e de normas e estudos elaborados por organismos internacionais.

O presente artigo está dividido em quatro partes, ao longo das quais se faz uma breve abordagem à problemática da avaliação documental, apresentam-se as motivações e objectivos do projecto, os pressupostos metodológicos e os aspectos práticos e, por fim, os resultados obtidos no universo avaliado, indicando as dificuldades sentidas pelo grupo de trabalho.

De salientar que os dados apresentados não são definitivos dado que o projecto ainda está a decorrer. Estes dizem apenas respeito à avaliação realizada nos depósitos do Alto da Eira, no período compreendido entre Junho de 2004 e Agosto de 2005. O grupo encontra-se, desde Setembro, a proceder à avaliação nos depósitos do Arco do Cego. Assim, aguarda-se pela conclusão dos trabalhos, que de acordo com as previsões feitas será no final de 2006, para então se apresentarem os resultados finais.

A PROBLEMÁTICA DA AVALIAÇÃO DOCUMENTAL

A avaliação constitui uma componente essencial da Arquivística contemporânea, uma vez que as decisões tomadas determinam as fontes documentais que deixamos às gerações futuras. É um processo que se desenvolveu, no segundo quartel do século XX, em consequência do aumento considerável da produção documental. Assim, segundo Pedro López "La acumulación de grandes masas documentales en los archivos históricos, sin identificar y sin valorar es algo que caracteriza de manera general a todos os países iberoamericanos. Es decir, que a los problemas señalados de la producción documental contemporánea, se les añade otro, relacionado con los fondos preexistentes, que han de sujetar-se también a revisión"⁵.

O processo de avaliação é sustentado pela teoria das três idades dos documentos de arquivo que estabelece que os documentos produzidos ou recebidos por uma instituição estão sujeitos a um ciclo de vida marcado por três fases sucessivas, ao longo das quais o seu valor se transforma. Esta teoria está associada à teoria dos valores formulada por Schellenberg.⁶ Na fase activa, os documentos são utilizados de forma plena e possuem valor primário⁷; na fase semi-

⁴ PORTUGAL. Instituto dos Arquivos Nacionais-Torre do Tombo - *Manual para a gestão de documentos*. Lisboa: IAN/TT, 1998; Idem - *Orientações técnicas para avaliação de documentação acumulada*. Lisboa: IAN/TT, 1999; PORTARIA n.º 412/2001. D.R. I Série B. 90 (01.04.17) p. 2243-2260, que regulamenta a avaliação, selecção e eliminação de documentos nas autarquias locais.

⁵ LÓPEZ GÓMEZ, Pedro - Identificación y valoración de documentos en España a partir de 1975. *Anales de Documentación*. ISSN 1575 - 2437. Vol. 1 (1998), p. 76.

⁶ SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt- *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1974. p. 152.

⁷ Valor primário ou probatório é o "valor inerente aos documentos de arquivo, na medida em que consignam ou comprovam factos, constituem direitos e obrigações e são reconhecidos como garantia e fundamento de actos, factos e acontecimentos". NP 4041. 2005, Informação e documentação - *Terminologia arquivística: conceitos básicos*. Lisboa: IPQ. p. 10.

activa, são esporadicamente utilizados e vão perdendo, pouco a pouco, o seu valor primário; na fase inactiva, quando deixam de ser úteis ao organismo produtor, os documentos que não têm valor secundário⁸ podem ser eliminados. Mas antes de proceder à eliminação estes devem ser submetidos a um rigoroso processo de avaliação e selecção.

Assim, a avaliação documental consiste na "determinação do valor arquivístico de documentos ou arquivos, com vista à fixação do seu destino final: conservação permanente ou eliminação"⁹. A selecção é a "operação decorrente da avaliação e que consiste em separar os documentos de arquivo de conservação permanente daqueles que poderão ser objecto de eliminação"¹⁰. A eliminação, por seu turno, sendo uma "operação decorrente da avaliação, consiste na destruição dos documentos que foram considerados sem valor arquivístico"¹¹.

Definidos os três conceitos fundamentais de avaliação, selecção e eliminação de documentos, faz-se uma pequena abordagem à sua teorização, levada a cabo nos últimos anos. Tendo em conta que o processo de avaliação se trata, não só de uma necessidade resultante da acumulação de documentos sem critérios definidos, mas acima de tudo de um dos aspectos mais importantes da gestão de documentos nas instituições, as questões relacionadas com as metodologias e estratégias para a sua execução têm sido, desde há muito, alvo de reflexão no seio da comunidade arquivística internacional.

Nos últimos anos, a investigação nesta área desenvolveu-se de forma significativa tendo-se multiplicado as monografias e os artigos em revistas especializadas. Para provar esta afirmação, basta folhear, ou deslizar o cursor, pela extensa *Bibliografia sobre Avaliação*, cujo esboço foi apresentado no XV Congresso Internacional de Arquivos, que teve lugar em Agosto de 2005, em Viena de Áustria¹². Encontra-se, também, em discussão, um primeiro esboço de um Manual de Avaliação, que pretende sistematizar as diferentes teorias e estratégias utilizadas nos processos de avaliação em vários países¹³.

⁸ Valor secundário ou informativo é o "valor decorrente da informação veiculada por um documentos de arquivo ou outra unidade arquivística para a administração produtora, assim como para outros utilizadores. São especialmente relevantes os que, independentemente do fim para que foram elaborados, testemunham a constituição e funcionamento dessa administração e/ou fornecem dados ou informações sobre pessoas, organizações, locais ou assuntos." Idem, *ibidem*.

⁹ Idem, *ibidem*, p. 13.

¹⁰ Idem, *ibidem*, p. 14.

¹¹ Idem, *ibidem*, p. 13.

¹² ICA. Committee on Appraisal - *Bibliography on appraisal* [Em linha]. [Paris]: ICA, 2004, actual. 14 Abr. 2004. [Consult. 6 Nov. 2005]. Disponível em WWW: < URL: <http://www.ica.org/biblio/BibliogCAPdraft.pdf> >.

¹³ ICA. Committee on Appraisal - *Guidelines of Appraisal* [Em linha]. [Paris]: ICA, 2005. [Consult. 9 Nov. 2005]. Version May 2005. Disponível na WWW: < URL: <http://www.ica.org/biblio/ManualEvaluationDRAFT-E.pdf> >.

Segundo a opinião de Vincent Doom, um dos membros do Comité de Avaliação do Conselho Internacional de Arquivos (CIA) "(...) o valor dos documentos tem sido determinado de acordo com dois importantes modelos teóricos desenvolvidos, ao longo do século XX."¹⁴. O autor refere-se à "teoria do utilizador" (user theory) e à "teoria da sociedade" (society theory). A primeira é preconizada pelo já citado T. Schellenberg e a segunda é postulada por vários arquivistas canadianos, como Terry Cook ou Carol Couture. A primeira combina as necessidades dos utilizadores internos, ou seja os próprios produtores dos documentos, com as dos utilizadores externos, os investigadores. Parte desta teoria é hoje considerada bastante controversa, pois a determinação do valor secundário dos documentos implica alguma subjetividade da parte do arquivista no estabelecimento dos critérios de conservação ou eliminação dos documentos. Por seu turno, os arquivistas canadianos demonstraram que definir o contexto da produção de documentos é essencial ao processo de avaliação: "A document is thus the product of the interplay between the functions which society gives to institutions, the administrative structures which the functions produce, and the citizens/clients/users which they may or not represent"¹⁵. O arquivista deve ter, assim, um papel importante na preservação da memória e do património documental da sociedade.

Em Espanha, desde muito cedo, arquivistas como Antonia Heredia e Vicenta Cortes Alonso contribuíram para o desenvolvimento e aplicação prática desta concepção de avaliação documental nas instituições da Administração Pública, nomeadamente na Administração Local¹⁶.

Estas questões teóricas têm-se generalizado como temas de interesse e de discussão junto da comunidade arquivística internacional, por intermédio de congressos, seminários, colóquios e debates, mas sempre imbuídas de uma óptica comum na resolução de problemas. Não obstante, e de acordo com o *Report on Archives in the enlarged European Union*, não existe ainda, na União Europeia, uma harmonização e coordenação de estratégias ao nível da avaliação documental. E, citando o referido relatório: "Each country is developing its own strategy

¹⁴ DOOM, Vincent - Selection Criteria. In ICA. Committee on Appraisal - *Guidelines of Appraisal*. [Em linha]. [Paris]: ICA, 2005. Version May 2005. [Consult. 9 Nov. 2005]. Disponível na WWW:<URL: <http://www.ica.org/biblio/ManualEvaluationDRAFT-E.pdf>>.

¹⁵ Idem, *ibidem*.

¹⁶ Vid. a título de exemplo, a sistematização da metodologia de avaliação documental aplicada em Espanha em LA TORRE MERINO, José Luís; MARTÍN-PALOMINO Y BENITO, Mercedes - *Metodología para la identificación y valoración de fondos documentales*. Madrid: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, 2000; VILLAVERDE, María Luisa Conde - Evolución de los principios de la adquisición y la selección. *Comma: International Journal on Archives*. [Em linha] N° 1-2 (2002). p. 45-49. [Consult. 9 Nov. 2005]. Disponível em WWW: < URL: http://www.ica.org/biblio/Conde%20Villaverde%20Sp_3.pdf . ISBN/ ISSN: 3-598-01355-8

without understanding what is done in the same area in other countries and in European institutions"¹⁷.

Em Portugal também se notam, ao longo dos últimos anos, as mesmas preocupações que a comunidade internacional tem tido, no que diz respeito à avaliação. Ainda que numa escala mais reduzida, e não obstante não se prefigurarem propriamente correntes a respeito do assunto, pode-se considerar que existem abordagens distintas. O artigo de Pedro Penteado "La valoración de documentos en Portugal: problemas y metodología" constitui um importante contributo para a caracterização destas abordagens¹⁸.

No âmbito da investigação, destacam-se autores como Armando B. Malheiro da Silva e Fernanda Ribeiro¹⁹ que apresentam um novo modelo de abordagem que encara a avaliação como uma operação metodológica, situada no pólo técnico do método quadripolar de investigação em Ciência da Informação. Para estes autores "o estudo científico da informação requer, obviamente, uma nova abordagem da problemática da avaliação (e selecção documental), entendida aqui como uma operação metodológica e não como um mero procedimento técnico orientado para separar documentos desprovidos de "valor secundário" de outros considerados com interesse para fins de investigação, predominantemente histórica"²⁰.

Em substituição dos critérios baseados no valor secundário, propõem a utilização de outro tipo de parâmetros, a saber: a pertinência, que consiste em descortinar a relação do documento com a acção desenvolvida por uma determinada entidade²¹; a densidade, ou seja, se a documentação é original, duplicada, cópia, resumo ou síntese; e a frequência, que é a quantificação do uso do documento aquando da sua produção e posteriormente na fase de conservação definitiva. Estes autores sugerem uma mudança de paradigma documental e contrapõem o técnico e custodial ao emergente paradigma científico e pós-custodial.

¹⁷ UNIÃO EUROPEIA. National Experts Group on Archives - *Report on Archives in the enlarged European Union* [Em linha]. [S.l.: s.n.], 2005. p. 88. Disponível em http://ec.europa.eu/transparency/archival_policy/docs/arch/reportarchives.pdf

¹⁸ PENTEADO, Pedro - La valoración de documentos en Portugal: problemas y metodología. *TABULA: revista de archivos de Castilla y Leon*. Salamanca. Nº 6 (2003), p. 263-274.

¹⁹ SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda - A avaliação em arquivística: reformulação teórico-prática de uma operação metodológica. *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas*. Lisboa. ISSN 0873-5670. Nº 5, (2000), p. 57-113; Idem - A avaliação de informação: uma operação metodológica. *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas*. Lisboa. ISSN 0873-5670. Nº 14, (2004), p. 7-37.

²⁰ SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda, op. cit , p. 57.

²¹ Este primeiro parâmetro "(...) pertinência - pressupõe uma exaustiva e profunda recolha de dados indispensáveis a uma caracterização estrutural (orgânico-funcional) da Organização ou entidade (...).RIBEIRO, Fernanda - Novos caminhos da avaliação de informação. *Arquivística.net*. UNIRIO - Universidade do Rio de Janeiro. [Em linha]. Vol. 1, Nº 2 (2005), p. 53-74. [Consult. 23 Abr. 2006]. Disponível em WWW:< URL: <http://www.arquivistica.net/ojs/viewarticle.php?id=16> >

No plano legislativo foram desenvolvidas algumas iniciativas tendentes a regular as questões relacionadas com o destino a dar aos documentos. Entre estas, pode citar-se a promulgação do Decreto-Lei n.º 29/72, de 24 de Janeiro, importante porque, sendo um diploma de carácter geral, estendeu à generalidade dos serviços públicos, a possibilidade da "(...) microfilmagem dos documentos que devam manter-se em arquivo e a consequente inutilização dos originais", alertando para o facto de não poderem ser "(...) inutilizados os documentos cuja conservação se imponha, pelo seu interesse histórico ou outro motivo atendível"²². O mesmo diploma vai permitir, ao mesmo tempo, uniformizar o sistema através da publicação de portarias que fixem os prazos mínimos de conservação em arquivo dos documentos. Com base neste Decreto-Lei foi elaborada a Portaria n.º 503/86, de 9 de Setembro²³, que estabeleceu os procedimentos a adoptar na eliminação de documentos, fixando, também, os prazos mínimos de conservação de espécies documentais nas autarquias locais.

Por outro lado, a criação do Instituto Português dos Arquivos (IPA), em 1988, foi outra etapa decisiva para a definição das bases e para a consolidação da política arquivística nacional. Sendo "(...) um organismo especializado, dotado dos meios necessários para orientar superiormente a política a seguir na preservação, selecção, ordenação e valorização do património arquivístico nacional (...)"²⁴, vai preconizar um conjunto de iniciativas tendentes a minorar a "Ausência de legislação clara sobre o destino a dar à documentação (...) dos serviços centrais do Estado, tornada desnecessária para a administração corrente (...)"²⁵. Para além de criar normas gerais e impedir a destruição do património arquivístico nacional, o IPA também foi responsável pela edição de algumas publicações, como as *Orientações gerais sobre a gestão de documentos de arquivo*, da autoria de João Vieira²⁶, onde é mencionada a legislação portuguesa e as operações e instrumentos técnicos que enquadram a avaliação, selecção e eliminação.

Mas foi com o Decreto-Lei n.º 447/88, de 10 de Dezembro, que a avaliação teve um grande incremento em Portugal. Este diploma abriu o caminho para a elaboração de Portarias de Gestão de Documentos na Administração Pública, central e local²⁷ e definiu as normas para a regulação da pré-arquivagem da documentação.

²² DECRETO-LEI n.º 29/72. D.R. I Série. 19 (72.01.29).

²³ PORTARIA n.º 503/86. D.R. I Série. 207 (86.09.09) p. 2468-2478.

²⁴ DECRETO-LEI n.º 152/88. D.R. I Série. 99 (88.04.29) p. 1710-1717.

²⁵ VIEIRA, João - *Orientações gerais sobre a gestão de documentos de arquivo*. Lisboa: IPA, 1990.

²⁶ *Idem, ibidem*.

²⁷ DECRETO-LEI n.º 447/88. D.R. I Série. 284 (88.19.12) p. 4885.

Os anos 90 vão ser, também, decisivos para a definição da política arquivística nacional, impulso dado com a publicação do Decreto-Lei n.º 16/93, de 23 de Janeiro, que define o regime geral dos arquivos e do património arquivístico e enuncia o conceito de gestão de documentos, associando-o aos princípios de racionalização e eficácia de recursos.

Na mesma linha, o Decreto-Lei n.º 60/97, de 20 de Março, cria o Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT) que vai ser, a partir desse momento, o órgão coordenador da política arquivística nacional. Este organismo foi responsável, entre outras, pelas seguintes publicações: *Manual para a gestão de documentos* e *Orientações técnicas para avaliação de documentação acumulada*, publicados em 1998 e 1999, respectivamente. Estas preconizam a avaliação baseada no valor primário e no valor secundário, propondo a utilização de três tipos de critérios, designando-os como gerais, específicos e excepcionais. Sob a designação de critérios gerais são agrupados os requisitos relacionados com a identificação da informação sobre a constituição e o funcionamento dos organismos, a produção normativa, as funções - fim e os dados relevantes sobre uma determinada época. Os critérios específicos são aqueles que deverão ser aplicados nos casos em que se verifica duplicação da informação, nomeadamente quando uma determinada série existe em várias instituições diferentes ou quando estamos perante dados publicados. Relativamente aos critérios excepcionais, estes prendem-se com a importância de determinada documentação enquanto veículo para o conhecimento de situações singulares que fogem à norma²⁸.

O IAN/TT tem também desempenhado um importante papel no apoio à publicação de Portarias de Gestão de Documentos. Neste sentido, salienta-se a Portaria n.º 412/2001, de 17 de Abril²⁹, que vem regulamentar a avaliação, selecção e eliminação dos documentos das autarquias locais, bem como os procedimentos administrativos que lhe estão associados³⁰. É este instrumento que, não obstante se encontrar neste momento em fase de revisão, tem sido utilizado pelas autarquias nas tarefas de selecção e eliminação, pelo que a Câmara Municipal de Lisboa (CML) não é excepção.

²⁸ PORTUGAL. Instituto dos Arquivos Nacionais /Torre do Tombo - *Manual para a gestão de documentos*. Lisboa: IAN/TT, 1997. p. 3-5 a 3-9.

²⁹ PORTARIA n.º 412/2001. DR. I Série B. 90 (01.04.17) 2243-2260.

³⁰ Embora alguns autores como Armando B. Malheiro e Fernanda Ribeiro, *op. cit.*, p. 94, consideram que não existe "(...) qualquer vantagem prática e muito menos científica na publicação dessas longuíssimas tabelas, de manejo por vezes mais difícil que o das "listas telefónicas", onde se "arrola" toda a informação (tanto eliminável como conservável) produzida/ recebida pela entidade (...)", elas são um elemento determinante na identificação das séries, no estabelecimento dos prazos de conservação administrativa e na atribuição do destino final.

MOTIVAÇÕES DO PROJECTO

Como atrás foi mencionado, o principal objectivo deste artigo é dar a conhecer o projecto de avaliação encetado nos depósitos do Alto da Eira. Como tal, importa fazer uma breve caracterização das condições do espaço e da documentação subjacentes à implementação do projecto.

Situado, desde 1985, nas caves de um edifício de habitação social, o Arquivo do Alto da Eira foi a alternativa encontrada para reunir grande parte do acervo documental, até então disperso por outros espaços³¹. Caracterizando-se, desde o início pela sua enorme diversidade, dispunha de documentação considerada de conservação definitiva e outra em fase semi-activa, produzida no âmbito do funcionamento da CML, abarcando temáticas diversas que vão desde a gestão urbanística, patrimonial ou financeira até ao controlo de actividades económicas, o turismo e a cultura.

Após o incêndio nos Paços do Concelho, em Outubro de 1996, e com a transferência de toda a documentação aí existente para os depósitos do Alto da Eira, este tornou-se no espaço por excelência onde se desenrolou o grosso das actividades da própria Divisão de Gestão de Arquivos (DGA), com cerca de 70 funcionários, cujas tarefas se repartiam pelo atendimento ao utilizador, conservação e restauro, microfilmagem, ingresso e incorporação de documentação, gestão de processos de obra, reprografia, tratamento documental e serviços de apoio.

A 28 de Outubro de 2002, devido ao mau funcionamento das infra-estruturas de refrigeração e renovação do ar, as instalações do Alto da Eira foram encerradas, acarretando um grave prejuízo para o funcionamento da instituição, que se viu impossibilitada de prosseguir o tratamento documental e de disponibilizar documentação ao público para consulta. Os restantes espaços do Arquivo Municipal, nomeadamente o Arquivo do Arco do Cego e o Arquivo Fotográfico continuaram em funcionamento, revelando-se manifestamente insuficientes para suprir a lacuna resultante do encerramento do Alto da Eira.

Apesar do infortúnio, o encerramento do espaço serviu de motor de arranque para a urgente e adiada tarefa de "arrumar a casa", passando o Alto da Eira a funcionar como depósito e espaço de expurgo da documentação a transferir para as actuais instalações provisórias do Arquivo no Bairro da Liberdade.

³¹ Paralelamente, continuaram a funcionar as instalações do Arquivo Municipal de Lisboa nos Paços do Concelho, no Arco do Cego e no Palácio da Rosa (Arquivo Fotográfico).

Aproveitando a oportunidade, a DGA, que desde há muito vinha sentindo a necessidade de implementar um projecto de avaliação, decide-se pelo seu arranque.

Surge, assim, o projecto de avaliação documental que tem como objectivos gerais, a concretizar a médio e longo prazo:

- Contribuir para a gestão integrada de documentos;
- Valorizar e garantir a preservação do património documental;
- Promover a racionalização dos recursos;
- Concorrer para o aumento da eficácia e da eficiência na instituição;
- Promover o direito de acesso à informação;
- Fomentar o princípio da administração aberta.

Concluído o processo de avaliação, a documentação considerada de conservação definitiva será alvo de tratamento documental e disponibilizada aos utilizadores internos e externos.

E como objectivos específicos:

- Contribuir para o descongestionamento da massa documental acumulada;
- Reduzir a uma dimensão adequada o volume da documentação a conservar;
- Sistematizar e organizar os documentos para um maior controlo sobre os mesmos;
- Recuperar a informação com maior eficácia;
- Prestar um melhor serviço aos utilizadores internos e externos.

Prevê-se que a documentação de conservação seja transferida para as actuais instalações provisórias do Arquivo no Bairro da Liberdade e remetida, posteriormente, para um novo espaço a construir de raiz, no Vale de Santo António, destinado à Biblioteca e Arquivo Municipais.

Definidos estes pressupostos, feito o diagnóstico preliminar, a análise das necessidades, o estudo do contexto da produção documental e dos procedimentos a adoptar no levantamento, descrição e análise da documentação encetaram-se contactos com o IAN/TT com o objectivo de definir a forma de apresentação dos resultados finais e a quem os remeter.

Para a concretização do projecto foi criado um Grupo de Trabalho de Avaliação Documental constituído por nove técnicos, com especialização em Ciências Documentais, variante de Arquivo, seis dos quais foram contratados devido à insuficiência de recursos humanos para o desempenho da tarefa na DGA.



Perspectiva dos depósitos do Alto da Eira



Perspectiva dos depósitos do Alto da Eira

O grupo tem como missão avaliar, seleccionar e eliminar a documentação acumulada nos depósitos do Arquivo Municipal, orientar e intervir ao nível da produção de documentos nos serviços e reduzir a uma dimensão adequada o volume da documentação a conservar. Desta forma, o grupo tem dois níveis de intervenção: 1) Intervir nos depósitos ao nível de massas acumuladas; 2) Preparar os ingressos de documentos em arquivo: orientar e sensibilizar os serviços produtores³².

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS E ASPECTOS PRÁTICOS DE AVALIAÇÃO DOCUMENTAL

Na definição dos pressupostos metodológicos, há que realçar dois aspectos fundamentais. Primeiro, os instrumentos de trabalho que se reuniram para servir de suporte ao projecto de avaliação documental. Segundo, as fases que foram delineadas para o levar a cabo.

A escolha dos instrumentos mais eficazes para a concretização do projecto teve de obedecer a uma base legal válida e a um conjunto de procedimentos consolidados na Arquivística. Todos os métodos e formalidades que se seguiram tiveram como instrumentos centrais de operacionalidade os já mencionados anteriormente³³.

Antes de se dar início ao processo de avaliação, realizou-se um diagnóstico preliminar com o objectivo de analisar o universo documental com o qual a equipa se deparou. Importava assim, responder a algumas questões que permitissem definir objectivos mais concretos e estabelecer prazos e metodologias. Assim, era essencial saber, em termos gerais, quais as condições dos depósitos e da própria documentação, que âmbito cronológico esta comportava, que serviços produtores existiam e quanto representava tanto em termos de metros lineares como de unidades de instalação. Verificou-se, deste modo, que os depósitos do Arquivo do Alto da Eira caracterizavam-se por serem espaços adaptados a arquivo, não sendo pensados "a priori" para acolherem a documentação. Os documentos apresentavam-se, no geral, em razoável estado de conservação, à excepção de alguns casos em que a acção do tempo teve consequências mais nefastas.

Posto isto, foi alicerçada a base do projecto de avaliação nas seguintes etapas metodológicas:

1) Identificação e numeração das unidades de instalação

Esta identificação, tendo por base os dois princípios basilares da Arquivística - o princípio da

³² Com a recente criação do grupo de arquivos correntes, o grupo de avaliação intervém sobretudo ao nível dos ingressos, de maneira a evitar a transferência de documentos sem valor secundário para o arquivo municipal.

³³ Vid. nota 4.

proveniência e o do respeito pela ordem original -, consistiu na colocação de uma "contra-marca", que se traduziu na colagem de etiquetas brancas nas unidades de instalação. O critério adoptado foi o da numeração de forma sequencial, por cada sala dos depósitos, com o objectivo de estabelecer uma ligação entre a unidade de instalação e a respectiva Folha de Recolha de Dados (FRD).

No caso da documentação cujas guias de remessa foram identificadas, os dados a partir delas obtidos foram importantes para esta tarefa de reconhecimento.

2) Elaboração de estudos orgânico-funcionais dos serviços produtores

O estudo orgânico-funcional dos serviços produtores, numa primeira fase da avaliação, é justificado pelas sucessivas reestruturações que a autarquia sofreu ao longo da sua história. A criação de unidades orgânicas, através de serviços especializados nas diversas áreas de actuação municipal, pressupôs a atribuição de determinadas competências e funções aos mesmos. O que se verificou com esta situação foi que no momento em que tinha início um novo mandato político, as competências e funções anteriores eram transferidas para um serviço criado de raiz, ou acumuladas noutra já anteriormente em actividade.

Daí resultou o facto de, hoje em dia, não ser facilmente perceptível qual é o serviço herdeiro das competências exercidas por outro da mesma natureza funcional que, por exemplo, foi extinto há trinta anos. Outro aspecto curioso é o da absorção de competências, no passado atribuídas a unidades orgânicas diferenciadas, por apenas uma Direcção Municipal.

3) Levantamento e descrição das séries documentais

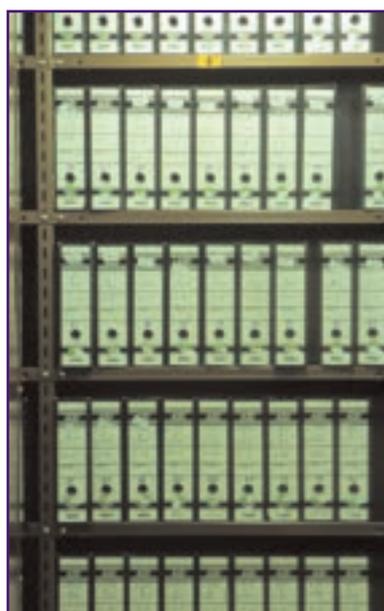
O levantamento e descrição das séries documentais foi feito através do preenchimento das Folhas de Recolha de Dados (FRD's), quer de série, quer de unidade de instalação³⁴. O uso de uma ou de outra dependeu da forma como a documentação se apresentava. Isto é, quando se tratava de documentação cuja Guia de Remessa havia sido identificada, ou quando a própria organização física da documentação permitia facilmente determinar a série em questão, eram utilizadas as primeiras. Estas, para além da descrição física e de conteúdo, permitiram também estipular a atribuição dos prazos de conservação e do destino final da série. O recurso a este levantamento pressupôs a análise por amostragem das unidades de instalação que compunham o conjunto da série, em número suficiente capaz de dar a conhecer as características gerais da documentação.

Por outro lado, quando se tratava de massa documental acumulada, sem guia de remessa identificada, sendo difícil o reconhecimento da série, foi necessário o preenchimento da FRD de

³⁴ Todas as Folhas de Recolhas de Dados, quer de unidade de instalação quer de série, tendo por base o modelo do IAN/TT, foram uniformizadas pela equipa mediante a utilização de critérios comuns de preenchimento.



Identificação e N. das Unidades de Instalação e do seu Destino Final



Identificação e Numeração das Unidades de Instalação e do seu Destino Final

unidade de instalação. Esta permitiu reunir dados e características importantes capazes de fazer entrever a mesma função/actividade permitindo o agrupamento em séries. A FRD de unidade de instalação possibilitou, assim, uma descrição física e de conteúdo com o objectivo de levantar a série a que a documentação pertence. No entanto, interessa referir que a informação recolhida com recurso às FRD's de unidade de instalação, foi posteriormente condensada nas respectivas FRD's de série.

4) Identificação das séries a conservar e a eliminar

Para uma melhor identificação das unidades de instalação e das séries documentais consideradas de conservação ou de eliminação foram colocadas outras "contramarcas". A metodologia passou pela colocação de etiquetas de diferentes cores, consoante o destino final a dar à documentação: verde nas unidades de instalação enquadradas nas séries de eliminação imediata; vermelha naquelas que se enquadravam nas séries de conservação permanente; azul nas unidades de instalação abrangidas pelas séries que ainda aguardam o cumprimento dos prazos de conservação administrativa³⁵; e amarela nas que necessitam de uma segunda análise, no sentido de separar a documentação de eliminação imediata daquela destinada à conservação permanente. Nestas etiquetas eram inscritos os números da série, por forma a facilitar a sua identificação. Quando se aguardava o cumprimento dos prazos de conservação administrativa, era também mencionado o ano em que a documentação podia ser eliminada e a respectiva referência da Tabela de Selecção da Portaria n.º 412/2001, de 17 de Abril, caso a série fosse nela referenciada.

No caso dos livros, a opção passou pela colocação de "contramarcas" próprias, recorrendo a fita de nastro, onde foram registados os seguintes dados: número sequencial de identificação, número de série e etiqueta relativa à cor que determina o destino final da unidade de instalação.

5) Elaboração de Autos de Eliminação

Como é natural, a responsabilidade de eliminar documentos é, e será sempre, uma operação de elevado risco, pois uma vez eliminados, os documentos jamais serão recuperados. Nesta situação, uma das preocupações centrais da equipa foi a de salvaguardar, sempre, a questão da recuperação da informação eliminada.

³⁵ A série Livros de Ponto/Registo de Assiduidade (Ref. 565) é um bom exemplo desta situação, visto que o seu prazo de conservação administrativa prescreve passados 40 anos, tendo em conta que a CML não procedeu de forma sistemática à elaboração de Listas de Antiguidade (Ref. 564).

Os autos de eliminação são, arquivisticamente, o formalizar da inutilização de documentos. Por isso, a equipa adoptou o modelo sugerido pela Portaria n.º 412/2001, de 17 de Abril tendo em conta o seguinte: a data, o local e o processo de eliminação utilizado, o diploma legal que a autoriza, a assinatura dos responsáveis e a relação dos documentos a inutilizar. Nesta relação são indicados: o número de ordem, o número de referência da Tabela de Selecção, o título da série ou subsérie, o número e tipo de unidades de instalação, o suporte, as datas extremas, o número da guia de remessa, a metragem e a localização.

Decidiu-se elaborar autos de eliminação diferenciados, no caso das séries não referenciadas na Tabela de Selecção da Portaria n.º 412/2001, de 17 de Abril e acompanhá-los da respectiva fundamentação. No entanto, ambos seguem critérios uniformes. O Auto de Eliminação é enviado aos serviços produtores para dele tomarem conhecimento e o assinarem. É feito em duplicado, devendo o original, depois de assinado pelos serviços produtores da documentação, pelo responsável da Autarquia e pelo responsável do Arquivo, ficar à guarda da DGA como testemunho daquilo que foi destruído. O outro exemplar é remetido ao Arquivo Nacional.

6) Preenchimento de Guias de Remessa

Para a documentação de conservação permanente global foram preenchidas guias de remessa para a transferência da documentação para o Arquivo Histórico/Definitivo. Tal como aconteceu com os autos de eliminação, o modelo concebido pela equipa baseou-se no sugerido pela Portaria n.º 412/2001, de 17 de Abril.

7) Elaboração de Relatórios de Avaliação Documental por Direcção Municipal

Estes relatórios finais concentram todo o trabalho de avaliação realizado, por serviço produtor e reúnem os dados relativos à metodologia adoptada, à contextualização do universo documental avaliado e às dificuldades sentidas. São também incluídos nestes relatórios as guias de remessa para o ingresso da documentação no Arquivo Municipal (sempre que foram encontradas), os autos de eliminação, as propostas de eliminação de séries não referenciadas na Tabela de Selecção da Portaria n.º 412/2001, de 17 de Abril, as guias de remessa para a transferência para Arquivo Definitivo da documentação com valor secundário, os organogramas representativos da evolução orgânica dos serviços, bem como as FRD's preenchidas.

Depois de elaborados, são remetidos aos serviços que, na altura, desempenhem as funções representadas na documentação avaliada e ao Arquivo Nacional, para, por um lado, ser dado o parecer final relativamente às séries não referenciadas na Portaria n.º 412/2001, de 17 de Abril sujeitas a eliminação e, por outro, o conhecimento das séries referenciadas, também passíveis de serem eliminadas.

Importa, por fim, salientar que ao longo de todo o projecto têm-se realizado reuniões periódicas de controlo e avaliação da execução do projecto, quer entre os membros do grupo e respectiva coordenação, cada vez que surgem dificuldades no processo de avaliação, quer com

a Chefe de Divisão, mensalmente. São elaborados para estas reuniões relatórios de trabalho, onde são apresentados os dados já obtidos (metros lineares e séries já avaliadas), delineadas as etapas seguintes e definidas ou redefinidas as principais prioridades.

APLICAÇÃO DA METODOLOGIA

Definidos os pressupostos metodológicos, já enunciados, encetou-se a sua aplicação à documentação existente nos depósitos do Alto da Eira. Em conjunto, as três equipas (de dois elementos cada) procederam à avaliação de 4.140,05 metros lineares de documentação, pertencentes ao período cronológico compreendido entre 1910-2002.

Os metros lineares assim avaliados correspondem, por um lado, a documentos remetidos ao Arquivo Municipal acompanhados de guias de remessa e, por outro, a documentação sem guia de remessa identificada. Pode-se constatar que dos 75 ingressos identificados, 49 deram entrada mediante guias de remessa e correspondem a documentação produzida mais recentemente, enquanto que para os restantes 26 não foram identificadas as respectivas guias³⁶.

Nestes casos foi necessário desenvolver um esforço acrescido da equipa de avaliação no sentido de identificar as unidades orgânicas que remeteram para arquivo a documentação e de perceber como é que elas se sucederam no tempo. Podemos citar, como exemplo, a Direcção dos Serviços Técnico-Especiais, que existiu desde 1938 até 1989, sofreu 14 reestruturações e aquando da sua extinção as competências transitaram para outras direcções municipais que na actualidade se designam de Direcção Municipal dos Serviços Centrais, Direcção Municipal de Ambiente Urbano, Direcção Municipal de Património e Obras, Direcção Municipal das Actividades Económicas e Direcção Municipal de Protecção Civil, Segurança e Tráfego.

A ausência de guias de remessa afigura-se estranha dado que em 1934, a edilidade determinou que a "(...) documentação entrará no Arquivo, acompanhada da guia respectiva e seu duplicado(...)"³⁷ e, mais recentemente, o Regulamento do Arquivo Municipal de 1989 estabelece que a documentação ao ingressar em arquivo deverá ser "(...) acompanhada de uma guia de remessa, segundo o modelo adoptado, feita em triplicado e visada pelo chefe de serviço que a remete"³⁸. Esta situação foi invertida, tal como o demonstrou o estudo da documentação em análise, a partir de 1997.

³⁶ Esta quantificação resulta do pressuposto de que a documentação manteve a mesma organização e a mesma localização desde que ingressou nas instalações dos depósitos do Arquivo do Alto da Eira.

³⁷ Cfr. Sessão de 20 de Dezembro de 1934. *Boletim da Câmara Municipal de Lisboa*. Lisboa. Nº 416, Ano VIII, p. 11.

³⁸ Cfr. parágrafo 3 do artigo 6º do Regulamento do Arquivo Municipal: EDITAL nº 103/89. *Boletim Municipal de Lisboa*. 15678 (89-07-26) fl. 1106-1108.

Foram identificadas várias denominações de unidades orgânicas/serviços produtores, nomeadamente de Direcções de Serviços, Direcções Municipais, de Gabinetes com equiparação a Direcção, num total de trinta e uma, e ainda outras subdivisões que aqui não estão identificadas (Ver Quadro I).

Inicialmente, cada uma das equipas ficou de avaliar a documentação produzida por um determinado serviço previamente identificado, sendo que em algumas situações, devido à dispersão física dos documentos, as equipas acabaram por avaliar os produzidos por uma mesma entidade.

Como se pode comprovar pelo quadro que a seguir se apresenta, onde são indicadas as diversas designações dos serviços produtores e a quantificação em metros lineares da documentação avaliada, o serviço de finanças predomina como um dos principais produtores. Sob a designação de Direcção dos Serviços de Finanças e Direcção Municipal de Finanças, Planeamento, Controlo e Gestão, esta importante área da gestão camarária ingressou 910,29 metros lineares. Pelo contrário, no reverso da medalha, encontra-se a Direcção dos Serviços de Pessoal, com 0,10 metros lineares³⁹.

Tal como se definiu na metodologia uma das etapas iniciais do trabalho de avaliação consistiu na numeração sequencial das unidades de instalação, sendo que à partida se optou por numerar cada ingresso isoladamente. Todavia, à medida que se procedia à numeração das 40 617 unidades de instalação a avaliar, verificou-se que, por vezes, sobretudo nos casos em que as guias de remessa não foram encontradas, a documentação produzida por um mesmo serviço encontrava-se dispersa por várias salas e pisos diferentes, o que conduzia à duplicação dos números. Em face disto, procedeu-se à readaptação da metodologia definida, pelo que se passou a numerar de forma contínua toda a documentação presente num mesmo piso. A excepção a esta regra foi a documentação acumulada da Direcção dos Serviços Técnico-Especiais, em que se continuou no Piso 1 da Torre 2 a numeração iniciada no Piso -1, pertencente à mesma torre.

No acondicionamento dos documentos predominam as pastas, não podendo ser menosprezados os livros e as caixas, pois representam uma quantidade assinalável, enquanto que as capilhas, os maços, os envelopes e os caixotes têm uma



Unidades de Instalação - depósitos do Alto da Eira

³⁹ Contudo, convém notar que estes dados, colhidos nos depósitos do Alto da Eira, não traduzem a real dimensão da documentação produzida pelos serviços, pois verifica-se que noutros depósitos ingressaram outros conjuntos documentais, nomeadamente no Arco do Cego, onde a documentação referente à Gestão dos Recursos Humanos é predominante. Além disso, os próprios serviços detêm ainda um considerável volume de documentos.

QUADRO I: SERVIÇOS PRODUTORES E METROS LINEARES AVALIADOS

Designação	Metros Lineares
Assembleia Municipal	18, 15
Departamento de Apoio à Gestão e Actividade Institucional	93, 20
Departamento de Conservação de Edifícios e Obras Diversas	671, 80
Direcção do Serviço de Pessoal	0, 10
Direcção dos Serviços Centrais e Culturais	105, 10
Direcção dos Serviços de Finanças	445, 44
Direcção dos Serviços de Obras	3, 20
Direcção dos Serviços de Urbanização e Obras	47, 25
Direcção dos Serviços Técnico-Especiais	407, 57
Direcção Municipal de Administração Geral e Gestão dos Recursos Humanos	194, 75
Direcção Municipal de Ambiente e Espaços Verdes	70, 70
Direcção Municipal de Ambiente Urbano	101, 96
Direcção Municipal de Cultura	13, 65
Direcção Municipal de Cultura, Desporto e Turismo	29, 90
Direcção Municipal de Finanças, Planeamento, Controlo e Gestão	464, 85
Direcção Municipal de Gestão Urbanística	8,00
Direcção Municipal de Habitação, Educação e Intervenção Social/Direcção Municipal de Habitação	427, 23
Direcção Municipal de Infraestruturas e Saneamento	140, 50
Direcção Municipal de Intervenção Social	5,00
Direcção Municipal de Planeamento e Gestão Urbanística	406, 34
Direcção Municipal de Planeamento Estratégico de Lisboa	15, 82
Direcção Municipal de Reabilitação Urbana	58, 73
Direcção Municipal dos Serviços Eléctricos e Mecânicos	156, 45
Gabinete de Apoio aos Órgãos do Município	16,00
Gabinete de Comunicação Social	20, 11
Gabinete de Relações Internacionais, Institucionais e Intermunicipais	90, 40
Gabinete do Pelouro da Cultura	10, 95
Gabinete do Vereador Manuel Figueiredo	1,00
Gabinete do Vereador Vasco Franco	67, 40
Órgãos da Autarquia	47, 80
Serviço de Higiene e Segurança no Trabalho	0, 80
Total	4 140, 05

presença residual. A quantidade e a proporção de cada um desses tipos de unidades de instalação podem ser analisados através dos gráficos seguintes:

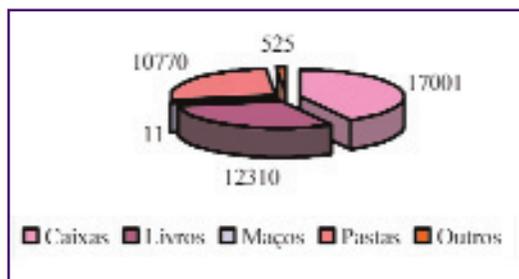


Gráfico I: Quantificação e Tipos de Unidades de Instalação

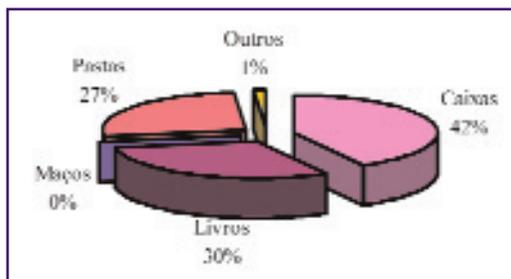


Gráfico II: Percentagem das Unidades de Instalação

Tendo-se numerado as unidades de instalação, efectuou-se o levantamento da documentação, o que se traduziu em 903 séries⁴⁰. Simultaneamente ao levantamento das séries, através do preenchimento das FRD's de série, procedeu-se à determinação do seu destino final, tendo-se optado entre a conservação permanente global e a eliminação global da documentação.

Para a determinação do destino final das séries as equipas utilizaram a Portaria n.º 412/2001, de 17 de Abril, e nos casos em que esta não respondia às solicitações, por ser um instrumento recente e a documentação apresentar datas recuadas, recorreu-se ao critério do valor secundário. Por outro lado, existiram situações em que se contrariou a referida Portaria tendo-se optado pela conservação de documentação que à partida tinha outro destino final, pois considerou-se que era representativa das actividades desenvolvidas pelos serviços produtores⁴².

Recensearam-se, como atrás referido, 903 séries documentais. Nesta quantificação incluem-se as séries documentais referenciadas na Tabela de Selecção, anexa à Portaria n.º 412/2001, de 17 de

⁴⁰ As séries avaliadas traduzem as funções - meio e as funções - fim dos diversos serviços produtores, sendo que na primeira categoria se inclui, por exemplo, a documentação de contabilidade, designadamente as guias de receita eventual, as notas de lançamento ou as Requisições de fundos. Relativamente às funções fim, as séries que nos permitem aferir as actividades e funções desenvolvidas pelos serviços são as que estão relacionadas com os Autos de vistoria, os Registos de alteração de candeeiros, os Registos de obras por empreitadas, entre outras.

⁴¹ A Portaria n.º 412/2001, de 17 de Abril, não pode ser aplicada à documentação mais antiga, pois o grupo de trabalho responsável pela sua elaboração determinou que "(...) só constariam as séries abertas, embora o processo de avaliação [realizado no intuito de reformular a Portaria 503/86, 9 de Setembro] englobasse todas as séries documentais produzidas no Arquivo Municipal como nos serviços administrativos e técnicos. Este critério foi igualmente aplicado às áreas funcionais que tinham deixado de existir, como por exemplo: Justiça, Impostos Gerais e Contribuições Municipais, entre outras. Nestes casos, as áreas fechadas não seriam avaliadas." Cfr. CARVALHO, Maria João Lopes Calheiros de - A Reformulação da Portaria 503/86, de 9 de Setembro: uma experiência Arquivística de trabalho em grupo. In: ENCONTRO NACIONAL DOS ARQUIVOS MUNICIPAIS, 5, Sintra, 2000 - *Encontro Nacional dos Arquivos Municipais: actas*. Lisboa: Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 2001. p. 7.

⁴² Neste caso, ao se preencher as FRD's de série manteve-se a referência da Tabela de Selecção anexa à Portaria 412/2001, de 17 de Abril, mas no campo nº 5, referente ao destino final, procedeu-se à justificação da opção tomada.

Abril, bem como as que aí não estão referenciadas⁴³. Por vezes, a identificação das séries documentais, referenciadas no documento atrás citado, não foi fácil dada a dificuldade de adaptar a sua designação com a constante da Tabela de Selecção, sendo por isso necessário aprofundar mais os âmbitos e conteúdos das séries documentais e aplicar a alínea 4) do artigo 2.º do mesmo documento. Das séries levantadas, 707 encontram-se referenciadas na Tabela de Selecção, anexa à Portaria n.º 412/2001, de 17 de Abril, enquanto que as restantes 196 não estão.

No que respeita às séries documentais não referenciadas na dita Tabela de Selecção e para as quais não existe, ou não foi localizada, qualquer outra disposição legal especificamente aplicável, procurámos determinar os prazos de conservação administrativa, tendo por critério a frequência de utilização por parte dos serviços produtores e constatámos ser nula na maioria das situações. Por outro lado tentámos aferir o seu valor informativo e elaborar a sua fundamentação de acordo com o que nos pareceu lógico, indo ao encontro dos princípios da arquivística.

Podemos citar, como exemplo desta situação, a série Processos Privativos onde os documentos são organizados numa única série documental por entidade, o mesmo é dizer que existe confusão entre classificação de documentos e ordenação das séries documentais. Neste tipo de situação, optou-se pela conservação permanente global.

De referir que é prática corrente os serviços juntarem à documentação de arquivo outra de apoio técnico e à decisão, nomeadamente legislação complementar para a elaboração de estudos, projectos, pareceres técnicos e *dossiers* com cópias de documentos de arquivo bem como de outras áreas de saber para apoio à gestão.

Por outro lado, alguma da documentação que poderia ser eliminada, por ser constituída por cópias, mas atendendo ao seu âmbito cronológico e ao interesse informativo optou-se pela conservação, dado que nem todas as unidades orgânicas ingressaram periodicamente a sua documentação em arquivo, existindo por isso muita dispersão da informação o que não nos permite uma visão global da produção documental.

A esta situação acresce o facto de, neste momento, ao Arquivo Municipal por motivos logísticos não poder ingressar documentação. Para colmatar este problema, procurou novas soluções: proporcionar aos serviços apoio técnico na identificação, levantamento e organiza-

⁴³ Ao longo do artigo tem-se referido às séries que não pertencem à Tabela de Selecção para as autarquias como "Séries Não Referenciadas na Portaria 412/2001, de 17 de Abril". O Grupo de Trabalho da Avaliação Documental optou pela utilização desta nomenclatura em detrimento da designação "Séries Privativas", utilizada por TEMUDO, Alda Maria Pereira Padrão; CARVALHO, Maria João Lopes Calheiros, op. cit., p. 59, e que tinha alguma aceitação entre os técnicos do Arquivo Municipal de Lisboa, pois considerou-se que essa terminologia poderia prestar-se à confusão com alguma documentação existente no Arquivo, designadamente com os Processos Privativos.

ção da documentação com valor informativo; e desenvolver todas as acções inerentes ao processo de avaliação e eliminação, a partir dos serviços, de acordo com o estipulado pelo Regulamento Arquivístico para as Autarquias Locais.

A análise do Quadro II, onde são sistematizados os dados obtidos após a avaliação, permite verificar o facto de que 413 séries se destinarem à conservação, enquanto que 490 à eliminação. Analisando estes dados sob outro prisma nota-se que das séries a conservar, 312 encontram-se referenciadas na Portaria n.º 412/2001, de Abril, enquanto que as restantes 101 não. De igual modo, relativamente às séries a eliminar, 395 estão referenciadas e somente 95 não. Porém, nem todas essas séries podem ser eliminadas de imediato, pois algumas aguardam o cumprimento dos prazos de conservação administrativa, nomeadamente quando se trata de séries que constam da Tabela de Selecção⁴⁴.

QUADRO II: RELAÇÃO ENTRE A DOCUMENTAÇÃO A CONSERVAR E A ELIMINAR

	Totais	Conservação		Eliminação	
		Quantidade	Percentagem	Quantidade	Percentagem
Séries	903	413	45, 73	490	54, 26
Séries Referenciadas na Portaria n.º 412/2001, de 17 de Abril	707	312	44, 13	395	55, 86
Séries não Referenciadas na Portaria n.º 412/2001, de 17 de Abril	196	101	51, 53	95	48, 46
Metros lineares	4 140, 05	2 201, 27	53, 17	1 938, 78	46, 82
Unidades de Instalação	40 617	19 942	49, 10	20 665	50, 89

⁴⁴ Veja-se, a título de exemplo, o já citado caso dos Livros de Ponto.

Os números apresentados indicam, ainda, que se propôs a conservação de 2 201,27 metros lineares de documentação e a eliminação de 1 938,78. Relativamente às unidades de instalação, os dados confirmam a conservação de uma fracção inferior à eliminada. Assim, serão conservadas 19 942 unidades, enquanto que 20 665 se destinam à eliminação⁴⁵.

Paralelamente, efectuou-se também o levantamento de dados considerados pertinentes a uma eventual digitalização da documentação de conservação permanente.

Terminado o trabalho de levantamento da documentação, informatizaram-se os dados recolhidos e, para a documentação considerada de conservação, elaboraram-se as guias de remessa. Estas guias acompanharão a transferência da documentação do Arquivo Intermédio para o Arquivo Definitivo e instituirão uma nova prática no AML, uma vez que, dada a proximidade física entre a documentação dos dois arquivos, ambos instalados no Alto da Eira, não era necessário proceder ao controlo da mudança da localização das unidades de instalação. As guias servirão também como instrumentos de apoio à descrição e recuperação documental, para além de permitirem a gestão dos espaços⁴⁶.

Para a documentação destinada à destruição o procedimento foi outro, tendo-se elaborado Autos de Eliminação. Nesta tarefa teve-se em atenção os diversos estudos orgânicos realizados, pois foi necessário descortinar quais os serviços que na actualidade desempenham as funções espelhadas na documentação. Assim, nos casos em que as séries são abertas foi possível estabelecer esta correspondência e remeter os autos de eliminação para as actuais Direcções Municipais para dar conhecimento da eliminação da documentação. Mas quando se trata de séries fechadas, cujo exemplo flagrante é uma parcela da documentação da Direcção dos Serviços Técnicos Especiais, os autos de eliminação elaborados foram remetidos ao Arquivo Distrital de Lisboa, para que este apresente o seu parecer com a respectiva fundamentação.

Por outro lado, foi necessário atender ao facto de as séries a eliminar estarem ou não referenciadas na Tabela de Selecção. Deste modo, elaboraram-se, em separado, autos de eliminação

⁴⁵ Face a estes dados e reproduzindo as palavras de Manuel Romero Tallafigo, podemos considerar que "La finalidad teórica o lógica del expurgo es mantener el principio del máximo de testimonios e informaciones necesarias en el mínimo de documentos fiables. Consecuencia de esta minimización es que debe producirse una mejor conservación y más ágil servicio de documentos útiles tras la eliminación de los inútiles". TALLAFIGO, Manuel Romero - *Archivística y archivos: soportes, edificio y organización*. Carmona: S&C, 1994. p. 321.

⁴⁶ O Arquivo Municipal de Lisboa dispõe, neste momento unicamente de Normas para o Preenchimento das Guias de Remessa da Documentação dos Arquivos Correntes (junto dos serviços produtores) para o Arquivo Intermédio, no qual são estabelecidos os procedimentos a adoptar.

para séries referenciadas na Portaria n.º 412/2001, de 17 de Abril, e Autos de Eliminação para as séries que não estão, com a respectiva fundamentação. Este cuidado foi motivado pelo facto de, como foi referido no parágrafo anterior, para as séries não referenciadas na Portaria n.º 412/2001, de 17 de Abril, ser necessário confirmar com os serviços produtores os prazos de conservação administrativa propostos pelo grupo e solicitar o parecer técnico ao organismo que superintende os arquivos no nosso país⁴⁷, enquanto que para a restante documentação basta dar conhecimento ao serviço produtor, ou ao seu sucessor, para se poder proceder à eliminação.

Foram deste modo elaborados 31 Autos de Eliminação, dos quais 18 se reportam às séries que se encontram referenciadas na Tabela de Selecção, enquanto que 13 correspondem às que não estão. Entre outros documentos, os Autos de Eliminação irão constar do Relatório de Avaliação Documental a remeter às unidades orgânicas hierarquicamente superiores que na actualidade continuam a produzir documentação dentro do âmbito do universo intervencionado. O mesmo é dizer que à Presidência serão remetidos todos os Relatórios relativos à documentação produzida pelos Gabinetes de Vereadores; às Direcções Municipais serão enviados os Relatórios de documentação que esteja no âmbito das suas funções; aos Departamentos a documentação produzida por unidades orgânicas que não dependam de Direcção Municipal. Estes são-lhes remetidos para que deles tomem conhecimento, se pronunciem, assinem os Autos de Eliminação e devolvam à DGA. Findo este trâmite, os Relatórios serão expedidos para o Arquivo Distrital para parecer técnico.

Serão também elaborados Relatórios de Avaliação Documental para a documentação que não tenha continuidade nas unidades orgânicas actuais que serão enviados ao IAN/TT para análise e parecer técnico.

Cumpridas todas estas formalidades proceder-se-á à eliminação física da documentação sem valor secundário, cujos prazos já prescreveram e que está contemplada na Portaria n.º 412/2001, de 17 de Abril, ou a que não está contemplada na Portaria atrás referida mas que detém parecer favorável de todos as entidades intervenientes. Como o Regulamento Arquivístico para as Autarquias Locais, anexo à Portaria n.º 412/2001, de 17 de Abril, estabelece que "A decisão sobre o processo de eliminação deve atender a critérios de confidencialidade e racionalidade de meios e custos"⁴⁸, procurou-se respeitar estes preceitos.

⁴⁷ Este parecer tem carácter obrigatório, pois é estabelecido na Portaria n.º 412/2001. p. 2244, que "A eliminação dos documentos que não constam da tabela de selecção carece de autorização expressa do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (...)".

⁴⁸ Idem, *ibidem*.

CONCLUSÃO

Ao longo do presente artigo, pretendeu-se divulgar a experiência desenvolvida pelo Grupo de Trabalho de Avaliação Documental, no que diz respeito à massa documental acumulada nos depósitos do Alto da Eira. Foram dados a conhecer três aspectos essenciais: primeiro, a natureza do projecto; segundo, que procedimentos metodológicos foram adoptados para a sua importância; terceiro, que resultados produziu.

Apesar de ainda se encontrar em fase de execução, pois trata-se de um projecto exigente em termos de tempo e de recursos humanos, podem-se já adiantar algumas ilações, que no final poderão ou não ser validadas.

Em primeiro lugar, julgamos que os objectivos foram cumpridos na generalidade. A documentação foi avaliada no período de tempo estipulado, contribuindo para o descongestionamento da massa documental acumulada. A racionalização do espaço e a recuperação da informação manifestaram a face qualitativa do projecto.

Relativamente à metodologia adoptada, pode-se afirmar que terá sido a que mais se adaptou à realidade encontrada. Tendo como ponto de partida as orientações técnicas propostas pelo IAN/TT, o grupo de trabalho foi redefinindo critérios e ajustando procedimentos próprios para remediar as necessidades e as dificuldades que foram surgindo.

No que se refere à quantificação dos resultados obtidos, interessa lembrar que, apesar da fronteira entre o que é de conservação e o que é de eliminação ser muito ténue, como demonstram os dados apresentados verificamos que, tanto as séries levantadas como as unidades de instalação avaliadas, revelam que a eliminação foi quantitativamente superior à conservação. Estes dados apenas são contrariados no que diz respeito aos metros lineares, onde a conservação supera a eliminação, ainda que de uma forma muito ligeira.

No mesmo sentido, este trabalho contribuiu para um melhor e mais profundo conhecimento da edibilidade, pois foram elaborados os estudos orgânicos, essenciais para o desenvolvimento do projecto; e o levantamento exaustivo das séries documentais produzidas, por todos os serviços desta Câmara, ao longo do último século.

Este é, de facto, um trabalho necessário nesta fase. O Arquivo Municipal debate-se com um sério problema de acumulação de documentos nos seus depósitos, e isso é factor suficiente para considerarmos que a tarefa de avaliação deve ser implementada no início da cadeia documental, por forma a evitar que situações como estas se repitam no futuro.

Assim, e indo ao encontro da moderna teoria arquivística, há que situar a avaliação dentro do ciclo de vida dos documentos e colocar o arquivista no início da cadeia da produção documental. Este deve fazer parte, ou pelo menos acompanhar, a equipa que no respectivo serviço

- nos arquivos correntes - elabora os Planos de Classificação e as respectivas Tabelas de Selecção.

O incremento de sistemas de gestão electrónica de documentos nas instituições irá, por um lado, obrigar a uma maior atenção aos prazos para proceder à avaliação, selecção e eliminação, não permitindo a protelação destas tarefas, devido à rápida obsolescência das tecnologias informáticas. Mas, por outro lado, irá possibilitar a definição de prazos de conservação de documentos, associados a Planos de Classificação e a Tabelas de Selecção, permitindo a sua eliminação de forma sistemática.

Por último, devemos mencionar que para além de todas as vicissitudes, também se geraram importantes factores de crescimento que, desde logo, passaram pela aprendizagem em conjunto, através da troca de conhecimentos e experiências que surgiram ao longo do desenrolar do projecto.

**Roteiro X-arq: uma jornada
pelos caminhos do sistema
integrado de gestão de
documentos do Arquivo
Municipal de Lisboa**

Adelaide Brochado

A área dos sistemas de informação tem sido uma das prioridades essenciais colocadas aos arquivos municipais, por constituir factor indispensável à necessária agregação do conhecimento. A concretização de um programa de intervenção, nesta vertente, é uma tarefa de grande dimensão, pela complexidade e vastidão da formação de base, com múltiplos temas e níveis de pormenorização, e pela necessidade constante de actualização das soluções aplicacionais.

Planear, actuar, conseguir: um processo sequencial trifásico, que se revela vital para a prossecução dos objectivos propostos neste domínio, considerado este de forma abrangente, isto é, sistema de arquivo, informação e circuitos de funcionamento.

Uma iniciativa desta envergadura coloca o "problema" da permanência no tempo. De facto, a meta traçada no início da primeira etapa, análise e especificação de requisitos, torna-se obsoleta quando se verifica o *roll-out* de um determinado sistema. Os resultados a obter previstos na fase inicial, à data da entrada em produção ficam "automaticamente" desactualizados, descontextualizados no plano temporal, sendo necessário repensar as necessidades de informação e reequacionar o produto com vista à sua optimização.

Eficácia e eficiência voltam a ser princípios orientadores diários a não negligenciar, num contexto de mudança que se pretende ao serviço dos utilizadores finais. Ambiente interno programado, intervencionado e vocacionado para o ambiente externo onde o conceito de usabilidade se consubstancia como a oferta primeira para leitores actuais e/ou potenciais leitores.

O planeamento, concepção e desenvolvimento de um sistema de informação adequado a sistemas documentais e capaz de assegurar a eficácia dos modelos organizacionais subjacentes, eclodiu em Janeiro de 2000. O início do Ciclo de Vida do Projecto que viria a ser designado como X-arq/Extended Archive - Sistema de Gestão Integrada de Documentos de Arquivo, é sem dúvida um marco decisivo na abordagem da organização e que se reflectiu a médio prazo num aumento da capacidade de resposta.

Possibilitando tratar, gerir e controlar de acordo com critérios de eficácia, pertinência e racionalidade, documentação nas diversas fases do seu ciclo de vida, constitui uma resposta inovadora na forma de encarar a Gestão Documental em instituições de cariz cultural com Serviços de Arquivo.

O caminho de informatização percorrido pela Divisão de Gestão de Arquivos e que neste artigo se pretende divulgar teve como motor de arranque a mudança de mentalidade expressa no enquadrar a Informação numa filosofia de Cultura de Qualidade e na tomada de consciência do seu valor crucial e estratégico, sendo esta atitude chave de sucesso em todos os "negócios" directa ou indirectamente relacionados com as competências de um Serviço onde o conhecimento é simultaneamente entrada e saída de um sistema relacional dinâmico e cujo objectivo

é proporcionar um equilíbrio favorável na balança de transacções. Em suma, o sonho de todos os profissionais de informação: fazer disparar a oferta para o ritmo desenfreado da procura!

No intuito de transmitir, ainda que em linhas gerais, as alterações verificadas no contexto das novas tecnologias da informação assim como dar a conhecer o modelo global adoptado, propomos o *itinerário X-arq* que tem como ponto de partida a “ante-câmara” espaço *valor estratégico da informação*, apresentando por esse motivo a sua importância no panorama institucional.

O segundo ponto de referência faz-nos deter no “traçado” do *programa de intervenção*, seguido das *fases do ciclo de vida do projecto*. O “percurso” contempla ainda uma breve passagem pelas *aplicações sectoriais* desenvolvidas, com uma paragem mais detalhada no último espaço instituído: *módulo sala de leitura*.

Por fim uma visita guiada aos principais resultados obtidos. Não ficaria no entanto uma incursão completa se não se visitasse o *cenário de expectativas*, que no plano tecnológico, o Arquivo perspectiva!

O VALOR ESTRATÉGICO DA INFORMAÇÃO

O primeiro marco do roteiro X-arq/Extended Archive deve ser encarado como o anteprojecto do plano global de informatização. A atitude cartesiana da equipa de trabalho do arquivo municipal levou a que o desenho do sistema fosse encarado como um conjunto de dificuldades tornando-se necessário dividir o todo em tantas partes quantas as necessárias para o resolver.

Os alicerces da arquitectura do sistema extrapolam o âmbito do imanente e remetem para o plano teórico-cognitivo. Materializou-se nesta fase a percepção do valor estratégico da informação passando esta a ser encarada como um dos factores estruturantes do funcionamento institucional.

Para que a estrutura de base ficasse completa restava apenas e ainda no domínio conceptual “encaixar” todas as peças do mosaico informação, ou seja, não bastava a tomada de consciência da importância da informação, mas acima de tudo imaginar um material de ligação com durabilidade, de forma a permitir uma edificação consistente.

Essa capacidade advém da dinâmica relacional inerente ao conceito de informação. Esta integra inúmeras características, sendo forçoso supervisioná-las para o sucesso do empreendimento.

Neste âmbito, não podemos reduzir o processo à simples tarefa operacional de garantir a racionalidade e a eficiência na produção e circulação de dados, mas antes, objectivá-lo como vector estratégico e, através do *design* da arquitectura da produção e circulação de dados, moldar a Instituição, flexibilizá-la e prepará-la para uma resposta eficaz aos desafios ambientais.

Estando assumidos e preparados os "moldes" para colocar em prática a engrenagem, a congregação de sinergias passou a incidir na tónica desenvolvimento, não negligenciando a realidade do Arquivo Municipal, em virtude de a implementação de um Sistema de Informação ter que se coadunar com a Missão do Serviço no qual se efectiva: atende a necessidades identificadas na área específica de prestação de serviços e a modelos conceptuais subjacentes.

PROGRAMA DE INTERVENÇÃO NA DIVISÃO DE GESTÃO DE ARQUIVOS

Finda a passagem pela zona da abordagem sistémica, "local" que funciona como garante de critérios de qualidade, o segundo espaço a visitar proposto no roteiro X-arq consiste no *programa de intervenção*. Este novo local apresenta como principais componentes o traçado das tecnologias de suporte ao sistema de informação a implementar, sobressaindo características arquitectónicas como o incremento das capacidades de memorização, de transmissão e de gestão de dados, segundo um modelo relacional.

Na concepção deste sector tecnológico o desenho delineado teve em conta as particularidades do "terreno" no qual se pretendia erigir uma área onde os artefactos proliferavam sendo eles na sua maior parte sistemas documentais.

Na tentativa de aplicar soluções tecnológicas adequadas foram equacionados alguns métodos de trabalho, que nos permitiram chegar em tempo útil a conclusões relativamente a aspectos relacionados com as novas funcionalidades a vigorar, destacando-se o acesso à informação, a pesquisa automática dos artefactos (documentos), a sua conservação (no caso dos que após avaliação não seriam eliminados), a gestão, de acordo com critérios de eficiência e eficácia dos que ainda apresentavam pouca longevidade (na fase intermédia), qualidade da imagem e partilha da informação.

Neste contexto o Arquivo Municipal de Lisboa junto com a Empresa Mind, viabilizou um projecto que encara a "matéria-prima" (documentação) de forma integrada e respeita modelos teóricos propostos e actualmente em vigência na dupla vertente Arquivística/Gestão Documental.

O Projecto de Intervenção nos Sistemas de Informação da Divisão de Gestão de Arquivos centrou-se quer em sistemas construídos à medida das necessidades (Arquivo Histórico) quer na parametrização e adaptação de *packages* disponíveis (Arquivo Intermédio).

A gestão específica do empreendimento exigiu um conjunto alargado e pluridisciplinar de iniciativas e de projectos complementares, de importância frequentemente subavaliada de forma a garantir simultaneamente que todas as componentes em transformação fossem correctamente abrangidas e que os objectivos definidos pudessem ser efectivamente partilhados por todas as iniciativas.

O novo "espaço" a edificar pretendia-se amplo, aberto e de extrema comunicabilidade permitindo, sempre que necessário a ligação e remodelação de duas ou mais partes. A solução global a afectar deveria, na lógica de Sistema Integrado de Gestão Documental, ter capacidade para tratar e gerir, de forma abrangente, documentos de arquivo, independentemente do tipo de suporte e em todas as fases do seu ciclo de vida, tendo por isso implicado um período alargado de tempo no planeamento, concepção e organização de dados, sendo envolvidos como agentes da mudança e em regime de "parceria" a Empresa Mind, e uma equipa de técnicos do Arquivo Municipal responsáveis pelo planeamento de sistemas de informação.

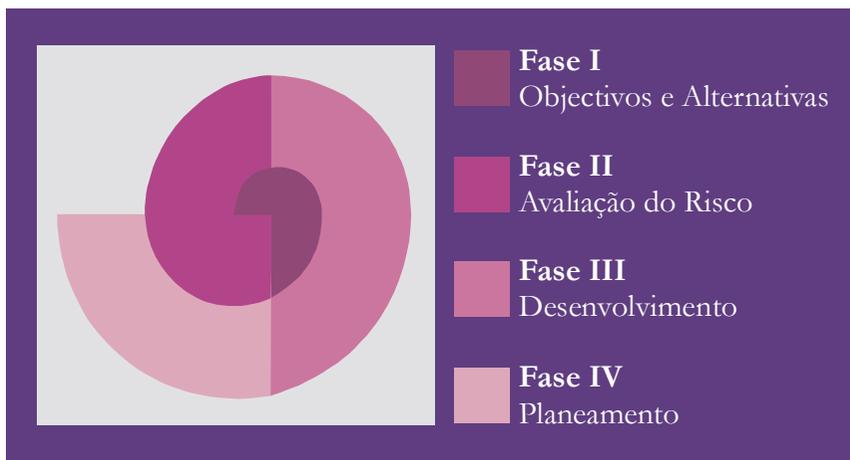
FASES DO CICLO DE VIDA DO PROJECTO (MODELO EM ESPIRAL)

A terceira incursão do roteiro X-arg leva-nos ao cenário das *fases do ciclo de vida do projecto*: uma visão abrangente do desenho de todas as infra-estruturas equacionadas com vista à concretização do plano geral.

O modelo arquitectónico adoptado conjuga tendências de desenvolvimento evolutivo com elementos de feição interactiva podendo ser descrito como "estilo em espiral". Na tentativa de integração do processo de desenvolvimento evolutivo com os requisitos dos processos de gestão de grandes sistemas optou-se por este tipo de modelo, que partindo das fases de análise e projecto, permite em cada etapa uma avaliação do risco assim como prevê uma fase para a sua redução.

Em cada momento torna-se possível o recurso a demonstradores para reduzir as incertezas da especificação. A espiral projectada detém ainda como principais características adaptabilidade e flexibilidade: modificação do sistema no sentido de este se adaptar a alterações de requisitos ou à introdução de novos.

O novo "local" a visitar apresenta-se segmentarizado facultando-se por esse motivo uma descrição sumária das principais componentes e "elementos decorativos" de cada uma das



Projecto X-arg/ Extended Archive: Modelo em espiral.

áreas que o integram. Cada sector a visualizar constitui um marco decisivo e gerador, numa sequência suficientemente previsível, de uma nova unidade a incorporar.

A primeira "infra-estrutura" dimensionada, a *evolução estratégica*, após materialização dos alicerces e da estrutura de base, consistiu na definição dos objectivos a atingir e na escolha da entidade responsável pela sua con-

cretização, naturalmente dependente do rumo e da estratégia de fundo para o domínio a informatizar.

O segundo objecto descrito enquanto domínio do problema é caracterizado pela actividade de *estudo prévio*. Foi no momento da análise preliminar que o Arquivo Municipal definiu os objectivos do sistema, ponderou a realidade existente e architectou soluções alternativas de forma a estabelecer a viabilidade do projecto.

A construção incremental verificada teve como resultado um documento técnico "Caderno de Estudo Prévio", elemento de valor fulcral para o sucesso do processo e para a sequência operativa.

A operação realizada em primeira instância visou a planificação das várias tarefas a desenvolver no decurso da concepção e do desenvolvimento do Sistema de Informação. Na segunda actividade analisou-se o factor recursos humanos e materiais considerados essenciais para o sucesso do projecto. Para esse efeito, o Arquivo Municipal elaborou um calendário que espelha os prazos de conclusão previstos para as diversas fases e actividades desenvolvidas, tendo como resultado o **plano de projecto**.

A área anexa a percorrer neste espaço sequencial do roteiro x-arq faz-nos entrar no sector *análise funcional e orgânica*, cuja arquitectura evidencia sobretudo a descrição pormenorizada de fluxos de informação, assim como o conceito e a forma como os dados se encontram armazenados.

Neste momento foram definidos os processamentos a efectuar e elaborado um protótipo do sistema a gerar. O projecto, nesta fase incluiu, ainda, o desenho físico obtido a partir do modelo lógico delineado anteriormente, tendo em conta o equipamento (*hardware e software*) a ser utilizado e a especificação dos programas a desenvolver na fase seguinte.

A materialização deste "programa de edificação", reflectiu-se numa componente de vital importância, o *Caderno de Especificação de Requisitos*, estrutura mestra dividida em diversos pilares de sustentação que enformam e informam o sistema: introdução, descrição do sistema, especificação do modelo de dados e do modelo funcional, desenho do sistema e anexos.

As infra-estruturas seguintes architectadas para a projecção do espaço ciclos de vida do projecto, e que convém visitar para

a apreensão da arquitectura global de referência consistiu na *programação, controlo de qualidade, manutenção e exploração*.



Na primeira vertente, o Arquivo Municipal promoveu a "inscrição" dos programas a desenvolver, em módulos isolados com recurso a um sistema de gestão de base de dados e a uma linguagem de programação (Oracle/Visual C++).

O conjunto de iniciativas aqui descritas, ocorreu progressivamente, permitindo, após concretização das respectivas tarefas, a análise da coerência entre todas as aplicações sectoriais.

No decurso da primeira etapa, a preocupação, neste domínio, radicou na adequação aos requisitos pretendidos, de todos os "módulos", tendo sido, para o efeito, efectuados, e para cada um destes, testes de cariz unívoco e obrigatório.

Neste panorama o cenário que se perspectiva, de imediato, é, como não poderia deixar de ser, a integração de todas as componentes, enquadrando-se todos os "elementos decorativos", num ambiente de efeito geométrico de tendência aglutinante.

A manutenção de todos os materiais em interacção foi e continuará a ser tarefa perene. Todos os projectos "fíndos" requerem "vistorias" e alterações a *posteriori* de forma a que continuem a longo prazo a cumprir os objectivos a que se propuseram.

Resta, apenas para a divulgação deste "espaço nobre", convidar o leitor a deambular pela efectivação do "corpo central", isto é, o *controlo de qualidade* do sistema gerado, realizado através de testes efectuados por terceiras partes não envolvidas directamente na elaboração de cada módulo, embora conhecedoras dos requisitos a que este deve obedecer.

Os testes globais à operacionalidade da solução informática, sendo esta testada como um todo, inclusive no que respeita às facilidades de comunicação com outras aplicações, funcionam como garante da adaptabilidade, flexibilidade e usabilidade do sistema.

A implementação de todas as infra-estruturas corresponde à instalação do sistema no ambiente de trabalho do utilizador final, incluindo a *formação e o apoio ao arranque*, necessários para uma boa utilização do mesmo.

Erigido o espaço total, apostou-se na promoção da nova estrutura, por intermédio da divulgação de todos os "caminhos", fixos e/ou alternativos, a percorrer, em primeira instância pelos utilizadores internos e em segundo lugar, mas não em ordem decrescente de importância, pelos visitantes.

Apetrechar todo este universo humano de conhecimento e técnica, para que a gestão de todos os sectores seja optimizada e para que os resultados obtidos a partir de uma incursão parcial ou total se consubstancie numa navegação pertinente racional e eficaz, foi e continua a ser palavra de ordem no quotidiano municipal.

MAPLICAÇÕES SECTORIAIS

O roteiro X-arq integra ainda uma breve passagem pelas aplicações sectoriais desenvolvidas, destinos finais a contemplar num panorama de integração onde todas as características se combinam com vista à mesma finalidade!

O espaço *aplicações sectoriais*, proposto como terceiro ponto de referência da arquitectura global do roteiro x-arq permite determo-nos sobre o sistema desenhado, compreendendo este duas aplicações: Ci-arq e X-arq.

A primeira componente, de feição corrente e intermédia, constitui uma adaptação de um modelo já projectado anteriormente para o Arquivo Intermédio e que por razões diversas se manteve, durante algum tempo, única e exclusivamente no universo das propostas.

O projecto geral, iniciado com a "sedimentação" dos alicerces observados no primeiro ponto de passagem do percurso sugerido, permitiram colocar a tónica num produto abrangente, que embora funcionasse por módulos orientados para fases específicas do ciclo de vida dos documentos funcionasse por recurso a um ou mais elementos de ligação como um todo articulado em que as partes envolvidas, de forma dinâmica e flexível interagissem de forma a permitir a livre circulação de dados.

Num cenário de integração o Arquivo Municipal contemplou no plano geral de informatização dois sectores: intermédio e histórico. No primeiro panorama a aplicação Ci-arq (adaptada) destina-se a gerir e tratar documentação na fase semi-activa, período durante o qual os documentos não sendo já de uso corrente continuam a ser pontualmente e por vezes até regularmente utilizados pelos serviços produtores.

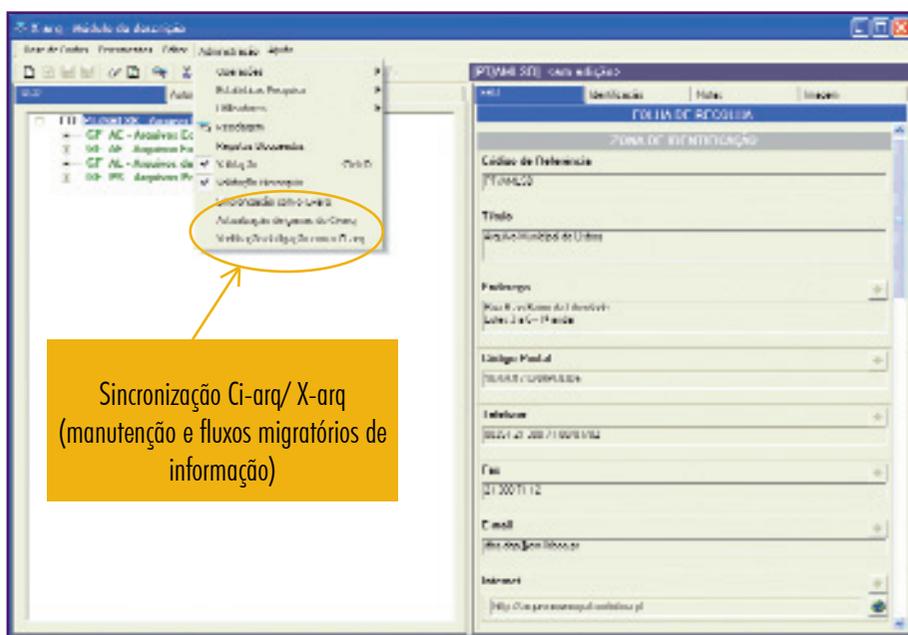
A solução arquitectada e após revisão do estudo de projecto inicial foi complementada com uma "área anexa" no intuito de obstar a problemas identificados no domínio da gestão operacional - registo de informação e em simultâneo controlo de todos os movimentos direccionados para o exterior, isto é, todo o fluxo de informação (entradas e saídas), na sua maior parte relacionados directa e/ou indirectamente com Processos de Obra.

Os percursos rumo ao exterior podem ser observados não só como destinos situados fora do espaço "Arquivo Municipal", assim como incursões no espaço envolvente (Arquivo Histórico).

A aplicação sectorial circunvizinha - X-arq, constitui uma solução à medida, concebida para tratamento de documentação em fase definitiva, atingida quando os documentos deixam de ser úteis ao organismo produtor, ou seja, quando tenham sido cumpridos todos os objectivos que originaram a sua produção. Esses documentos podem pois ser eliminados, a menos que possuam um valor secundário que justifique a sua conservação permanente.

Face à "proximidade física" dos sectores Ci-arq e X-arq e em virtude de se verificarem periodicamente fluxos migratórios do primeiro para o segundo, as aplicações circunvizinhas passaram a ser vulgarmente designadas de X-arq/Extended Archive, sendo de facto esta terminologia referenciada quando parte da informação já sujeita a operações de transferência de dados e completamente sincronizada, se transforma de facto numa extensão de uma das partes e, sendo o todo recuperado numa linha de compatibilidade e coabitação com os princípios que regem o ambiente interno do X-arq.

Este novo "local" que convidamos o leitor a visitar constitui o corpo central de todo o projecto. Aqui, onde os objectivos que presidiram à sua edificação nos transpõem para um cenário cujas principais características são critérios de eficácia e racionalidade na gestão dos seus elementos, a metodologia empregue na sua edificação respeita princípios fundamentais da arquivística - viabilização da descrição multinível de documentos de arquivo com respeito pelas Normas Gerais e Internacionais de Descrição de Arquivos e ISAAR (CPF) - Norma para os Registos de Autoridade Arquivística relativos a Instituições, Pessoas Singulares e Famílias.



X-arq/ Extended Archive: Módulo Administração

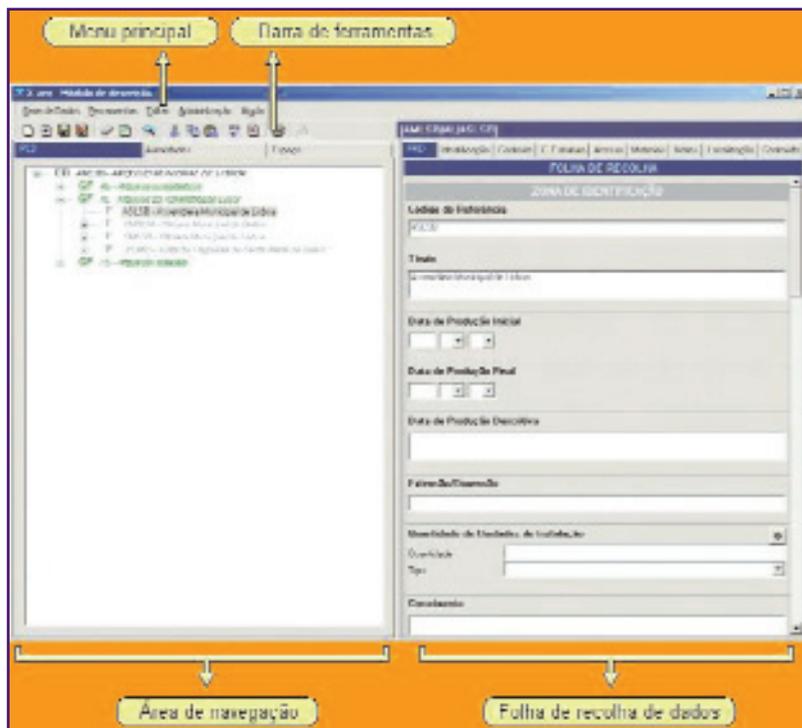
Finda a vista sobre a "traça" do corpo central, convém observarmos as suas principais características. A aplicação compreende uma base de dados central e quatro módulos fundamentais: Módulo de Descrição, Módulo de Pesquisa, Módulo de Administração e Módulo de Configuração.

O Módulo de Descrição, a primeira "arquivolta" que compõe o "frontão" que coroa o "fachada" do edifício X-arq pode ser encarada como um subsistema que engloba todas

as funcionalidades relacionadas com a descrição, manipulação e modificação da base de dados e dos registos nele contidos. Apresenta uma interface simples e adequada às tarefas inerentes ao tratamento documental, apresentando "figuras de estilo" inovadoras das quais se destacam: mecanismo de validação de registos, sistema de correcção ortográfica, alteração de níveis de descrição e transferência de níveis de descrição. Esta zona encontra-se, por sua vez, dividida em quatro áreas distintas: menu principal, barra de ferramentas, área de navegação e folha de recolha de dados.

A segunda componente a visualizar, o Módulo de Pesquisa é um dos subsistemas a contemplar e que integra todas as funcionalidades de pesquisa na base de dados, assim como operações relacionadas com a visualização de registos nela contidos. Aqui, de entre as inúmeras características convém salientar a facilidade de utilização, a viabilização de pesquisa (em modo simples ou avançado), mediante um ou mais termos, a partir da totalidade da base de dados ou apenas com recurso a um determinado nível da hierarquia.

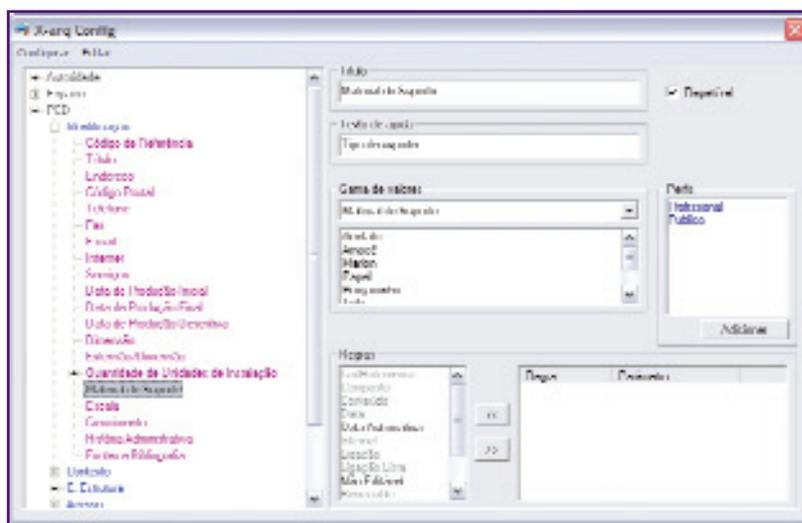
O Módulo de Administração, espaço de acesso restrito, abrange os seguintes sectores: administração do sistema, gestão de utilizadores e grupos de utilizadores, gestão de níveis de permissão, listagens e operações estatísticas, validação e sincronização com outros sectores aplicativos.



X-araq/ Extended Archive: Módulo Descrição

A quarta componente remete-nos para o Módulo de Configuração, um espaço construtivo, onde é possível, sempre que necessário, efectuar alterações à estrutura da aplicação. Neste âmbito, a parametrização do sistema viabiliza modificações ao projecto inicial, sem que a "parede mestra" e fachada sejam afectadas, ou seja, não colocando em causa a sua essência *ab initio*. Neste contexto, destacam-se como projectos complementares e/ou de alterações viáveis, a configuração de campos e subcampos, de folhas de recolha de dados e de termos de pesquisa.

Percorrido o "caminho" das aplicações sectoriais basilares, edificadas num horizonte temporal mais longínquo, chamamos a atenção para novos "elementos construtivos", que com vista à optimização do espaço inicial proposto permitem, numa lógica de integração funcional com o ambiente de gestão técnico-administrativa do Arquivo Municipal, obstar a problemas identificados nesta área numa linha de complementaridade



X-araq/ Extended Archive: Módulo Configuração

articulada: uma "especificação" comum que respondesse a necessidades equacionadas nas salas de leitura da DGA - Divisão de Gestão de Arquivos. Neste âmbito foi adaptado o modelo global, surgindo um novo espaço vocacionado em grande parte para o exterior.

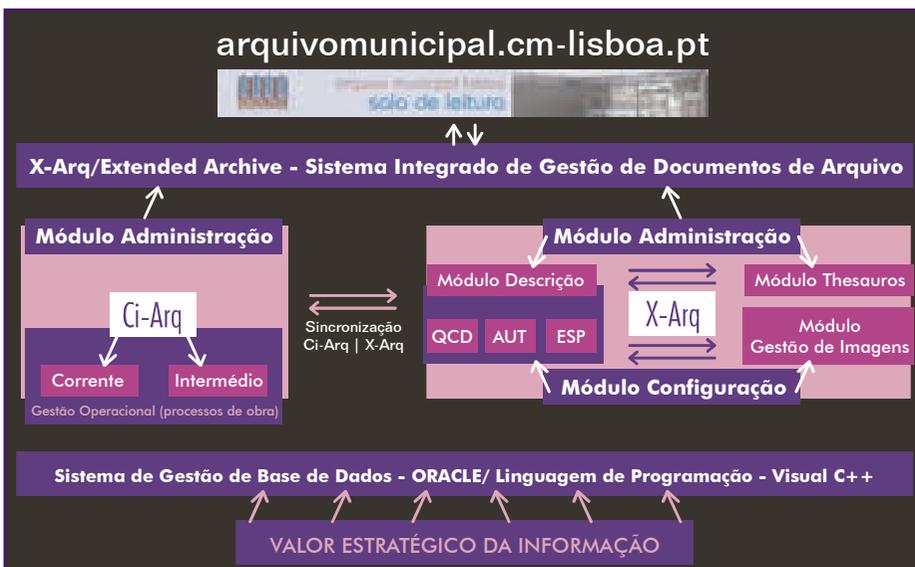
De todas as soluções aplicacionais aditadas ao plano inicial propomos uma breve incursão numa das áreas nobres por excelência, por constituir um elo de ligação ao meio envolvente.

O sector Módulo de Sala de Leitura consubstancia-se como uma das "cúpulas" da composição arquitectónica. Este projecto de intervenção ao modelo global já em produção, centrou-se sobretudo, em duas vertentes: a gestão operacional inerente aos diversos pólos de arquivo (Arquivo Histórico, Arquivo Intermédio, Arquivo do Arco do Cego, Arquivo Fotográfico) cujo *modus operandi* remetia para um cenário de circuitos de "tendência barroca" pouco flexíveis e extremamente complexos, e para o universo dos leitores com perfis diferenciados e inúmeras solicitações (reservas, requisições, pedidos de reprodução).

A implementação de um Sistema de Gestão Integrada de Sala de Leitura teve como resultado um incremento da capacidade de resposta, tanto para incursões presenciais como nas situações de visitas virtuais. O sector Sala de Leitura, pode e deve ser encarado como uma

"sucursal" da "sede empresarial" X-arq. De facto é na zona central que são geridos os níveis de acessos e todas as funções afins afectas à administração.

Em termos funcionais a gestão de recursos humanos, assim como o planeamento para a "liderança" são aí efectuados. A gestão diária, assim como a manutenção e controlo de qualidade são conteúdos já executáveis no Módulo de Sala de Leitura.



X-arq/ Extended Archive: Arquitectura Global do Sistema

Numa outra vista sobre a área proposta para deambulação, podem ser contempladas algumas das suas principais componentes assim como "elementos decorativos" que conferem a este subsistema uma feição amigável, num enquadramento onde a flexibilidade e a adaptabilidade se voltam a unir num efeito de "malha" renovada. A solução arquitectónica expressa neste domínio, revelou uma total adaptação à realidade do Arquivo Municipal, criando o que se pode designar como "arquitectura económica de leitura". Como principais componentes do sistema sobressaem funcionalidades como a gestão de leitores, de espaço, de reservas/requi-

sições e de pedidos de reprodução, listagens e operações estatísticas.

O percurso ficaria contudo incompleto se não fossem visualizadas todas as zonas que o integram. Cada zona corresponde a uma área funcional e para as quais foram desenhados "interiores" específicos consoante a realidade da Sala de Leitura de cada pólo de arquivo.

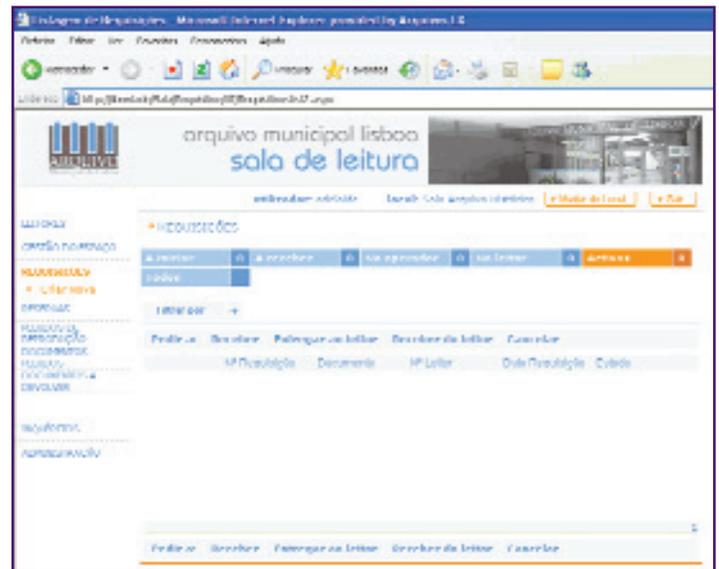
A configuração do espaço (salas de leitura, depósitos, reprografias) assim como a sua gestão, não obstante apresentar ligeiras nuances não compromete a normalização de procedimentos, nem a uniformização de resultados. São respeitados os Workflows existentes no Arquivo Municipal, cujo reflexo se encontra espelhado nas diversas "janelas" dimensionadas, ou seja, interfaces compostos com tabelas e botões para múltiplas ligações entre menus.

Salientamos ainda que o Módulo de Sala de Leitura foi equacionado como um modelo, na lógica de sistema integrado, preparado para interagir com todos os sectores aplicativos em funcionamento ou a implementar a curto e médio prazo. A informação aqui contemplada abrange toda a documentação comunicável, sendo de destacar, como "porta" de saída de dados o portal do Arquivo Municipal. É neste sector anexo, que num esquema de navegação virtual, os interessados, se podem inscrever (registo de leitor) para visitas periódicas, assim como navegar nas inúmeras "peças arquitectónicas" colocadas à sua disposição.

Após a pesquisa, surgem, diversas opções que nos remetem para o universo pretendido (pedidos de consulta e de reprodução documental). Um cenário versátil onde o imaginário despoleta o "real", e onde o "real", por vezes inantigível por motivos logísticos, dá azo a uma panóplia de interpretações desse mesmo real. A informação transmitida com vista ao conhecimento! Uma "viagem" que proporciona a magia de um oceano de oportunidades, até à data submerso, porque não transmissível!

CENÁRIO DE EXPECTATIVAS

Sugerimos como troço final do itinerário X-*arq*, o cenário de expectativas. Uma breve passagem pelos principais resultados obtidos e a obter no plano tecnológico. No âmbito do projecto de informatização do Arquivo Municipal de Lisboa, uma gestão correcta e adequada exigiu um conjunto alargado e pluridisciplinar de iniciativas e projectos complementares, de importância frequentemente subavaliada, de forma a garantir simultaneamente que todas as componentes em transformação fossem correctamente abrangidas.



Módulo Sala de Leitura: Menu Requisições

O projecto global, cujos alicerces radicam na tomada de consciência do valor estratégico da informação, deu origem ao desenvolvimento de uma solução aplicacional perspectivada e efectivada como sistema integrado de gestão de documentos.

Dos resultados obtidos, emergem todos os "elementos decorativos" aditados ao corpo central do edifício Sistema X-arq/Extended Archive. Um sistema de corpos separados, embora relacionados e articulados numa perfeita sintonia, convergindo num ponto comum, a gestão de informação, que por meio de uma estratégia predefinida de ordenamento, adquire a tônica de abrangente.

Na solução aplicacional arquitectada, podem ser contempladas múltiplas funcionalidades, através de uma interface apelativa para quem nos "visita" presencial ou virtualmente, sendo esta consentânea com as expectativas do Arquivo Municipal tanto em qualidade como em normalização.

O segundo ponto de referência, neste fugaz percurso pelo cenário de expectativas, prende-se com a desburocratização e simplificação de processos, componente que se reflecte na qualidade dos serviços prestados no domínio do atendimento e comunicação, viabilizando uma mudança efectiva a nível da capacidade de resposta.

Como resultados a obter, o Arquivo prevê a integração de novos "elementos construtivos", que proporcionarão, após entrada em funcionamento, itinerários alternativos.

Dos novos "troços" a projectar para áreas a intervencionar, das quais destacamos a gestão de autoridades, gestão de thesauri, gestão de conteúdos digitais, microfilmagem e restauro.

Os novos sectores aplicacionais a edificar viabilizarão a revitalização da composição arquitectónica. Uma "malha" renovada e adaptada às contínuas exigências no domínio da gestão do conhecimento. Zonas envolventes a edificar num espaço de feição flexível, onde a leveza das "formas e do estilo" contraria a tendência excessivamente "barroca" do edifício preexistente.

Planear, actuar, conseguir! Um processo que aparentemente findo nos leva sistematicamente ao ressurgir do mesmo. Um ciclo infundável, uma eterna e contínua busca para e pelo Sistema de Informação perfeito!

**O projecto de integração da
Base de Dados do Arquivo
Fotográfico na Plataforma
X-arq/Extended Archive**

Isabel Corda

INTRODUÇÃO

Neste artigo pretende-se expor um caso prático. Trata-se de um projecto pioneiro em Portugal, desenvolvido pela Divisão de Gestão de Arquivos da Câmara Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico, em parceria com a empresa Mind-Software Multimédia e Industrial, S.A.

O desenvolvimento tecnológico a que assistimos na última década do século XX tem tido como consequência imediata a actualização e modernização dos programas e equipamentos instalados.

Neste contexto, emerge o projecto de "Integração", assim se designou no Arquivo, que teve como objectivo central substituir a aplicação informática DocBase (Lisi) e restantes bases de dados em Access, por um *Sistema Integrado de Gestão de Documentos de Arquivo*. A transferência de dados para uma plataforma única, o X-arq/Extended Archive, ocorreu em Junho de 2004.

Para tornar este projecto exequível, nomeou-se um grupo de trabalho interdisciplinar, composto por técnicos do Arquivo Municipal: um arquivista, dois licenciados em História, dois conservadores e os engenheiros afectos à empresa Mind.

A transferência de dados pressupôs a definição de momentos-chave para a concretização deste projecto. Assim, em primeiro lugar procedeu-se à identificação do sistema informático implementado no Arquivo Fotográfico (DocBase e Access) e possível compatibilização com o sistema X-arq/Extended Archive. Em seguida, elaboraram-se tabelas de equivalência que definiram a correspondência entre os campos das várias bases de dados e redigiu-se o documento final, *Ficha Síntese de Projecto*, com a análise e especificação de requisitos a contemplar em cada módulo (descrição, pesquisa, configuração e administração), com vista à migração da informação. Este documento técnico foi enviado à empresa Mind para execução do projecto.

Por último, efectuou-se a transferência de informação para a plataforma X-arq.

Os resultados deste trabalho serão apresentados na conclusão. Referem-se as vantagens obtidas com a implementação deste sistema integrado mas também as dificuldades inerentes ao processo de migração de dados.

Os problemas e alternativas de solução foram sendo equacionados e resolvidos entre as partes.

O ARQUIVO FOTOGRAFICO MUNICIPAL DE LISBOA

O Arquivo Fotográfico Municipal de Lisboa existe há cinquenta e oito anos. Foi institucionalizado por despacho publicado no Diário Municipal, em 25 de Março de 1942. Inserido na complexa estrutura orgânica do Município de Lisboa, encontra-se actualmente



Arquivo Fotográfico Municipal de Lisboa

sob a dependência directa da Divisão de Gestão de Arquivos, composta por 4 pólos de arquivo (Arquivo Histórico, Arquivo Intermédio, Arquivo do Arco do Cego e Arquivo Fotográfico), fisicamente localizados em 3 pontos da cidade.

Aquando da sua criação, o arquivo fotográfico teve como principal função reunir toda a produção fotográfica da Câmara dispersa pelos serviços na cidade. O acervo que foi sendo reunido ao longo dos anos e que actualmente se encontra à guarda do Arquivo é composto por cerca de seiscentas mil espécies fotográficas (negativos, provas e slides).

O Arquivo Fotográfico tem como competências fundamentais:

- Avaliar
- Adquirir
- Organizar
- Conservar
- Investigar
- Divulgar

Apesar das sucessivas transferências de instalações, o Arquivo Fotográfico manteve o modelo de organização inicial, traçado pelo seu primeiro director, o Dr. Mário Tavares Chicó, até ao início da década de noventa do século XX. A metodologia de trabalho contemplava as seguintes etapas:

- Separação física dos suportes (negativos, provas e diapositivos);
- Preenchimento dos livros de registo diário com indicação do n.º de negativo e prova, legenda, data de aquisição, formato, preço e autor;
- Constituição do ficheiro temático e geográfico, em ficha de cartão, para pesquisa manual;
- Consulta pública com recurso à visualização dos originais;
- Pesquisa de imagens para o público realizada pelos técnicos do Arquivo Fotográfico, com marcação prévia e tempos de espera de aproximadamente 8 dias;
- Reprodução de imagens a partir dos negativos originais, feita em laboratórios comerciais da cidade.

Os instrumentos de descrição organizados entre 1942 e 1991 foram:

- Inventários temáticos;
- Guias de remessa;
- Livros de registo diário para negativos e provas.

A introdução de novas tecnologias de tratamento, difusão de imagem e informação só foram aplicadas na década de noventa, após a inauguração de um novo espaço readaptado para assegurar o funcionamento deste Arquivo, nas principais vertentes de actuação: recolha, preservação, investigação e divulgação da memória fotográfica de Lisboa.

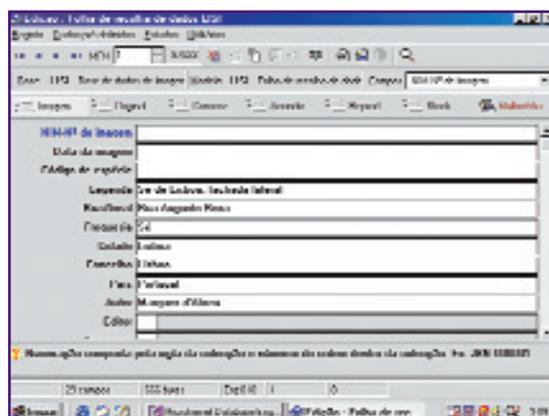
O Arquivo Fotográfico apresentou então um projecto modelar e inovador centrado na conservação das espécies fotográficas, na reprodução digital e consulta presencial de imagens em formato digital. A aplicação informática desenvolvida para o Arquivo foi a DocBase (LISI), uma aplicação modular parametrizada a partir do programa *Mini-Micro CDS/ISIS* (Computerised Documentation System/Integrated SETof Information System), desenvolvido pela UNESCO para catalogação bibliográfica e imagem. As soluções desenvolvidas foram construídas à medida das necessidades do arquivo.

DOCBASE (LISI)

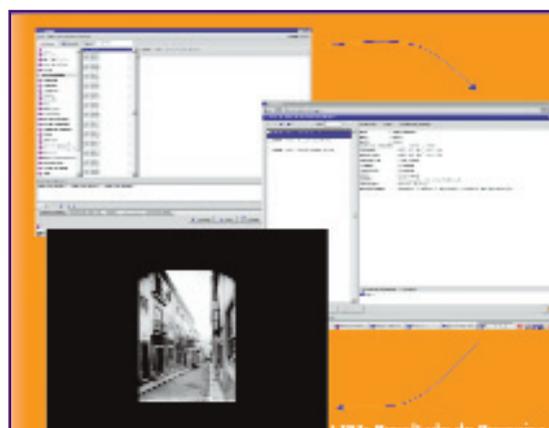
As componentes técnicas da plataforma DocBase permitiam ao utilizador interno:

- 1- Criar e editar registos;
- 2- Utilizar dados pré-definidos;
- 3- Proceder à associação multimédia;
- 4- Aceder ao interface de pesquisa docbase (pesquisa simples ou booleana);
- 5- Aceder a diferentes módulos associados, como se vê na figura em anexo:
 - a. Base de Dados de Imagem (LISI)
 - b. Base de Dados de Autor
 - c. Base de Dados de Colecção
 - d. Base de Dados de Leitor
 - e. Base de Dados Bibliográfica (ISBD).

O utilizador externo acedia ao menu de pesquisa e para visualizar os resultados devolvidos percorria 3 etapas: na primeira lançava o termo de pesquisa, na segunda o sistema devolvia o conteúdo do resultado de pesquisa e na última, visualizava a imagem seleccionada. Tratava-se de um processo trifásico, sem visualização simultânea dos conteúdos e das imagens associadas, como se mostra em seguida.



Modelo de Folha de Recolha de Dados LISI (imagem 1)



Modelo de Folha de Recolha DocBase/Pesquisa

Em 12 anos (1992 - 2004) foram digitalizadas e descritas nesta base de dados cerca de 90 mil imagens.¹

O PROJECTO DE MIGRAÇÃO DA BASE DE DADOS DO ARQUIVO FOTOGRÁFICO E SUA INTEGRAÇÃO NA BASE DE DADOS X-ARQ/EXTENDED ARCHIVE

OX-arc-Extended Archive - sistema integrado de gestão de documentos de arquivo - entrou em produção no Arquivo Fotográfico em Junho de 2004. Este sistema de gestão substituiu a aplicação DocBase, bem como as bases locais (Access) criadas ao longo de vários anos no sector de conservação do arquivo.

RAZÕES PARA A MUDANÇA

Muito embora o público ficasse na generalidade satisfeito com os resultados devolvidos através da pesquisa, no arquivo, a equipa responsável pelo tratamento documental sentia enormes dificuldades em descrever níveis superiores ou intermédios (fundo, colecção, série, documento composto) e estabelecer ligações entre si, isto porque na DocBase, a catalogação (fotografia) era feito imagem a imagem. Para minorar este constrangimento, construíram-se bases de dados em Access (sem ligação à rede Lisi) onde se registava toda a informação relacionada com a colecção em tratamento, como, por exemplo, elementos sobre o processo de aquisição, organização original do fotógrafo ou coleccionador, núcleos a tratar ou a eliminar, conteúdos temáticos, informação relacionada com a conservação da colecção, tratamentos a efectuar sobre as diferentes espécies fotográficas e núcleos a digitalizar.

Por outro lado, para além das dificuldades sentidas na descrição de colecções de fotografia, o conhecimento de novas bases de dados construídas e algumas disponibilizadas on-line, em diferentes países europeus (Espanha, Holanda, Dinamarca, Suécia, Finlândia), por instituições congéneres ou grupos de trabalhos, nomeadamente o Centre de Recerca I Difusió De La Imatge (Girona, Espanha)² e o SEPIA (Safeguarding European Photographic Images for Access)³ veio reforçar esta necessidade de mudança. Estes primeiros estudos aplicados à

¹ Cfr. <http://www.arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/sala/online/ui/searchbasic.aspx?filter=AF>

² Cfr. http://www.ajuntament.gi/sgdap/cat/cdri_portada.php

³ SEPIA é um programa europeu de actividades orientadas para a conservação e digitalização de colecções de fotografia histórica. Este grupo de trabalho iniciou a sua actividade no ano 2000 e recebeu o apoio do Programa Cultura 2000 da Comunidade Europeia. Para informações complementares consultar: <http://www.knaw.nl/ecpa/sepia>. A partir de 2004, as actividades SEPIA aparecem sobre a forma de organização independente ECPA (European Commission on Preservation and Access). Para informações complementares consultar: www.knaw.nl/ecpa. O projecto SEPIA conta com a colaboração de várias instituições parceiras neste projecto: Stockolm City Museum, Norwegian Archive, Library and Museum Authority, Biblioteca Nacional de Espanha, Finnish Museum of Photography e ECPA, representada por Edwin Klijn.

Sobre o tema ver: SEPIA working Group on Descriptive Models, Deliverable 5.1 Descriptive models for photographic materials, Amsterdam, 2001 ; European Commission on Preservation and Access; SEPIA working Group on Descriptive Models, Sepiades Recommendations for cataloguing photographic collections, Amsterdam, European Commission on Preservation and Access, 2003

descrição, digitalização e tratamento de colecções de fotografia recomendavam a utilização de um modelo de descrição normalizado, multinível, de acordo com as orientações das normas ISAD(G)⁴ e ISSAR (CPF)⁵.

Foi neste contexto que surgiu a ideia de mudança de sistema informático.

OBJECTIVOS GERAIS DA INTEGRAÇÃO

O projecto de integração na aplicação X-arq, utilizada para fundos de arquivo textuais do Arquivo Municipal de Lisboa teve como principal objectivo a adopção de uma plataforma única (base de dados) para os diferentes pólos de arquivo.

Assim pretendeu-se:

- 1) Integrar as soluções aplicacionais do Arquivo Fotográfico (DocBase e outras bases em Access), no Sistema *X-arq/Extended Archive*;
- 2) Viabilizar uma plataforma única de tratamento, gestão e recuperação da informação;
- 3) Converter uma catalogação baseada numa adaptação da ISBD numa descrição hierárquica multinível com observância das normas existentes para o efeito (ISADG) e ISAAR-CPF);
- 4) Gerir de acordo com critérios de eficiência, eficácia e racionalidade o tratamento da informação/documentação.

PROGRAMA DE INTERVENÇÃO

O programa de intervenção desenvolveu-se em 4 momentos distintos e foi orientado por um grupo de trabalho multidisciplinar cuja composição se mencionou na introdução.

Na *Fase de Diagnóstico* procedeu-se à análise estrutural das diversas bases de dados em funcionamento (DocBase e bases Access), dos instrumentos de descrição existentes, bem como à caracterização de todo sistema de descrição já existente na plataforma X-arq e implementado no Arquivo Histórico.

Na *Fase de Anteprojecto* desenhou-se a arquitectura do novo sistema. Consideraram-se os seguintes aspectos:

- Possibilidade de aplicação do sistema de Gestão de Informação em Arquivo Fotográfico com descrição hierárquica multinível (descreve o fundo e todas as suas partes) e respeito pelos princípios fundamentais da arquivística: proveniência e ordem original;

⁴ CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS - ISAD(G): norma geral internacional de descrição arquivística. 2ª ed. Madrid, Subdirección General de los Archivos Estatales, 2000. ISBN 84-369-3407-5.

⁵ CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS - ISAAR(CPF): norma internacional de registos de autoridade arquivística para pessoas colectivas, pessoas singulares e famílias. 2ª ed. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo, 2004. 79 p.

SISTEMA X-ARQ EXTENDED ARCHIVE VERSUS DOCBASE (LISI)

DocBase	X-arq
Base Lisi (Base de texto e imagem associada)	Zonas de descrição contempladas na ISAD(G) e ISAAR (CPF): informação pertinente visível no quadro de classificação documental e dividida em 9 áreas de descrição
Imagem	
Original	
Conservação	
Acondicionamento	
Reprodução	
Stock	
Multimédia	
Base Autor (Nome do autor e biografia)	
Base Colecção (Sigla e nome da colecção)	
Base AF (Registos sem imagem associada)	
Base Local (Registos a exportar para a Lisi findo a descrição completa da colecção)	
Outros Instrumentos de Análise	
Bases Access (Informação ao nível de Fundo/ Colecção e Documento)	
Instrumentos de Descrição (guias de remessa, livros de registo diário e inventários temáticos)	

- Análise e especificação de requisitos com indicação das alterações a realizar na estrutura X-arq;
- Parametização do sistema X-arq em função das necessidades do Arquivo Fotográfico;
- Elaboração de tabela de equivalência DocBase/ Bases Access/X-arq;
- Compatibilização de campos e dados com vista à migração de todos os registos para o novo sistema;
- Definição dos níveis de investimento: equipamento informático, redes, recursos humanos e formação profissional.

Nesta fase do projecto, a experiência do Arquivo Municipal de Girona revelou-se profícua no que respeita à organização, classificação e indexação de colecções de fotografia.⁶

Atendendo à experiência referida, julgou-se possível implementar o projecto no prazo de um ano. Assim, o calendário estabelecido definia o ano de 2003 para estudo e viabilização do projecto. Entre Janeiro e Maio de 2004 seria efectuada a migração dos registos de forma faseada (visualização interna em ambiente X-arq). A inauguração da nova plataforma ao público seria em Junho de 2004.

Na *Fase de Implementação* migraram-se os primeiros registos para a nova plataforma tendo sido necessário, nalguns casos, reajustar a informação para os campos correspondentes, uma vez que entre as duas plataformas não existia correspondência imediata entre os campos e portanto a transferência de informação ocorreu por aproximação dos conteúdos.

Exemplo de alguns campos sem correspondência na DocBase:

ÁREAS DO X-ARQ								
Zona de Identificação	Zona de Contexto	Zona de Conteúdo e Estrutura	Zona de Acesso	Zona de Materiais Associados	Zona de Notas	Zona de Indexação	Zona de Localização	Zona de Imagem
Código de referência	Nome do produtor (Ligação à pasta das autoridades)	Âmbito e Conteúdo	Condições de acesso e utilização	Localização dos originais	Notas do arquivista	Ligação ao módulo de Thesaurus	Ligação à pasta espaço	Associação à imagem digitalizada
Data	Menção de Responsabilidade		Copyright	Unidades arquivísticas relacionadas				
Data de produção descritiva	História biográfica e/ou administrativa		Idioma	Entidades com unidades arquivísticas associadas				
	História custodial		Cota antiga	Fontes e Bibliografia				
	Fonte imediata de aquisição		Cota actual					

⁶ Sobre este assunto consultar BOADAS, Joan [et al.] - *Manual para la gestión de fondos y colecciones fotográficas*. Girona: Ajuntament de Girona, 2001. (Biblioteca de la Imagen; vol. 3) ISBN 84-95483-11-4.

Nos restantes casos, os campos obtiveram correspondência directa ou por aproximação. Exemplo disso, foram campos como *Título/Legenda, Estado de Conservação, Tratamentos, Existência de cópias, Reprodução, Dimensão, Material de suporte, Inscrições no original*, entre outros.

Nesta fase todos os técnicos do Arquivo Fotográfico frequentaram duas acções de formação em X-arq - Módulo Descrição e X-arq - Módulo de Pesquisa. As formações em X-arq - Módulo de Configuração e X-arq - Módulo de Administração destinaram-se apenas aos administradores do sistema.

Na *Fase de Controlo de Qualidade* procurou-se aferir os resultados e corrigir eventuais erros que decorreram do processo. O *check-up* realizado a este processo de integração mantém-se em curso. Tem sido um trabalho moroso, realizado também em equipa e que pretende, por um lado, corrigir conteúdos, mas por outro testar a usabilidade, flexibilidade e eficácia do sistema de forma integrada.⁷

CONCLUSÕES

O processo de integração revelou inúmeras vantagens para o Arquivo Fotográfico muito embora seja pertinente referir também as dificuldades inerentes a projectos desta envergadura.

Entre as vantagens destacam-se as seguintes:

- Integração de registos num quadro de classificação documental;
- Criação de FRD'S para os diferentes níveis de descrição;
- Descrição arquivística normalizada segundo as normas ISADG e (ISAAR CPF);
- Partilha de informação entre os 4 pólos de arquivo;
- Pesquisa em Web a partir de um único sistema;
- Possibilidade de iniciar o tratamento documental a partir dos instrumentos de descrição existentes.

O projecto confrontou-se com várias dificuldades, a saber:

- A mudança de plataforma obrigou à criação de novos campos na FRD e exigiu a correcção dos conteúdos em muitos casos;
- Investimento elevado em equipamento;

⁷ Por exemplo, a zona de indexação não foi contemplada no momento da migração. O conteúdo destes campos encontrava-se subdividido entre a zona de imagem e a zona de conteúdo e estrutura. Em Setembro de 2006 foi criada a zona de indexação que irá no futuro permitir a ligação ao módulo de Thesaurus. Outras adaptações têm sido implementadas. Salienta-se a versatilidade deste programa e a sua flexibilidade que permite a qualquer momento introduzir alterações.

- Conversão de todas as imagens em formato PCX para formato JPEG;
- Aumento exponencial do volume da Base de Dados;
- Transferência do servidor do Arquivo Fotográfico;
- Dificuldades ao nível da rede.

As principais alterações no modelo de descrição foram as seguintes:

- Recuperação de toda a informação pertinente no processo de tratamento documental (guias de remessa, inventários, listas, cadernos de registo, notas, manuscritos, etc.), que se encontravam-se por tratar;
- Identificação do nível de descrição (como a descrição era feita peça a peça, nunca existia a possibilidade de organizar a documentação em fundos, secções, séries ou documentos compostos);
- Criação de um ponto de acesso dentro da hierarquia do QCD (não existia quadro de classificação documental);
- Preenchimento da folha de recolha de dados em cada nível de descrição (não existiam níveis de descrição);
- Associação da imagem ao registo (era possível mas a visualização não era imediata);
- Validação da hierarquia ou apenas de um determinado ponto de acesso;
- Disponibilização na Internet.

Do projecto de integração salientam-se as componentes técnicas subjacentes neste percurso de evolução. O *X-arg Extended Archive* é um programa centrado na optimização e gestão de recursos, vocacionado para a eficiência dos serviços e melhoria da satisfação dos utilizadores. Actual, inovador, apresenta múltiplas funcionalidades e dispõe de uma interface muito simples para o utilizador.

Com uma atitude sempre próxima do utilizador, o Arquivo procurou uma vez mais a satisfação dos utilizadores e ajustou o trabalho às necessidades do seu público-alvo: investigadores, estudantes, professores, empresas ou simplesmente munícipes interessados na descoberta e conhecimento do património fotográfico local.

**Conservação e restauro
de desenhos de arquitectura
em vegetal**

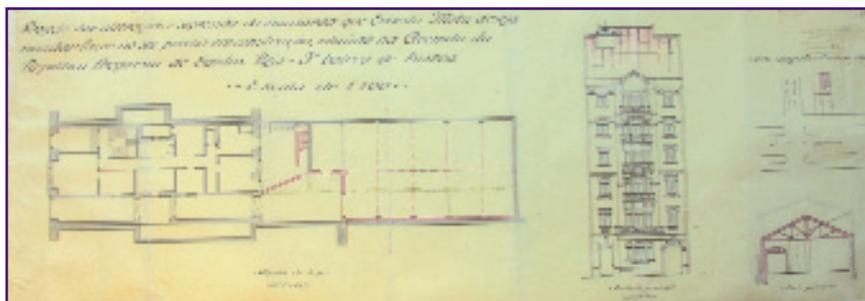
Adriana Ferreira

Helena Nunes

Introdução O Arquivo Municipal de Lisboa (AML) possui, tal como muitas outras instituições, fundos e coleções com desenhos de arquitectura executados em papel vegetal. No caso do AML, esses desenhos em papel vegetal são parte integrante da documentação referente ao património edificado e à urbanização da cidade de Lisboa, desde meados do século XIX até à actualidade.

Os desenhos de arquitectura apresentam-se invariavelmente em mau estado de conservação e, por se encontrarem em larga escala nos processos de obra, a série documental do AML com mais elevada taxa de consulta e reprodução, tornam-se numa das principais preocupações do Gabinete de Conservação e Restauro de Documentos Gráficos. Os problemas inerentes aos papéis vegetais prendem-se, essencialmente, com os materiais utilizados, os processos de manufactura e o manuseamento/acondicionamento inadequado.

Pretende-se com este artigo apresentar informações reunidas por pesquisa bibliográfica e pela experiência adquirida no dia-a-dia, bem como diagnosticar as principais alterações presentes nos desenhos em suporte de papel vegetal. Numa segunda fase, apresentam-se alguns dos tratamentos utilizados pelo Gabinete de Conservação e Restauro de Documentos Gráficos nesses desenhos.



Exemplo de um desenho de arquitectura sobre papel vegetal.

O PAPEL VEGETAL

O papel vegetal também conhecido por papel transparente, apresenta-se como o suporte de eleição utilizado por engenheiros e arquitectos, normalmente os autores dos desenhos de arquitectura. Esta preferência em relação aos outros suportes, como o papel e a tela, prende-se com o facto de o papel vegetal apresentar propriedades ópticas de decalque únicas.

Inúmeros autores têm focado as alterações mais comuns nos papéis vegetais e as principais causas¹, mas poucos se têm debruçado no porquê da transparência. Os autores que estudam as propriedades ópticas dos papéis vegetais referem que a transparência pode ser conseguida

¹ BACHMANN, Konstanze - The treatment of transparent papers: a review. *The Book and paper Group*. Washington D.C. ISSN 0887-8978. Vol. 2 (1983), p. 1 - 12. CHAPMAN, Rachel; FRISA, Carolyn - An alternative approach to transparent paper: the conservation of artist's sketches. *Paper Conservation News*. London. ISSN 0104-1033. Nº 94 (2000), p. 8-9. FLIEDER, F. [et al.] - Analysis and restoration of old transparent papers. In *Conservation of Historic and Artistic Works on Paper*. Ottawa: Canadian Conservations Institute, 1998. ISBN 0-662-59418-5. p. 235-244. LAROQUE, Claude - History and analysis of transparent papers. *The Paper Conservator*. London. ISSN 0309-4227. Vol. 28 (2004), p. 17 - 32. LAROQUE, Claude - Transparent papers: a technological outline and conservation review. *Reviews in Conservation*. London. ISSN 1605-8410. Nº 1 (2000), p. 21-31. REYDEN, Dianne van der - *History and technology, and treatment of specialty papers found in archives, libraries and museums: tracing and pigment-coated papers*. [Em linha]. [S.l.: s.n.], 2002. [Consult. 10 Out. 2006]. Disponível em WWW: <URL:http://www.si.edu/mci/downloads/REACT/coat_special_papers.pdf>.

de várias formas, mas o fenómeno óptico responsável por tal característica deve-se sempre ao facto de haver uma forma diferente de absorção e reflexão da luz². O papel vegetal, tal como todos os papéis, é constituído por fibras de celulose rodeadas por bolsas de ar. O ar e a celulose apresentam um índice de refração diferente, o que faz com que se dê a difusão da luz. Se houver a introdução de um novo material, com o mesmo índice de refração da celulose e que venha a ocupar os espaços onde existiam bolsas de ar, haverá uma tendência para a passagem da luz. Por vezes, a transmissão de luz é conseguida unicamente pela eliminação das bolsas de ar, por batimento, como se irá ver nos métodos de fabrico.

OS MÉTODOS DE FABRICO

Na literatura especializada são mencionados dois métodos básicos de fabrico de papel vegetal: **tratamento mecânico** e **tratamento químico**³. O primeiro método, que corresponde a um tratamento das fibras, é realizado antes da formação da folha, enquanto o segundo é realizado após a folha formada.

Os métodos diferenciam-se entre si não só pela sequência no processo de formação da folha, mas também no tipo de metodologia adoptada. No **tratamento mecânico**, a polpa é submetida a um batimento prolongado que leva ao desfibramento da celulose, também designada por refinação. Quanto maior o desfibramento, maior o número de pontos de união e maior a ausência de moléculas de ar. Após o batimento, a folha assemelha-se a uma massa compacta, que deixa passar a luz, provocando um efeito de transparência.

O **tratamento químico** divide-se em **impregnação** e **revestimento**. A **impregnação** é o processo mais utilizado para tornar o papel transparente e consiste, tal como o nome indica, em impregnar a folha em óleos vegetais, vernizes e ceras. Estes materiais vão ocupar os interstícios entre as fibras, anteriormente ocupados pelas bolsas de ar, apresentando índices de refração semelhantes à celulose, permitindo a difusão da luz incidente. Actualmente, as substâncias descritas foram substituídas por amidos, óleos minerais e resinas sintéticas.

O processo de **revestimento** consiste na aplicação de uma camada sobre o papel, com um índice de refração semelhante ao da celulose. As camadas aplicadas são cargas⁴, na maioria das vezes constituídas por alumínio, cálcio, titânio e zinco. Alguns artigos referem o uso de

² PAGE, Susan - Conservation of nineteenth-century tracing paper: a quick practical approach. *The Book and Paper Group*. Utah. ISSN 0887-8978. Vol. 16 (1997), p. 67-73.

³ YATES, Sally Ann - The conservation of nineteenth-century tracing paper. *The Paper Conservator*. London. ISSN 0309-4227. Vol. 8 (1984), p. 20 - 39. YATES, Sally Ann - *Conservation research into nineteenth-century tracing paper*. 1983. p. 1 - 41. Based on material from the ships plans collection of the National Maritime Museum. Acessível na Biblioteca do Instituto Português de Conservação e Restauro, Lisboa, Portugal.

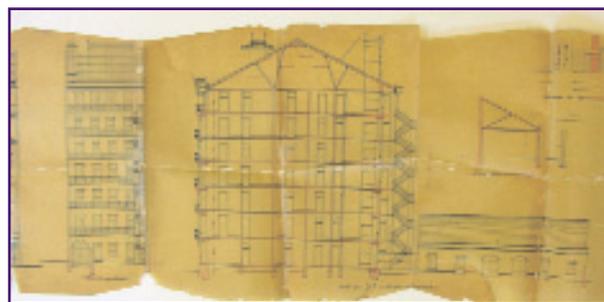
⁴ As cargas são matérias adicionadas ao papel com a finalidade de lhe conferir opacidade.

silício como parte das cargas⁵. O revestimento também pode ser conseguido ao imergir a folha num banho ácido, quase sempre de ácido sulfúrico sendo, em seguida, neutralizado.

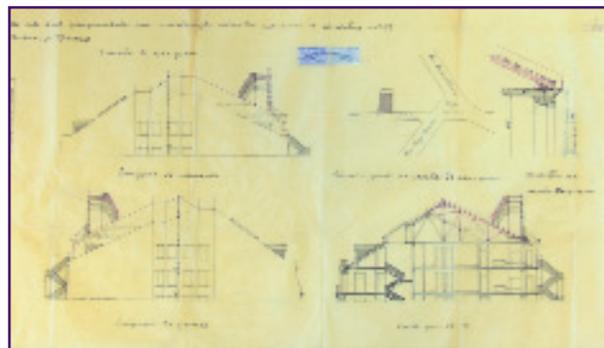
Os materiais impregnantes mais comuns na documentação do AML são as resinas e os óleos. Estas substâncias podem ser identificadas segundo métodos de coloração⁶, que dependendo da cor resultante, confirmam a sua presença ou não. Nas fotografias que se seguem, estão representadas as amostras de dois papéis com aspectos visuais diferentes. Verifica-se que numa das peças o material impregnante é a resina e na outra é óleo. A utilização de um material ou outro não está directamente relacionada com períodos de manufactura até porque as peças mencionadas têm a mesma data de execução.

Todos estes tratamentos são responsáveis pela instabilidade dimensional das folhas, quando em contacto com a humidade. É possível, no entanto, catalogar a impregnação por banho ácido e o tratamento mecânico como os processos que causam uma maior instabilidade dos suportes⁷.

Existem técnicas mistas entre os dois procedimentos, como por exemplo a imersão da folha após a refinação⁸ ou a calandragem⁹. A folha que sofreu refinação mecânica é submetida a um banho ácido. Neste caso, é induzido o aumento de pontos de ligação porque as fibras incham quando em contacto com o ácido. O papel sujeito à maceração e ao banho ácido é conhecido por papel semi-pergaminho e o papel submetido à calandragem é conhecido por papel glassine.



Particular de um vegetal obtido por maceração e adição de óleo.



Particular de um vegetal obtido por maceração e adição de resina.



Aspecto do método de coloração: Amostra 5: coloração rosa = óleos. Amostra 6: coloração rosa intenso = resinas.

⁵ REYDEN, Dianne van der, op. cit. WASIUTYNSK, Thea Jiret - Sprayed poly (vinyl acetate) heat seal adhesive lining of pen and iron gall ink drying on tracing paper. *Journal of the American Institute for Conservation*. Washington. ISSN 0887-8978. Vol. 19 (1980), p. 96 - 102.

⁶ Óleos = método de coloração com o reagente Rodamina B. Resinas = método de coloração com o reagente Púrpura de Bromocresol.

⁷ LOUREIRO, Leonor - *Estudo sobre papel vegetal*. 1999. Relatório de Estágio de Bacharelato. Cap. 1 - 2. Acessível na Biblioteca do Instituto Português de Conservação e Restauro, Lisboa, Portugal.

⁸ A refinação tem o objectivo de tornar o papel mais fino, retirando as impurezas por processo químicos.

⁹ Entende-se por calandragem o processo que diminui a rugosidade do papel tornando-o polido, além de controlar a densidade do suporte.

Com a utilização em simultâneo destas técnicas obtém-se o papel cristal. Entre estes três tipos de papel vegetal, o papel glassine é o que apresenta menor reacção face à presença de humidade devido à calandragem¹⁰.

O papel vegetal é visto quase sempre como um material de má qualidade, atribuindo-se essa



Pormenor de fibras de resinosa (com pontuações aureoladas) e fibras de trapo (nó característico de linho).



Pormenor de fibras fragmentadas pela elevada maceração.

instabilidade ao tipo de fibras. Esta dedução está errada, visto que o tipo de fibras utilizadas é normalmente de boa qualidade. Até cerca de 1900 as fibras são maioritariamente de algodão. Entre 1900 e 1920 é introduzida na manufactura do papel a celulose proveniente das árvores resinosas. Após esta data, as pastas passam a resultar da junção de pasta de trapo e uma pequena percentagem de pasta de resinosas. Em 1945, as pastas de árvores folhosas podem igualmente aparecer na composição dos papéis vegetais.

O processo de obtenção das pastas de resinosas e folhosas, originalmente químico, passou a sofrer outro tratamento como o branqueamento, daí a designação de pastas químicas branqueadas. A palha está sempre presente em papéis com misturas de pastas, neste caso de fibras libriformes e fibras liberianas, sendo o mais comum o linho e cânhamo¹¹.

Entre as peças do AML, as pastas são maioritariamente constituídas por fibras de trapo e pasta química branqueada de resinosas. A identificação das fibras é realizada ao adicionar o corante *Herzberg*, que reage com as fibras, obtendo-se colorações diferentes consoante a sua natureza¹².

Como a manufactura do papel vegetal implica a maceração da pasta, não é possível distinguir os tipos de fibras de trapo, como se pode observar nas imagens.

¹⁰ HOMBURGER, Hildegard; KORBEL, Barbara - Architectural drawings on transparent paper modifications of conservation treatments. *The Book and Paper Group*. Michigan. ISSN 0887-8978. Vol. 18 (1999), p. 25-33.

¹¹ Identificação de fibras, segundo a sua morfologia, observadas ao microscópio óptico.

¹² ESTEVES, Lília - O papel. In *Sebenta para apoio aos alunos das áreas de Conservação e Restauro*. Lisboa: Instituto Português de Conservação e Restauro, 2005. p. 1 - 21.

PROBLEMAS INERENTES À UTILIZAÇÃO DO PAPEL VEGETAL

Os problemas inerentes aos papéis vegetais prendem-se, essencialmente, com os materiais utilizados, os processos de manufactura e o manuseamento/acondicionamento inadequado.

Este tipo de documentos são bastante frágeis e até há relativamente pouco tempo eram preservados em condições inadequadas. Dada a sua grande dimensão eram acondicionados em rolo ou dobrados, causando-lhes danos físicos. Entre os papéis vegetais, os que são impregnados com óleos ou resinas, anteriores ao século XIX ou XX, tendem a ser muito frágeis e com maior tendência para mudar a cor.

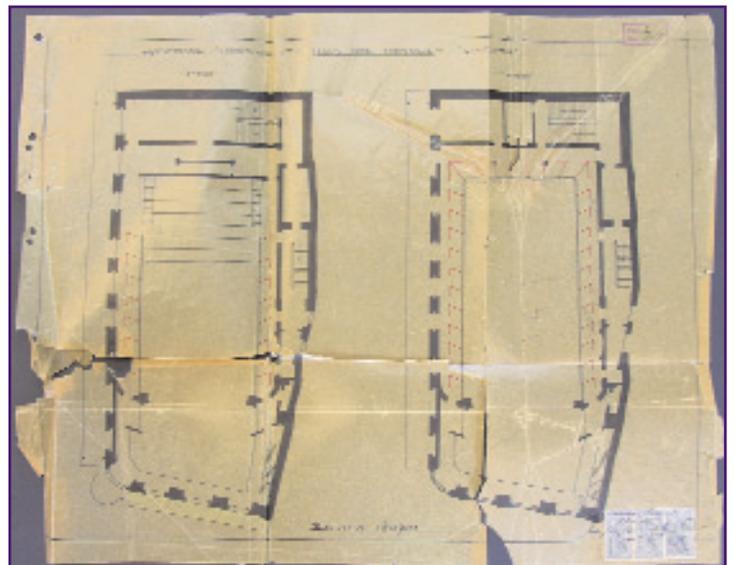
Um outro tipo de alteração muito frequente é a presença de fitas-adesivas ou manchas provocadas pelas mesmas. Estes elementos externos à estrutura das obras eram colocados de maneira a impedir ou minimizar os rasgões e faltas detectadas nos documentos. É certo que as fitas adesivas são, de uma maneira geral, de fraca qualidade, mas permitiram, sem sombra de dúvida, a sobrevivência de alguns desenhos. Embora as manchas causadas pela sua aplicação e utilização intensiva sejam quase sempre irreversíveis e tenham trazido problemas a todos os níveis de preservação, pode-se dizer com alguma certeza que o uso das fitas-adesivas foi um mal necessário, devido à falta de recursos, materiais e informação adequada para intervir na consolidação de rasgões e faltas.

As alterações físicas e químicas que alguns documentos apresentam, obrigam a uma intervenção e acondicionamento, entrando no campo do restauro propriamente dito.

Os problemas relacionados com as dimensões dos objectos persistem até hoje, mas têm sido estudadas novas formas de acondicionamento de maneira a retardar a sua inevitável deterioração.



Pormento de um desenho em mau estado de conservação, colocado numa bolsa plástica, para ingressar no restauro.



Vista geral frente de um desenho com alteração de cor.



Vista geral de um desenho antes de entrar no restauro. Numa intervenção anterior foram aplicadas fitas adesivas, para minimizar rasgões e faltas.

TRATAMENTOS DE PAPÉIS VEGETAIS

É sabido que na área da conservação e restauro cada caso é um caso, ou seja, o tratamento a seguir depende do tipo de peça, das causas de degradação e da sua extensão. Para dar uma panorâmica dos tratamentos utilizados com mais frequência e os tipos de papéis vegetais que mais aparecem, escolheram-se cinco desenhos de arquitectura sobre papel vegetal, tratados entre 2005 e 2006, no âmbito de um estágio curricular¹³, neste Gabinete de Conservação e Restauro.

TABELA DE IDENTIFICAÇÃO DOS DESENHOS DE ARQUITECTURA

Processo	Data exec.	Suporte/ Impregnante	Técnica	Dimensões	Estado de conservação
Obra - Folha ¹⁴				mm alt.xlarg.xesp.	
5808/1922	1922	Vegetal	Tinta da china	340 x 580 x 0.08	
37509 v.2- 2		Resina	aguarela grafite		Amarelecimento, quebradiço,
5354/1922	1922	Vegetal	Tinta da china		transposição
32381 - 4		Óleos	aguarela grafite Lápis de cor	354x2947x0.08	do desenho para o verso, fitas-
464/1923	1923	Vegetal	Tinta da china	340x970x0.07	adesivas, vincos,
32381 - 2		Não identificado	aguarela grafite		lacunas, fragmentos
1564/1923	1923	Vegetal	Tinta da china	285x1293x 0.075	soltos, rasgões.
7198 - 4		Resina			

O tratamento tem sempre o objectivo de restabelecer a integridade e estabilidade física e química da obras e ao mesmo tempo permitir a leitura da composição¹⁵.

Uma das grandes dificuldades na conservação de papéis vegetais é ajuizar se é possível, ou não, a realização de tratamentos segundo processos aquosos. Os papéis vegetais sofrem severas alterações dimensionais com estes tratamentos, dada a natureza dos materiais e dos métodos de fabrico.

¹³ FORMIGA, Flor - *Desenho de arquitectura*. 2006. Relatório de estágio da Licenciatura de Conservação e Restauro. Acessível na Biblioteca do Arquivo Municipal da Câmara Municipal de Lisboa.

¹⁴ Os números de obra, processo e folha são os elementos identificativos dos desenhos no AML.

¹⁵ CHAPMAN, Rachel; FRISA, Carolyn, op. cit. FLAM, Verena [et al.] - *Conservation of Tracing Papers*. In TRIENNIAL MEETING OF ICOM COMMITTEE FOR CONSERVATION, 9, Dresden, 1990 - *ICOM 9th Triennial Meeting*. Los Angeles: International Council of Museums, 1990. ISBN 0-89236-094-1. Vol 2. p. 463 - 467. STONE, Janet L. - Treatment of 19th century tracing papers from the Frederick Law Olmsted collection. In TRIENNIAL MEETING OF ICOM COMMITTEE FOR CONSERVATION, 8, Sydney, 1987 - *ICOM 8th Triennial Meeting*. Los Angeles: International Council of Museums, 1987. ISBN 0-089236-094-1. p. 731 -738.

LIMPEZA SUPERFICIAL

A limpeza é por norma o primeiro passo no processo de conservação e restauro das peças. No conjunto de peças descritas, a limpeza restringiu-se à passagem de uma trincha macia de forma a remover a sujidade superficial existente. Nos casos em que se torna necessário uma limpeza mais profunda, recorre-se ao uso de borrachas de durezas diversas ou a pó de borracha.

Enquadra-se ainda nesta etapa, a remoção de fitas-adesivas e resíduos de colas. As primeiras são removidas com bisturi e os resíduos de cola, que permanecem após levantamento das fitas-adesivas, retirados com solventes. Entre os vários solventes disponíveis¹⁶, a escolha é feita com base na sua capacidade de solubilidade, iniciando-se a remoção com a água, o álcool, a acetona entre outros. Destaca-se a mistura de acetona com heptano e acetato de etilo numa proporção de 40:30:30, para a remoção de colas que apresentam maior adesão ao suporte. A sua utilização é vantajosa, na medida em que a solução é volátil e não mancha o suporte.



Pormenor da remoção de fitas adesivas.

HUMIDIFICAÇÃO/PLANIFICAÇÃO

A humidificação torna-se necessária para atenuar/eliminar deformações do tipo ondulações, rugas e vincos, uniformizando o suporte. A resistência do papel vegetal é diminuta à humidade e varia com a sua composição e fragilidade física. Embora se conheçam várias formas de humidificação¹⁷, os métodos escolhidos para as peças mencionadas, são a humidificação por pulverização com uma solução de água e álcool na proporção 50:50 ou apenas água. Esta etapa é precedida de uma planificação que pode ser executada na prensa ou com a peça fixa a uma superfície, através de bandas coladas nas margens. A escolha entre estes dois métodos dependeu das características físicas das peças e do estado de conservação apresentado.

REFORÇO: TOTAL OU PARCIAL?

O reforço é uma operação fundamental para devolver a estabilidade e integridade do documento, sendo que a escolha por um reforço total ou parcial, é sempre baseada no estado de conservação da obra. A maioria dos autores refere a preferência por um reforço total

¹⁶ REYDEN, Dianne van der; HOFMANN, Christa; BAKER, Mary - Effects of aging and solvent treatments on some properties of contemporary tracing papers. *Journal of the American Institute for Conservation*. Washington D.C. ISSN 0197-1360. Vol. 32, nº 2 (1993), p. 177 - 206. REYDEN, Dianne van der; HOFMANN, Christa; BAKER, Mary - Some effects of solvents on transparent papers. *IPC*. Manchester. (1992), p. 234 - 246.

¹⁷ BACHMANN, Konstanze, *op. cit.* HOFMANN, Christa; REYDEN, D. van der; BAKER, M. - The effect of three humidification, flattening and drying techniques on the optical and mechanical properties of new and aged transparent papers. *IPC*. Manchester. (1992), p. 247-256.

dado que a aplicação de consolidações pontuais provoca alterações visuais em termos de transparência¹⁸. Embora o reforço total diminua a sua característica principal de transparência, permite que o suporte tenha uma translucidez homogênea, não perturbando a leitura.

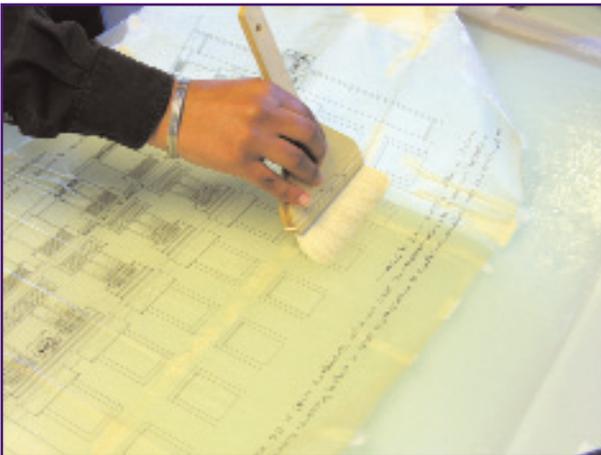
Em duas das peças optou-se pelo reforço total pelas razões acima mencionadas. Nas restantes, escolheu-se o reforço parcial pelos seguintes motivos:

- Suporte com resistência mecânica considerável;
- Número e extensão de rasgões pouco significativo;
- Inexistência de fragmentos soltos e perdas de suporte pouco evidentes.

Para qualquer um dos reforços foi utilizado papel japonês resistente, flexível e com espessuras que alterassem o mínimo possível a transparência. Optou-se pelo papel RK17 por apresentar as características exigidas.

O adesivo seleccionado foi a *tylose* MH 300p¹⁹ numa concentração de 4% pela sua afinidade com os materiais celulósicos e pelo seu poder adesivo. Entre a gama de colas celulósicas disponíveis a referida é a que apresenta melhor resistência face ao envelhecimento e amolecimento²⁰.

Metodologia de execução nos reforços parciais: são colocados pelo verso, remendos de papel japonês desfibrados, cujas fibras se sobrepõem ligeiramente. Estas consolidações são sempre seguidas por uma secagem/planificação pontual com pesos para evitar deformações do suporte.



Pormenor da execução de um reforço total.

Metodologia de execução nos reforços totais: o reforço é efectuado sobre uma rede de serigrafia fixa a um bastidor ou à mesa de luz - no segundo caso a fixação é conseguida com aplicação de *tylose*. Neste procedimento são efectuados os seguintes passos:

- 1) coloca-se sobre a rede o papel de reforço com dimensões superiores às da peça;

¹⁸ CHAPMAN, Rachel; FRISA, Carolyn, *op. cit.*

¹⁹ A *tylose* MH300p é uma hidroxietilmetilcelulose que corresponde a um adesivo à base de celulose. Encontra-se normalmente na forma de grânulos ou pó e é solúvel em água.

²⁰ BICCHIERI, Marina; BRUSA, Paola; PASQUARIELLO, Giovanna - Tracing paper: methods of study and restoration. *Restaurator*. Copenhagen. Vol. 14 (1993), p 217-233.

- 2) aplica-se o adesivo escolhido sobre o papel de reforço;
- 3) o verso da peça é colado ao novo suporte, assim como todos os fragmentos soltos, permanecendo fixo na mesa até secagem completa.

REINTEGRAÇÃO DE SUPORTE

O preenchimento de lacunas do suporte confere-lhe maior resistência, além de diminuir a probabilidade de ocorrerem deformações do suporte pelas diferenças de espessura entre o original e o papel de consolidação.

Embora o objectivo primordial desta etapa seja o acima referido, não se pode descurar o aspecto visual que está directamente relacionado com a leitura. Optou-se, por isso, por proceder a diferentes integrações:

- a) Preenchimento com papel previamente tingido com acrílicos²¹, pois estes materiais após secagem são insolúveis em água e portanto diminuem a possibilidade de manchar o papel com a aplicação da cola;
- b) Preenchimento com papel sem tingimento nas lacunas de menor dimensão e que não se encontram na zona de composição.

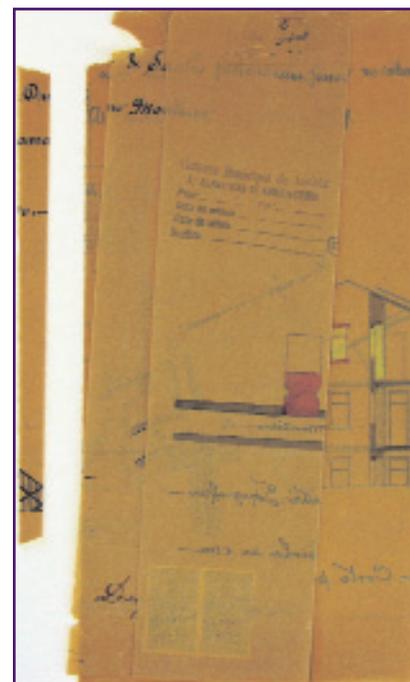
Estes princípios aplicam-se igualmente para a colocação de polpas que se executam nas zonas de fissuras ou nos locais de deficiente união dos rasgões. No segundo tipo de reintegração (b), as fissuras presentes na zona de composição foram reintegradas cromaticamente com aguarela²².

O papel e o adesivo escolhidos coincidem com os utilizados nos reforços parciais e totais.

Metodologia de execução dos preenchimentos de lacunas: é transferido para o papel de preenchimento o dese-nho da zona em falta, posteriormente cortado com um estilete e colado na lacuna. Nas peças consolidadas pontualmente, os preenchimentos são seguidos de planificação pontual para evitar deformação do suporte. No caso das peças que foram submetidas a um reforço total, o preenchimento não foi seguido da planificação porque o desenho permaneceu fixo à rede de serigrafia.



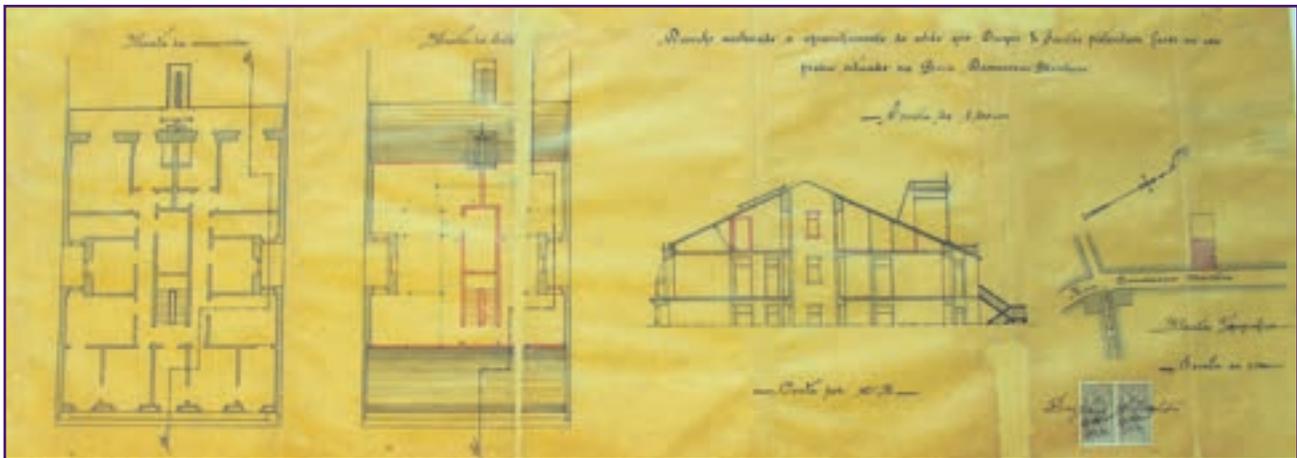
Pormenor do preenchimento de perdas de suporte.



Vista geral frente de um desenho sobre vegetal, antes de tratamento.

²¹ Marca Winsor & Newton, gama Finity Artists' Acrylic colour.

²² Marca Winsor & Newton, gama Artists' Watercolour.



Vista geral frente e um desenho sobre vegetal após o tratamento.

Metodologia de execução das polpas: a aplicação das polpas nas fissuras do suporte foi efectuada segundo dois métodos:

- a) Desfibrou-se o papel de preenchimento (tingido ou não) até obter a consistência de um pó, sendo este aplicado na zona fissurada após aplicação de cola;
- b) Triturou-se uma mistura de pasta de algodão, linho e sulfato²³ em água num desintegrador de polpas. Procedeu-se à desintegração até que a mistura tivesse e a consistência de uma polme adicionando-se de seguida acrílico diluído em água até obter a cor semelhante à apresentada pelo original. A aplicação seguiu-se sempre da remoção do excesso de água para não manchar o suporte.

CONCLUSÃO

O papel vegetal apresenta-se como o suporte de eleição utilizado por engenheiros e arquitectos, para a execução de desenhos de arquitectura. Esta preferência em relação aos outros suportes, deve-se ao facto de o papel vegetal apresentar propriedades ópticas distintas, como é o caso da transparência. Nos suportes em papel vegetal do AML, utilizados para o mesmo fim, é comum aparecer uma mistura de pasta de trapo e pasta química branqueada de resinosa e o método de obtenção é a impregnação com resinas e os óleos.

As obras sobre papel vegetal pertencentes ao AML apresentam invariavelmente problemas inerentes à composição, aos métodos de fabrico do papel e ao tipo de manuseamento e acondicionamento. Em termos químicos, os suportes apresentam-se desvanecidos e com manchas provocadas pela aplicação de fitas-adesivas em zonas de grande fragilidade. Por

²³ Algodão e linho em partes iguais.

vezes, a alteração de cor e de resistência observadas está relacionada com alterações químicas das substâncias impregnantes e/ou com a maceração das fibras. As alterações físicas mais comuns são provocadas pelo sistema de acondicionamento existente no arquivo, em forma de pasta, e ao constante manuseamento inadequado.

Conforme proposto, foram submetidos a intervenção de conservação e restauro quatro desenhos de arquitectura sobre papel vegetal, de forma a dar uma panorâmica dos tratamentos utilizados com mais frequência no Gabinete de Conservação e Restauro de Documentos Gráficos. Tal como no património cultural, na área dos papéis vegetais, cada tratamento a aplicar deve ser escolhido de acordo com as características e alterações de ordem física e química de cada peça. Uma vez que os desenhos apresentam perdas de suporte consideráveis, a execução de um reforço total ou parcial é crucial para estabilizar o processo de degradação e restabelecer a estabilidade física. Pode-se afirmar que o reforço é o procedimento mais importante na conservação dos vegetais.

Workshops de Conservação
e Restauro: a Coleção de
Joshua Benoliel

Margarida Duarte

Margarida Duarte, técnica de conservação e restauro do Arquivo Fotográfico Municipal de Lisboa, coordenou, em finais de 2005, três *workshops*, destinados a divulgar o trabalho de conservação e restauro efectuado a jusante da exposição *Joshua Benoliel (1873-1932) - Repórter Fotográfico*, realizada em parceria com o Centro Português de Fotografia, no âmbito da 2.ª edição da Bienal **LisboaPhoto**. O tratamento efectuado pela Equipa do Sector da Conservação¹ incidiu nos negativos e provas da colecção Joshua Benoliel existente no Arquivo Fotográfico Municipal de Lisboa. Esse tratamento abrangeu também em diversas provas fotográficas e documentos textuais e iconográficos que o arquivo da revista francesa *L'Illustration* (Paris) e a família do fotógrafo emprestaram para figurar na exposição. A partir do material produzido para os *workshops*, apresentamos uma selecção de diapositivos que ilustra as principais fases e tarefas do tratamento de conservação e restauro e da montagem da exposição. Pretende-se, desta forma, deixar num suporte perene a 'reportagem' de uma intervenção técnica, e simultaneamente de uma iniciativa de divulgação e extensão cultural.

NEGATIVOS DE VIDRO

A colecção de Joshua Benoliel é composta por cerca de 3000 negativos em vidro no formato 9x12 e 74 no formato 13x18, e 100 negativos em película de nitrato de celulose.

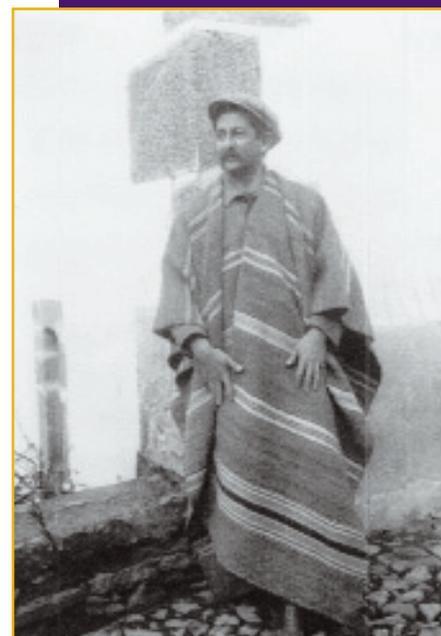
A colecção foi vendida ao Arquivo Fotográfico Municipal de Lisboa pelo filho, Judah Benoliel, nos anos 40.

LISBOAPHOTO2005

Joshua Benoliel

Projecto "Lisboa Photo 2005" Exposição Joshua Benoliel

Joshua Benoliel - 1873-1932



Fotógrafo Joshua Benoliel, início do século XX, autor desconhecido

¹ Da equipa, coordenada por Luís Pavão, fizeram parte Margarida Duarte, Maria José Silva, Ana Luísa Alvim, Célia Liberato, Isabel Silva, Rui Luciano, Cláudia Damas, Susana Tamagnini e Carlos Figueiredo (estagiário).



Cais de Santa Apolónia, embarque do Corpo Expedicionário Português para a Flandres, após a entrada de Portugal na Primeira Guerra Mundial. (LIM 1453)



Revisão da Coleção. Substituição de envelopes e caixas antigos por materiais de conservação.



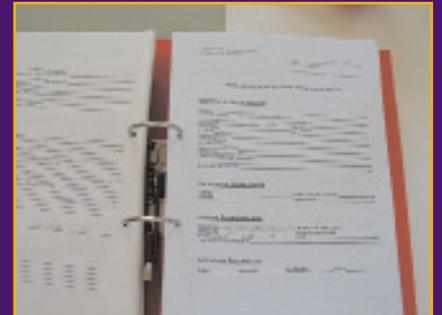
Recuperação da informação no envelope original, para a ficha de descrição.



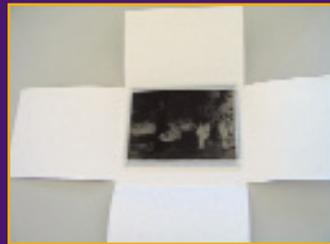
Limpeza do negativo de vidro com algodão, água destilada e puf.



Acondicionamento do negativo de vidro em envelope de quatro abas, catalogação do envelope a lápis, utilização de luvas



Acondicionamento colectivo em caixa de conservação, confirmação com a ficha de dados, o fantasma no lugar do negativo partido.



Restauração do negativo de vidro partido, selado com fita Filmoplast e um vidro auxiliar.



Revisão de documentação. Correção e actualização da informação na base de dados. Confirmação prova com o negativo.

TRATAMENTO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO DO ESPÓLIO L'ILLUSTRATION, PARIS

Cerca de 84 provas originais, em gelatina e prata, Foram cedidas pelo arquivo da revista *L'Illustration* de Paris, para serem expostas na exposição. Alguns destes originais eram iguais aos negativos de vidro da Coleção do Arquivo Fotográfico. Houve intervenção de limpeza e consolidação dos rasgos e reintegração de algumas lacunas.



TRATAMENTO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO DO ESPÓLIO DA FAMÍLIA BENOLIEL

A família cedeu documentação respeitante a Joshua Benoliel: fotografias, desenhos, manuscritos impressos. Fez-se a limpeza de todos os documentos, consolidação e restauro consoante o tipo de documento. Abertura de *passepapout* e montagem dos originais.



Tratamento do espólio da família: moldura com desenho de Joshua Benoliel, frente e verso. Cartão com bolor.

MONTAGEM DAS IMAGENS NOS PASSEPARTOUT E MOLDURAS E NA PAREDE

- Consoante o tipo de exposição são seleccionados os materiais de conservação, cartão, fita de linho, cantos em poliéster e de papel, molduras, etc.
- Foi seleccionado cartão cor marfim por os originais estarem muito amarelcidos
- Todas as molduras foram aparafusadas à parede por razões de segurança.



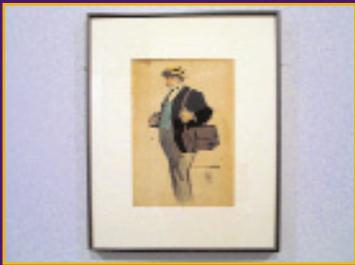
Remoção com solvente da fita-cola que agarra o original ao cartão acidificado (desenho anterior).



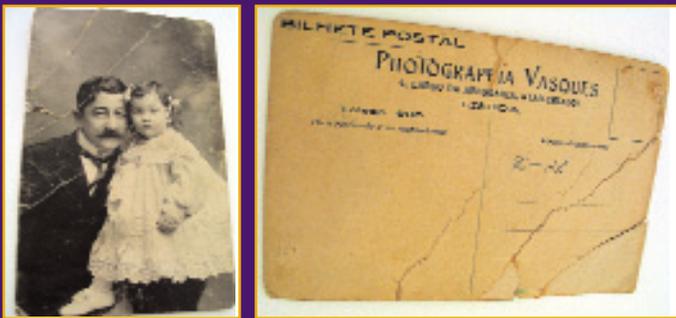
Caricatura de Joshua Benoliel, com rasgos e manchas de amarelecimento acentuadas nos bordos, provocadas por cola.



Consolidação dos rasgões com cola de amido e papel japonês.



Depois da intervenção, montagem em *passerpartout* e moldura fixa na parede com parafusos



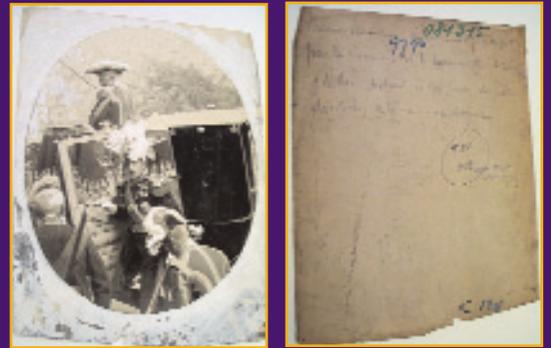
Retrato de Joshua Benoliel com a filha Ester. Apresenta vários rasgões e vincos na emulsão. No verso faltam camadas de cartão no canto superior esquerdo.



Consolidação dos rasgões, preenchimento das várias camadas em falta com papel japonês.



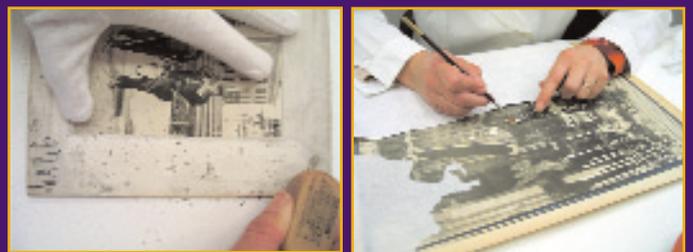
Prova colada em cartão. A intervenção foi feita apenas no suporte



Espólio da L' Illustration: D. Manuel II a descer do coche de gala diante do Palácio das Cortes (L' Illustration, nº 3402, 9 de Maio de 1908). Prova com lacunas nos bordos e retocada.



Reintegração das lacunas com papel japonês e desbaste do excesso de papel. Pormenor do canto montado no *passerpartout* depois da intervenção.



Prova colada em cartão. Limpeza do cartão com barracha, salvaguardando todas as inscrições.

Consolidação de um pequeno pedaço da emulsão que estava descolada, com gelatina.



Montagem das imagens nos passepartout. Abertura manual do rebaixo para todas as provas coladas em cartão.



Manipulação das imagens com um canto de papel, não tocando com as mãos no original. Fixação com peso para a colocação de cantos em poliéster. *Passepartout* com seis janelas.



Transporte. As imagens montadas nos *passepartout* e molduras são acondicionadas em caixas de madeira consoante o formato da moldura.



Na parede: ampliações feitas a partir do negativo de vidro da Coleção do Arquivo Fotográfico Municipal de Lisboa e do Centro Português de Fotografia.

Na vitrine: álbuns do Arquivo Histórico Militar.



Montagem da exposição na parede. Vitrinas com publicações: *Ilustração Portuguesa* e *L'Illustration* (Paris) com imagens da época.

**Investigação científica com base
nas fontes do Arquivo
Municipal de Lisboa -
Arco do Cego**

Cláudia Castelo

Introdução: O pólo do Arquivo Municipal de Lisboa no Bairro do Arco do Cego (AML - AC)¹, inicialmente destinado a arquivo administrativo ou geral, transformou-se, devido ao valor arquivístico da maioria da documentação que foi ingressando nas suas instalações², num arquivo eminentemente definitivo. Na década de 90, na sequência de solicitações exteriores à Câmara Municipal de Lisboa, abriu ao público o serviço de leitura e reprodução de documentos. Desde então, o Arquivo do Arco do Cego passou a receber regularmente investigadores, sobretudo das áreas da Arquitectura, da História, da História da Arte e do Urbanismo, que se encontravam a realizar pesquisas de diversa índole.

Não obstante a falta de um guia geral da documentação existente no Arquivo e a insuficiência dos instrumentos de descrição disponíveis, os técnicos do AML-AC procuraram sempre responder da melhor forma aos pedidos dos leitores. As respostas obtidas - importa reconhecê-lo - nem sempre tinham a pertinência devida. No que respeita à documentação da área funcional do Urbanismo e Obras, durante muito tempo privilegiou-se a catalogação de plantas e desenhos (ao nível da peça), em detrimento da descrição dos estudos e projectos, nos quais se inseriam os documentos gráficos. Nos últimos anos, tem-se feito um esforço para avançar com o tratamento documental e com a normalização da descrição, assente nas normas internacionais ISAD(G) e ISAAR(CPF) e utilizando o sistema informático X-arq. O objectivo primordial é fornecer descrições consistentes e úteis, capazes de facilitar a pesquisa e elucidar os utilizadores sobre os contextos de produção. Sabemos, no entanto, que há ainda muito por fazer.

Conscientes das limitações do passado e do presente, temos igualmente a noção das potencialidades da documentação à guarda do AML-AC para trabalhos de investigação científica e de divulgação cultural, o que é comprovado pelo registo dos leitores do Arquivo, dos respectivos pedidos de leitura e de reprodução, bem como dos pedidos de empréstimos de documentos para figurarem em exposições.

Apresentamos de seguida uma bibliografia das teses de mestrado e de doutoramento que citam, referenciam ou reproduzem documentos do AML-AC³. Além de listarmos as disser-

¹ Rua Nunes Claro, n.º 8 A.

² A maioria da documentação instalada no Arco do Cego relaciona-se com as seguintes áreas orgânicas e/ou funcionais: Actos Eleitorais, Fazenda, Notariado, Obras e Urbanismo, Recenseamento (eleitoral, militar, da população), Recursos Humanos, Secretaria-geral.

³ Para as teses de licenciatura não pudemos fazer o mesmo levantamento sistemático porque não há um registo obrigatório das mesmas (vid. nota 3). Além disso, a esmagadora maioria dos autores não ofereceu um exemplar da tese ao AML-AC. Deixamos aqui registadas duas excepções: CÂMARA, Maria Teresa Bettencourt da - *Do Passeio Público ao Alto do Parque: contributo para o estudo da evolução do conceito de espaço público*. Lisboa: [s.n.], 2000. Relatório do trabalho de fim de curso de Arquitectura Paisagista no Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa. Cota Bibl. AML-AC: LIS ARQ&URB CAM. KRÄFTNER, Joachim - *Die calçada portuguesa, das Natursteinpflaster in den öffentlichen Freiräumen Lissabons: seine Entwicklung und Typen*. Wien: [s.n.], 2000. Tese de Diploma do Institut für Landschaftsplanung und Ingenieurbiologie. Cota Bibl. AML-AC: LIS ART KRA.

tações policopiadas, indicamos a cota da Biblioteca Nacional (e da biblioteca de apoio do AML-AC, quando aquelas foram oferecidas ao Arquivo) e, nos casos em que as teses foram publicadas, fornecemos a referência bibliográfica do livro e a sua cota nas bibliotecas acima referidas. Nos casos em que a obra não deu entrada na Biblioteca Nacional, referimos a cota da biblioteca da instituição de ensino superior na qual a tese foi defendida. No próximo número dos Cadernos do Arquivo Municipal daremos notícia dos livros, álbuns, catálogos e exposições que utilizaram fontes do AML-AC. Pretendemos, deste modo, divulgar o trabalho feito com base no acervo do Arquivo e manifestar o nosso reconhecimento aos seus autores.

Infelizmente, são raros os utilizadores que oferecem ao Arquivo um exemplar das suas teses. Para elaborarmos a presente bibliografia, tivemos que adoptar a seguinte metodologia: numa primeira fase, procedemos ao levantamento dos leitores que no motivo da pesquisa (questão inquirido na ficha de leitor) ou nas declarações apresentadas com os pedidos de reprodução de documentos referiam que se encontravam a preparar teses académicas; posteriormente, fizemos uma pesquisa na PORBASE⁴ e em bases de dados bibliográficas de bibliotecas universitárias, para verificar se aqueles leitores tinham concluído as suas teses; finalmente, na BN (em dois casos, na Biblioteca da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, porque as teses não deram entrada na BN) requisitámos as dissertações e conferimos se faziam menção (intensiva ou pontual) à documentação do AML-AC. Em caso afirmativo, passavam a constar da nossa bibliografia.

O levantamento dos trabalhos académicos que citam, referenciam ou reproduzem documentos do AML-AC, permitiu-nos apurar 38 teses⁵. Destas, 28 destinaram-se à obtenção do grau de mestre e 10 à obtenção do grau de doutor. Em termos disciplinares, destacam-se a História da Arte (11), a História (9) e a Arquitectura (6), seguindo-se a Engenharia (2) e a Museologia (2), e finalmente, as Ciências da Comunicação, as Ciências da Educação, a Geografia, a Sociologia e as Teorias da Arte (todas com 1). A área temática mais representada é a história do urbanismo de Lisboa no período contemporâneo. Entre a documentação mais utilizada encontramos: a correspondência recebida e expedida pelo Pelouro das Obras e outros côngreres, e pela Repartição Técnica e pelo Serviço Geral de Obras Públicas que lhe sucedeu

⁴ Em Portugal, as dissertações (de mestrado e doutoramento) e as provas de aptidão científica estão obrigadas ao Depósito Legal na Biblioteca Nacional, de acordo com o determinado no Decreto-Lei n.º 74/82, de 3 de Março, e no Decreto-Lei n.º 362/86, de 28 Outubro. O cumprimento desta obrigatoriedade cabe às reitorias das universidades.

⁵ Procurámos fazer um levantamento sistemático e exaustivo. Porém, o nosso objectivo não terá sido plenamente atingido. Algumas falhas no registo de leitores do AML-AC (que o módulo de sala de leitura entretanto introduzido, em associação ao X-arq, irá colmatar), bem como o incumprimento do depósito legal, o atraso na catalogação das teses na Biblioteca Nacional ou a não existência nas bibliotecas portuguesas de teses defendidas em universidades estrangeiras, podem estar na origem dessas lacunas. De facto, o número de leitores que frequentaram o AML-AC, no âmbito de investigações conducentes à elaboração de trabalhos académicos é mais vasto do que aquele que conseguimos apurar com base na consulta e verificação efectiva das teses.

(1865-1913), os Pareceres da Comissão de Obras Públicas (1873-1894), os Orçamentos e Projectos da Repartição Técnica, os Estudos e Projectos de Construção de Arruamentos e de Urbanismo (1877-1987), os Levantamentos Topográficos (1856-1911), os Processos de Jazigo (século XIX à actualidade), os Alçados (1845-1875) e a Colecção de Desenhos e Plantas (meados século XIX - década de 1980). A maioria das teses feitas com base em documentação do AML-AC, foram realizadas nos cursos de mestrado de História da Arte Contemporânea, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa, e de Cultura Arquitectónica Contemporânea e Construção da Sociedade Moderna, da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. Por motivos que provavelmente se prendem com os objectos de estudo escolhidos, com questões de acessibilidade e centralidade e com a fraca promoção/divulgação do AML-AC junto de públicos mais remotos e vastos, os estabelecimentos de ensino superior de Lisboa lideram de foram esmagadora; apenas duas teses foram elaboradas numa universidade do resto do país (Universidade de Évora) e duas em universidades estrangeiras uma na Universidade do País Basco (Espanha) e outra na Université Lumière (Lyon, França)⁶.

Actualmente, estão a decorrer várias pesquisas no AML-AC conducentes à elaboração de teses de mestrado e doutoramento. Nas investigações mais recentes continua a predominar a temática genérica da arquitectura e do urbanismo, numa perspectiva histórica. Além da documentação da secção funcional do Urbanismo e Obras, têm tido uma procura crescente as Notas para Escrituras Diversas (Notariado), os Processos Gerais de Secretaria, e o Recenseamento e os Actos Eleitorais.

I. TESES DE MESTRADO

1. ALEGRE, Maria Alexandra de Lacerda Nave - *Estudo de diagnóstico de consulta e apoio à reabilitação das casas de rendas económicas das células I e II do bairro de Alvalade*. Lisboa: [s.n.], 1999. Tese de mestrado em Construção, Universidade Técnica de Lisboa.

Cota BN: S.A. 91167 V.

2. AZEVEDO, Orlando Pedro Herculano Seixas de - *Bairro do Arco do Cego: uma ética, uma estética, uma poética*. Lisboa: [s.n.], 1998. Tese de mestrado em Cultura Arquitectónica Contemporânea e Construção da Sociedade Moderna, Universidade Técnica de Lisboa.

Cota BN: B.A. 16907 V.

Cota Bibl. AML-AC: LIS ARQ&URB AZE

⁶ Torna-se muito difícil apurar se alguns dos leitores do AML-AC que se encontravam a realizar teses em universidades estrangeiras, concluíram os seus trabalhos. É o caso, nomeadamente, de Marco António Gonçalves Machado (Sorbonne, Paris), Girard Paul André (Univ. Paris 8), Maria Isabel da Silva Chaves Pinho (Univ. Sevilha) e Eduarda Paz (Univ. York, UK).

3. BARATA, Ana Cristina Martins - *Lisboa 1860-1930: realidades, desejos e ficções*. Lisboa: [s.n.], 1999. Tese de mestrado em História da Arte Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa.
Cota BN: B.A. 19387-88 V.

4. BRAGA, Pedro Manuel Bebiano Diniz Ferreira - *Mobiliário urbano de Lisboa: 1838-1938*. Lisboa: [s.n.], 1995. 3 vols. Tese de mestrado em História da Arte Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa.
Cota BN: B.A. 14776-78 V.

5. CALISTO, Judite Maria Domingos - *Mestre João da Silva: um projecto, um museu*. Évora: [s.n.], 2004. 2 vols. Tese de mestrado em Museologia, Universidade de Évora.
Cota BN: P. 20568-9 V.

6. COSTA, João Pedro - *Bairro de Alvalade: Considerações sobre o urbanismo habitacional*. Lisboa: [s.n.], 1998. 2 vols. Tese de mestrado em Cultura Arquitectónica Contemporânea e Construção da Sociedade Moderna, Universidade Técnica de Lisboa.
Cota BN: B.A. 16618-9 V.

6.1. COSTA, João Pedro - *Bairro de Alvalade: um paradigma no urbanismo português*, Lisboa: Livros Horizonte, 2002.
Cota BN: B.A. 22171 V.

7. DELGADO, Maria Helena de Brito Lopes Sintra - *A decoração do elevador de Santa Justa na obra do Engenheiro Raul Mesnier de Ponsard*. Lisboa: [s.n.], 1997. 3 vols. Tese de mestrado em História da Arte, Universidade Lusíada.
Cota BN: S.A. 89954-56 V.
Cota Bibl. AML-AC: LIS ARQ&URB DEL

8. FERNANDES, Paulo Jorge Azevedo - *As faces de Proteu: elites urbanas e poder municipal em Lisboa de finais do século XVIII a 1851*. Lisboa: [s.n.], 1997. Tese de mestrado em História dos Séculos XIX e XX (Secção do Século XIX), Universidade Nova de Lisboa.
Cota BN: S.C. 78349 V.

8.1. FERNANDES, Paulo Jorge - *As faces de Proteu elites urbanas e poder municipal em Lisboa de finais do século XVIII a 1851*. Lisboa: Câmara Municipal, 1999.
Cota Bibl. AML-AC: LIS HIS-LOC FER

9. FERREIRA, Carla Sofia - *Avenida da Liberdade em Lisboa: contributos para a sua salvaguarda enquanto património da cidade*. Évora: [s.n.], 2003. Tese de mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, Universidade de Évora.

Cota BN: B.A. 24796 V.

10. FIGUEIRA, Manuel Henrique da Silva - *Um roteiro da educação nova em Portugal: escolas novas e práticas pedagógicas inovadoras: 1882-1935*. Lisboa: [s.n.], 2001. Tese de mestrado em Ciências da Educação, Universidade de Lisboa.

Cota BN: S.C. 93789 V.

11. FONTES, Carlos - *Feira Popular de Lisboa: diversão e poder*. Lisboa: [s.n.], 1999. Tese de mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

Cota BN: P. 15747 V.

12. GOMES, Luís Miguel da Silva - *O planeamento municipal e a habitação em Lisboa: contributo para a requalificação urbana das Galinheiras*. Lisboa: [s.n.], 2003. 2 vols. Tese de mestrado em Geografia e Planeamento Regional, Universidade Nova de Lisboa.

Cota BN: B.A. 3286-7 A.

13. LE CUNFF, Françoise - *Parques e jardins de Lisboa : 1764-1932: do passeio público ao parque Eduardo VII*. Lisboa: [s.n.], 2000. 2 vols. Tese de mestrado em História da Arte Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa.

Cota BN: B.A. 2864-65 V.

14. LEAL, Joana Esteves da Cunha - *Giuseppe Cinatti (1808-1879): percurso e obra*. Lisboa: [s.n.], 1996. 2 vols. Tese de mestrado em História da Arte Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa.

Cota BN: B.A. 15652-3 V.

15. MARTINS, Maria Luísa M. Afonso - *A vilegiatura marítima no século XIX: de Belém a Cascais*. Lisboa: [s.n.], 1996. 2 vols. Tese de mestrado em História Social Contemporânea, ISCTE.

Cota BN: S.C. 78244-45 V.

16. MEGA, Rita - *A escultura funerária no século XIX nos cemitérios de Lisboa e Porto*. Lisboa: [s.n.], 2001. Tese de mestrado em Teorias da Arte, Universidade de Lisboa.

Cota BN: B.A. 22255-6 V.

17. MELO, Daniel Jorge Seixas de - *Salazarismo e cultura popular, 1933-58*. Lisboa: [s.n.], 1997. Tese de mestrado em História dos Séculos XIX e XX (Secção do Século XX), Universidade Nova de Lisboa.

Cota BN: SC 79850 V.

17.1. MELO, Daniel - *Salazarismo e cultura popular, 1933-58*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2001.

Cota BN: S.C. 93887 V.

18. MILHEIRO, Ana Cristina Fernandes Vaz - *O gótico e os sistemas de desenho presentes na arquitectura oitocentista: produções teóricas europeias e a recensão portuguesa manifesta na obra escrita de Possidónio da Silva*. Lisboa: [s.n.], 1997. 2 vols. Tese de mestrado em Cultura Arquitectónica Contemporânea e Construção da Sociedade Moderna, Universidade Técnica de Lisboa.

B.A. 17138-39 V.

19. MORGADO, Carla Sofia Alexandrino Pereira - *Temporalidade e forma: contributo para uma fenomenologia de tempo em arquitectura*. Lisboa: [s.n.], 1998. 2 vols. Tese de mestrado em Cultura Arquitectónica Contemporânea, Universidade Técnica de Lisboa.

B.A. 17103-04 V.

20. MOURA, Maria Helena Castel-Branco Lisboa - *Os engenheiros em Lisboa, urbanismo e arquitectura: 1850-1930*. Lisboa: [s.n.], 1996. 2 vols. Tese de mestrado em História da Arte, Universidade Nova de Lisboa.

Cota BN: B.A. 15685-86 V.

20.1. LISBOA, Maria Helena - *Os engenheiros em Lisboa: urbanismo e arquitectura (1850-1930)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.

Cota Bibl. AML-AC: LIS SOC-CUL&CIV LIS

21. ROCHA, Pedro José Bodião Fernandes da - *A Quinta dos Azulejos no Paço do Lumiar em Lisboa*. Lisboa: [s.n.], 2004. 3 vols. Tese de mestrado em Museologia e Património, Universidade Nova de Lisboa.

Cota FCSH-UNL: T 1736/1-3

22. SILVA, Carlos Nunes - *Planeamento municipal e a organização do espaço em Lisboa: 1926-1974*. Lisboa: [s.n.], 1986. Tese de mestrado em Geografia Humana e Planeamento Regional, Universidade de Lisboa.

Cota BN: B.A. 10033 V.

22.1. SILVA, Carlos Nunes - *Política urbana em Lisboa, 1926-1974*. Lisboa: Livros Horizonte, 1994.
Cota Bibl. AML-AC: LIS ARQ&URB SIL

23. SILVA, Isabel Maria Rodrigues - *Prédios de rendimento das avenidas de Ressano Garcia: 1889-1926 [Texto polycopiado]: caracterização construtiva*. Lisboa: [s.n.], 2000. 4 vols. Tese de mestrado em Construção, Universidade Técnica de Lisboa.

Cota BN: B.A. 19174-77 V.

Cota Bibl. AML-AC: LIS ARQ&URB SIL

24. SILVA, Maria de Lurdes Martins Ribeiro da - *A reedificação da Igreja de Santo António: espaço, arquitectura, programa: 1755-1812*. Lisboa, [s.n.], 1990. 3 vols. Tese de mestrado em História da Arte, Universidade de Lisboa.

Cota BN: B.A. 11508-10 V.

Cota Bibl. AML-AC: LIS ARQ&URB SIL

25. TIAGO, Maria da Conceição Caetano - *O bairro social da Ajuda - Boa Hora: um projecto da República e uma realização do Estado Novo, 1918-1935*. Lisboa: [s.n.], 1997. Tese de mestrado em História Social Contemporânea, ISCTE.

Cota BN: B.A. 16815-6 V.

26. TOJAL, Alexandre Arménio - *Malaquias Ferreira Leal, arquitecto da cidade na primeira metade de oitocentos: o exercício do poder regulador sobre a arquitectura privada em Lisboa*. Lisboa: [s.n.], 2002. Tese de mestrado em História da Arte, Universidade Lusíada.

Cota BN: H.G. 52002-3 V.

Cota Bibl. AML-AC: LIS ARQ&URB TOJ

27. VEREDA, Júlia Piedade de Sousa Rosa - *A escultura como símbolo nos jardins do silêncio: 1850-1925: cemitérios do Alto de São João e Prazeres*. Lisboa: [s.n.], 2001. 2 vols. Tese de mestrado em História da Arte, Universidade Lusíada.

Cota BN: B.A. 23022-3 V.

28. VIEIRA, Paula Cristina André dos Ramos Pinto - *Os cemitérios de Lisboa no século XIX: pensar e construir o novo palco da memória*. Lisboa: [s.n.], 1999. 3 vols. Tese de mestrado em História da Arte Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa.

Cota BN: B.A. 19140-42 V.

II. TESES DE DOUTORAMENTO

1. ALFAIATE, Maria Teresa Amaro - *Expressão dos valores do sítio na paisagem*. Lisboa: [s.n.], 2000. Tese de doutoramento Arquitectura Paisagista, Universidade Técnica de Lisboa.

Cota BN: B.A. 2873 A.

2. CARNEIRO, Luís Soares - *Teatros portugueses de raiz italiana*. Porto: [s.n.], 2002. 2 vols. Tese de doutoramento em Arquitectura, Universidade do Porto.

Cota BN: B.A. 23049-50 V.

3. FERREIRA, Vítor Manuel Matias - *A cidade de Lisboa: de capital do Império a centro da metrópole*. Lisboa: [s.n.], 1987. Tese de doutoramento em Sociologia, ISCTE.

Cota BN: H.G. 37642 V.

3.1. FERREIRA, Vítor Matias - *A cidade de Lisboa: de capital do império a centro da metrópole*. Lisboa: Dom Quixote, 1987.

Cota BN. B.A. 10275 V.

4. MESQUITA, Marieta Dá - *História e Arquitectura uma proposta de investigação: o Palácio dos Marquês de Fronteira como situação exemplar da arquitectura erudita em Portugal*. Lisboa: [s.n.], 1992. 3 vols. Tese de doutoramento em Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa.

Cota BN: B.A. 12619-21 V.

5. RAMOS, Paulo Ilídio de Oliveira - *A princesinha branca esbelta e o dragão negro e rotundo: um estudo de história do património de Lisboa: 1888-Anos 50*. Lisboa: [s.n.], 2003. Tese de doutoramento em História, Universidade Aberta.

Cota BN: B.A. 23759 V.

6. SARDICA, José Miguel Alcobia - *Um homem para todas as causas: Biografia do Duque de Ávila e Bolama*. Lisboa: [s.n.], 2003. Tese de doutoramento em História e Arqueologia, Universidade Católica Portuguesa.

Cota BN: S.C. 101104 V.

6.1. SARDICA, José Miguel - *Duque de Ávila e Bolama: biografia*. Lisboa: Dom Quixote, 2004.

Cota BN: Não deu entrada

7. SERRÃO, José Vicente - *Os campos da cidade: configuração das estruturas fundiárias da região de Lisboa nos finais do Antigo Regime*. Lisboa: [s.n.], 2000. Tese de doutoramento em História Moderna e Contemporânea, ISCTE.

Cota BN: S.C. 88538 V.

8. SILVA, Raquel Henriques da - *Lisboa romântica, urbanismo e arquitectura: 1777-1874*. Lisboa: [s.n.], 1997. 2 vols. Tese de doutoramento em História da Arte, Universidade Nova de Lisboa, 1998.
Cota BN: B.A. 16556-57 V.

9. TOMÁS, António Rebelo Delgado - *Estética de la muerte en Portugal: imagenes y representaciones en los cementerios de Alto de S. João y Prazeres de Lisboa*. [Bilbao: s.n.], 2000. Tese de doutoramento em Belas-Artes, Universidade do País Basco.
Cota Bibl. FCSH-UNL: T 1686

10. VIDAL, Frédéric - *Les habitants d'Alcântara au début du Xxe siècle: identitiés, proximités et distances sociales dans un quartier industrialisé de Lisbonne*. Lyon: [s.n.], 2003. 3 vols. Tese de doutoramento em História, Université Lumière.
Cota BN: SC 99319-21 V.

Notícias



MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

No âmbito do projecto da Modernização Administrativa, a ser implementada em

toda a Câmara Municipal de Lisboa, a Divisão de Gestão de Arquivos realizou inquéritos a todos os Serviços da Autarquia sobre os sistemas de arquivo, séries documentais, acondicionamento físico da documentação e sistemas informáticos existentes. O projecto tem como objectivo a elaboração de um plano de classificação geral a toda a Câmara, a concepção de modelos normalizados, a definição de níveis de acesso aos documentos e a relação das séries documentais identificadas com a tabela de avaliação existente na Portaria 412/2001, de 17 de Abril.



MÓDULO DE GESTÃO DE THESAURUS

Concebido, em 2005, pelo Grupo de Trabalho Para a

Gestão do Thesaurus do Arquivo Municipal de Lisboa, o Módulo de Gestão de Thesaurus é uma ferramenta auxiliar para a construção de uma linguagem controlada a ser utilizada na indexação por assuntos. Numa primeira fase, o thesaurus será utilizado no tratamento das imagens do Arquivo Fotográfico e da bibliografia de apoio à investigação e, posteriormente, como instrumento de indexação dos documentos de arquivo.

PROJECTO LIGHT

RevelarLX, inserido no LIGHT - *Bring to Light the Value of Cultural Heritage*, é um projecto co-financiado pela União Europeia, no âmbito do Programa Interreg III C, que tem como principal objectivo divulgar o papel dinamizador que as Bibliotecas e os Arquivos Municipais de Lisboa podem assumir no contexto do desenvolvimento regional. Revelar LX parte de uma base geográfica e cronológica que cruza informações revelando ao mesmo tempo a memória da cidade, a sua história, os acontecimentos marcantes, lendas e personalidades. Toda esta informação pode ser consultada em <http://revelarlx.cm-lisboa.pt>



ARQUIVO MUNICIPAL APOIA A GESTÃO DOCUMENTAL NOS SERVIÇOS DA CML

Em Outubro de 2005 foi constituída, na Divisão de Gestão de Arquivos, uma equipa de trabalho com o objectivo de responder a solicitações de alguns serviços que sentem dificuldades no redesenho dos seus sistemas documentais, dificuldades essas reconhecidas e intensificadas pela necessidade de instalarem aplicações electrónicas de gestão documental.

O Grupo de Trabalho de Arquivos Correntes (GTAC) tem como principal missão estudar e orientar os diversos serviços da CML na racionalização dos seus sistemas documentais e na uniformização de procedimentos e linguagens, no sentido de uma gestão integrada e eficaz de toda a

documentação produzida pela Câmara Municipal de Lisboa. Esta equipa pretende desta forma acompanhar o ciclo de vida dos documentos da CML e criar uma plataforma de comunicação eficaz, não só entre os vários serviços, como também entre estes e o próprio Arquivo Municipal.

O GTAC integra, actualmente, uma equipa interdisciplinar constituída por vários serviços da CML, aliando a Arquivística às Tecnologias de Informação e Comunicação e à modernização das práticas administrativas, através do Projecto de Informação e Gestão Documental.

A metodologia de trabalho implementada por esta equipa consiste na análise das funções, competências e actividades dos serviços do Município, e consequentemente, no levantamento exaustivo da produção e dos circuitos documentais, com vista à elaboração de um Plano de Classificação Documental, funcional, que reflecta a actividade de toda a CML. Este trabalho é faseado por Direcção Municipal.

Tendo como finalidade última a promoção da Modernização Administrativa, este projecto tem como principais vantagens a normalização e racionalização da produção documental, evitando a existência de arquivos paralelos; o controlo e uniformização efectivos da criação de aplicações informáticas de gestão documental; incentivar boas práticas administrativas, com claras vantagens para os serviços e para os munícipes, promovendo a eficácia na recuperação da informação.

MÓDULO DE AUTORIDADES

O Módulo de Autoridades, integrado na base de dados X-arq, possibilita a constituição, manutenção e gestão do ficheiro de autoridades do Arquivo, permitindo descrever, de uma forma normalizada, segundo a ISAAR(CPF) - *Norma Internacional de Registos de Autoridade Arquivística para Pessoas Colectivas, Pessoas Singulares e Famílias*, as entidades associadas à produção e gestão dos documentos do Arquivo e controlar a utilização desses pontos de acesso nas descrições arquivísticas. Encontra-se actualmente em fase de reestruturação.



PARÂMETROS DE QUALIDADE DETERMINANTE

Cooperação Entre a Direcção Municipal de Gestão Urbanística e o Arquivo Municipal de Lisboa

No cumprimento de uma das mais importantes *funções de arquivo*, o Arquivo Municipal de Lisboa da Câmara Municipal de Lisboa¹ recebe diariamente diversa documentação produzida pelos vários serviços desta Edilidade.

Importa que a recepção desta documentação corresponda a um acto sério e consciente de modo a permitir a sua eficaz

¹ Integrado na Divisão de Gestão de Arquivos.

gestão. Para este efeito, o Arquivo impõe parâmetros de qualidade que aplica por ocasião da conferência e registo da documentação recebida.

Neste sentido, a série de Processos de Obra, pela complexidade da função representada, pela amplitude dos seus serviços produtores², pela importância de que se reveste tanto para a gestão do município quanto para os seus munícipes, é objecto de particular atenção por parte deste Arquivo.

Os parâmetros de qualidade definidos para a conferência desta documentação não se coadunam com metodologias de trabalho não concertadas entre serviços produtores e Arquivo.

Desta constatação resultou a proposta que o Arquivo apresentou à Direcção Municipal de Gestão Urbanística, no sentido de ser criada uma equipa de interlocutores directos entre estes serviços com vista à normalização de requisitos técnicos e procedimentos administrativos, bem como à elaboração de um Manual que permita uma linguagem comum e consequentemente um melhor entendimento da documentação em presença.

A parceria, que desde então se estabeleceu entre a Direcção Municipal de Gestão Urbanística e o Arquivo Municipal de Lisboa, iniciou-se em Dezembro de 2004 com um *workshop* organizado pelo Arquivo e desenvolvido no espaço daquela Direcção Municipal, o qual teve por objectivo racionalizar alguns procedimentos e alertar para a importância da sua normalização. Durante o *workshop* foi possível organizar em conjunto vários Processos de Obra, analisar a complexidade da documentação e das suas implicações em diversas vertentes (projectos, licenciamentos, toponímia, certidões...), bem como validar e enriquecer a proposta do Manual de Procedimentos apresentada pelo Arquivo.

A importância desta iniciativa que tem sido mutuamente reconhecida como de grande utilidade, tem-se traduzido no estreitamento de relações entre os serviços envolvidos e na interacção permanente entre as respectivas equipas; estas continuam a reunir-se semanalmente assegurando por essa forma a manutenção dos requisitos comumente definidos para a organização dos Processos de Obra, a agilização de circuitos e consequentemente a melhoria dos serviços prestados.

² Os Processos de Obra são produzidos por quatro Divisões diferentes, ainda que todas dependentes da Direcção Municipal de Gestão Urbanística.

